



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA**

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO 2017

**Boa Vista-RR
2018**



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA**

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO 2017

Relatório de Gestão do Exercício de 2017 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas ordinária anual a que esta unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU n.º 63/2010, da Instrução Normativa TCU n.º 72/2013, da Portaria CGU n.º 522/2015, da Decisão Normativa TCU n.º 161/2017 e da Portaria TCU n.º 65/2018, e com as orientações do Sistema de Prestação de Contas (e-Contas).

Coordenação de Elaboração:
Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional

**Boa Vista-RR
2018**

PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Michel Miguel Elias Temer Lulia

MINISTRO DA EDUCAÇÃO

José Mendonça Bezerra Filho

SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

Eline Neves Braga Nascimento

COMPOSIÇÃO DO CONSELHO SUPERIOR

PRESIDENTE

Sandra Mara de Paula Dias Botelho

MEMBROS

MEMBROS NATOS DO CONSELHO SUPERIOR

Edvaldo Pereira da Silva

Ademar de Araújo Filho

REPRESENTANTES DO CORPO DOCENTE

Ronaldo Vieira Caixeta – Titular

Lívia Rodrigues da Silva – Titular

Severino Manuel da Silva – Suplente

Isaac Sutil da Silva – Suplente

REPRESENTANTES DOS TÉCNICOS ADMINISTRATIVOS

Maria Eliana dos Santos – Titular

Francimeire Sales de Souza – Titular

Raine Castro de Moura Carvalho – Suplente

Roselis Bastos da Silva – Suplente

REPRESENTANTES DOS DISCENTE

Carlos Roberto dos Prazeres Santos – Titular

Jeane Cristina Nascimento dos Santos – Titular

Jaqueline Silva e Silva – Suplente

REPRESENTANTES DOS EGRESSOS

Diogo Pedrosa Carvalho – Titular

Izabel Cristina Peniche Lopes – Titular

Jaqueline Silva e Silva – Suplente

REPRESENTANTES DA SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E DESPORTO

Carleide Schramm Silva – Titular

Lara Magalhães Avelino – Suplente

REPRESENTANTES DA ELETROBRAS DISTRIBUIÇÃO RORAIMA

Jefferson Haron Diniz Mendes – Titular

REPRESENTANTES DA FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE RORAIMA (Fier)

Jamili Rafaella Vasconcelos – Titular

Gardênia Cavalcante Figueira – Suplente

REPRESENTANTES DO COLÉGIO DE DIRIGENTES

George Sterfson Barros – Titular

Sandra Grützmacher – Titular

Joseane de Souza Cortez – Suplente

Diogo Saul Silva Santos – Suplente

ADMINISTRAÇÃO DO IFRR

REITORA

Sandra Mara de Paula Dias Botelho

PRÓ-REITORIA DE ENSINO

Sandra Grützmacher

PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO TECNOLÓGICA

Fabiana Leticia Sbaraini

PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO

Nadson Castro dos Reis

PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO

Regina Ferreira Lopes

PRÓ-REITORIA DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

Diogo Saul Silva Santos

DIRETORES-GERAIS DE *CAMPI*

CAMPUS AMAJARI

George Sterfson Barros

CAMPUS BOA VISTA

Joseane de Souza Cortez

CAMPUS BOA VISTA ZONA OESTE

Maria Aparecida Alves de Medeiros

CAMPUS NOVO PARAISO

Eliezer Nunes Silva

CAMPUS AVANÇADO DO BONFIM

Leila Márcia Ghedin

LISTA DE SIGLAS E ABREVIações

A3P – Agenda Ambiental da Administração Pública
AGU – Advocacia-Geral da União
AM - Amazonas
ANPROTEC – Associação Nacional de Entidades Promotoras de Empreendimentos Inovadores
Audin – Auditoria Interna
BPEq – Banco de Professor Equivalente
CAB – *Campus* Avançado do Bonfim
Caes – Coordenação de Assistência Estudantil
CAM – *Campus* Amajari
Capes – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CBV – *Campus* Boa Vista
CBVZO – *Campus* Boa Vista Zona Oeste
CCAD – Coordenação de Cadastro
CCII – Coordenação de Controle das Informações Institucionais
CDS – Coordenação de Desenvolvimento do Servidor
CEP – Código de Endereçamento Postal
CGTI - Comitê Gestor de Tecnologia da Informação
CGU – Controladoria-Geral da União
CGU-PAD – Sistema de Gestão de Processos Disciplinares
CNP – *Campus* Novo Paraíso
CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica
CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
Codaea – Coordenação de Apoio ao Ensino e Aprendizagem
Codex – Coordenação de Extensão
Conif – Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica
Coldi – Colégio de Dirigentes do IFRR
Connepi – Congresso Norte-Nordeste de Pesquisa e Inovação
Consup – Conselho Superior do IFRR
Cores – Coordenação de Registros Acadêmicos
CPA – Comissão Própria de Avaliação
CPF – Cadastro de Pessoa Física
CPGF – Cartão de pagamento do Governo Federal
CQVSS – Coordenação de Qualidade de Vida e Seguridade Social
DAP – Departamento de Administração e Planejamento
Daplan – Diretoria de Administração e Planejamento
DCF – Departamento de Contabilidade e Finanças
DEA – Diretoria de Extensão e Articulação
DEAD – Departamento de Educação a Distância
DEN – Departamento de Ensino
Dera – Departamento de Registros Acadêmicos
Detec – Departamento Técnico
Deteo – Departamento Técnico de Engenharia e Obras
DGP – Diretoria de Gestão de Pessoas
Dipead – Diretoria de Políticas da Educação a Distância
Dipesp – Diretoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação Tecnológica
Dirad – Diretoria de Administração
Diren – Diretoria de Ensino

Direx – Diretoria de Extensão
DOU – Diário Oficial da União
DPAE – Departamento de Políticas de Assistência Estudantil
DTI – Diretoria de Tecnologia da Informação
EaD – Educação a Distância
EBTT – Ensino Básico, Técnico e Tecnológico
EJA – Educação de Jovens e Adultos
Embrapa – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
e-CONTAS – Sistema de Prestação de Contas
e-MEC – Sistema de Regulação do Ensino Superior
e-OUV – Sistema de Ouvidoria do Poder Executivo Federal
e-TEC – Escola Técnica Aberta do Brasil
FAP – Fundação de Apoio à Pesquisa
FIC – Formação Inicial e Continuada
Fiex – Fórum Interno de Extensão
Figep – Fórum Interno de Gestão de Pessoas
FIPPI – Fórum Interno de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação Tecnológica
Forplan – Fórum de Diretores de Administração e Planejamento
Forproex – Fórum de Pró-reitores de Extensão
Forint – Fórum de Integração Ensino, Pesquisa, Extensão e Inovação Tecnológica do IFRR
GP – Grupo de Pesquisa
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Ibraop – Instituto Brasileiro de Auditoria em Obras Públicas
IF – Instituto Federal
IFRO – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia
IFRR – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima
IFRN - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Inbra – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
Inova – Programa Institucional de Projetos de Práticas Pedagógicas
INPI - Instituto Nacional de Propriedade Intelectual
ISBN – *International Standard Book Number*
Jifens – Jogos dos Institutos Federais – Etapa Norte
JIFs – Jogos Regionais dos Institutos Federais
LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias
Libras – Língua Brasileira de Sinais
LOA – Lei Orçamentária Anual
MEC - Ministério da Educação
Monitoria – Programa Institucional de Bolsa de Monitoria
MP – Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão
MPOG – Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
Napne – Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais
NBCasp – Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público
Neabi – Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas
NEAgro – Núcleo de Estudos em Agroecologia
Nepeagro – Núcleo de Estudo, Pesquisa, Extensão em Agroecologia
NIT – Núcleo de Inovação Tecnológica
NUPA – Núcleo de Pesquisa Aplicada à Pesca e Aquicultura
OFSS – Orçamento Fiscal da Seguridade Social
PAC – Programa de Aceleração do Crescimento
PAD – Processo Administrativo Disciplinar
Paint – Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna

Parfor – Plano Nacional de Formação de Professores
PAT – Plano Anual de Trabalho
PBaex – Programa Institucional de Bolsa Acadêmica de Extensão
PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional
PDTI – Plano Diretor de Tecnologia da Informação
Peti – Planejamento Estratégico de Tecnologia da informação
PGRCC – Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil
PI – Procurador Educacional Institucional
Pibic AF – Programa Institucional de Iniciação Científica nas Ações Afirmativas
Pibicem – Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica para o Ensino Médio
Pibict – Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica e Tecnológica
Pibiti – Programa Institucional de Bolsas de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação
Pipad – Programa de Incentivo à Pesquisa Aplicada
PLS – Plano de Logística Sustentável
PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNEEs – Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais
PNP – Plataforma Nilo Peçanha
PPA – Plano Plurianual
PPC – Projeto Pedagógico de Curso
PPGEA – Programa de Pós-graduação em Educação Agrícola
Proad – Pró-Reitoria de Administração
Prodin – Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional
Prodoutoral – Programa de formação doutoral docente
Proeja – Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica, na Modalidade de Jovens e Adultos
Proen – Pró-Reitoria de Ensino
Proex – Pró-Reitoria de Extensão
Pronatec – Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
Propesq – Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação Tecnológica
PTRES – Programa de Trabalho Resumido
Raint – Relatório Anual de Auditoria Interna
RAP – Restos à Pagar
RDC – Regime Diferenciado de Contratações Públicas
RedeTec – Reunião dos Dirigentes das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica
RMA – Relatório de Movimentação de Almoxarifado
RMB – Relatório de Movimentação de Bens Móveis
RP – Restos a Pagar
RR – Roraima
Setec – Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Siafi – Sistema Integrado de Administração Financeira
Siape – Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos
SIC – Sistema de Informação de Custo
Siconv – Sistema de Convênios do Governo Federal
Simec – Sistema Integrado de Monitoramento do Ministério da Educação
Sinaes – Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior
Siop – Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento
Sisg – Sistema de Serviços Gerais
Sistec – Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica
SOF – Secretaria de Orçamento Federal
SPIUnet – Sistema de Gerenciamento do Patrimônio Imobiliário de uso especial da União

SPO – Subsecretaria de Planejamento e Orçamento
SPU – Superintendência do Patrimônio da União
Suap – Sistema Unificado de Administração Pública
TAE – Técnicos Administrativos em Educação
TAM – Termo de Acordo e Metas
TC – Termo de Cooperação
TCU – Tribunal de Contas da União
TED – Termo de Execução Descentralizada
TI – Tecnologia da Informação
UAB – Universidade Aberta do Brasil
Uasg – Unidade Administrativa de Serviços Gerais
UERR – Universidade Estadual de Roraima
UFRR – Universidade Federal de Roraima
UFRRJ – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
UG – Unidade Gestora
Unesp – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
UO – Unidade Orçamentária
UPC – Unidade Prestadora de Contas

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – ORGANOGRAMA DO IFRR.....	29
FIGURA 2 – ORGANOGRAMA DO <i>CAMPUS</i> BOA VISTA.....	34
FIGURA 3 – ORGANOGRAMA DO <i>CAMPUS</i> NOVO PARAÍSO	35
FIGURA 4 – ORGANOGRAMA DO <i>CAMPUS</i> AMAJARI.....	36
FIGURA 5 – ORGANOGRAMA DO <i>CAMPUS</i> BOA VISTA ZONA OESTE.....	37
FIGURA 6 - ORGANOGRAMA DO <i>CAMPUS</i> AVANÇADO BONFIM	38
FIGURA 7 - MAPA ESTRATÉGICO DO IFRR.....	51
FIGURA 8 – PERCENTUAL DE UTILIZAÇÃO DA AÇÃO 20RG.....	77
FIGURA 9 - PERCENTUAL DE EXECUÇÃO DA AÇÃO RL NO EXERCÍCIO 2016.....	83
FIGURA 10 – PERCENTUAL DE EXECUÇÃO DA AÇÃO RL NO EXERCÍCIO 2017	83
FIGURA 11 - PERCENTUAL DE EXECUÇÃO DA AÇÃO 2994 NO EXERCÍCIO 2016.....	87
FIGURA 12 – PERCENTUAL DE EXECUÇÃO DA AÇÃO 2994 NO EXERCÍCIO 2017	87
FIGURA 13 - NÚMERO DE ARTIGOS PUBLICADOS EM PERIÓDICOS QUALIFICADOS PELO SISTEMA QUALIS DA CAPES	138
FIGURA 14 - NÚMERO DE TRABALHOS COMPLETOS PUBLICADOS EM ANAIS DE EVENTOS COM ISBN.....	139
FIGURA 15 - NÚMERO DE RESUMOS PUBLICADOS EM ANAIS DE EVENTOS COM ISBN	140
FIGURA 16 - NÚMERO DE LIVROS COM ISBN PUBLICADOS POR SERVIDORES DA INSTITUIÇÃO	141
FIGURA 17 - NÚMERO CAPÍTULOS DE LIVROS COM ISBN PUBLICADOS POR SERVIDORES DA INSTITUIÇÃO	141
FIGURA 18 - QUANTIDADE DE DEMANDAS RECEBIDAS PELO E-OUV	214
FIGURA 19 – ATENDIMENTO AOS PEDIDOS DE ACESSO À INFORMAÇÃO.....	216
FIGURA 20 – PEDIDOS POR TIPO DE RESPOSTA	216
FIGURA 21 - QUANTIDADE DE DEMANDAS RECEBIDAS POR E-MAIL	217
FIGURA 22 – GRÁFICOS DOS RESULTADOS DA PESQUISA DE SATISFAÇÃO REALIZADA PELO IFRR.....	219
FIGURA 23 – GRÁFICOS DOS RESULTADOS DA PESQUISA DE SATISFAÇÃO REALIZADA PELO E-SIC	221

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 - EIXOS TECNOLÓGICOS DO IFRR	26
QUADRO 2 – CURSOS OFERTADOS NO <i>CAMPUS</i> BOA VISTA	27
QUADRO 3 – CURSOS OFERTADOS NO <i>CAMPUS</i> AMAJARI.....	28
QUADRO 4 – CURSOS OFERTADOS NO <i>CAMPUS</i> BOA VISTA ZONA OESTE	28
QUADRO 5 – CURSOS OFERTADOS NO <i>CAMPUS</i> AVANÇADO DO BONFIM	28
QUADRO 6 – CURSOS OFERTADOS NO <i>CAMPUS</i> NOVO PARAÍSO.....	28
QUADRO 7 – INFORMAÇÕES SOBRE ÁREAS OU SUBUNIDADES ESTRATÉGICAS	40
QUADRO 8 – MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS DO ENSINO	41
QUADRO 9 – MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS DA PESQUISA, DA PÓS-GRADUAÇÃO E DA INOVAÇÃO TECNOLÓGICA	42
QUADRO 10 - MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS DA EXTENSÃO	43
QUADRO 11 – INDICADORES DO ENSINO.....	52
QUADRO 12 – INDICADORES DA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA	53
QUADRO 13 – INDICADORES DA EXTENSÃO	54
QUADRO 14 – INDICADORES DA PESQUISA, DA PÓS-GRADUAÇÃO E DA INOVAÇÃO TECNOLÓGICA	55
QUADRO 15 - INDICADOR DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL	57
QUADRO 16 – INDICADOR DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	58
QUADRO 17 – INDICADORES DE DEMANDAS DAS PESSOAS COM PNEES	59
QUADRO 18 – INDICADORES DA DIMENSÃO, DA EFICIÊNCIA E DA TRANSPARÊNCIA NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.....	60
QUADRO 19 - INDICADOR DE IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA	61
QUADRO 20 – INDICADOR DOS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS ALCANÇADOS.....	61
QUADRO 21 – INDICADORES DA GESTÃO DE PESSOAS	62
QUADRO 22 – INDICADORES DAS OBRAS	63
QUADRO 23 – INDICADORES DE TI.....	64
QUADRO 24 – INDICADORES DA ADMINISTRAÇÃO	65
QUADRO 25 – AÇÃO 20RG – OFSS 01	68
QUADRO 26 – AÇÃO 20RG – OFSS 02	69
QUADRO 27 – AÇÃO 20RJ – OFSS 03.....	70
QUADRO 28 – AÇÃO 20RL – OFSS 04.....	71
QUADRO 29 – AÇÃO 20RL – OFSS 05.....	72
QUADRO 30 – AÇÃO 2994 – OFSS 06.....	73
QUADRO 31 – AÇÃO 2994 – OFSS 07.....	74
QUADRO 32 – AÇÕES NÃO PREVISTAS NA LOA DO EXERCÍCIO – RESTOS A PAGAR – OFSS.....	74
QUADRO 33 – AÇÕES DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 20RG	75
QUADRO 34 – AÇÕES DO ORÇAMENTO DE FUNCIONAMENTO 20RL	75
QUADRO 35 – RESTOS A PAGAR INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES VALORES EM R\$ 1,00	90
QUADRO 36 – RESUMO DOS INSTRUMENTOS CELEBRADOS E DOS MONTANTES TRANSFERIDOS NOS ÚLTIMOS TRÊS EXERCÍCIOS	92
QUADRO 37 – RESUMO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS SOBRE TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS PELA UJ NAS MODALIDADES DE CONVÊNIO, CONTRATOS DE REPASSE E INSTRUMENTOS CONGÊNERES	93
QUADRO 38 – SITUAÇÃO DA ANÁLISE DAS CONTAS PRESTADAS NO EXERCÍCIO	93
QUADRO 39 – PERFIL DOS ATRASOS NA ANÁLISE DAS CONTAS PRESTADAS POR RECEBEDORES DE RECURSOS.....	93
QUADRO 40 – RECEITAS REALIZADAS NO EXERCÍCIO 2017.....	97
QUADRO 41 – DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO.....	99
QUADRO 42 – DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO UASG: 158152.....	100
QUADRO 43 – DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO UASG: 158350.....	101
QUADRO 44 – DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO UASG: 158351.....	102
QUADRO 45 – DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO UASG: 158510.....	103
QUADRO 46 – DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO UASG: 158352.....	104
QUADRO 47 – DESPESAS POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA.....	105
QUADRO 48 - DESPESAS POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA UASG: 158152	106
QUADRO 49 – DESPESAS POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA UASG: 158350.....	107
QUADRO 50 – DESPESAS POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA UASG: 158351.....	107

QUADRO 51 – DESPESAS POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA UASG: 158510.....	108
QUADRO 52 – DESPESAS POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA UASG: 158352.....	108
QUADRO 53 – CONCESSÃO DE SUPRIMENTO DE FUNDOS.....	112
QUADRO 54 – UTILIZAÇÃO DE SUPRIMENTO DE FUNDOS.....	112
QUADRO 55 – CLASSIFICAÇÃO DOS GASTOS COM SUPRIMENTO DE FUNDOS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA.....	112
QUADRO 56 – INDICADORES DE DESEMPENHO DO IFRR.....	115
QUADRO 57 – PERCENTUAL DE VAGAS EQUIVALENTES EM CURSOS TÉCNICOS.....	119
QUADRO 58 – PERCENTUAL DE VAGAS EQUIVALENTES EM CURSOS DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES E DE PROEJA.....	119
QUADRO 59 – GRAU DE ENVOLVIMENTO DOS DOCENTES COM A EXTENSÃO.....	120
QUADRO 60 – GRAU DE ENVOLVIMENTO DOS ESTUDANTES COM A EXTENSÃO.....	121
QUADRO 61 – GRAU DE CRESCIMENTO DAS AÇÕES DE EXTENSÃO.....	123
QUADRO 62 – TAXA DE CRESCIMENTO DE BOLSAS DE EXTENSÃO PARA ESTUDANTES.....	124
QUADRO 63 – PÚBLICO PARTICIPANTE NAS AÇÕES DE EXTENSÃO DO IF COMUNIDADE.....	125
QUADRO 64 – TAXA DE CRESCIMENTO DOS CURSOS FIC.....	127
QUADRO 65 – ACOMPANHAMENTO DE EGRESSOS.....	128
QUADRO 66 – INDICADORES DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO TECNOLÓGICA.....	130
QUADRO 67 – INDICADOR DE PROJETOS E PRODUÇÃO EM 2017.....	138
QUADRO 68 – INDICADOR DE PRODUÇÃO: COMPARATIVO ENTRE OS ANOS 2013-2017.....	142
QUADRO 69 – EVOLUÇÃO DOS INDICADORES DE GESTÃO DE PESSOAS DO IFRR.....	145
QUADRO 70 – INDICADORES DA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA.....	147
QUADRO 71 – DADOS PARA CÁLCULO DOS INDICADORES DA EAD.....	147
QUADRO 72 – EVOLUÇÃO DO INDICADOR INSTITUCIONAL DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL.....	148
QUADRO 73 – INDICADORES DA DIMENSÃO TRANSPARÊNCIA E EFICIÊNCIA NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.....	149
QUADRO 74 – EVOLUÇÃO DOS INDICADORES DE DESEMPENHO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO.....	150
QUADRO 75 – DADOS PARA CÁLCULOS DOS INDICADORES DE POLÍTICAS INCLUSIVAS.....	155
QUADRO 76 – DADOS DOS CONCLUINTE E FORMANDOS REFERENTES AO INDICADORES DE POLÍTICAS INCLUSIVAS.....	156
QUADRO 77 – RESULTADOS DOS INDICADORES – ACÓRDÃO TCU N.º 2.267/2005.....	157
QUADRO 78 – INDICADOR DE CANDIDATO POR VAGA POR <i>CAMPUS</i>	158
QUADRO 79 – INDICADOR INGRESSO/ALUNO POR <i>CAMPUS</i>	159
QUADRO 80 – INDICADOR CONCLUINTE POR MATRÍCULA ATENDIDA POR <i>CAMPUS</i>	159
QUADRO 81 – INDICADOR EFICIÊNCIA ACADÊMICA DE CONCLUINTE POR <i>CAMPUS</i>	159
QUADRO 82 – INDICADOR RETENÇÃO DO FLUXO ESCOLAR POR <i>CAMPUS</i>	160
QUADRO 83 – DADOS PARA O CÁLCULO DO INDICADOR RELAÇÃO DE ALUNO POR DOCENTE EM TEMPO INTEGRAL.....	161
QUADRO 84 – INFORMAÇÕES DO GASTO CORRENTE POR ALUNO.....	161
QUADRO 85 – INFORMAÇÕES PARA CÁLCULO DO GASTO COM PESSOAL.....	162
QUADRO 86 – INFORMAÇÕES PARA CÁLCULO DO GASTOS COM OUTROS CUSTEIOS.....	163
QUADRO 87 – INFORMAÇÕES PARA CÁLCULO DO GASTO COM INVESTIMENTOS.....	163
QUADRO 88 – NÚMEROS DE ALUNOS MATRICULADOS POR RENDA PER CAPITA FAMILIAR.....	164
QUADRO 89 – ORÇAMENTO PLANEJADO CONFORME O PROGRAMA 2031 – AÇÃO 2994 – ASSISTÊNCIA AO ALUNO.....	166
QUADRO 90 – ORÇAMENTO EMPENHADO NO EXERCÍCIO CONFORME O PROGRAMA 2031 – AÇÃO 2994 – ASSISTÊNCIA AO ALUNO.....	166
QUADRO 91 – BENEFÍCIOS CONCEDIDOS NO IFRR POR <i>CAMPUS</i>	167
QUADRO 92 – MEMÓRIA DE CÁLCULO DO INDICADOR TCD.....	168
QUADRO 93 – DADOS PARA CÁLCULO DO INDICADOR TITULAÇÃO DO CORPO DOCENTE EFETIVO.....	168
QUADRO 94 – DADOS PARA CÁLCULO DO INDICADOR TITULAÇÃO DO CORPO DOCENTE SUBSTITUTO.....	168
QUADRO 95 – FORÇA DE TRABALHO DO IFRR EM 2017.....	180
QUADRO 96 – DISTRIBUIÇÃO DA LOTAÇÃO EFETIVA.....	181
QUADRO 97 – DETALHAMENTO DA ESTRUTURA DE CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES GRATIFICADAS DA UPC.....	182
QUADRO 98 – DEMONSTRATIVO DAS DESPESAS COM PESSOAL.....	183
QUADRO 99 – CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NÃO ABRANGIDOS PELO PLANO DE CARGOS DO IFRR NA REITORIA.....	185
QUADRO 100 – CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NÃO ABRANGIDOS PELO PLANO DE CARGOS DO IFRR NO <i>CAMPUS BOA VISTA</i>	185

QUADRO 101 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NÃO ABRANGIDOS PELO PLANO DE CARGOS DO IFRR NO <i>CAMPUS</i> NOVO PARAÍSO	186
QUADRO 102 – CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NÃO ABRANGIDOS PELO PLANO DE CARGOS DO IFRR NO <i>CAMPUS</i> AMAJARI.....	186
QUADRO 103 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NÃO ABRANGIDOS PELO PLANO DE CARGOS DO IFRR NO <i>CAMPUS</i> BOA VISTA ZONA OESTE	187
QUADRO 104 – MÉDIA DE KM RODADO.....	190
QUADRO 105 – IDADE MÉDIA DA FROTA EM ANOS	192
QUADRO 106 – DESPESAS COM MANUTENÇÃO DA FROTA EM R\$.....	194
QUADRO 107 – DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA DOS BENS IMÓVEIS DA UNIÃO	195
QUADRO 108 - IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO SOB A RESPONSABILIDADE DO IFRR	198
QUADRO 109 - CESSÃO DE ESPAÇO FÍSICO EM IMÓVEL DA UNIÃO NA RESPONSABILIDADE DO IFRR	199
QUADRO 110 – DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL LOCADOS DE TERCEIROS	201
QUADRO 111 – ALINHAMENTO DO PDTI COM O PDI.....	205
QUADRO 112 – QUANTIDADE DE SERVIDORES DE TI DO IFRR	207
QUADRO 113 – METAS DE TI.....	207
QUADRO 114 - CARACTERÍSTICAS DOS PEDIDOS DE ACESSO À INFORMAÇÃO.....	216
QUADRO 115 – PRINCIPAIS TEMAS DAS SOLICITAÇÕES	217
QUADRO 116 – BENS MÓVEIS AVALIADOS NO EXERCÍCIO DE 2012.....	232
QUADRO 117- DELIBERAÇÕES DO TCU QUE PERMANECEM PENDENTES DE CUMPRIMENTO	246
QUADRO 118 - DELIBERAÇÕES DO TCU QUE PERMANECEM PENDENTES DE CUMPRIMENTO.....	247
QUADRO 119 - MEDIDAS ADOTADAS PARA APURAÇÃO E RESSARCIMENTO DE DANOS AO ERÁRIO	248
QUADRO 120 - DESPESAS COM PUBLICIDADE	251
QUADRO 121 – DEMONSTRAÇÃO DE CUMPRIMENTO DO ART. 3.º DO DECRETO 5.626/2005 PELO IFRR	253
QUADRO 123 – DETALHAMENTO DA OFERTA DA DISCIPLINA LIBRAS POR CURSO	254

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	15
1 VISÃO GERAL.....	17
1.1 FINALIDADE E COMPETÊNCIAS	17
1.2 NORMAS E REGULAMENTOS DE CRIAÇÃO, ALTERAÇÃO E FUNCIONAMENTO DA UNIDADE	23
1.3 AMBIENTE DE ATUAÇÃO.....	24
1.4 ORGANOGRAMA DO IFRR.....	29
1.5 MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS.....	41
2 PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E RESULTADOS.....	45
2.1 PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL.....	45
2.2 FORMAS E INSTRUMENTOS DE MONITORAMENTO DA EXECUÇÃO E DOS RESULTADOS DOS PLANOS.....	67
2.3 DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO.....	67
2.4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DE INDICADORES DE DESEMPENHO	115
2.5 INFORMAÇÕES SOBRE PROJETOS E PROGRAMAS FINANCIADOS COM RECURSOS EXTERNOS	169
3 GOVERNANÇA, GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS	170
3.1 DESCRIÇÃO DAS ESTRUTURAS DE GOVERNANÇA.....	170
3.2 ATUAÇÃO DA UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA.....	176
3.3 ATIVIDADES DE CORREIÇÃO E PAURAÇÃO DE ILÍCITOS ADMINISTRATIVOS.....	178
3.4 GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS.....	179
4 ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO.....	180
4.1 GESTÃO DE PESSOAS	180
4.2 GESTÃO DO PATRIMÔNIO E INFRAESTRUTURA.....	188
4.3 GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	203
4.4 GESTÃO AMBIENTAL E SUSTENTABILIDADE	210
5 RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE	213
5.1 CANAIS DE ACESSO AO CIDADÃO	213
5.2 CARTA DE SERVIÇOS AO CIDADÃO.....	218
5.3 AFERIÇÃO DO GRAU DE SATISFAÇÃO DOS CIDADÃOS-USUÁRIOS	219
5.4 MECANISMOS DE TRANSPARÊNCIA DAS INFORMAÇÕES RELEVANTES SOBRE A ATUAÇÃO DA UNIDADE.....	221
5.5 MEDIDAS PARA GARANTIR A ACESSIBILIDADE AOS PRODUTOS, SERVIÇOS E INSTALAÇÕES	223
6 DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS	228
6.1 DESEMPENHO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO.....	228
6.2 TRATAMENTO CONTÁBIL DA DEPRECIÇÃO, DA AMORTIZAÇÃO E DA EXAUSTÃO DE ITENS DO PATRIMÔNIO E AVALIAÇÃO E MENSURAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS.....	231
6.3 SISTEMÁTICA DE APURAÇÃO DE CUSTOS NO ÂMBITO DA UNIDADE.....	232
6.4 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXIGIDAS PELA LEI 4.320/64 E NOTAS EXPLICATIVAS.....	233
7 CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE	246
7.1 TRATAMENTO DE DETERMINAÇÕES E RECOMENDAÇÕES DO TCU.....	246
7.2 TRATAMENTO DE RECOMENDAÇÕES DO ÓRGÃO DE CONTROLE ÍTERNO.....	247
7.3 MEDIDAS ADMINISTRATIVAS PARA APURAÇÃO DE RESPONSABILIDADES POR DANO AO ERÁRIO	248
7.4 DEMONSTRAÇÃO DA CONFORMIDADE DO CRONOGRAMA DE PAGAMENTO DAS OBRIGAÇÕES COM O DISPOSTO NO ART. 5.º DA LEI 8.666/1993	250
7.5 INFORMAÇÕES SOBRE A REVISÃO DOS CONTRATOS VIGENTES FIRMADOS COM EMPRESAS BENEFICIADAS PELA DESONERAÇÃO DA FOLHA DE PAGAMENTO	250
7.6 INFORMAÇÕES SOBRE AÇÕES DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA	251
7.7 DEMONSTRAÇÃO DA CONFORMIDADE COM O DISPOSTO NO ART. 3º DO DECRETO 5.626/2005	253
8 OUTROS ITENS DE INFORMAÇÃO.....	255
8.1 RELATÓRIO DA INSTÂNCIA OU ÁREA DE CORREIÇÃO	255
8.2 DECLARAÇÕES DE INTEGRIDADE	257
RESOLUÇÃO DO CONSELHO SUPERIOR – APROVAÇÃO DO RELATÓRIO DE GESTÃO DO IFRR – EXERCÍCIO 2017.....	263

APRESENTAÇÃO

O presente documento se refere à prestação de contas, à execução orçamentária e financeira e às ações realizadas pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima (IFRR) no exercício de 2017. Foi elaborado em consonância com as disposições da Instrução Normativa do Tribunal de Contas da União (TCU) n.º 63/2010, da Instrução Normativa TCU n.º 72/2013, da Portaria CGU n.º 522/2015, da Decisão Normativa TCU n.º 161/2017 e com as informações contidas no Sistema de Prestação de Contas (e-Contas), via portal eletrônico do TCU.

Além dos normativos acima citados, a elaboração deste relatório considerou o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e o Plano Anual de Trabalho (PAT) do IFRR.

O Relatório de Gestão, além de cumprir o requisito legal, tem como finalidade apresentar à sociedade o uso que o IFRR fez dos recursos públicos destinados à instituição por meio de seu orçamento, para cumprir a missão institucional: promover formação integral, articulando ensino, pesquisa e extensão, em consonância com os arranjos produtivos locais, sociais e culturais, contribuindo para o desenvolvimento sustentável. Também objetiva apresentar os resultados alcançados, os avanços conseguidos e as principais dificuldades encontradas para atingir a sua missão no ano em análise.

O acompanhamento da execução orçamentária e financeira e a consolidação deste documento foram realizados por meio do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (Siafi); do Sistema Integrado de Monitoramento do Ministério da Educação (Simec); do Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica (Sistec); do Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos (Siape); do Sistema de Convênios do Governo Federal (Siconv) e dos registros administrativos do IFRR.

O documento está estruturado em tópicos que descrevem as atividades de maior relevância desenvolvidas no exercício de 2017 e possibilitará a avaliação dos programas e das ações definidos pela gestão no planejamento anual:

O primeiro capítulo é nomeado visão geral e contempla os elementos identificadores do Instituto Federal de Roraima, com algumas informações para melhor caracterizá-lo, tais como finalidades e competências, normas e regulamentos de criação, alteração e funcionamento da unidade, ambiente de atuação, estrutura organizacional e principais macroprocessos finalísticos.

No segundo capítulo é abordado o tema planejamento organizacional e resultados, onde é tratada a forma como o IFRR planejou sua atuação ao longo do tempo e o seu desempenho em

relação aos objetivos e às metas para 2017, que podem ser analisados por meio dos indicadores de desempenho. O capítulo está estruturado em três grandes eixos: planejamento organizacional, resultados do desempenho orçamentário e resultados operacionais.

No terceiro Capítulo vemos o tema governança, gestão de riscos e controles internos que trata das informações sobre a estrutura de governança da Instituição, explicitando as atividades realizadas pelas unidades que a compõem, os mecanismos e os controles internos adotados para assegurar a conformidade da gestão e garantir o alcance dos objetivos planejados.

O quarto capítulo trata das áreas especiais da gestão e contempla as informações sobre a gestão de pessoal, infraestrutura patrimonial, tecnologia da informação e sustentabilidade ambiental.

O quinto capítulo trata do relacionamento do IFRR com a sociedade. Nesse capítulo se evidencia a existência de estruturas que garantem canal de comunicação com o cidadão para fins de solicitações, reclamações, denúncias e sugestões, bem como de mecanismos ou procedimentos que permitem verificar a percepção da sociedade sobre os serviços prestados pela Instituição e as medidas para garantir a acessibilidade, proporcionando ao leitor melhor compreensão sobre os canais de comunicação do IFRR com a sociedade.

O sexto capítulo dispõe sobre o desempenho financeiro da Instituição e suas informações contábeis no exercício de 2017, proporcionando ao leitor melhor compreensão sobre a posição patrimonial e financeira, bem como o resultado e o desempenho financeiro do IFRR.

O sétimo capítulo aborda sobre a conformidade da gestão e demandas de órgãos de controle e tem por finalidade proporcionar melhor compreensão sobre atendimento a demandas específicas oriundas de legislação específica e dos órgãos de controle.

E por fim, no oitavo capítulo constam as declarações de integridade que tem por objetivo tratar, em subitens de seu desdobramento, de um conjunto de declarações e informações a serem exigidas de gestores de áreas específicas da gestão sobre a integridade, completude, atualidade etc. dos registros das informações relevantes em sistemas estruturantes da Administração Pública Federal, tais como SIAFI, SIASG, SIOP, SICONV, entre outros.

1 VISÃO GERAL

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima foi criado por meio da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, publicada no Diário Oficial da União (DOU), em 30 de dezembro de 2008. Atualmente, o IFRR possui quatro *campi*: Amajari, Boa Vista, Boa Vista Zona Oeste e Novo Paraíso, e um *Campus* Avançado: Bonfim.

O IFRR é sediado no município de Boa Vista, no estado de Roraima (RR) e tem como órgão gestor central a Reitoria.

1.1 FINALIDADE E COMPETÊNCIAS

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima é vinculado ao Ministério da Educação (MEC) e foi instituído, junto com outros Institutos Federais, como uma instituição de educação superior, básica e profissional, pluricurricular e *multicampi* especializada na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com sua prática pedagógica.

O IFRR, através de seu Plano de Desenvolvimento Institucional 2014-2018, determinou a sua missão, visão e os valores institucionais, abaixo transcritos:

1.1.1 Missão

Promover formação integral, articulando ensino, pesquisa e extensão, em consonância com os arranjos produtivos locais, sociais e culturais, contribuindo para o desenvolvimento sustentável.

1.1.2 Visão de Futuro

Ser referência no País como instituição de formação profissional e tecnológica na promoção de ensino, pesquisa e extensão.

1.1.3 Princípios Norteadores

I – Compromisso com a justiça social, equidade, cidadania, ética, preservação do meio ambiente, transparência e gestão democrática;

II – Verticalização do ensino e sua integração com a pesquisa e a extensão;

III – Eficácia nas respostas de formação profissional, difusão do conhecimento científico e tecnológico e suporte aos arranjos produtivos locais, sociais e culturais;

IV – Inclusão de pessoas com necessidades educacionais especiais e deficiências específicas; e

V – Natureza pública e gratuita do ensino sob a responsabilidade da União.

1.1.4 Valores

- Ética
- Compromisso Social
- Gestão Democrática
- Excelência
- Sustentabilidade
- Respeito à Diversidade
- Justiça

1.1.5 Finalidade e Características

O Estatuto da Instituição define em seu art. 4º que o IFRR tem as seguintes finalidades:

I. ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas na atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional;

II. desenvolver a educação profissional e tecnológica como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais;

III. promover a integração e a verticalização da educação básica à educação profissional e educação superior, otimizando a infra-estrutura física, os quadros de pessoal e os recursos de gestão;

IV – orientar sua oferta formativa em benefício da consolidação e do fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural no âmbito de atuação do Instituto Federal;

V – constituir-se em centro de excelência na oferta do ensino de ciências, em geral, e de ciências aplicadas, em particular, estimulando o desenvolvimento de espírito crítico, voltado à investigação empírica;

VI – qualificar-se como centro de referência no apoio à oferta do ensino de ciências nas instituições públicas de ensino, oferecendo capacitação técnica e atualização pedagógica aos docentes das redes públicas de ensino;

VII – desenvolver programas de extensão e de divulgação científica e tecnológica;

VIII – realizar e estimular a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo e o desenvolvimento científico e tecnológico; e

IX – promover a produção, o desenvolvimento e a transferência de tecnologias sociais, notadamente as voltadas à preservação do meio ambiente.

1.1.6 Objetivos Estratégicos

Também encontrados no Plano de Desenvolvimento Institucional do IFRR, os objetivos estratégicos são:

I – Fortalecer continuamente a qualidade do ensino;

II – Garantir a oferta regular de cursos na modalidade a distância;

III – Desenvolver atividades de extensão em articulação com o mundo do trabalho e os arranjos produtivos, sociais e culturais;

IV – Incentivar o desenvolvimento da pesquisa, da pós-graduação e da inovação tecnológica;

V – Assegurar aos estudantes condições de permanência e conclusão com êxito;

VI – Desenvolver atividades institucionais de acordo com os objetivos do desenvolvimento sustentável;

VII – Criar condições para atender às demandas das pessoas com necessidades educacionais especiais/específicas (PNEEs);

VIII – Consolidar a estrutura de governança;

IX – Implementar sistema integrado de gestão institucional;

X – Difundir e implementar ações para a consecução dos objetivos expressos no mapa estratégico, por meio de planos de ação e do aperfeiçoamento dos instrumentos de monitoramento e avaliação;

XI – Promover ações voltadas para a qualidade de vida no trabalho, para a capacitação e a qualificação profissional;

XII – Consolidar a expansão e a reestruturação do IFRR para promover qualidade dos serviços prestados;

XIII – Melhorar a qualidade da infraestrutura de telecomunicações;

XIV – Manter os serviços direcionados ao funcionamento da instituição.

1.1.7 Competências Institucionais

O papel do IFRR na execução das políticas públicas está estabelecido nas diretrizes firmadas pelo Ministério da Educação, por meio da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (Setec), com o desenvolvimento de suas ações vinculado aos programas e às ações governamentais. A Instituição é detentora de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar. Sua organização e funcionamento estão disciplinados por seu Estatuto, aprovado pela Resolução n.º 001/Conselho Superior, de 31 de agosto de 2009. Conforme o Estatuto, a organização geral do IFRR compreende:

I – COLEGIADOS

- a) Conselho Superior;
- b) Colégio de Dirigentes.

II – REITORIA

- a) Gabinete;
- b) Pró-Reitorias:
 - 1) Pró-Reitoria de Ensino;
 - 2) Pró-Reitoria de Extensão;
 - 3) Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação Tecnológica;
 - 4) Pró-Reitoria de Administração; e
 - 5) Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional.
- c) Diretorias Sistêmicas;
- d) Auditoria Interna; e
- e) Procuradoria Federal.

III – CAMPI

Conforme definido no Estatuto, o Conselho Superior (Consup) é o órgão máximo do IFRR, ao qual compete:

- I – Aprovar as diretrizes para atuação do IFRR e zelar pela execução de sua política educacional;

II – Aprovar as normas e coordenar o processo de consulta à comunidade escolar para a escolha do reitor do IFRR e dos diretores-gerais dos *campi*, em consonância com o estabelecido nos artigos 12 e 13 da Lei n.º 11.892/2008;

III – Aprovar os planos de desenvolvimento institucional e de ação e apreciar a Proposta Orçamentária Anual;

IV – Aprovar o Projeto Político-Pedagógico, a Organização Didática, os regulamentos internos e as normas disciplinares;

V – Aprovar as normas relativas à acreditação e à certificação de competências profissionais, nos termos da legislação vigente;

VI – Autorizar o reitor a conferir títulos de mérito acadêmico;

VII – Apreciar as contas do exercício financeiro e o Relatório de Gestão Anual, emitindo parecer conclusivo sobre a propriedade e regularidade dos registros;

VIII – Deliberar sobre taxas, emolumentos e contribuições por prestação de serviços em geral a serem cobrados pelo IFRR;

IX – Autorizar a criação, alteração curricular e extinção de cursos no âmbito do IFRR, bem como o registro de diplomas;

X – Aprovar a estrutura administrativa e o Regimento Geral do IFRR, observados os parâmetros definidos pelo governo federal e pela legislação específica; e

XI – Opinar sobre questões submetidas a sua apreciação.

O Colégio de Dirigentes (Coldi), de caráter consultivo, é órgão de apoio ao processo decisório da Reitoria e possui as competências abaixo relacionadas:

I – Apreciar e emitir parecer sobre a distribuição interna de recursos;

II – Apreciar e emitir parecer sobre normas para celebração de acordos, convênios e contratos, bem como para a elaboração de cartas de intenção ou de documentos equivalentes;

III – Apresentar à Reitoria proposta de criação e alteração de funções e órgãos administrativos da estrutura organizacional do IFRR;

IV – Aprovar, por delegação do Conselho Superior, o Calendário de Referência Anual;

V – Apreciar e emitir parecer sobre normas de aperfeiçoamento da gestão; e

VI – Apreciar e emitir parecer sobre outros assuntos de interesse da administração do IFRR, a ele submetido.

A Reitoria é o órgão executivo do IFRR, cabendo-lhe a administração, a coordenação e a supervisão de todas as atividades da autarquia. Ao reitor compete representar o IFRR, em juízo ou fora dele, bem como administrar, gerir, coordenar e superintender as atividades da Instituição.

A sede da Reitoria fica localizada na Rua Fernão Dias Paes Leme, n.º 11 - Calungá, Boa Vista-RR, CEP 69303-220.

O Gabinete, dirigido por um chefe nomeado pelo reitor, é o órgão responsável por organizar, assistir, coordenar, fomentar e articular as ações política e administrativa da Reitoria.

As pró-reitorias do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima, dirigidas por pró-reitores nomeados pelo reitor, são órgãos executivos que planejam, superintendem, coordenam, fomentam e acompanham as atividades referentes às seguintes dimensões:

I. Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional (Prodin): é o órgão executivo que planeja, superintende, coordena, fomenta e acompanha as atividades e as políticas de desenvolvimento e a articulação entre as pró-reitorias e os *campi*;

II. Pró-Reitoria de Ensino (Proen): é o órgão executivo que planeja, superintende, coordena, fomenta e acompanha as atividades e as políticas de ensino, articuladas à pesquisa e à extensão;

III. Pró-Reitoria de Extensão (Proex): é o órgão executivo que planeja, superintende, coordena, fomenta e acompanha as atividades e as políticas de extensão, as relações com a sociedade e a interação com o processo produtivo, articuladas ao ensino e à pesquisa;

IV. Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação Tecnológica (Propesq): é o órgão executivo que planeja, superintende, coordena, fomenta e acompanha as atividades e as políticas de pesquisa integradas ao ensino e à extensão, bem como promove ações de fomento à pesquisa, ciência, tecnologia e inovação;

V. Pró-Reitoria de Administração (Proad): é o órgão executivo que planeja, superintende, coordena, fomenta e acompanha as atividades e as políticas de planejamento, administração, gestão orçamentária, financeira e patrimonial;

As diretorias sistêmicas, dirigidas por diretores nomeados pelo reitor, são órgãos responsáveis por planejar, coordenar, executar e avaliar os projetos e as atividades na respectiva área de atuação.

A Auditoria Interna (Audin) é o órgão de controle responsável por fortalecer e assessorar a gestão, bem como racionalizar as ações do IFRR e prestar apoio, dentro de suas especificidades no

âmbito da Instituição, aos órgãos do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal e ao Tribunal de Contas da União, respeitada a legislação pertinente.

A Procuradoria Federal é o órgão de execução da Procuradoria-Geral Federal responsável pela representação judicial e extrajudicial e pelas atividades de consultoria e assessoramento jurídico aos órgãos superiores da administração do IFRR.

Os *Campi* do IFRR para fins da legislação educacional, são considerados sedes.

1.2 NORMAS E REGULAMENTOS DE CRIAÇÃO, ALTERAÇÃO E FUNCIONAMENTO DA UNIDADE

Implantada, inicialmente, como Escola Técnica em 1986, e integrante da rede de ensino do antigo Território Federal de Roraima, a instituição começa suas atividades somente em 1987 com os cursos técnicos de Eletrotécnica e Edificações. Ao longo do Tempo passou por algumas alterações antes de se tornar o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima. As principais alterações ocorridas durante o tempo foram:

- Parecer nº 26, de 21 de dezembro de 1989, do Conselho Territorial de Educação – autoriza e reconhece a Escola Técnica de Roraima, aprova o seu Regimento Interno e as grades curriculares dos cursos técnicos de eletrotécnica e edificações;
- Lei nº 8.670, de 30 de junho de 1993, publicada no Diário Oficial da União (DOU) nº 123, de 1º/07/1993 – É criada a Escola Técnica Federal de Roraima (ETFRR);
- Decreto Presidencial, de 13 de novembro de 2002, publicado no DOU nº 221, de 14/11/2002 – Implantação do Centro Federal de Educação Tecnológica de Roraima (CEFET-RR) mediante transformação da ETFRR;
- Lei 11.892, de 29 de dezembro de 2008, publicado no DOU nº 253, de 30/12/2008 – Instituição da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e criação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima, mediante transformação do CEFET-RR;
- Portaria nº 04/MEC, 06 de janeiro de 2009, publicado no DOU nº 4, de 07/01/2009 –no seu artigo 1º, inciso III do anexo que estabelece a relação dos *Campi* que passarão a compor cada um dos Institutos Federais de Educação Ciência e Tecnologia;
- Portaria 993, de 07 de outubro de 2013, publicado no DOU nº 195, de

08/10/2013 – autoriza o funcionamento do *Campus* Boa Vista Zona Oeste;

- Portaria 27, de 21 de janeiro de 2015, publicado no DOU nº 15, de 22/01/2015 – autoriza o funcionamento do *Campus* Avançado Bonfim.

Outras normas de grande implicação no funcionamento do IFRR, são:

- Portaria 1.291, de 30 de dezembro de 2013, publicado no DOU nº 253, de 31/12/2013 – que estabelece diretrizes para a organização dos Institutos Federais e define parâmetros e normas para expansão;
- Lei nº 9.394, de 20/12/1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm;

As principais normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura do IFRR e seu respectivo endereço eletrônico estão delineadas abaixo:

- Estatuto do IFRR:
<http://www.ifrr.edu.br/acessoainformacao/institucional/estatuto>;
- Regimento Geral do IFRR:
<http://www.ifrr.edu.br/acessoainformacao/arquivos/regimento-geral>;
- Plano de Desenvolvimento Institucional: <http://www.ifrr.edu.br/pdi>;

1.3 AMBIENTE DE ATUAÇÃO

O IFRR é uma rede composta de quatro *campi* e um *campus* avançado, localizados em quatro cidades do Estado de Roraima. Somos uma instituição de ensino público, gratuito e de qualidade e ofertamos cursos técnicos de nível médio e subsequente, cursos de graduação e pós-graduação e cursos de formação profissionalizante ligados a programas governamentais, que serão evidenciados posteriormente. O endereço dos cinco *campi* do IFRR são:

- *Campus* Amajari (CAM): Rodovia Antonino Menezes da Silva (antiga RR 342), vicinal que liga a balsa de Aparecida à Vila Brasil, Km 03, Amajari-RR. CEP: 69.343-000;
- *Campus* Boa Vista (CBV): Av. Glaycon de Paiva, 2496 – Pricumã, Boa Vista-RR. CEP: 69.303-340;
- *Campus* Boa Vista Zona Oeste (CBVZO): Devido a não conclusão de sua

sede, o CBVZO se fez presente em duas localidades no exercício de 2017, sendo a primeira na Escola Elza Breves, na Rua CC-15, nº 204 – Senador Hélio Campos, Boa Vista-RR – CEP: 69.318-060; e a segunda no *Campus* Boa Vista, com a cedência de algumas salas;

- *Campus* Novo Paraíso (CNP): BR 174, Km 512, Vila Novo Paraíso, Caracará-RR. CEP: 69.365-00;
- *Campus* Avançado Bonfim: Com sede provisória na Escola Estadual Argentina Castelo Branco, localizado na Rua Rodrigo Pires Figueredo, 44 – Centro, Bonfim-RR. CEP: 69.380-000.

Além da oferta de cursos nas sedes dos *Campi*, o IFRR também se fez presente em 12 (doze) dos 15 (quinze) municípios de Roraima através da oferta de cursos na modalidade Educação a Distância (EaD), sendo eles: Amajari, Boa Vista, Bonfim, Cantá, Caracará, Iracema, Mucajaí, Normandia, Pacaraima, Rorainópolis, São Luiz e Uiramutã.

O estado de Roraima apresenta uma população projetada para 2017 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de aproximadamente 522.636 (quinhentos e vinte e dois mil, seiscentos e trinta e seis) pessoas, com a maior parte se concentrando em sua capital, a cidade de Boa Vista, em torno de 63,52% (de sessenta e três vírgula cinquenta e dois por cento). Roraima possui um número incipiente de escolas técnico-profissionalizantes.

A constituição dos quatro *campi* e do *campus* avançado do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima foi realizada levando em conta as bases territorial e socioeconômica. Sua atuação se pauta com ações acadêmicas de formação, qualificação, extensão e prestação de serviços nos seguintes eixos tecnológicos:

Quadro 1 - Eixos Tecnológicos do IFRR

Formação Técnica de Nível Médio:	<ul style="list-style-type: none">• Ambiente e Saúde;• Controle e Processos Industriais;• Desenvolvimento Educacional e Social;• Gestão e Negócios;• Informação e Comunicação;• Infraestrutura;• Produção Alimentícia;• Recursos Naturais.
Cursos Superiores:	<ul style="list-style-type: none">• Ambiente e Saúde• Informação e Comunicação;• Recursos Naturais;• Turismo, Hospitalidade e Lazer.
Formação Inicial e Continuada (FIC):	<ul style="list-style-type: none">• Controle e Processos Industriais;• Desenvolvimento Educacional e Social;• Gestão e Negócios;• Informação e Comunicação;• Produção Cultural E Design;• Recursos Naturais.
Formação de Professores:	<ul style="list-style-type: none">• Licenciatura em Ciências Biológicas;• Licenciatura em Educação Física;• Licenciatura em Letras - Espanhol e Literatura Hispânica;• Licenciatura em Matemática.

Fonte: PI/CCII

I – Mesorregião Norte de Roraima

A mesorregião Norte de Roraima compreende as microrregiões Boa Vista e Nordeste de Roraima. O IFRR está presente na microrregião Boa Vista com os *Campi* Amajari, Boa Vista e Boa Vista Zona Oeste e na microrregião Nordeste, com o *Campus* Avançado Bonfim.

Na microrregião Boa Vista, o *Campus* Boa Vista, que é o maior e mais antigo *campus* da Instituição, oferta os seguintes cursos:

Quadro 2 – Cursos Ofertados no *Campus Boa Vista*

Técnicos Integrados ao Ensino Médio:	<ul style="list-style-type: none">• Edificações• Eletrônica• Eletrotécnica• Informática• Secretariado
Técnicos Integrados na Modalidade EJA:	<ul style="list-style-type: none">• Análises Clínicas• Edificações• Enfermagem
Técnicos Subsequentes:	<ul style="list-style-type: none">• Análises Clínicas• Edificações• Eletrotécnica• Informática• Secretariado
Licenciaturas:	<ul style="list-style-type: none">• Ciências Biológicas• Educação Física• Letras/Espanhol e Literatura Hispânica• Matemática• Educação Física (Parfor)• Segunda Licenciatura em Educação Física (Parfor)• Segunda Licenciatura em Letras/Espanhol e Literatura Hispânica (Parfor)
Tecnologias:	<ul style="list-style-type: none">• Análise e Desenvolvimento de Sistemas• Gestão Hospitalar• Gestão de Turismo• Saneamento Ambiental
Educação a Distância (EaD)	<ul style="list-style-type: none">• Licenciatura em Letras/Espanhol e Literatura Hispânica• Pós-Graduação <i>Lato Sensu</i> em Docência da Língua Espanhola• Pós-Graduação <i>Lato Sensu</i> em Docência em Educação Física Escolar• Pós-Graduação <i>Lato Sensu</i> em Educação: Métodos de Técnicas de Ensino• Licenciatura em Ciências Biológicas• Licenciatura em Matemática
Pós-Graduação (<i>Lato Sensu</i>)	<ul style="list-style-type: none">• Educação Profissional Integrada à Educação Básica na Modalidade de Educação Jovens e Adultos
Formação Inicial e Continuada (FIC)	<ul style="list-style-type: none">• Eletricista Instalador Predial de Baixa Tensão

Fonte: PI/CCII

O *Campus Amajari* é classificado como *campus* agrícola e tem como área de abrangência os Municípios do Uiramutã, de Pacaraima e de Normandia e o norte do Município de Alto Alegre. A oferta de cursos visa atender às demandas dos produtores locais e dos povos indígenas presentes no entorno do *campus*.

Quadro 3 – Cursos Ofertados no Campus Amajari

Técnicos Integrados ao Ensino Médio:	<ul style="list-style-type: none"> • Agropecuária • Aquicultura • Agropecuária em Regime de Alternância
Técnicos Integrados na Modalidade EJA:	<ul style="list-style-type: none"> • Agropecuária
Educação a Distância (EaD):	<ul style="list-style-type: none"> • Técnico em Informática Subsequente • Técnico em Cooperativismo subsequente • FIC em Auxiliar de Agropecuária
Tecnologias:	<ul style="list-style-type: none"> • Aquicultura

Fonte: PI/CCII

O *Campus* Boa Vista Zona Oeste, que possui como eixo de atuação a área de gestão e negócios, oferta os seguintes cursos:

Quadro 4 – Cursos Ofertados no Campus Boa Vista Zona Oeste

Técnicos Integrados ao Ensino Médio:	<ul style="list-style-type: none"> • Comércio • Serviços Públicos
Técnicos Subsequentes:	<ul style="list-style-type: none"> • Comércio • Serviços Públicos
Formação Inicial e Continuada (FIC)	<ul style="list-style-type: none"> • Assistente de Vendas • Inglês Básico I • Libras Básico I • Libras Básico II e Intermediário

Fonte: PI/CCII

Na microrregião Nordeste, o *Campus* Avançado Bonfim oferta os seguintes cursos:

Quadro 5 – Cursos Ofertados no Campus Avançado do Bonfim

Técnicos Subsequentes:	<ul style="list-style-type: none"> • Administração • Comércio Exterior
Educação a Distância (EaD):	<ul style="list-style-type: none"> • Técnico Subsequente em Agronegócio • Técnico Subsequente em Agente Comunitário de Saúde

Fonte: PI/CCII

II – Mesorregião Sul

A mesorregião Sul é composta pelas microrregiões de Caracará e Sudeste de Roraima. Essa mesorregião é atendida pelo *Campus* Novo Paraíso, que também é classificado como *campus* agrícola e tem como identidade a agricultura familiar. A unidade oferta os cursos listados no quadro abaixo.

Quadro 6 – Cursos Ofertados no Campus Novo Paraíso

Técnicos Integrados ao Ensino Médio:	<ul style="list-style-type: none"> • Agroindústria • Agropecuária
Técnicos Subsequentes:	<ul style="list-style-type: none"> • Agropecuária em Regime de Alternância

Fonte: PI/CCII

No ambiente de negócio da educação profissional listam-se como ameaças a deficiência na infraestrutura de transportes públicos nos municípios, suporte de internet ainda deficitário no estado e energia e a incipiência do setor privado no estado. Já em relação às oportunidades, enumeram-se a parceria com instituições públicas e privadas, o desenvolvimento dos arranjos produtivos locais do estado, o crescimento do setor primário e a integração com os países fronteiriços.

As principais instituições que, concomitantemente, ofertam a educação profissional e tecnológica no mercado de Roraima são a rede pública estadual de ensino e o Sistema “S” - serviços nacionais indústria, aprendizagem comercial e aprendizagem do transporte.

1.4 ORGANOGRAMA DO IFRR

O IFRR apresenta basicamente, conforme o seu Estatuto e Regimento Geral, a seguinte estrutura organizacional:

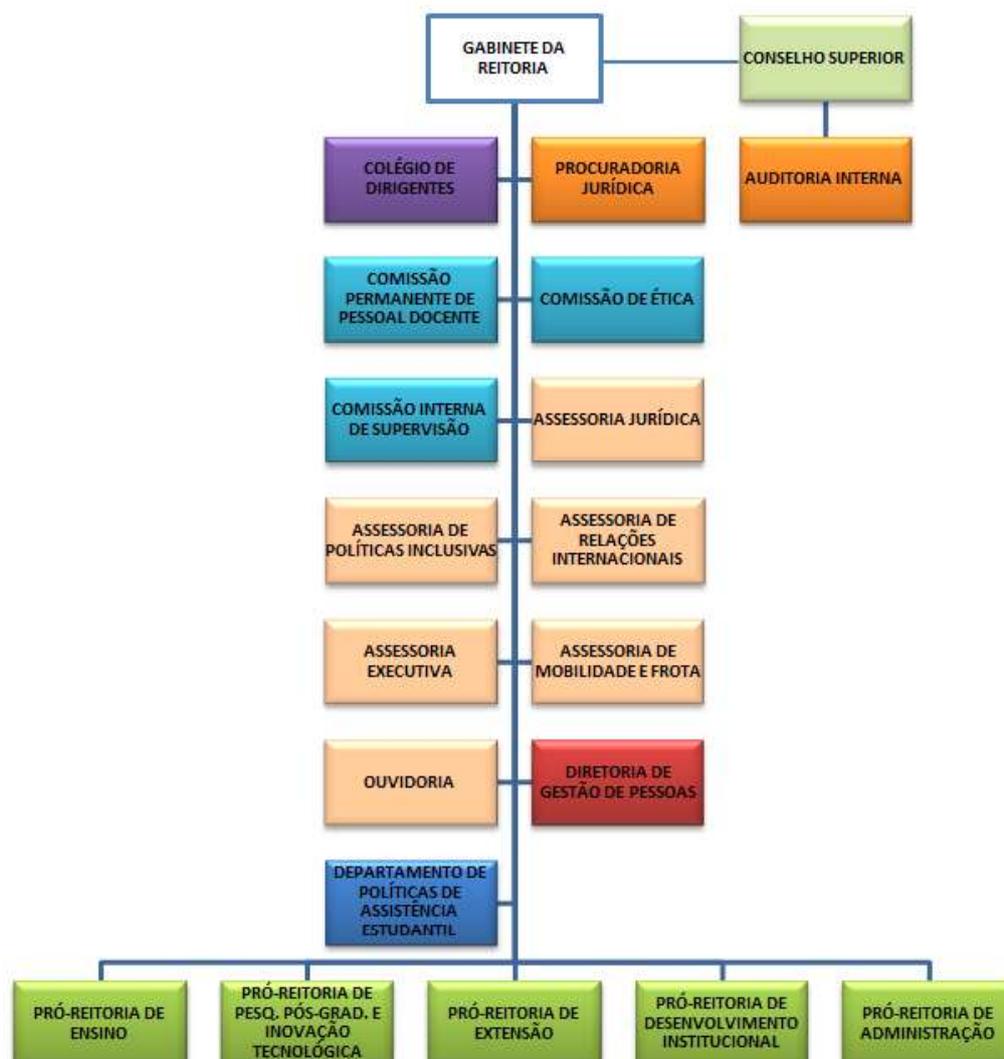


Figura 1 – Organograma do IFRR

I – Conselho Superior

O Consup, de caráter consultivo e deliberativo, é o órgão máximo do IFRR. É composto pelo reitor, que o preside, e por representantes dos docentes, dos discentes e dos técnicos administrativos dos *campi*, eleitos por seus pares; há representatividade também do Colégio de Dirigentes e dos egressos, ambos eleitos por seus pares; e, por fim, de representantes da sociedade civil e do Ministério da Educação.

Compete ao Conselho Superior: aprovar as normas e coordenar o processo de consulta à comunidade escolar para escolha do reitor do IFRR e dos diretores-gerais dos *campi*, em consonância com o estabelecido nos artigos 12 e 13 da Lei n.º 11.892/2008; aprovar os Planos de Desenvolvimento Institucional e de Ação e apreciar a Proposta Orçamentária Anual; aprovar o Projeto Político-Pedagógico, a Organização Didática, os regulamentos internos, as normas disciplinares e os calendários acadêmicos dos *Campi* do IFRR; aprovar normas relativas à acreditação e à certificação de competências profissionais, nos termos da legislação vigente; autorizar o reitor a conferir títulos de mérito acadêmico; apreciar as contas do exercício financeiro e o Relatório de Gestão Anual, emitindo parecer conclusivo sobre a propriedade e a regularidade dos registros; deliberar sobre taxas, emolumentos e contribuições por prestações de serviços em geral a serem cobrados pelo IFRR; autorizar a criação, a alteração curricular e a extinção de cursos no âmbito do IFRR, bem como o registro de diplomas; e aprovar a estrutura administrativa e o regimento geral do Instituto Federal, observados os parâmetros definidos pelo Governo Federal e legislação específica.

II – Colégio de Dirigentes

O Coldi, de caráter apenas consultivo, é o órgão de apoio ao processo decisório da Reitoria. É composto pelo reitor, que o preside, pelos pró-reitores e pelos diretores-gerais dos *campi*.

Compete ao Coldi: apreciar e emitir parecer sobre a distribuição interna de recursos; apreciar e emitir parecer sobre normas para celebração de acordos, convênios e contratos, bem como para a elaboração de cartas de intenção ou de documentos equivalentes; apresentar à Reitoria proposta de criação e alteração de funções e órgãos administrativos da estrutura organizacional do IFRR; aprovar, por delegação do Conselho Superior, o Calendário de Referência Anual; apreciar e emitir parecer sobre normas de aperfeiçoamento da gestão; e, apreciar e emitir parecer sobre outros assuntos de interesse da administração do IFRR a ele submetidos.

III – Reitoria e Gabinete

A Reitoria é o órgão executivo do IFRR, cabendo-lhe a administração, a coordenação e a supervisão de todas as atividades da autarquia. O Instituto tem administração de forma descentralizada, por meio de gestão delegada, e os diretores-gerais dos *Campi* respondem solidariamente com o reitor pelos respectivos atos de gestão, no limite da delegação.

O Gabinete, dirigido por um chefe nomeado pelo reitor, é o órgão responsável por organizar, assistir, coordenar, fomentar e articular as ações políticas e administrativas da Reitoria.

IV – Pró-Reitorias

O IFRR possui 05 (cinco) pró-reitorias, abaixo descritas, que são dirigidas por pró-reitores nomeados pelo Reitor:

A Pró-Reitoria de Ensino é o órgão executivo que planeja, superintende, coordena, fomenta e acompanha as atividades e as políticas de ensino, articuladas à pesquisa e à extensão.

A Pró-Reitoria de Extensão é o órgão executivo que planeja, superintende, coordena, fomenta e acompanha as atividades e as políticas de extensão, as relações com a sociedade e a interação com o processo produtivo, articuladas ao ensino e à pesquisa.

A Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação Tecnológica é o órgão executivo que planeja, superintende, coordena, fomenta e acompanha as atividades e as políticas de pesquisa e Pós-graduação, integradas ao ensino e à extensão, bem como promove ações de fomento à pesquisa, à ciência, à tecnologia e à inovação tecnológica.

A Pró-Reitoria de Administração é o órgão executivo que planeja, superintende, coordena, fomenta e acompanha as atividades e as políticas de administração, gestão orçamentária, financeira e patrimonial.

A Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional é o órgão executivo que planeja, superintende, coordena, fomenta e acompanha as atividades e as políticas de desenvolvimento e a articulação entre as pró-reitorias e os *campi*.

V – Órgãos de Controle Interno

Os órgãos de controle interno são responsáveis por planejar, coordenar, executar e avaliar os projetos e as atividades na sua área de atuação. São eles:

A Auditoria Interna é responsável por fortalecer e assessorar a gestão, bem como racionalizar as ações do IFRR e prestar apoio, dentro de suas especificidades, no âmbito da

Instituição, aos órgãos do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal e ao Tribunal de Contas da União, respeitada a legislação pertinente.

A Procuradoria Federal é o órgão de execução da Procuradoria-Geral Federal responsável pela representação judicial e extrajudicial e pelas atividades de consultoria e assessoramento jurídico aos órgãos superiores da administração do IFRR.

VI – Assessorias

A Assessoria de Relações Internacionais é o órgão de assessoramento responsável pela definição, pelo planejamento, pela execução, pelo acompanhamento, pelo registro e pela avaliação das ações de mobilidade acadêmica e estudantil do IFRR no âmbito internacional. Tem ainda como diretrizes o incentivo à adesão dos editais do Programa Ciências sem Fronteiras da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes); a implantação do Centro de Aplicação de Testes de Proficiência; e o fomento à implantação do Centro de Línguas nos *Campi*.

A Assessoria Executiva é o órgão competente pelo assessoramento do reitor nos assuntos de interesse da gestão institucional, em colaboração com as pró-reitorias e os demais órgãos de assessoramento.

A Assessoria de Mobilidade e Frota é o órgão central do IFRR responsável pela gestão, pela manutenção, pela conservação e pelo controle de uso da frota de veículos oficiais do IFRR.

A Assessoria de Políticas Inclusivas tem como objetivo planejar e acompanhar as políticas de inclusão para implantação dos Núcleos de Apoio e Inclusão Profissional às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (Napne) nos *campi*.

A Ouvidoria é o órgão de assessoramento da Reitoria responsável por receber e encaminhar às instâncias competentes as manifestações e as reivindicações das comunidades interna e externa do IFRR, informar ao solicitante o tratamento adotado em relação a sua solicitação e organizar os mecanismos e os canais de acesso dos interessados à Ouvidoria.

A Assessoria Jurídica é o órgão competente pelo assessoramento do reitor nos assuntos e nas decisões que envolvam matéria jurídica de interesse da gestão institucional, em colaboração com a Procuradoria Jurídica, com as pró-reitorias e com os demais órgãos de assessoramento.

A Assessoria de Comunicação e Marketing Institucional é o órgão responsável pela definição, planejamento, execução, acompanhamento, registro e avaliação dos processos relacionados às políticas de comunicação e marketing do IFRR.

VII – Sistêmicas

As diretorias sistêmicas, dirigidas por diretores nomeados pelo Reitor, são órgãos responsáveis por planejar, coordenar, executar e avaliar os projetos e as atividades na sua área de atuação.

A Diretoria de Gestão de Pessoas (DGP) é responsável por planejar, supervisionar, executar, orientar, controlar e avaliar a política de gestão de pessoas no IFRR.

A Diretoria de Tecnologia da Informação (DTI) é órgão responsável pelas atividades relacionadas ao planejamento, à supervisão, à execução e à avaliação da política de Tecnologia da Informação do IFRR.

VIII – Campi

Os *Campi* são administrados por diretores-geral, que são escolhidos e nomeados de acordo com o que determina o art. 13 da Lei n.º 11.892/2008, e têm seu funcionamento estabelecido pelo Estatuto e Regimento Geral do IFRR. Cabem ao diretor-geral as seguintes atribuições, entre outras:

I – Acompanhar, supervisionar e avaliar a execução dos planos, dos programas e dos projetos do *campus*, propondo, com base na avaliação de resultados, a adoção de providências relativas à reformulação deles;

II – Cumprir e fazer cumprir as disposições do Estatuto, do Regimento Geral e dos regulamentos internos, bem como as decisões dos colegiados superiores e dos órgãos da administração superior do IFRR;

III – Convocar eleições para designação dos representantes dos discentes, dos docentes e dos servidores técnico-administrativos nos órgãos integrantes da administração do IFRR;

IV – Organizar a burocracia de legislação e normas, de recursos humanos, serviços gerais, material e patrimônio e contabilidade do *campus*;

V – Planejar, executar, coordenar e supervisionar as políticas de ensino, pesquisa, extensão e administração do *campus*, em articulação com as pró-reitorias e as diretorias sistêmicas;

VI – Conferir graus, diplomas, certificados acadêmicos e títulos honoríficos;

VII – Aplicar a pena de desligamento a integrantes do corpo discente.

Como os *Campi* não comungam de um padrão único de estrutura administrativa, pois variam de acordo com o porte ou classificação do mesmo, segue abaixo os organogramas de nossas unidades administrativas.

- *Campus* Boa Vista



Figura 2 – Organograma do *Campus* Boa Vista

A estrutura macro do *Campus* Boa Vista é composta pelos seguintes setores:

Diretoria de Ensino (Diren): é responsável pela elaboração, a execução, o acompanhamento e a avaliação das políticas públicas e dos programas de ensino, além da assistência ao educando, desenvolvidos no âmbito do *Campus* Boa Vista, em consonância com as determinações e as orientações da Reitoria do IFRR.

Diretoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação Tecnológica (Dipesp): é responsável por zelar pela execução das políticas e dos programas de apoio e estímulo à pesquisa e à inovação tecnológica demandados pelo MEC/Setec; planejar, executar, acompanhar e avaliar as atividades de pesquisa e inovação tecnológica; zelar pelo cumprimento das normas legais e das exigências do MEC/Setec, bem como dos demais órgãos de apoio e fomento, na definição e na execução de atividades de pesquisa e inovação tecnológica; acompanhar, avaliar e propor reformulações e melhorias nos programas e nas atividades de pesquisa e inovação tecnológica, inclusive visando a maior integração e articulação com o ensino, a extensão e o processo produtivo; zelar pela observância das normas e dos regulamentos específicos; planejar, acompanhar e avaliar os desempenhos discente e docente nas ações de pesquisa e inovação, inclusive propor ações de capacitação.

Diretoria de Extensão (Direx): tem como função contribuir para uma educação inclusiva e contínua de qualidade por meio da execução de programas, projetos, cursos, oficinas e eventos de extensão nas áreas temáticas de comunicação, cultura, direitos humanos, educação, meio ambiente,

saúde e tecnologia do trabalho, com o intuito de desenvolver ações de qualificação permanente e inovação tecnológica voltadas para as comunidades interna e externa, com vistas ao desenvolvimento da Instituição e da comunidade.

Diretoria de Administração e Planejamento (Daplan): é responsável por planejar, coordenar, supervisionar, orientar, executar e controlar as atividades inerentes à administração de bens patrimoniais e de consumo; à aquisição ou contratação de fornecimento de bens e prestação de serviços; criar, desenvolver, coordenar, planejar, acompanhar, assessorar, consolidar informações e analisar as atividades de planejamento, assim como as atividades administrativas operacionais, entre outras.

Além dos setores acima descritos, ainda temos os seguintes setores diretamente ligados à Direção-Geral: Chefia de Gabinete, Departamento de Registros Escolares, Coordenação de Gestão de Pessoas, Coordenação de Comunicação Social e Comissão Permanente de Processo Seletivo e Vestibular.

- *Campus Novo Paraíso*



Figura 3 – Organograma do *Campus Novo Paraíso*

A estrutura macro do *Campus Novo Paraíso* é composta pelos seguintes setores:

Departamento de Ensino (DEN): compete-lhe elaborar, executar, acompanhar e avaliar as políticas públicas e os programas de ensino, pesquisa, extensão, além da assistência ao educando, desenvolvidos no âmbito do *Campus Novo Paraíso*, em consonância com as determinações e as orientações da Reitoria do IFRR.

Departamento de Administração e Planejamento (DAP): responsável pela elaboração, pela

execução e pelo controle do planejamento institucional do *campus* nas áreas material, patrimonial, tecnológica, processual, contábil, orçamentária e financeira. O DAP é responsável ainda por coordenar, supervisionar e executar sistematização das informações administrativas e financeiras que farão parte das prestações de contas da instituição, assim como assessorar as atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Departamento Técnico (Detec): responsável por oferecer subsídios para a realização das atividades práticas de campo, promovendo a integração entre o Departamento de Ensino, a Coordenação de Extensão e a Coordenação de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação Tecnológica; realizar projetos técnicos; planejar o local de implantação das unidade demonstrativas; oferecer condições para a realização das atividades práticas de campo; promover a manutenção dos equipamentos, das ferramentas, dos implementos e das máquinas agrícolas.

Além dos departamentos acima listados, compõe a estrutura do CNP as seguintes coordenações, que são diretamente ligadas à Direção-Geral: Chefia de Gabinete; Coordenação de Registros Acadêmicos; Coordenação de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação Tecnológica; Coordenação de Extensão; Coordenação de Gestão de Pessoas; e Coordenação de Comunicação Social.

- *Campus Amajari*



Figura 4 – Organograma do *Campus Amajari*

A estrutura macro do *Campus Amajari* é composta pelos seguintes setores:

Departamento de Ensino (DEN): compete-lhe elaborar, executar, acompanhar e avaliar as

políticas públicas e os programas de ensino, pesquisa, pós-graduação, extensão, além da assistência ao educando, desenvolvidos no âmbito do *Campus* Amajari, em consonância com as determinações e as orientações da Reitoria do IFRR.

b) Departamento de Administração e Planejamento (DAP): responsável pela elaboração, pela execução e pelo controle do planejamento institucional do *campus* nas áreas material, patrimonial, tecnológica, processual, contábil, orçamentária e financeira. O DAP é responsável ainda por coordenar, supervisionar e executar sistematização das informações administrativas e financeiras que farão parte das prestações de contas da instituição, assim como assessorar as atividades de ensino, pesquisa e extensão.

c) Departamento Técnico (Detec): responsável por oferecer subsídios para a realização das atividades práticas de campo, promovendo a integração entre o Departamento de Ensino, a Coordenação de Extensão e a Coordenação de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação Tecnológica; realizar projetos técnicos; planejar o local de implantação das unidade demonstrativas; oferecer condições para a realização das atividades práticas de campo; dar manutenção aos equipamentos, às ferramentas, aos implementos e às máquinas agrícolas.

Além dos departamentos acima listados, compõe a estrutura do CAM as seguintes coordenações, diretamente ligadas à Direção-Geral: Chefia de Gabinete; Coordenação de Registros Acadêmicos; Coordenação de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação Tecnológica; Coordenação de Extensão; Coordenação de Gestão de Pessoas; Coordenação de Comunicação Social; e Coordenação de Eventos.

- *Campus* Boa Vista Zona Oeste

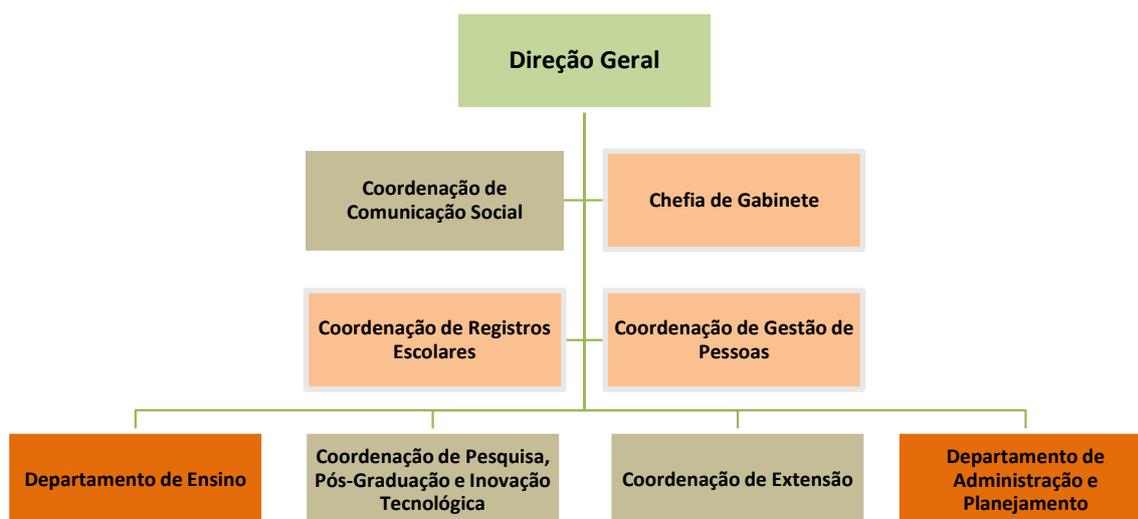


Figura 5 – Organograma do *Campus* Boa Vista Zona Oeste

A estrutura macro do *Campus* Boa Vista Zona Oeste é composta pelos seguintes setores:

a) Departamento de Ensino (DEN): compete-lhe elaborar, executar, acompanhar e avaliar as políticas públicas e os programas de ensino, pesquisa e extensão, além da assistência ao educando, desenvolvidos no âmbito do *Campus* Boa Vista Zona Oeste, em consonância com as determinações e as orientações da Reitoria do IFRR, assim como zelar pelo cumprimento das normas legais e das exigências do MEC/Setec, acompanhando o processo de ensino-aprendizagem.

b) Departamento de Administração e Planejamento (DAP): responsável pela elaboração, pela execução e pelo controle do planejamento institucional do *campus* nas áreas material, patrimonial, tecnológica, processual, contábil, orçamentária e financeira. O DAP é responsável ainda por coordenar, supervisionar e executar a sistematização das informações administrativas e financeiras que farão parte das prestações de contas da instituição, assim como assessorar as atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Além dos departamentos acima listados, compõe a estrutura do CBVZO as seguintes coordenações, diretamente ligadas à Direção-Geral: Chefia de Gabinete; Coordenação de Registros Escolares; Coordenação de Gestão de Pessoas; Coordenação de Comunicação Social; Coordenação de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação Tecnológica; e Coordenação de Extensão.

- *Campus* Avançado Bonfim

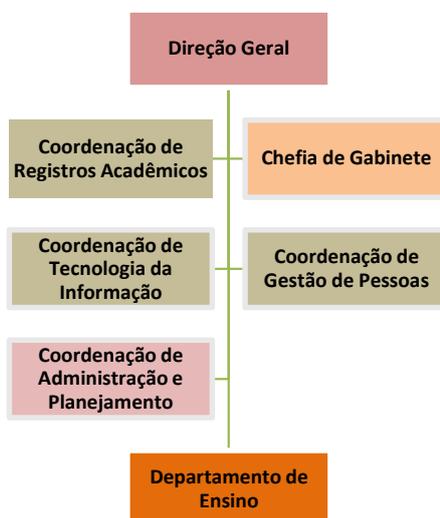


Figura 6 - Organograma do *Campus* Avançado Bonfim

O *Campus* Avançado Bonfim está assim estruturado:

a) Departamento de Ensino (DEN): compete-lhe elaborar, executar, acompanhar e avaliar as

políticas públicas e os programas de ensino, pesquisa e extensão, além da assistência ao educando, desenvolvidos no âmbito do *Campus* Avançado do Bonfim, em consonância com as determinações e as orientações da Reitoria do IFRR, assim como zelar pelo cumprimento das normas legais e exigências do MEC/Setec, acompanhando o processo de ensino-aprendizagem.

Além dos setores acima listados, compõe a estrutura do CAB diretamente ligada à Direção-Geral as seguintes coordenações: Coordenação de Registros Acadêmicos, Coordenação de Administração e Planejamento, Coordenação de Gestão de Pessoas, Coordenação de Tecnologia da Informação e Coordenação de Gestão de Pessoas.

Quadro 7 – Informações sobre Áreas ou Subunidades Estratégicas

Áreas/Subunidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo	Período de Atuação
Ensino	Planeja, superintende, coordena, fomenta e acompanha as atividades e políticas do ensino.	Sandra Grützmacher	Pró-Reitora de Ensino	1/1/2017 a 31/12/2017
Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação Tecnológica	Define as áreas estratégicas, as políticas e os programas a serem assumidos pelo IFRR no âmbito da pesquisa, da pós-graduação e da inovação, em consonância com as diretrizes emanadas do Ministério da Educação e do Ministério de Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, integradas ao ensino e à extensão.	Fabiana Leticia Sbaraini	Pró-Reitora de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação Tecnológica	1/1/2017 a 31/12/2017
Extensão	Planeja, superintende, coordena, fomenta e acompanha as atividades e as políticas de extensão, bem como as relações com a sociedade, articuladas ao ensino e à pesquisa, nos diversos segmentos sociais ligados ao IFRR.	Nadson Castro dos Reis	Pró-Reitor de Extensão	1/1/2017 a 31/12/2017
Políticas de Assistência Estudantil	Coordena as ações de sensibilização, planejamento, acompanhamento, execução e avaliação da Política de Assistência Estudantil.	Maricelia Carvalho Moreira Leite	Diretora de Políticas de Assistência Estudantil	1/1/2017 a 31/12/2017
Planejamento e Desenvolvimento Institucional	Planeja, superintende, coordena, fomenta e acompanha as atividades e as políticas de desenvolvimento institucional, bem como a articulação entre as pró-reitorias e as unidades de Ensino.	Diogo Saul Silva Santos	Pró-Reitor de Desenvolvimento Institucional	1/1/2017 a 31/12/2017
Administração	Administra, superintende, coordena, fomenta e acompanha as atividades e as políticas de administração, gestão orçamentária, financeira e patrimonial.	Regina Ferreira Lopes	Pró-Reitora de Administração	1/1/2017 a 31/12/2017
Tecnologia da Informação	Planeja, supervisiona, executa e avalia a política de Tecnologia da Informação.	Jean Carlos Araújo Costa	Diretor de Tecnologia da Informação	1/1/2017 a 31/12/2017
Gestão de Pessoas	Propõe, coordena, acompanha e avalia as políticas e as diretrizes relativas ao recrutamento e à seleção; ao desenvolvimento, à capacitação, à avaliação de desempenho, à saúde e à qualidade de vida dos servidores.	Jadinéa Leandro Leite	Diretora de Gestão de Pessoas	1/1/2017 a 31/12/2017
Eficiência e Transparência na Administração Pública	Representa o IFRR, em juízo ou fora dele, bem como administra, gere, coordena e superintende as atividades da instituição.	Sandra Mara de Paula Dias Botelho	Reitora	1/1/2017 a 31/12/2017
Educação a Distância	Define e acompanha as políticas institucionais relacionadas à educação a distância.	Robermilton Sant Anna de Oliveira Rodrigues	Diretor de Políticas de Educação a Distância	1/1/2017 a 31/12/2017

1.5 MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS

Os macroprocessos finalísticos são aqueles diretamente relacionados com o negócio e a razão de existir da Instituição. Nos quadros abaixo serão apresentados os macroprocessos finalísticos do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima, os quais estão relacionados ao atendimento das políticas de ensino, pesquisa, inovação e extensão.

Quadro 8 – Macroprocessos Finalísticos do Ensino

Macroprocesso	Descrição	Produtos e Serviços	Principais Clientes	Subunidades Responsáveis
Programa de Fomento às Práticas Pedagógicas Inovadoras	Visa estimular e apoiar práticas pedagógicas inovadoras que contribuam para o aperfeiçoamento do processo de ensino-aprendizagem e para a melhoria da qualidade da educação. Destina-se ao fomento de projetos desenvolvidos nos cursos técnicos ou superiores. Os critérios e as condições para participação e recebimento de auxílio financeiro do Inova são estabelecidos por meio de edital específico. Os projetos são desenvolvidos nos <i>campi</i> e acompanhados pela Proen.	Projetos realizados e contribuição para a melhoria do processo de ensino-aprendizagem.	Professores, alunos e comunidade.	<i>Campi</i> Boa Vista, Boa Vista Zona Oeste, Novo Paraiso, Amajari e Avançado Bonfim.
Monitoramento das Políticas para o Ensino	É realizado por meio de visitas aos <i>campi</i> e tem como objetivo acompanhar e monitorar as atividades e as ações do ensino, visando ao aperfeiçoamento contínuo do currículo e do processo de ensino-aprendizagem dos cursos ofertados, bem como ao alinhamento das políticas do ensino.	Correção e ajustes nos fluxos e nos processos pertinentes ao ensino; interação entre as equipes do ensino; diagnóstico para a realização de ações como cursos de capacitação, encontros, reuniões, elaboração de normas e regulamentos.	Professores, alunos e comunidade.	Diretoria de Políticas do Ensino Técnico, Diretoria de Políticas de Graduação e Coordenação Técnico Pedagógico.
Participação em Eventos	A participação em eventos fortalece a equipe ligada ao ensino, a atualização em relação às políticas definidas pelo governo federal por meio da Rede de Educação Profissional, a articulação com os demais institutos, além de caracterizar-se como formação em serviço.	Equipe técnico-pedagógica da Proen capacitada.	Gestores e servidores ligados ao ensino do IFRR.	Diretoria de Políticas do Ensino Técnico, Diretoria de Políticas de Graduação e Núcleo de Apoio Pedagógico.

<p>Programa Institucional de Bolsa-Monitoria</p>	<p>A monitoria tem por finalidade favorecer a articulação entre teoria e prática e a integração curricular em seus diferentes aspectos, bem como oportunizar a cooperação mútua entre discentes e docentes permitindo ao primeiro vivenciar atividades técnico didáticas. O estudante-monitor recebe uma bolsa para auxiliar o professor na aprendizagem dos alunos que possuem dificuldades em determinada disciplina.</p>	<p>Contribuição para a melhoria do processo de ensino-aprendizagem, bem como da retenção e evasão escolar; Reconhecimento dos estudantes que apresentam alto rendimento acadêmico.</p>	<p>Alunos e professores.</p>	<p>Campi Boa Vista, Boa Vista Zona Oeste, Novo Paraíso, Amajari e Avançado Bonfim.</p>
--	---	--	------------------------------	--

Quadro 9 – Macroprocessos Finalísticos da Pesquisa, da Pós-Graduação e da Inovação Tecnológica

Macroprocessos	Descrição	Produtos e Serviços	Principais Clientes	Subunidades Responsáveis
<p>Desenvolvimento da pesquisa e inovação tecnológica e oferta de programas de pós-graduação voltados às áreas de atuação do IFRR</p>	<p>Oferta de cursos de pós-graduação: levantar as necessidades de formação em nível de pós-graduação para os servidores do IFRR e o público externo com estudos de alternativas, seja por associação com outras instituições, seja por contrato de oferta de vagas em programas aprovados pela capes.</p>	<p>Oferta de pós-graduação e ou disponibilização de vagas em cursos lato sensu e em programas stricto sensu.</p>	<p>Servidores do IFRR e público externo</p>	<p>Pró-reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação Tecnológica (Diretoria de Pesquisa e Pós-Graduação) e as Coordenações de Pós-Graduação dos Campi.</p>
	<p>Incentivo à pesquisa: disseminar, implantar, implementar e acompanhar os programas de pesquisa nos Campi</p>	<p>Conhecimentos científicos e ou produtos tecnológicos, que prioritariamente, contribuem para o desenvolvimento da produção local com caráter inovador.</p>	<p>Comunidade científica, alunos, docentes e arranjos produtivos locais.</p>	<p>Pró-reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação Tecnológica (Diretoria de Pesquisa e Pós-Graduação) e as Coordenações de Pesquisa dos Campi.</p>
	<p>Produção, proteção e transferência de conhecimento e tecnologia: desenvolver a cultura da inovação e do empreendedorismo no IFRR, agregando valor à produção científica e tecnológica, primando pela proteção intelectual, bem como pela transferência de tecnologia.</p>	<p>Processos e tecnologias visando ao registro de patentes.</p>	<p>Comunidade acadêmica do IFRR e comunidade externa.</p>	<p>Pró-reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação Tecnológica (Núcleo de Inovação Tecnológica – NIT) e Coordenações de Inovação dos Campi.</p>
	<p>Socialização da produção científica e tecnológica: planejar, organizar e publicar produções provenientes de pesquisa e estudos dos docentes e discentes do IFRR, bem como do público externo.</p>	<p>Periódicos com informações das produções científicas e tecnológicas.</p>	<p>Comunidade interna do IFRR (alunos e servidores) e público de modo geral.</p>	<p>Pró-reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação Tecnológica (Coordenação de Produção e Publicações Científicas e Tecnológicas).</p>

	<p>Realização do Fórum de Integração Ensino, Pesquisa, Extensão e Inovação: evento institucional que tem por objetivo apresentar aos pares, às outras instituições de pesquisa e ao público em geral os produtos resultantes da integração ensino, pesquisa e extensão no IFRR. Cria-se um ambiente de discussão envolvendo pesquisadores locais e de outras instituições em que se busca disseminar a cultura da pesquisa com cunho inovador, priorizando as alternativas para o desenvolvimento regional.</p> <p>Capacitação, formação continuada e participação em eventos: promover a capacitação permanente do servidor, contribuindo para o seu desenvolvimento profissional.</p>	<p>Disseminação da produção do IFRR, resultante da integração ensino, pesquisa e extensão.</p> <p>Capacitação, formação continuada e participação em eventos</p>	<p>Comunidade interna (alunos e servidores), comunidade externa e outras instituições de pesquisa</p> <p>Servidores da PROPESQ</p>	<p>Pró-reitorias e Campi.</p> <p>PROPESQ</p>
--	---	--	--	--

Quadro 10 - Macroprocessos Finalísticos da Extensão

Macroprocessos	Descrição	Produtos e Serviços	Principais Clientes	Subunidades Responsáveis
Programa de Bolsa Acadêmica Extensão – Pbaex	Promove a inserção social e a capacitação, em ações de extensão, de alunos regularmente matriculados nos cursos de nível técnico e superior do Instituto Federal de Roraima.	Projetos de extensão que contribuem para a melhoria e o aperfeiçoamento da qualidade de vida da comunidade do Estado de Roraima.	Alunos e comunidades interna e externa.	Campi do IFRR.
Gestão da Política de Extensão (Jogos Internos, Jogos dos Institutos Federais (JIF's) Regional Norte e Nacional)	Desenvolve o intercâmbio socioesportivo-cultural na área do desporto escolar, promovendo a integração entre os <i>campi</i> , os Institutos Federais da Região Norte e do Brasil, tendo a atividade esportiva escolar como fator fundamental da formação integral dos envolvidos	Integração entre os servidores e os alunos dos <i>campi</i> e dos IF's da Região Norte e do Brasil.	Alunos e servidores dos <i>Campi</i> do IFRR e dos Institutos Federais	Campi do IFRR e Pró-Reitoria.
Gestão da Política de Extensão (IF Comunidade, Egressos, parcerias e Cursos FIC).	Propicia a prestação de serviços, promove a busca de parcerias e a integração com a comunidade, além da difusão de tecnologias e da socialização das ações executadas pelos <i>campi</i> do IFRR.	Palestras, oficinas, atividades recreativas, desportivas, atendimentos médicos, exames laboratoriais e outras atividades, conforme a realidade local dos <i>campi</i> .	Comunidades interna e externa do IFRR.	Campi do IFRR.

<p>Fórum de Integração Ensino, Pesquisa, Extensão e Inovação do IFRR.</p>	<p>Evento Institucional que tem por objetivo fomentar a integração do ensino, da pesquisa, da extensão e da inovação tecnológica no âmbito do IFRR, possibilitando a troca de saberes científicos e tecnológicos.</p>	<p>Palestras, minicursos, mesa-redonda, mostra dos trabalhos científicos, eventos culturais.</p>	<p>Comunidade interna e externa do IFRR.</p>	<p>Pró-reitorias e <i>campi</i>.</p>
<p>Atividades de Capacitação/participação em eventos (FIEX, Forproex, RedeTec).</p>	<p>Promover a realização e/ou participação de ações de capacitação em relação às políticas de extensão conforme demanda dos <i>campi</i> e participação em eventos oficiais da Rede Federal.</p>	<p>Reuniões do Fórum interno de Extensão (FIEX), participação e capacitação em eventos da Rede Federal.</p>	<p>Gestores, técnicos, <i>campi</i> do IFRR.</p>	<p>Pró-Reitoria de Extensão e <i>campi</i>.</p>

2 PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E RESULTADOS

2.1 PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL

Na elaboração do planejamento, são observados os objetivos institucionais contidos na Lei n.º 11.892/2008, que criou os Institutos Federais, nas diretrizes do Plano Plurianual (PPA), na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e na Lei Orçamentária Anual (LOA), todas do governo federal. O PPA para o período de 2016 a 2019, estabelecido pela Lei nº 13.249, de 13 de janeiro de 2016, é o instrumento de planejamento governamental que define diretrizes, objetivos e metas da Administração Pública Federal para as despesas de capital e outras destas decorrentes e para as despesas relativas aos programas de duração continuada, com o propósito de viabilizar a implementação e a gestão das políticas públicas.

A LDO compreende as metas e as prioridades da Administração Pública Federal, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente. Além disso, orienta a elaboração da LOA, dispõe sobre as alterações na legislação tributária e estabelece a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.

Por sua vez, a LOA, estabelecida pela Lei 13.414, de 10 de janeiro de 2017, disciplina todas as ações do Governo Federal. Portanto, nenhuma despesa pública pode ser executada fora do orçamento. É na LOA que o governo define as prioridades contidas no PPA e as metas que deverão ser atingidas no ano.

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima recebe parte de seu orçamento por meio da Matriz Orçamentária elaborada pelo Fórum de Diretores de Administração e Planejamento (FORPLAN) e aprovada pelo Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Tecnológica (CONIF).

Em suas ações de planejamento para o exercício de 2017, por meio do Plano Anual de Trabalho (PAT), o IFRR teve como marco regulatório o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2014-2018 e o Termo de Acordo e Metas (TAM), cuja função é balizar as ações da Instituição em médio prazo. O planejamento é compreendido como função cíclica, em que se planeja, acompanha, avalia e replaneja as ações. Assim, uma vez iniciada a execução do PAT, surge a fase de acompanhamento, com o objetivo de garantir o cumprimento dos objetivos propostos por meio das metas estabelecidas, bem como, se necessário, corrigir rumos e superar dificuldades, conforme o cenário econômico nacional.

De forma sistematizada, esse acompanhamento é planejado por meio de relatórios quadrimestrais de avaliação do cumprimento das metas físicas e financeiras, em conformidade com o orçamento geral da Instituição, contando com a participação dos gestores dos *Campi* e da Reitoria. Os resultados verificados servem para subsidiar decisões do Colégio de Dirigentes, estabelecendo-se também como patamar para o aperfeiçoamento do processo de planejamento em consonância com o momento em que se encontra a ação.

Os Programas e as Ações são instrumentos de organização da ação governamental que articulam um conjunto de iniciativas públicas e privadas – projetos, atividades, financiamentos, incentivos fiscais, normas, entre outros – que visam à solução de um problema ou ao atendimento de demanda da sociedade e são mensurados por meio de indicadores.

Cada programa identifica as ações necessárias para atingir seus objetivos, sob a forma de projetos, atividades e operações especiais. No Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima, os programas e as ações para o exercício de 2017 foram:

- **Programas:**

0089 – Previdência de Inativos e Pensionistas da União

0910 – Operações Especiais: Gestão da Participação em Organismos e Entidades Nacionais e Internacionais

2080 – Educação de Qualidade para Todos

2109 – Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação

- **Ações:**

20RG – Expansão e Reestruturação de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica

20RL – Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica

2994 – Assistência aos Estudantes das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica

0181 – Aposentarias e Pensões – Servidores Civis

00M1 – Benefícios Assistenciais decorrentes do Auxílio-Funeral e Natalidade

09HB – Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais

20TP – Pessoal Ativo da União

2004 – Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares

e seus Dependentes

2010 – Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares

2011 – Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares

2012 – Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares

216H – Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos

4572 – Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação

00PW – Contribuições a Entidades Nacionais sem Exigência de Programação Específica

O PAT do IFRR em 2017 foi construído por meio de um processo coletivo, sob a coordenação da Prodin, mediante a realização de seminários com representantes de todos os *campi* e da Reitoria, e em etapas, conforme descrito a seguir:

- Elaboração das propostas de macroprojetos, objetivos estratégicos e metas, com os responsáveis pelas dimensões sistêmicas: pró-reitorias, diretorias sistêmicas, DTI e Gabinete da Reitoria;
- Reunião por dimensão, com os representantes de todos os *campi*, para apresentação, discussão e ajustes dos macroprojetos, objetivos estratégicos e metas;
- Planejamento das ações e atividades e seu cadastramento nos Suap;
- Avaliação e ajustes das ações e atividades que foram cadastradas no Suap pelos responsáveis pelas dimensões sistêmicas;
- Consolidação e publicação do PAT no *site* institucional.

2.1.1 Descrição Sintética dos Objetivos do Exercício

Os objetivos do IFRR para o exercício de 2017, elaborados e cadastrados no Sistema Unificado de Administração Pública (Suap), módulo planejamento, foram estes:

- Fortalecer continuamente a qualidade do ensino ofertado pelo IFRR;
- Garantir a oferta regular de cursos na modalidade a distância;
- Desenvolver atividades de extensão em articulação com o mundo do trabalho e os arranjos produtivos, sociais e culturais;

- Incentivar o desenvolvimento da pesquisa, da pós-graduação e da inovação tecnológica;
- Assegurar aos estudantes condições de permanência e conclusão com êxito;
- Desenvolver atividades institucionais de acordo com os objetivos do desenvolvimento sustentável;
- Criar condições para atender às demandas das Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais/Específicas (PNEEs);
- Consolidar a estrutura de governança;
- Implementar o sistema integrado de gestão institucional;
- Difundir e implementar ações para a consecução dos objetivos expressos no mapa estratégico, por meio de planos de ação e do aperfeiçoamento dos instrumentos de monitoramento e avaliação;
- Promover ações voltadas para a qualidade de vida no trabalho, capacitação e qualificação profissional;
- Consolidar a expansão e reestruturação do IFRR para promover qualidade dos seus serviços prestados;
- Melhorar a qualidade da infraestrutura de telecomunicações;
- Manter os serviços direcionados ao funcionamento da instituição;
- Promover ações para a integração do ensino, pesquisa e extensão visando o desenvolvimento das políticas educacionais;
- Proporcionar condições para o desenvolvimento da pesquisa e inovação tecnológica e, para a oferta de programas de pós-graduação voltados às áreas de atuação do IFRR, com vistas à produção, proteção e transferência de conhecimento e tecnologia, bem como a ampliação dos canais de divulgação;
- Estimular a participação da comunidade interna e externa dos Campi em atividades de extensão;
- Promover ações de gestão da política de extensão do IFRR, articuladas com a política de extensão para a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica;
- Promover a realização e/ou participar de ações de capacitação/formação continuada e/ou de eventos oficiais da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica;

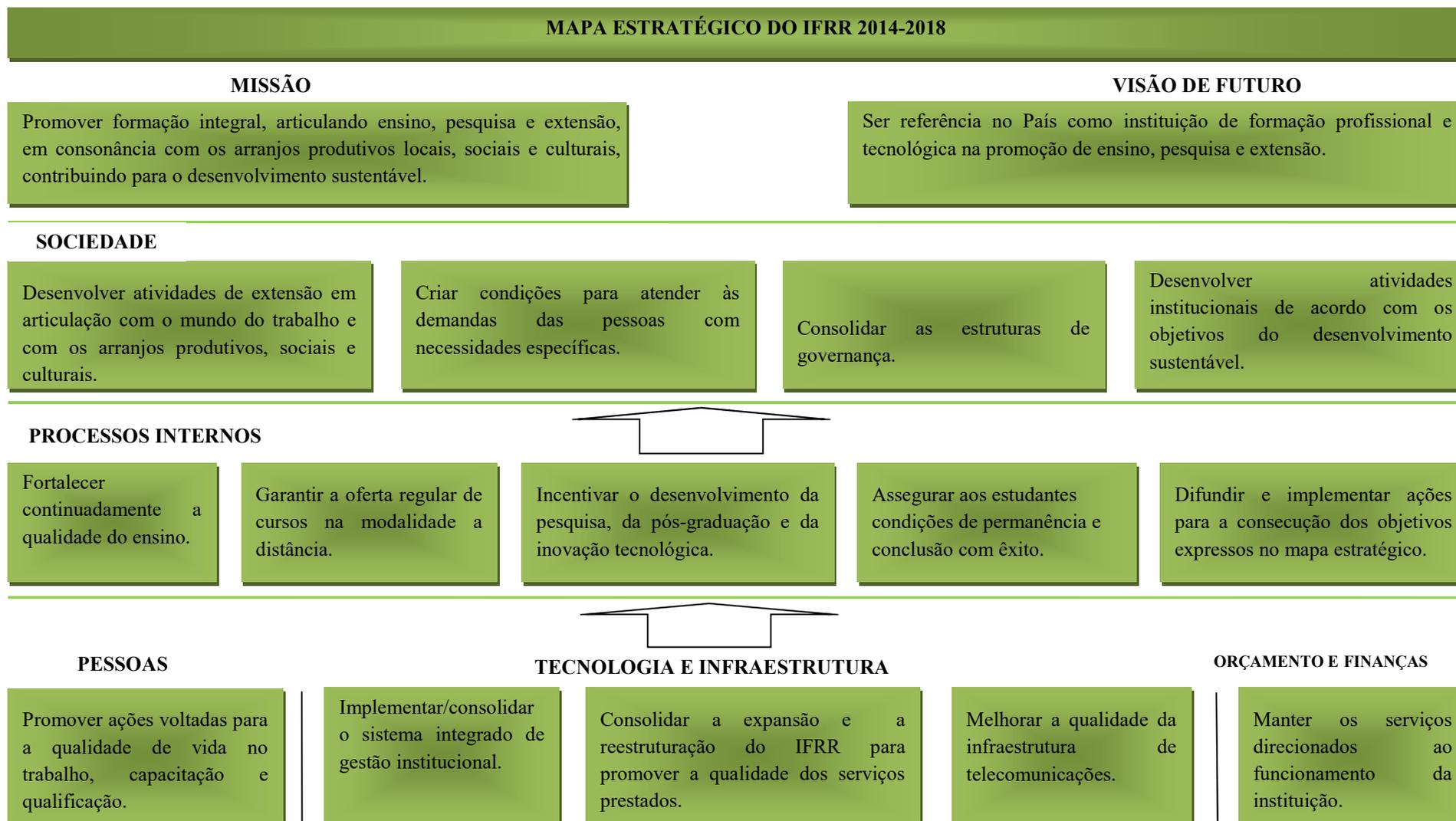
- Promover ações de gestão e divulgação do programa, apoiar, orientar e acompanhar o planejamento e a execução das atividades do Programa Mulheres Mil;
- Promover ações de gestão e divulgação do programa, apoiar, orientar e acompanhar o planejamento e a execução das atividades do PRONATEC;
- Implementar e Disseminar a Política de Assistência Estudantil no âmbito do IFRR de acordo com a Regulamentação aprovada pelo CONSUP;
- Inovar e Reestruturar a Cultura e a Política de Comunicação Estratégica no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima, melhorando os fluxos internos e externos com os meios de comunicação;
- Garantir a integração, o funcionamento e a confiabilidade do sistema de apoio acadêmico e de gestão, bem como, a disponibilidade de dados;
- Manter a infraestrutura do IFRR para a consecução da sua missão, com contratação de diversos serviços de natureza contínua, tais como limpeza, conservação, segurança e vigilância patrimonial, manutenção predial, transporte, eletricidade, telefonia fixa, entre outros;
- Fomentar o alcance das metas institucionais, no que couber à utilização de soluções de Tecnologia da Informação, atendendo demandas internas e externas, assistindo os usuários finais das tecnologias envolvidas e utilizando as melhores práticas de mercado bem como aquelas indicadas pelos órgãos de controle;
- Ofertar programas de capacitação e qualificação para os servidores;
- Realizar programas e projetos de qualidade de vida para os servidores;
- Promover o acesso a informações de interesse geral e particular dos servidores;
- Monitorar a disponibilidade e execução dos recursos para custeio das ações necessárias ao funcionamento da gestão de pessoas;
- Melhorar a eficácia dos processos de gerenciamento de riscos, controle e governança;
- Favorecer o acesso ao ensino, em seus diferentes níveis, através da educação a distância, contribuindo com o desenvolvimento profissional, social e institucional.

2.1.2 Estágio de Implementação do Planejamento Estratégico

O Planejamento Estratégico do IFRR foi construído em 2013, junto com o PDI, de forma coletiva, com a contribuição das subcomissões de trabalho e com a participação da comunidade acadêmica, do corpo técnico-administrativo e da comunidade externa, obtida por meio de caixas de sugestões distribuídas nos *campi* e de um *link* no site da IFRR criado para o envio de proposições. Nesse período, foram revistos a missão, a visão, os valores, os objetivos estratégicos e os indicadores para o quinquênio 2014-2018, conforme a seguir:

2.1.2.1 Mapa Estratégico do IFRR

Figura 7 - Mapa Estratégico do IFRR



2.1.2.2 Objetivos Estratégicos e Indicadores do IFRR

- Fortalecer continuamente a qualidade do ensino.

Descrição: Melhorar os resultados da aprendizagem, reduzindo as desigualdades educacionais no interior da instituição e o índice de retenção e de evasão escolar

Dimensão: Ensino

Quadro 11 – Indicadores do Ensino

Indicadores	Forma de cálculo	Descrição dos componentes	Frequência de medição	Indicador recente 2013	Indicador ao final do PDI 2018
Relação candidato-vaga	Total de candidatos/Total de vagas	Dimensiona o nível de atratividade dos cursos ofertados pela instituição.	Anual	0,61	6,0
Relação ingresso-estudante	Total de ingressantes/Total de matriculados	Analisa a capacidade da oferta de vagas da instituição.	Anual	23,87%	50%
Relação concluintes-estudantes	Total de concluídos e integralizados na fase escolar/Total de matriculados	Analisa a taxa de concluintes sobre o número total de matrículas.	Anual	6,14%	20%
Índice de Eficiência Acadêmica	Total de concluídos e integralizados na fase escolar/Total de matriculados finalizados	Verifica se a instituição obteve uma relação eficiente entre o número de concluintes e o número de ingressantes.	Anual	73,04%	80%
Índice de Retenção do Fluxo Escolar	Total de retidos/Total de matriculados	Avalia a taxa de retenção do fluxo escolar (reprovações e trancamentos).	Anual	46,61%	20%

Fonte: PDI

- *Garantir a oferta regular de cursos na modalidade a distância.*

Descrição: Garantir a oferta de cursos na modalidade a distância

Dimensão: Ensino

Quadro 12 – Indicadores da Educação a Distância

Indicadores	Forma de Cálculo	Descrição dos Componentes	Frequência de Medição	Indicador Recente 2013	Indicador ao Final do PDI 2018
Relação de candidato/Vaga	Total de candidatos/Total de vagas	Dimensiona o nível de atratividade dos cursos ofertados pela instituição.	Anual	1,04	2,29
Taxa de crescimento do número de matrículas em curso a distância.	$(N.^{\circ} \text{ de matrículas em cursos a distância no ano atual} - N.^{\circ} \text{ de matrículas em cursos a distância no ano anterior}) / N.^{\circ} \text{ de matrículas em cursos a distância no ano anterior} * 100$	Indica a taxa de crescimento do número de matrículas a distância no IFRR.	Anual	26%	50%

Fonte: PDI

- *Desenvolver atividades de extensão em articulação com o mundo do trabalho e os arranjos produtivos, sociais e culturais.*

Descrição: Ampliar o relacionamento do IFRR com a comunidade

Dimensão: Extensão

Quadro 13 – Indicadores da Extensão

Indicadores	Forma de Cálculo	Descrição dos Componentes	Frequência de Medição	Indicador Recente 2013	Indicador ao Final do PDI 2018
Grau de envolvimento dos docentes com a extensão	$N.^{\circ}$ de docentes coordenadores de ações de extensão/ $N.^{\circ}$ de docentes em exercício * 100	Informa o grau de envolvimento dos docentes com atividades de extensão.	Anual	37,80%	50%
Grau de envolvimento dos estudantes com a extensão	$N.^{\circ}$ de estudantes envolvidos em ações de extensão/ $N.^{\circ}$ de estudantes matriculados * 100	Informa o grau de envolvimento dos estudantes com atividades de extensão.	Anual	3,12%	60%
Grau de crescimento das ações de extensão	$N.^{\circ}$ de ações ocorridas no exercício em avaliação/ $N.^{\circ}$ de ações ocorridas no exercício anterior * 100	Informa o grau de crescimento das ações de extensão.	Anual	108,69%	90%
Taxa de crescimento das bolsas de extensão para estudantes	$N.^{\circ}$ de estudantes do exercício em avaliação/ $N.^{\circ}$ de estudantes do exercício anterior * 100	Informa a taxa de crescimento e a necessidade de recurso para o desenvolvimento da ações de extensão.	Anual	214,7%	60%
Taxa de crescimento do público beneficiado com ações de extensão	$N.^{\circ}$ de pessoas atendidas no IF Comunidade no exercício em avaliação/ $N.^{\circ}$ de pessoas atendidas no exercício anterior * 100	Informa a taxa de crescimento do público presente às ações do IF Comunidade.	Anual	57,3%	80%
Taxa de crescimento dos cursos FIC	$N.^{\circ}$ de cursos ofertados no exercício em avaliação/ $N.^{\circ}$ de cursos ofertados no exercício anterior * 100	Informa a taxa de crescimento da oferta de cursos FIC relacionada com a oferta do ano anterior.	Anual	0%	50%
Acompanhamento de egressos	$N.^{\circ}$ de egressos inseridos no mercado de trabalho/ $N.^{\circ}$ de concluintes * 100	Informa a taxa de ocupação média dos egressos dos cursos técnicos e superiores.	Anual	-	25%

Fonte: PDI

- *Incentivar o desenvolvimento da pesquisa, da pós-graduação e da inovação tecnológica.*

Descrição: Realizar pesquisas aplicadas, estimulando o desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas, estendendo seus benefícios à comunidade.

Dimensão: Pesquisa

Quadro 14 – Indicadores da Pesquisa, da Pós-Graduação e da Inovação Tecnológica

Indicador	Cálculo													
	NPGLS	NPGSS	NBICTI-OF					NPP	P	I	VBICTG-Inst (R\$)	VBQ-Inst (R\$)	VPP (R\$)	VEX(R\$)
			PIBIC	PIBITI	PIBIC EM	PIBIC AF	FAP							
Indicador recente 2013	4	2	-	-	-	-	-	138	1	-	277.101,00	323.475,50	100.000,00	33.000,00
Indicador ao final do PDI 2018	6	3	3	3	3			200	2	4	340.000,00	800.000,00	300.000,00	200.000,00
Esforço Institucional	NPGLS – Número de cursos de pós-graduação <i>lato sensu</i> . NPGSS – Número de cursos de pós-graduação <i>stricto sensu</i> . NBICT-OF – Número de Bolsas de Iniciação Científica e Tecnológica oriundas dos órgãos de fomento FAP – Fundações de Amparo à Pesquisa NPP – Número de projetos de pesquisa cadastrados na instituição P – Possui periódicos institucionais? I – Possui iniciativa empreendedora? VBICTG-Inst – Valor total de recursos destinados às Bolsas de Iniciação Científica e Tecnológica e de Pós-Graduação custeadas com recursos da instituição VBQ-Inst – Valor total de recursos da instituição destinados a Bolsas de Qualificação para servidores VPP – Valor total de recursos da instituição destinados a grupos de pesquisa e/ou a projetos de pesquisa VEX – Valor total de recursos externos captados para pesquisa													

	<i>Campi</i>	NA		NTC		NR		NL		NC		NRPI		
		Indicador recente 2013	Indicador ao final do PDI 2018	Indicador recente 2013	Indicador ao final do PDI 2018	Indicador recente 2013	Indicador ao final do PDI 2018	Indicador recente 2013	Indicador ao final do PDI 2018	Indicador recente 2013	Indicador ao final do PDI 2018	Indicador recente 2013	Indicador ao final do PDI 2018	
Projetos e Produção	Amajari	7	35	-	4	7	12	-	1		1	-	4	
	Boa Vista	13	40	16	30	12	24	3	5	3	5	-	4	
	Novo Paraíso	9	45	10	20	13	19	-	1	-	1	-	4	
	Reitoria	1	5	7	11	2	8	-	1	1	1	-	2	
	Zona Oeste	-	1	-	1	-	3	-	-	-	1	-	1	
	Bonfim	-	1	-	1	-	3	-	-	-	1	-	-	
	Total IFRR	30	127	33	67	34	69	3	8	4	10	-	15	
NA – Número de artigos publicados em periódicos qualificados pelo Sistema <i>Qualis</i> da Capes NTC – Número de trabalhos completos publicados em anais de eventos com ISBN NR – Número de resumos publicados em anais de eventos com ISBN NL – Número de livros com ISBN publicados por servidores da instituição NC – Número de capítulos de livro com ISBN publicados por servidores da instituição NRPI – Número de Registros de Propriedade Intelectual														
Quantidade de Projetos de Pesquisa Cadastrados na Instituição	Indicador recente – 2013							Indicador ao final do PDI – 2018						
	138							200						

Fonte: PDI

- *Assegurar aos estudantes condições de permanência e conclusão com êxito.*

Descrição: Democratizar as condições de permanência dos jovens na educação profissional e superior pública federal de modo a minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e na conclusão do curso.

Dimensão: Políticas de Assistência Estudantil

Quadro 15 - Indicador da Assistência Estudantil

Indicador	Forma de Cálculo	Descrição dos Componentes	Frequência de Medição	Indicador Recente 2013	Indicador ao Final do PDI 2018
Assistência Estudantil	Estudantes que recebem auxílio/Estudantes com matrícula ativa que recebem auxílio	Estudantes que recebem auxílio: são estudantes que foram selecionados via edital para receber auxílio estudantil. Estudantes com matrícula ativa que recebem auxílio: são estudantes que continuam matriculados na Instituição	Anual	75 %	95%

Fonte: PDI

- *Desenvolver atividades institucionais de acordo com os objetivos do desenvolvimento sustentável.*

Descrição: Adotar práticas socioambientais responsáveis e disseminar a cultura da sustentabilidade para a comunidade acadêmica e a sociedade.

Dimensão: Extensão e Administração

Quadro 16 – Indicador do Desenvolvimento Sustentável

Indicador	Forma de Cálculo	Descrição dos Componentes	Frequência de Medição	Indicador Recente 2013	Indicador ao Final do PDI 2018
N.º de ações de disseminação de práticas socioambientais responsáveis adotadas	Número de ações implementadas	Ações: capacitação, consultoria, etc.	Anual	1	3

Fonte: PDI

- *Criar condições para atender às demandas das Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais/Específicas (PNEEs)*

Descrição: Criar condições físicas e pedagógicas para atender às demandas das pessoas com necessidades específicas.

Dimensão: Ensino, Pesquisa, Extensão, Administração, Planejamento e Desenvolvimento Institucional, Gestão de Pessoas, Tecnologia da Informação e Eficiência e Transparência na Administração Pública

Quadro 17 – Indicadores de Demandas das Pessoas com PNEEs

Indicadores	Forma de Cálculo	Descrição dos Componentes	Frequência de Medição	Indicador Recente 2013	Indicador ao Final do PDI 2018
Proporção de matrículas de PNEEs	9 matrículas no <i>Campus</i> Boa Vista ; 2 matrículas trancadas no <i>Campus</i> Boa Vista.	PNEEs: pessoas com deficiências, superdotadas/altas habilidades ou com transtornos globais do desenvolvimento.	Anual	11	22
Proporção de PNEEs que concluem o curso	4 concluintes; 3 formados.	Concluintes: 2 pessoas com deficiência auditiva; 1 pessoa com deficiência física; 1 pessoa com deficiência visual. Formados: 1 pessoa com deficiência mental; 1 pessoa com deficiência física; 1 pessoa com deficiência auditiva.	Anual	7	14

Fonte: PDI

- Consolidar a estrutura de governança.

Descrição: Ampliar a participação da comunidade acadêmica e da sociedade na gestão do Instituto.

Dimensão: Planejamento e Desenvolvimento Institucional, Eficiência e Transparência na Administração Pública

Quadro 18 – Indicadores da Dimensão, da Eficiência e da Transparência na Administração Pública

Indicadores	Forma de Cálculo	Descrição dos Componentes	Frequência de Medição	Fonte	Indicador Recente 2013	Indicador ao Final do PDI 2018
Grau de atendimento das recomendações da Auditoria Interna	Recomendações atendidas x 100/Recomendações emitidas	Recomendações atendidas pelas unidades auditadas; Recomendações emitidas e exaradas nos Relatórios de Auditoria Interna.	Semestral	Relatórios de Monitoramento e Planos de Providências Interno	-	100%
Percentual de realização de auditorias com relação ao previsto no Paint	Quantidade de ações realizadas x 100/Total de ações previstas	Ações de controle realizadas pela equipe da Auditoria Interna; Ações previstas no Paint, porém não realizadas.	Semestral	Paint e Relatórios de Auditoria Interna	-	100%
Taxa de aprovação dos processos apreciados pelo Conselho Superior.	Quantidade de resoluções do Consup x 100/Quantidade de processos enviados para a apreciação do Consup	Resoluções emitidas pelo presidente do Consup de acordo com a deliberação da plenária; Processos enviados ao Consup para a relatoria de um conselheiro.	Anual	Resoluções do Consup e atas das reuniões ordinárias e extraordinárias	-	100%

Fonte: PDI

- *Implementar sistema integrado de gestão institucional.*

Descrição: Garantir a integração, o funcionamento e a confiabilidade do sistema de apoio acadêmico e de gestão, bem como a disponibilidade de dados.

Dimensão: Planejamento e Desenvolvimento Institucional

Quadro 19 - Indicador de Implantação de Sistema

Indicador	Forma de Cálculo	Descrição dos Componentes	Frequência de Medição	Indicador Recente 2013	Indicador ao Final do PDI 2018
Implantação do Sistema Unificado de Administração Pública – Suap	Percentual de implantação e uso do sistema	Indica o percentual de implantação e uso do Suap.	Anual	-	100%

Fonte: PDI

- *Difundir e implementar ações para a consecução dos objetivos expressos no mapa estratégico, por meio de planos de ação e do aperfeiçoamento dos instrumentos de monitoramento e avaliação.*

Descrição: Implementar as ações decorrentes do mapa estratégico por meio de planos de ação táticos e operacionais nos *campi*. Difundir as escolhas estratégicas e aperfeiçoar os instrumentos de gestão, monitoramento e avaliação, assegurando continuidade e efetividade às ações do PDI 2014-2018.

Dimensão: Planejamento e Desenvolvimento Institucional

Quadro 20 – Indicador dos Objetivos Estratégicos Alcançados

Indicador	Forma de Cálculo	Descrição dos Componentes	Frequência de Medição	Indicador Recente 2013	Indicador ao Final do PDI 2018
Proporção de objetivos estratégicos alcançados	Número de objetivos estratégicos alcançados/ Total de objetivos estratégicos	Objetivos estratégicos alcançados: número de objetivos estratégicos que foram completamente alcançados no período de verificação.	Quadrimestral	-	100%

Fonte: PDI

- Promover ações voltadas para a qualidade de vida no trabalho, capacitação e qualificação profissional.

Descrição: Garantir as condições necessárias para o desenvolvimento de ambientes propícios ao bem-estar, à motivação e à satisfação de todos os servidores, bem como ações que desenvolvam e utilizem o pleno potencial dos servidores de modo coerente e convergente com os objetivos estratégicos da instituição.

Dimensão: Gestão de Pessoas

Quadro 21 – Indicadores da Gestão de Pessoas

Indicadores	Forma de Cálculo	Descrição dos Componentes	Frequência de Medição	Indicador Recente 2013	Indicador ao Final do PDI 2018
Índice de afastamentos para qualificação	Total de afastamentos para qualificação/Total de servidores * 100	Mensura o percentual de servidores que se encontram afastados de suas atividades laborais para dedicação exclusiva aos estudos (pós-graduação <i>stricto sensu</i>).	Anual	2,30%	5,0%
Índice de qualificação	Total de servidores em qualificação/Total de servidores * 100	Mensura o percentual de servidores que se encontram realizando alguma qualificação (graduação ou pós-graduação).	Anual	14,94%	30%
Índice de capacitação	Total de capacitações realizadas/Total de servidores * 100	Mensura o quanto o IFRR tem realizado de capacitações em relação ao total de servidores.	Anual	62,75%	100%
Índice de acidente de trabalho e doenças ocupacionais	Total de acidentes de trabalho + Total de doenças ocupacionais/Total de servidores * 100	Monitora o percentual de ocorrências de acidente de trabalho e doenças ocupacionais.	Anual	0%	0%
Índice de avaliação de desempenho	Total de avaliações realizadas/Total de servidores * 100	Mensura o percentual de servidores que passaram por avaliação de desempenho.	Anual	46,89%	50%
Índice de disciplina	Total de PADs e sindicâncias instaurados no ano/Total de servidores * 100	Mensura o percentual de servidores que se encontram respondendo a ações disciplinares.	Anual	9,65%	0%
Índice de rotatividade	Total de desligamentos por vacâncias, exonerações e demissões/Total de servidores do ano anterior * 100	Mensura o percentual de redução no quadro de servidores.	Anual	2,87%	0%

Fonte: PDI

- Consolidar a expansão e a reestruturação do IFRR para promover qualidade dos serviços prestados.

Descrição: Adequar as instalações físicas dos *campi* – salas, laboratórios, bibliotecas, espaços para atividades esportivas, áreas de convivência, entre outros – para garantir a condizente execução das ações pedagógicas e as condições de acessibilidade aos estudantes e aos servidores.

Dimensão: Administração

Quadro 22 – Indicadores das Obras

Indicador		Forma de Cálculo	Descrição dos Componentes	Frequência de Medição	Indicador Recente 2013	Indicador ao Final do PDI 2018
Planejamento das obras	Percentual de processos abertos referentes ao Plano Diretor.	$(N.^{\circ} \text{ de processos abertos} / N.^{\circ} \text{ de processos previstos}) \times 100.$	Monitorar o avanço das etapas de execução do plano de expansão física da instituição.	Semestral	-	100%
	Percentual de planos concluídos (quantidade de projetos básicos elaborados).	$(N.^{\circ} \text{ de pacotes de trabalho concluídos} / N.^{\circ} \text{ de pacotes de trabalho planejados}) \times 100.$	Permite avaliar a eficácia do processo de planejamento e controle da obra, particularmente quanto à qualidade dos planos de curto prazo, bem como identificar problemas na execução de tarefas e orientar a implementação de ações corretivas.	Semestral	-	100%
Execução das obras	Percentual de ordens de serviço emitidas.	$(N.^{\circ} \text{ de ordens de serviço emitidas} / N.^{\circ} \text{ de pacotes de trabalho concluídos}) \times 100.$	Monitorar o avanço das etapas de execução do plano de expansão física da instituição, estabelecendo prazos para a conclusão de obras com a precisão adequada à implementação de metas educacionais.	Anual	-	100%
	Quantidades de termos de recebimentos provisórios emitidos.	$(N.^{\circ} \text{ de recebimentos provisórios emitidos} / N.^{\circ} \text{ de ordens de serviço emitidas}) \times 100.$	Permite o monitoramento da execução das obras diante do planejado.	Anual	-	100%
	Desvio de custo da obra.	$(\text{Custo real} - \text{custo orçado} / \text{custo orçado}) \times 100.$	Permite avaliar o desempenho da obra finalizada, por meio da relação entre o custo orçado e o custo efetivo.	Prazo da obra	-	100%
	Desvio de prazo da obra.	$(\text{Prazo real} - \text{prazo previsto} / \text{prazo previsto}) \times 100.$	Permite avaliar o desempenho da obra finalizada por meio da relação entre o prazo previsto e o prazo efetivo.	Prazo da obra	-	100%
	Desvio dos prazos das etapas da obra.	$(\text{Prazo real da etapa} - \text{prazo previsto da etapa} / \text{prazo previsto da etapa}) \times 100.$	Permite avaliar o desempenho da obra em cada etapa, por meio da relação entre o prazo previsto e o prazo efetivo do serviço. Esse indicador nos permitirá ainda tomar medidas para minimizar o atraso no prazo final do empreendimento.	Prazo da etapa	-	100%

Fonte: PDI

- Melhorar a qualidade da infraestrutura de telecomunicações.

Descrição: Melhorar a infraestrutura de Tecnologia da Informação no IFRR

Dimensão: Tecnologia da Informação

Quadro 23 – Indicadores de TI

Indicadores	Forma de Cálculo	Descrição dos Componentes	Frequência de Medição	Indicador Recente 2013	Indicador ao Final do PDI 2018
N.º de PCs por quantidade de servidores.	NPC/NS	PCs: estação de trabalho para uso geral; Servidores: servidores efetivos lotados na Reitoria.	Mensal	-	1 PC/ servidor (min.)
Serviços disponíveis na rede/Host	SD/Host	Serviços: página web, serviços de diretórios, sistemas <i>on-line</i> , acesso à internet, etc; Host: equipamento com arquitetura própria para serviços de rede.	Mensal	24 / 7	2 SD / H
N.º de atendimentos encerrados/Mês	NA/Mês (%)	Atendimentos: serviços de suporte efetivamente resolvidos.	Mensal	-	85%
N.º Switchs/PC	Nsw/PC	Switchs: concentrador; PC: estação de trabalho para uso geral.	Mensal	-	1 sw /10 PCs (min)

Fonte: PDI

- *Manter os serviços direcionados ao funcionamento da Instituição*

Descrição: Assegurar os serviços de apoio administrativo e a segurança do patrimônio institucional, aperfeiçoar as rotinas administrativas, por meio da aquisição de materiais, e promover o controle e o acompanhamento da execução orçamentária.

Dimensão: Administração

Quadro 24 – Indicadores da Administração

Indicador	Forma de Cálculo	Descrição dos Componentes	Frequência de Medição	Indicador Recente 2013	Indicador ao Final do PDI 2018
Percentual de gastos com pessoal.	$PGP = \frac{\text{Gastos com pessoal}}{\text{Gastos totais}}$	Indica o percentual de gastos da instituição com pessoal. Seu cálculo considera os gastos com servidores ativos, inativos, pensionistas, sentenças judiciais e precatórios, divididos pelos gastos totais de todas as fontes e grupos de despesa.	Anual	61,01%	55,51%
Percentual de gastos com outros custeios.	$PGO = \frac{\text{Gastos com outros custeios}}{\text{Gastos totais}}$	Indica, em percentual, o gasto do IFRR com outros custeios. Calcula-se com os gastos totais de outros custeios menos gastos com pessoal, benefícios, Pis/Pasep, investimentos e inversões financeiras, dividindo pelos gastos totais, considerando todas as fontes e grupos de despesa.	Anual	21,72%	23,70%
Percentual de gastos com investimento.	$PGI = \frac{\text{Gastos com investimento}}{\text{Gastos totais}}$	Indica, em percentual, o nível de gastos com investimentos em relação aos gastos totais. Calcula-se com o total de gastos com investimento, dividindo pelos gastos totais.	Anual	12,25%	20,79%

Fonte: PDI

2.1.3 Vinculação dos Planos da Unidade com as Competências Institucionais e Outros Planos

O PDI do IFRR vincula-se também às competências descritas no artigo 7.º da Lei 11.892/2008, que criou os Institutos Federais:

I – Ministrar educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados, para os concluintes do ensino fundamental e para o público da Educação de Jovens e Adultos;

II – Ministrar cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores, objetivando a capacitação, o aperfeiçoamento, a especialização e a atualização de profissionais, em todos os níveis de escolaridade, nas áreas da educação profissional e tecnológica;

III – Realizar pesquisas aplicadas, estimulando o desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas, estendendo seus benefícios à comunidade;

IV – Desenvolver atividades de extensão de acordo com os princípios e as finalidades da educação profissional e tecnológica, em articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais, com ênfase na produção, no desenvolvimento e na difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos;

V – Estimular e apoiar processos educativos que levem à geração de trabalho e renda e à emancipação do cidadão na perspectiva do desenvolvimento socioeconômico local e regional; e

VI – Ministrar em nível de educação superior:

a) cursos superiores de tecnologia, visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia;

b) cursos de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, com vistas à formação de professores para a educação básica, sobretudo nas áreas de ciências e matemática, e para a educação profissional;

c) cursos de bacharelado e engenharia, visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia e áreas do conhecimento;

d) cursos de pós-graduação lato sensu de aperfeiçoamento e especialização, visando à formação de especialistas nas diferentes áreas do conhecimento; e

e) cursos de pós-graduação *stricto sensu*, de mestrado e doutorado, que contribuam para promover o estabelecimento de bases sólidas em educação, ciência e tecnologia, com vistas ao processo de geração e inovação tecnológica.

No PPA 2016-2019, o Plano da Unidade está vinculado ao Programa 2080 – Educação de Qualidade para Todos – com dois objetivos:

- Ampliar o acesso à educação profissional e tecnológica de qualidade, alinhada com as demandas sociais e do mercado de trabalho locais e regionais, contemplando as especificidades da diversidade e da inclusão.
- Ampliar o acesso à educação superior de qualidade, na graduação e na pós-graduação, contemplando as especificidades da diversidade e da inclusão e a aprendizagem ao longo da vida, fortalecendo a ciência, a tecnologia e a inovação, apoiando atividades de ensino, pesquisa e extensão, bem como aperfeiçoando as atividades de avaliação, supervisão e regulação.

2.2 FORMAS E INSTRUMENTOS DE MONITORAMENTO DA EXECUÇÃO E DOS RESULTADOS DOS PLANOS

A Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional, responsável pela coordenação do planejamento institucional, orienta as demais pró-reitorias, as diretorias sistêmicas e os *campi*, durante a elaboração do Plano Anual de Trabalho, a seguir os objetivos estratégicos e as metas estabelecidas no PDI, buscando garantir esse alinhamento.

Como forma de acompanhar e monitorar o cumprimento dos objetivos traçados e gerar informações úteis às tomadas de decisões, a cada quadrimestre é emitido o relatório do PAT, que demonstra o andamento das ações, a execução das metas físicas e financeiras, e ainda as dificuldades encontradas durante a realização da ação, bem como sugestões de possíveis soluções.

Em cumprimento ao princípio da publicidade, tendo em vista a prestação de contas à sociedade, todos os instrumentos de planejamento e monitoramento são publicados no sítio da Instituição.

2.3 DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO

2.3.1 Execução Física e Financeira das Ações da Lei Orçamentária Anual de Responsabilidade da Unidade

Os quadros a seguir dispõem sobre as dimensões físicas, orçamentárias e financeiras das execuções das ações 20RG, 20RL e 2994, considerando, inclusive, os valores executados a título de Restos a Pagar no decorrer do exercício.

2.3.1.1 Ações Relacionadas ao PROGRAMA TEMÁTICO do PPA de Responsabilidade da UPC – OFSS

Quadro 25 – Ação 20RG – OFSS 01

Identificação da Ação						
Responsabilidade da UPC na execução da ação	() Integral (X) Parcial					
Código	20RG		Tipo: Atividade			
Título	Expansão e Reestruturação de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica					
Iniciativa						
Objetivo	Ampliar o acesso à educação profissional e tecnológica de qualidade, alinhada com as demandas sociais e do mercado de trabalho locais e regionais, contemplando as especificidades da diversidade e da inclusão. Código: 1009					
Programa	Educação de Qualidade para todos		Código: 2080		Tipo: Atividade	
Unidade Orçamentária	26437					
Ação Prioritária	() Sim (x) Não. Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária do Exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do Exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
19.339.853,00	15.107.024,00	3.223.178,23	90.245,56	90.245,56	0,00	3.132.932,67
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
			Prevista	Reprogramada	Realizada	
Projeto Viabilizado		Unidade	25	25	4	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Metas			
Valor em 1.º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de Medida	Realizada	
5.076.446,79	4.357.328,54	97.116,21				

Fonte: Tesouro Gerencial / Elaborado pela Proad

Quadro 26 – Ação 20RG – OFSS 02

Identificação da Ação						
Responsabilidade da UPC na execução da ação	() Integral (X) Parcial					
Código	20RG			Tipo: Atividade		
Título	Expansão e Reestruturação de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica					
*Iniciativa						
Objetivo	Expandir, interiorizar, democratizar e qualificar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica, considerando os arranjos produtivos, sociais, culturais, locais e regionais, a necessidade de ampliação das oportunidades educacionais dos trabalhadores e os interesses e necessidades das populações do campo, indígenas, quilombolas, afrodescendentes, das mulheres de baixa renda e das pessoas com deficiência. Código: 0582					
Programa	Educação Profissional e Tecnológica		Código: 2031		Tipo: Atividade	
Unidade Orçamentária	26437					
Ação Prioritária	() Sim (x) Não. Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária do Exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do Exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
-	-	-	-	-	-	-
Execução Física						
Descrição da Meta		Unidade de Medida	Meta			
			Prevista	Reprogramada	Realizada	
Restos a Pagar Não Processados – Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Metas			
Valor em 1.º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de Medida	Realizada	
3.886.593,36	1.704.712,69	299.931,78	Projeto Viabilizado	Unidade		

Fonte: Tesouro Gerencial / Elaborado pela Proad

Quadro 27 – Ação 20RJ – OFSS 03

Identificação da Ação						
Responsabilidade da UPC na Execução da Ação	() Integral (X) Parcial					
Código	20RJ			Tipo: Atividade		
Título	Apoio à capacitação e à formação inicial e continuada para a Educação Básica					
*Iniciativa						
Objetivo	Elevar o atendimento escolar, por meio da promoção do acesso e da permanência, e a conclusão na educação básica, nas suas etapas e modalidades de ensino, em colaboração com os entes federados, também por meio da ampliação e qualificação da rede física. Código: 0596					
Programa	Educação Básica		Código: 2030		Tipo: Atividade	
Unidade Orçamentária	26437					
Ação Prioritária	() Sim (x) Não. Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária do Exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do Exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
-	-	-	-	-	-	-
Execução Física						
Descrição da Meta		Unidade de Medida	Meta			
			Prevista	Reprogramada	Realizada	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Metas			
Valor em 1.º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de Medida	Realizada	
57.806,32	21.003,22	4.259,60	Projeto Apoiado	Unidade	-	

Fonte: Tesouro Gerencial / Elaborado pela Proad

Quadro 28 – Ação 20RL – OFSS 04

Identificação da Ação						
Responsabilidade da UPC na execução da ação	() Integral (X) Parcial					
Código	20RL			Tipo: Atividade		
Título	Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica					
*Iniciativa						
Objetivo	Ampliar o acesso à educação profissional e tecnológica de qualidade, alinhada com as demandas sociais e do mercado de trabalho locais e regionais, contemplando as especificidades da diversidade e da inclusão. Código: 1009					
Programa	Educação de Qualidade para Todos		Código: 2080		Tipo: Atividade	
Unidade Orçamentária	26437					
Ação Prioritária	() Sim (x) Não. Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária do Exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do Exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
14.265.117,00	14.531.127,00	13.741.923,28	9.719.019,38	9.455.381,51	263.637,87	4.022.903,90
Execução Física						
Descrição da Meta		Unidade de Medida	Meta			
			Prevista	Reprogramada	Realizada	
Estudante Matriculado		Unidade	5.039	5.039	4.759	
Restos a Pagar Não Processados – Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Metas			
Valor em 1.º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
6.446.569,18	5.115.295,57	525.014,51				

Fonte: Elaborado pela Proad – dados do Tesouro Gerencial

Quadro 29 – Ação 20RL – OFSS 05

Identificação da Ação						
Responsabilidade da UPC na execução da ação		() Integral (X) Parcial				
Código		20RL			Tipo: Atividade	
Título		Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica				
*Iniciativa						
Objetivo		Expandir, interiorizar, democratizar e qualificar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica, considerando os arranjos produtivos, sociais, culturais, locais e regionais, a necessidade de ampliação das oportunidades educacionais dos trabalhadores e os interesses e necessidades das populações do campo, indígenas, quilombolas, afrodescendentes, das mulheres de baixa renda e das pessoas com deficiência. Código: 0582				
Programa		Educação Profissional Tecnológica			Código: 2031 Tipo: Atividade	
Unidade Orçamentária		26437				
Ação Prioritária		() Sim (x) Não. Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras				
Lei Orçamentária do Exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do Exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
-	-	-	-	-	-	-
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de Medida	Meta			
			Prevista	Reprogramada	Realizada	
Restos a Pagar Não Processados – Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Metas			
Valor em 1.º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de Medida	Realizada	
2.065.974,84	120.740,05	1.190.504,23				

Fonte: Elaborado pela Proad – dados do Tesouro Gerencial

Quadro 30 – Ação 2994 – OFSS 06

Identificação da Ação						
Responsabilidade da UPC na execução da ação	() Integral (X) Parcial					
Código	2994			Tipo: Atividade		
Título	Assistência aos Estudantes de Educação Profissional e Tecnológica					
*Iniciativa						
Objetivo	Ampliar o acesso à educação profissional e tecnológica de qualidade, alinhada com as demandas sociais e do mercado de trabalho locais e regionais, contemplando as especificidades da diversidade e da inclusão. Código: 1009					
Programa	Educação de Qualidade para Todos.		Código: 2080	Tipo: Atividade		
Unidade Orçamentária	26437					
Ação Prioritária	() Sim (X) Não. Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária do Exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
3.772.650,00	3.772.650,00	3.751.942,84	3.121.730,54	3.008.985,07	112.745,47	630.212,30
Execução Física						
Descrição da Meta		Unidade de Medida	Meta			
			Prevista	Reprogramada	Realizada	
Benefício concedido		Unidade	1.500	1.500	2.093	
Restos a Pagar Não processados – Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Metas			
Valor em 1.º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de Medida	Realizada	
652.727,09	505.168,66	130.541,81	Benefício concedido	Unidade		

Fonte: Tesouro Gerencial / Elaborado pela Proad

Quadro 31 – Ação 2994 – OFSS 07

Identificação da Ação						
Responsabilidade da UPC na execução da ação	() Integral (X) Parcial					
Código	2994			Tipo: Atividade		
Título	Assistência aos Estudantes de Educação Profissional e Tecnológica					
*Iniciativa						
Objetivo	Expandir, interiorizar, democratizar e qualificar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica, considerando os arranjos produtivos, sociais, culturais, locais e regionais, a necessidade de ampliação das oportunidades educacionais dos trabalhadores e os interesses e necessidades das populações do campo, indígenas, quilombolas, afrodescendentes, das mulheres de baixa renda e das pessoas com deficiência. Código: 0582					
Programa	Educação Profissional Tecnológica		Código: 2031		Tipo: Atividade	
Unidade Orçamentária	26437					
Ação Prioritária	() Sim (x) Não. Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária do Exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
-	-	-	-	-	-	-
Execução Física						
Descrição da Meta			Unidade de Medida	Meta		
				Prevista	Reprogramada	Realizada
Restos a Pagar Não processados – Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1.º de Janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de Medida	Realizada	
33.870,87	-	33.870,87	Benefício concedido	Unidade		

Fonte: Tesouro Gerencial / Elaborado pela Proad

2.3.1.2 Ações Não Previstas na LOA do Exercício – Restos a pagar não processados – OFSS
Quadro 32 – Ações Não Previstas na LOA do Exercício – Restos a Pagar – OFSS

Identificação da Ação					
Código	6380			Tipo: Atividade	
Título	Fomento ao Desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica				
*Iniciativa					
Objetivo	Código:				
Programa	Educação Profissional e Tecnológica		Código: 2031 Tipo: Atividade		
Unidade Orçamentária	26437				
Ação Prioritária	() Sim (X) Não. Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras				
Restos a Pagar Não Processados – Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Meta		
Valor em 1.º de Janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de Medida	Realizado
122.531,39	-	-	-	-	-

Fonte: Tesouro Gerencial / Elaborado pela Proad

2.3.1.3 Ações – Orçamento de Investimento – OI

Os quadros abaixo dispõem sobre as dimensões física e financeira da execução com investimento das ações 20RG e 20RL.

Quadro 33 – Ações do Orçamento de Investimento 20RG

Identificação da Ação							
Código	20RG			Tipo: Atividade			
Título	Expansão e Reestruturação de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica						
*Iniciativa							
Objetivo	Ampliar o acesso à educação profissional e tecnológica de qualidade, alinhada com as demandas sociais e do mercado de trabalho locais e regionais, contemplando as especificidades da diversidade e da inclusão. Código: 1009						
Programa	Educação de Qualidade para Todos	Código: 2080	Tipo: Atividade				
Unidade Orçamentária	26437						
Ação Prioritária	() Sim (X) Não. Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras						
Execução Financeira e Física							
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Meta				
Dotação Inicial	Dotação Final	Valor Realizado	Descrição da Meta	Unidade de Medida	Previsto	Reprogramado	Realizado
19.339.853,00	15.107.024,00	3.223.178,23	Projeto Viabilizado	Unidade	24	24	4

Fonte: Tesouro Gerencial / Elaborado pela Proad

Quadro 34 – Ações do Orçamento de Funcionamento 20RL

Identificação da Ação							
Código	20RL			Tipo: Atividade			
Título	Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica						
*Iniciativa							
Objetivo	Ampliar o acesso à educação profissional e tecnológica de qualidade, alinhada com as demandas sociais e do mercado de trabalho locais e regionais, contemplando as especificidades da diversidade e da inclusão. Código: 1009						
Programa	Educação de Qualidade para Todos	Código: 2080	Tipo: Atividade				
Unidade Orçamentária	26437						
Ação Prioritária	() Sim (x) Não. Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras						
Execução Financeira e Física							
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Meta				
Dotação Inicial	Dotação Final	Valor Realizado	Descrição da Meta	Unidade de Medida	Previsto	Reprogramado	Realizado
14.265.117,00	14.531.127,00	13.741.923,28	Aluno Matriculado	Unidade	5.039	5.039	4.759

Fonte: Tesouro Gerencial / Elaborado pela Proad

2.3.1.4. Análise Situacional

A análise situacional tem como base as ações relacionadas ao PROGRAMA TEMÁTICO, ou seja, as ações 20RG, 20RL e 2994, nas quais foram estabelecidas metas.

O PPA para o período 2016-2019 trouxe o programa “Educação de Qualidade para Todos” (cód. 2080). O PPA anterior trazia o programa “Educação Profissional e Tecnológica” (cód. 2031), que abrangia as ações em destaque (20RG, 20RL e 2994). Isso explica o porquê de haver dois quadros para uma mesma ação – um que contempla os recursos da LOA do exercício de 2017; o outro que traz os restos a pagar inscritos em 2016, oriundos do antigo PPA.

AÇÃO 20RG

A ação orçamentária 20RG financia as ações vinculadas às dimensões estratégicas de administração, planejamento, desenvolvimento institucional e tecnologia da informação, em particular nos macroprocessos funcionamento das unidades administrativas, expansão dos *Campi*, reestruturação dos *Campi* e infraestrutura de tecnologia da informação.

O quadro dessa ação apresenta uma meta de 25 (vinte e cinco) projetos a serem viabilizados, todavia a execução dessa ação foi prejudicada, contemplando apenas 04 (quatro) projetos executados devido ao corte orçamentário, bem como a liberação de limites em pequenos percentuais.

A ação contemplou também emendas individuais que atenderam a Reitoria, aos *Campi* Novo Paraíso, na região sul de Roraima, Amajari, na região norte, e Boa Vista e Boa Vista Zona, na capital do Estado.

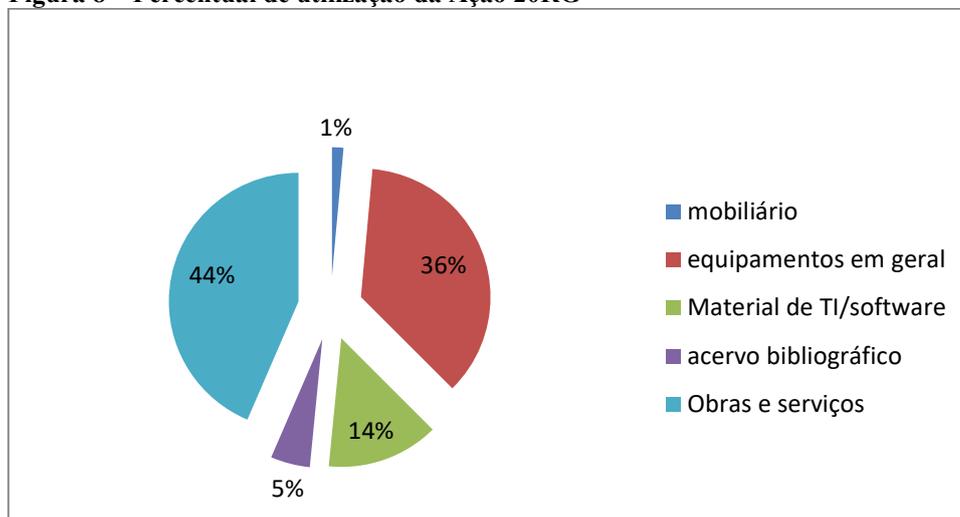
Todavia a gestão do IFRR firmou parcerias com os parlamentares Federais, eleitos pelo estado de Roraima, no intuito das liberações das emendas individuais e de bancada, para que assim, o IFRR pudesse promover a qualidade dos serviços prestados.

Devido à insuficiência do crédito orçamentário previsto para atender a meta, o IFRR adotou também outros mecanismos, por meios de projetos, para viabilizar a descentralização de crédito por meio de Termo de Execução Descentralizada (TED).

Contudo no final do ano de 2017, nos últimos dias para encerramento do exercício orçamentário, o IFRR recebeu os valores referente as emendas parlamentares individuais previstas e os valores de TED's para atender tal ação. Devido a esse aporte no orçamento dos TEDs foi possível a otimização do recurso próprio de investimento do Instituto, gerando assim um ganho de

escala e o atendimento de mais projetos, as quais podem ser percebidas através de percentuais demonstrados na figura abaixo.

Figura 8 – Percentual de utilização da Ação 20RG



Fonte: SIAFI / Elaborado pela Proad

Os percentuais referem-se as aquisições/contratações os quais foram utilizados orçamentos de investimento próprio, de emendas individuais e TED's. Vale ressaltar que os percentuais se referem a execução em todas as unidades do IFRR.

Com relação às emendas federais de bancada, as mesmas permaneceram contingenciadas e sua não liberação comprometeu a execução de alguns projetos, o que explica o fator desta UO ter executado apenas 04 (quatro) projetos.

Segue abaixo a descrição da utilização desses recursos em nossas unidades:

O *Campus* Boa Vista empenhou em 2017 aproximadamente R\$ 549.519,00 (quinhentos e quarenta e nove mil, quinhentos e dezenove reais) oriundos de emendas individuais, R\$ 666.077,00 (seiscentos e sessenta e seis mil e setenta e sete reais) oriundos de TED e ainda empenhou mais de quinhentos mil reais provenientes da dotação discricionária não oriunda de emendas e nem TED. Isso permitiu viabilizar 02 (dois) projetos, o de Reforma Elétrica e o de Aquisição de Equipamentos conjuntamente com ativos de Rede de TI.

No tocante ao RAP, o *Campus* liquidou cerca de 13% (treze por cento). Esta execução possibilitou o pagamento de importantes projetos implantados no CBV, tais como: aquisição de mobiliários que atenderam diversos setores de trabalho, a biblioteca e ao espaço de convivência; materiais esportivos necessários para as aulas práticas; e equipamentos para realizar o controle de acesso ao *Campus*.

A dotação oriunda de emenda individual federal foi destinada para viabilizar a primeira etapa do projeto de Reforma Elétrica do *Campus* Boa Vista, juntamente com o recurso do TED, que serviu para completar o valor restante do projeto, o qual foi capitado através da gestão do IFRR.

No final do exercício de 2017 foi realizada a licitação e contratada uma empresa para fazer a primeira reforma elétrica que consistiu em realizar a troca dos transformadores de energia da subestação e o cabeamento até a entrada de cada blocos do *Campus*, no valor de R\$ 1.041.290,15 (um milhão, quarenta e um mil, duzentos e noventa reais e quinze centavos).

Inicialmente a dificuldade apresentada era a elaboração do Projeto básico para reforma elétrica em virtude de constar somente um engenheiro elétrico (técnico administrativo) no quadro efetivo do IFRR, ocasionando atrasos na execução do projeto. Outra dificuldade foi a impetração de recurso administrativo no processo licitatório por outras empresas, ocasionando atraso na conclusão do processo.

As medidas adotadas para sanar tais dificuldades foi a mobilização da gestão do *Campus* em recrutar técnicos em edificações para conclusão do projeto básico da reforma elétrica, o qual foi devidamente superado. Em virtude da liberação da emenda ter ocorrido somente na última semana de dezembro de 2017, o empenho foi inscrito em restos a pagar para somente em 2018 realizar a execução do projeto.

Cabe ressaltar que, com os investimentos empregados pelo CBV, será possível a melhoria da infraestrutura para que a unidade possa desenvolver suas atividades com mais otimização e, conseqüentemente, a prestação de serviços com mais qualidade a comunidade.

O *Campus* Novo Paraíso recebeu R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais) oriundo de emendas parlamentar individual para viabilizar o projeto de reestruturação do laboratório de agroindústria e de reestruturação do laboratório agrícola. Deste, foi empenhado o valor de R\$ 399.972,80 (trezentos e noventa e nove mil, novecentos e setenta e dois reais e oitenta centavos). Empenhou ainda mais de cento e cinquenta mil da dotação discricionária não oriunda de emendas.

Em relação a execução de Restos à Pagar (RAP), o *Campus* liquidou aproximadamente 50% (cinquenta por cento) com reposição de móveis e equipamentos.

O fator preponderante para o investimento com reposição de móveis e equipamentos é o fato de que o *Campus*, desde sua inauguração, há mais de 10 (dez) anos, não ter tido essa reestruturação. Além disso, os antigos móveis e equipamentos eram oriundos de outras unidades do IFRR, portanto, houve a necessidade de substituí-los devido suas condições. Isso proporcionou mais

comodidade, conforto, segurança e qualidade de vida para os servidores e usuários dos serviços prestados por esse *Campus*.

É importante destacar o avanço quanto a nova estrutura de equipamentos nos laboratórios de aprendizagem pedagógica, proporcionando aos discentes melhoria nas aulas práticas dos cursos.

O *Campus* Amajari empenhou em 2017 aproximadamente R\$ 160.485,00 (cento e sessenta mil, quatrocentos e oitenta e cinco reais) oriundo de emendas individuais, R\$ 622.680,00 (seiscentos e vinte e dois mil, seiscentos e oitenta reais) de TED e ainda empenhou mais de quatrocentos mil da dotação discricionária não oriunda de emendas e nem TED.

Tal investimento propiciou a aquisição de material de informática, instrumentos musicais, centrais de ar, toldos, material de academia, viabilizando assim 2 (dois) projetos. Além do mais, iniciou a obra de construção do muro e cerca entorno do terreno do *Campus*.

Em relação ao RAP, o *Campus* liquidou aproximadamente 07% (sete por cento) com aquisição de equipamentos e mobília, viabilizado mais 01 (um) projeto.

Um dos avanços importantes desse *Campus* foi o início da construção do muro, que proporcionará maior segurança tanto aos discentes quanto aos servidores.

O *Campus* Boa Vista Zona Oeste por sua vez recebeu orçamento oriundo de emenda parlamentar, o qual viabilizou o cabeamento estruturado. Empenhou ainda mais de seiscentos mil da dotação discricionária não oriunda de emendas e nem TED. Dentre os benefícios podemos destacar: laboratórios de física, química e matemática; aquisição de projetores; câmeras para sistema de monitoramento; mobiliário para biblioteca; e equipamento de TI (servidor e scanner).

Já em relação ao RAP, foi liquidado aproximadamente 19% (dezenove por cento) para a utilização de equipamentos, acervo bibliográficos, materiais esportivos e para a obra em andamento de construção da sede do *Campus*, viabilizando assim 05 (cinco) projetos no exercício.

Com as aquisições e contratações o CBVZO, que estava em sede provisória em 2017, o *Campus* conseguiu realizar aquisições importantes para subsidiar a sua entrada em sede própria, garantindo assim maior comodidade e estrutura de qualidade a comunidade interna e externa, cumprindo a missão institucional do IFRR de promover a formação integral.

O *Campus* Avançado de Bonfim liquidou do seu restos a pagar 3%. Este percentual representou duas parcelas do projeto de construção do muro em torno do terreno do *Campus*. A Gestão destacou como dificuldade para liquidação do RAP, o qual está concentrado no projeto de construção do muro, a paralização dos funcionários da contratada, em virtude da falta de pagamento de seus salários; o não atendimento por parte da contratada das recomendações da

equipe de fiscalização, dentre outros, o que acarretou a paralização da obra. Além disso, falta de recursos financeiros para liquidar as notas, que também eram motivos de questionamento pela contratada. No entanto, as principais medidas adotadas pela gestão do *Campus* foram: reuniões com a gestão do *Campus*, Reitoria e Contratada; abertura de procedimentos administrativos para apurar possíveis descumprimentos contratuais, principalmente em relação a paralização da obra e a sensibilização junto ao MEC para liberação de cota de financeiro.

Os pontos positivos destas intervenções foram o retorno das atividades da obra e a regularização dos pagamentos.

AÇÃO 20RL

Na Ação 20RL são financiadas ações vinculadas a todas as dimensões estratégicas, em particular aos principais macroprocessos institucionais definidos no exercício de 2017: manutenção da infraestrutura do IFRR para a consecução da sua missão, com a contratação de diversos serviços de natureza continuada, tais como limpeza, conservação, segurança e vigilância patrimonial, manutenção predial, transporte, eletricidade, telefonia fixa, entre outros; mobilidade da frota do IFRR; fomento de convênios ou parcerias relacionadas às atividades de ensino, pesquisa e extensão; apoio à execução de programas e projetos do ensino desenvolvidos pelas equipes técnico-pedagógicas dos *campi* do IFRR; promoção de ações de formação continuada das equipes técnico-pedagógicas; desenvolvimento de ações de integração entre ensino, pesquisa e extensão visando ao desenvolvimento das políticas educacionais; pagamento de diárias e passagens a servidores e gestores a serviço da Instituição; garantia de condições para o desenvolvimento da pesquisa e inovação tecnológica e para a oferta de programas de pós-graduação voltados às áreas de atuação do IFRR, com vistas à produção, à proteção e à transferência de conhecimento e tecnologia, bem como à ampliação dos canais de divulgação; Bolsa PIBIC; pesquisa na área de energia renovável; Pesquisa Aplicada/Docente (Pipad); fomento à pesquisa, socialização da produção científica e tecnológica; Connepi; realização de palestra e outros; fomento à utilização de soluções de Tecnologia da Informação, atendendo às demandas internas e externas, assistindo os usuários finais das tecnologias envolvidas e utilizando as melhores práticas de mercado, bem como as indicadas pelos órgãos de controle.

Segundo informações extraídas do Sistec, o IFRR apresentou em 2017, mais de quatro mil matrículas desenvolvidas com financiamento por meio da Ação 20RL. Além dessas, foram

desenvolvidas matrículas nos programas Rede e-TEC Brasil e UAB, por meio de créditos descentralizados para o Instituto.

Fazendo um comparativo entre as dotações das LOAs de 2016 e 2017, houve um decréscimo de recursos de aproximadamente 15,6% (quinze virgula seis por cento) em relação à dotação final do exercício de 2016. Embora o IFRR tenha recebido menos recursos, o percentual de despesas empenhadas no exercício permaneceu estável: um pouco acima de 94% (noventa e quatro por cento).

Outro fator crítico a ser citado são os processos licitatórios, que acabam não ocorrendo da maneira esperada, ocasionando insucessos na contratação. Por mais elaborado que seja o planejamento das unidades, muitos processos são fracassados ou desertos. Isso decorre das peculiaridades de Roraima, tais como deficiência do transporte rodoviário, principal meio de receber e escoar material, e existência de poucas indústrias, entre outros fatores. Todavia, o IFRR vem buscando melhorar os processos e adequar o planejamento.

No ENSINO houve a realização de 20 (vinte) ações de formação continuada das equipes técnico-pedagógicas da Reitoria e dos *Campi*; fomento de 16 (dezesesseis) ações de programas para a melhoria de Qualidade da Educação Básica no Estado de Roraima; realização de 04 (quatro) ações nas unidade administrativa de ensino, articulado com a pesquisa e a extensão com foco nas relações étnico-raciais e de inclusão numa perspectiva emancipatória; e representação do IFRR nos diversos fóruns relacionados às políticas etnoeducacionais, de inclusão e diversidade (contribuiu para demonstrar os trabalhos e ações desenvolvidos dentro da Instituição).

Na PESQUISA houve fomento para estimular e apoiar pesquisas científicas e/ou tecnológicas a fim de gerar produtos e/ou processos inovadores, preferencialmente com possibilidade de patenteamento; apoio financeiro no desenvolvimento de 07 (sete) projetos de pesquisas aplicada, sendo 03 (três) três projetos na área de energia; realização do VI Forint, onde foram recebidos 151 (cento e cinquenta e um) trabalhos para apresentação em forma de pôster.

O investimento em pesquisas aplicadas contribui para os indicadores institucionais e está em consonância com o previsto no Plano de Desenvolvimento Institucional, além de atender o que preconiza o Termo de Acordos e Metas. Os fatores intervenientes foram a morosidade na abertura dos processos para pagamento dos recursos por parte dos *Campi* e o pouco apoio ao pesquisador no seu respectivo *Campus* de execução.

Na INOVAÇÃO as ações desenvolvidas são referente à produção, proteção e transferência de conhecimento e tecnologia. Nela constam estratégias para difusão, indução, acompanhamento e

verificação de ações pró inovação, além das melhores estratégias para o nível de maturidade de gestão presente no ano de 2017 para o IFRR. Um fator que contribuiu para a execução da ação diz respeito a estratégia de melhor relacionamento entre os parceiros internos e externos. Outra estratégia diz respeito a capacitação realizada pelo NIT/Reitoria aos servidores dos *Campi*; apoio a competições de cunho tecnológico advindo dos cursos dos *Campi*, como a Olimpíada Brasileira de Robótica e o Campeonato Brasileiro de Lançamento de Foguetes; alinhamento entre as políticas interinstitucionais (Universidades, Sistema S, Prefeituras e Governo Estadual) que teve como resultados o primeiro depósito de patente do IFRR junto ao Instituto Nacional de Propriedade Intelectual (INPI), referente à Lenha Ecológica e a vinculação formal do IFRR à Associação Nacional de Entidades Promotoras de Empreendimentos Inovadores (Anprotec). Proporcionou também a participação em eventos nacionais de grande relevância para os ambientes de Inovação, a destacar o 11º Encontro Nacional da Associação Fórum Nacional de Gestores de Inovação e Transferência Tecnológica. Como fatores críticos citamos a insegurança administrativa, a insegurança jurídica, a falta de cultura empreendedora e a falta de cultura de inovação.

Na EXTENSÃO os fatores de sucesso foram: o atendimento de 69 (sessenta e nove) alunos bolsistas, nos projetos de extensão; envolvimento das comunidades nas ações dos projetos; participação de 399 (trezentos e noventa e nove) alunos durante a realização dos Jogos Intercampi; e o envolvimento de 136 (cento e trinta e seis) alunos bolsistas e alunos colaboradores dos projetos.

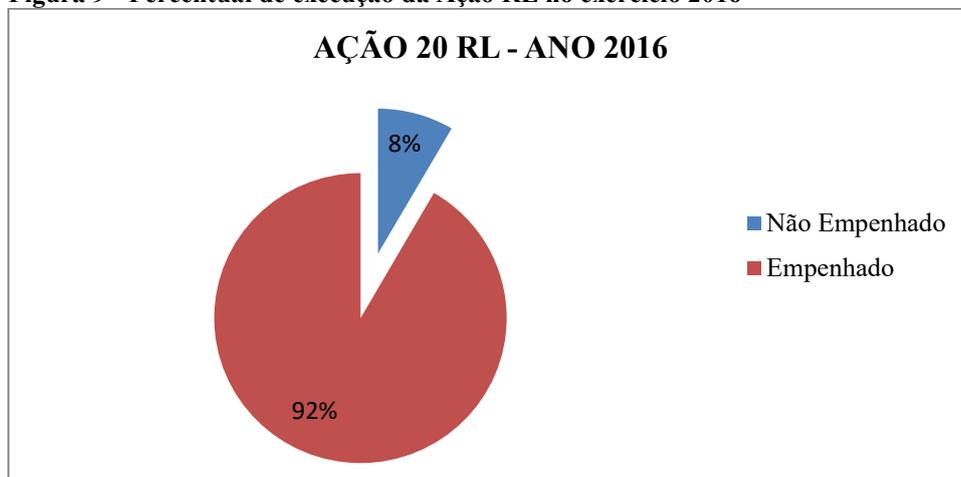
O orçamento de custeio dos *Campi* totalizava o montante de crédito advindo da LOA para o exercício de 2017. Destes as despesas de custeio importaram o maior valor empenhado.

As despesas com custeio foram destinadas em sua maioria à manutenção de diversos serviços de natureza continuada, tais como limpeza, conservação, segurança e vigilância patrimonial, transporte, eletricidade, telefonia fixa, mobilidade da frota, fomento de convênios ou parcerias relacionadas às atividades de ensino, pesquisa e extensão; apoio à execução de programas e projetos do ensino desenvolvidos pelas equipes técnico-pedagógicas dos *Campi*.

Considerando a totalidade de créditos orçamentários previsto para o custeio das despesas do *Campus* Boa Vista Zona Oeste para o exercício de 2017, não foi possível a sua utilização no total em razão da situação na qual o *Campus* se encontrava. O mesmo funcionou em três locais distintos, sendo o administrativo na Reitoria; o ensino na Escola Estadual Elza Breves de Carvalho, prédio cedido pelo Governo do Estado de Roraima; e, por fim, foi necessário a realocação do ensino para o *Campus* Boa após a solicitação das salas de aulas pela gestão da escola Elza Breves. Após

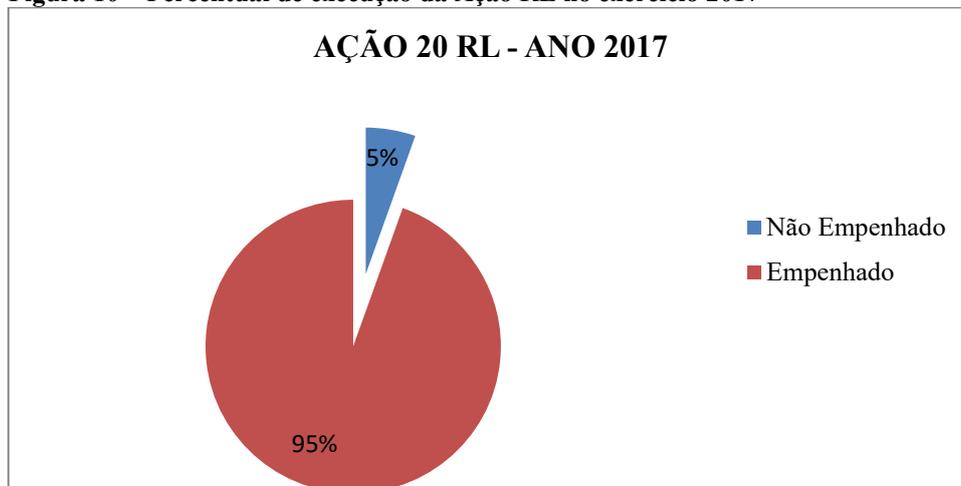
toda essas mudanças, foi necessário realizar a rescisão do contrato de limpeza e conservação predial e, conseqüentemente, a diminuição da despesa com custeio a ser utilizada até o final do contrato.

Figura 9 - Percentual de execução da Ação RL no exercício 2016



Elaborado pela Proad

Figura 10 – Percentual de execução da Ação RL no exercício 2017



Elaborado pela Proad

Os gráficos demonstram que mesmo com uma redução, decréscimo de recursos de aproximadamente 15,60% (quinze vírgula seis por cento) em relação à dotação final do exercício de 2016, houve uma maior execução do recurso quanto a realização de empenho em 2017.

AÇÃO 2994

A Ação 2994 financia as ações vinculadas à dimensão estratégica de assuntos estudantis em articulação com o ensino, a pesquisa, a inovação e a extensão, em particular ao macroprocesso de regulamentação da política de assistência estudantil e a implementação de ações que contribuam para a permanência e o êxito dos estudantes regularmente matriculados, como a promoção de eventos de acompanhamento pedagógicos, a concessão de auxílio-moradia por meio de alojamento a discentes regularmente matriculados na modalidade de alternância, entre outros.

Os principais benefícios concedidos pelos *campi* foram alimentação, transporte, apoio educacional (material escolar e passagens), participação em eventos estudantil, seguro-aluno e auxílio financeiro para viagens de visitas técnicas.

Para o exercício de 2017 foi estabelecida uma meta de 1.500 (um mil e quinhentos) benefícios. No tocante à meta física, apresentou-se uma execução de 139,53% (cento e trinta e nove vírgula cinquenta e três por centos) em relação ao previsto, o que representa um acréscimo de 14,53% (quatorze vírgula cinquenta e três por centos) em relação ao resultado do exercício de 2016. A superação da meta física justifica-se pela ampliação da demanda por programas de permanência, especificamente os de bolsas de alimentação e transporte, em virtude do número de alunos com perfil socioeconômico vulnerável, segundo parâmetros estabelecidos pelo Decreto n.º 7.234/2010. Deve-se considerar também que, em relação aos benefícios de transporte escolar destinados aos discentes dos *campi* da zona rural, no caso os *Campi* Novo Paraíso e Amajari, o benefício é estendido a todos os discentes.

O *Campus* Boa Vista destacou que o Sistema Unificado de Administração Pública (Suap) foi um dos fatores preponderante para a execução da ação, bem como o monitoramento de seus resultados. Destaca-se ainda como fator interveniente na execução das atividades, alguns problemas que impediram alguns acessos aos auxílios por meio do sistema. Dessa forma, todos os problemas surgidos durante o processo são comunicados por meio de uma ferramenta dentro do próprio Suap denominada “chamado”.

Outro ponto a destacar foi o encerramento do contrato com a empresa contratada para fornecimento de refeições antes do término das aulas, optando-se pela transferência dos valores correspondentes às refeições para as contas bancárias dos discentes, a fim de não prejudicar os mesmos e pela extrema necessidade deste auxílio aos alunos em situação de vulnerabilidade social e do tempo integral no CBV.

Com relação ao Auxílio Transporte, ainda no CBV, a Coordenação de Tecnologia da Informação do *Campus* elaborou um sistema capaz de gerenciar as informações dos discentes para emissão de planilha com os dados e posterior envio ao setor competente para o pagamento.

Com o orçamento da assistência estudantil no *Campus* Boa Vista Zona Oeste, foi possível atender aos discente com o benefício de bolsas estudantis para alimentação, transporte e auxílio financeiro a estudantes para participação em eventos, sendo assim realizado o que é programado anualmente nas áreas de ensino, pesquisa e extensão. Os principais resultados obtidos foram:

- Garantir a permanência dos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica no 2º semestre;
- Atendimento a 78 (setenta e oito) alunos beneficiados com o auxílio alimentação;
- Garantia de frequências escolar superior a 75% (setenta e cinco por cento) dos estudantes assistidos;
- Rendimento escolar satisfatório a 92% (noventa e dois por cento) dos estudantes assistidos;

O CBVZO frizou também o cumprimento do cronograma de execução da ação conforme planejamento, sendo realizado plantão sociopedagógico ao discente e familiares.

Destacou que os recurso foram insuficiente para atender aos alunos e como solução para esse problema foi realizado remanejamento dos mesmos; apontou ainda ausência de um acompanhamento sistemático do aluno e encaminhamentos das situações de evasão, rendimento e frequência em tempo hábil para intervenção e para solucionar isso, foi realizado o acompanhamento do discente em sua vida acadêmica no sistema de registro acadêmico pelo serviço social.

O *Campus* Novo Paraíso e o *Campus* Amajari ressaltaram que organização do planejamento orçamentário e das ações, acesso a informações e diálogo constante com a Coordenação de Assistência Estudantil junto aos *Campi* foi decisivo para a execução da ação. Apontaram como dificuldades, e suas respectivas soluções, os seguintes fatores:

- Acesso as comunidades para transportar os alunos no trajeto Comunidade/*Campus*/Comunidade, cuja solução pelo CAM foi a retirado de um ônibus escolar do trajeto Comunidade do Trairão e disponibilização de alojamento para os alunos;
- Reclamações da comunidade escolar quanto a qualidade da alimentação fornecida, cuja solução pelo CAM foi a rescisão contratual e abertura de processo

licitatório;

- Insuficiência de recursos para atender a todas as demandas, cuja solução foi o remanejamento de recursos; e
- Não disponibilidade de uma equipe de saúde no *Campus*, cuja solução foi a realização de parcerias institucionais com a Prefeitura/Secretaria de Saúde/Unidade Básica de Saúde.

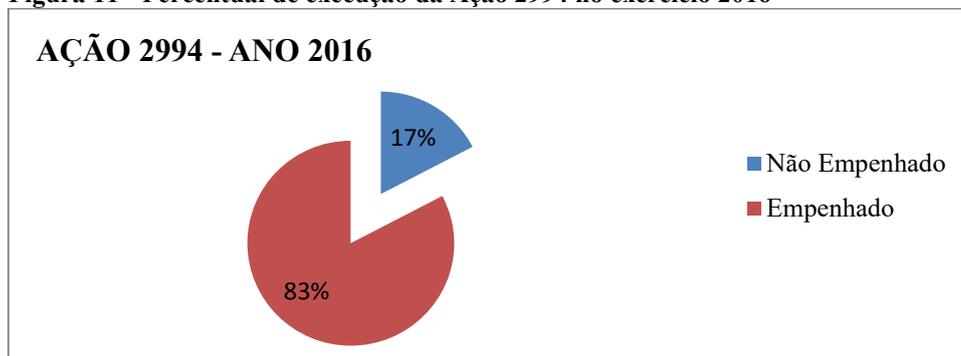
O *Campus* Avançado Bonfim destacou a execução da ação em tempo hábil, consoante a disponibilidade orçamentária e financeira. Destaca como fatores positivos o planejamento das ações em conjunto com a equipe da Reitoria, a revisão da meta a ser alcançada e a possibilidade do remanejamento de recurso entre atividades. Como dificuldade apontou a não entrega de documentos comprobatórios solicitados aos discentes para avaliação socioeconômica, cuja solução adotada foi a realização de palestra sobre a política de assistência estudantil no âmbito do IFRR.

Os principais resultados quantitativos foram:

- CBV: 458 (quatrocentos e cinquenta e oito) benefícios concedidos para o Plano Orçamentário 0001, sendo: 353 (trezentos e cinquenta e três) auxílio transporte e 105 (cento e cinco) auxílio financeiro; e 301 (trezentos e um) benefícios concedidos para o Plano Orçamentário 0000, sendo: 159 (cento e cinquenta e nove) com RAP e 142 (cento e quarenta e dois) com orçamento 2017;
- CNP: 494 (quatrocentos e noventa e quatro) benefícios concedidos para o Plano Orçamentário: 0001, sendo 310 (trezentos e dez) com auxílio alimentação, 64 (sessenta e quatro) com Jogos Intercampi, 05 (cinco) com Jogos Etapa Regional, 45 (quarenta e cinco) com participação em eventos/FORINT e 70 (setenta) com auxílio material escolar; e 333 (trezentos e trinta e três) benefícios de auxílio transporte escolar concedidos para o Plano Orçamentário: 0000, além de 298 (duzentos e noventa e oito) benefícios com RAP;
- CAM: 522 (quinhentos e vinte e dois) benefícios concedidos para o Plano Orçamentário: 0000 e 01 (um) benefício concedido para o Plano Orçamentário: 0001, além de 362 (trezentos e sessenta e dois) benefícios com RAP;
- CBVZO: 102 (cento e dois) benefícios concedidos para o Plano Orçamentário: 0001, além de 02 (dois) benefícios com RAP;
- CAB: 41 (quarenta e um) benefícios concedidos para o Plano Orçamentário: 0001, sendo: 21 (vinte e um) auxílio material escolar e 20 (vinte) auxílio apoio a

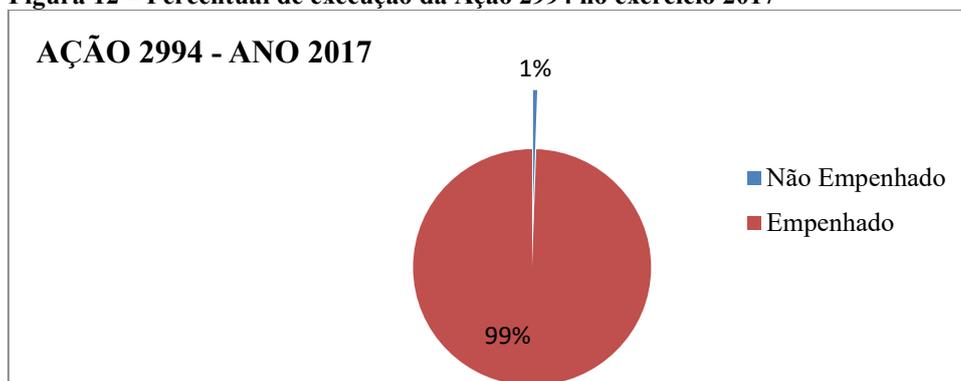
participação em eventos estudantil.

Figura 11 - Percentual de execução da Ação 2994 no exercício 2016



Elaborado pela Proad

Figura 12 – Percentual de execução da Ação 2994 no exercício 2017



Elaborado pela Proad

Um ponto importantíssimo a ser destacado foi quanto a execução do orçamento da ação 2994 a qual no ano de 2017 teve 99% (noventa e nove por cento) de realização de execução.

2.3.2 Fatores Intervenientes no Desempenho Orçamentário

Em relação à Ação 20RL, como fatores que intervieram no desempenho do orçamento da gestão, destaca-se que o IFRR teve que reanalisar seu orçamento de 2017 tendo em vista as medidas provocadas pelo Governo Federal para que se mantenha o equilíbrio das contas públicas, desse modo, foi publicado em 17 de fevereiro de 2017 no DOU a Portaria nº. 28, de 16 de fevereiro de 2017 (Revogada tacitamente pelo Decreto nº 9.046, de 5 de maio de 2017, e substituída pela Portaria nº 234, de 19 de julho de 2017, que trata das despesas a serem empenhadas com a contratação de bens e serviços e a concessão de diárias e passagens, nos itens e naturezas de despesa

especificados na portaria, no âmbito dos órgãos e das unidades orçamentárias do Poder Executivo, no exercício de 2017, ou seja, estabeleceu um limite de empenho de R\$ 8.726.202,00 (oito milhões setecentos e vinte e seis mil, duzentos e dois reais) para as despesas de apoio administrativo, técnico e operacional; Locação de imóveis; Serviços de consultoria; Serviços de telecomunicações; vigilância ostensiva; e diárias e passagens. Além de suspender a aquisição ou locação de imóveis, aquisição ou locação de veículos e locação de máquinas e equipamentos.

Outra problemática foi a liberação dos limites para movimentação de empenho. Segundo o Decreto nº. 8.961, de 16 de janeiro de 2017, ficou estabelecido a liberação de limite de 1/18 (um dezoito avos) do orçamento até março, prejudicando assim o desempenho orçamentário do IFRR (Reitoria e dos *Campi*). A exemplo disso, temos os contratos continuados e os termos aditivos, os quais não ponderam ser empenhados na sua totalidade para atender o exercício de 2017.

No mês de abril foi emitido o Decreto nº. 9.018, de 30 de março de 2017, que alterou o decreto emitido em janeiro e possibilitou a liberação da conta de abril em 1/12 (um doze avos) do orçamento da LOA do IFRR. Dessa forma, devido a liberação dos limites serem aos poucos, dificultou a execução conforme o planejado pois a cada liberação a administração teve que levar em consideração o que é mais urgente e essencial para o funcionamento da Instituição.

Outro ponto a destacar é que no dia 02 de maio de 2017 a Secretaria de Orçamento Federal do Ministério de Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (SOF/MP) lançou uma fita SOF reduzindo os créditos orçamentários do IFRR nas ações, porém as que causaram maior impacto foram: (1) a 20RL – Custeio Funcionamento, com um bloqueio de 14,17% (quatorze vírgula dezessete por cento) e (2) a ação 20RG – Expansão Matriz, com um corte de 31,50% (trinta e um vírgula cinquenta por cento).

Quanto ao bloqueio do orçamento do funcionamento houve a liberação de um pouco no início do mês de dezembro e o restante somente na última semana do ano. Outro problema a ser citado foi a demora na conclusão dos processos licitatórios, que conseqüentemente, impactaram tanto nas atividades acadêmicas quanto administrativas.

Em 2017, diante da situação de crise econômica vivenciada pelo país, impactando sobremaneira na Administração Pública Federal desde o segundo semestre de 2015, o IFRR – *Campus* Boa Vista, teve necessidade de reajustar alguns contratos administrativos, objetivando honrar financeiramente com os mesmos, tais como o de mão de obra de apoio e manutenção predial e o de limpeza, higienização e conservação, os quais tiveram que ser suprimidos em 25% (vinte e

cinco por cento), dentro dos limites permitidos pela legislação de licitações e permitindo a continuidade de prestação dos serviços a este *Campus*.

Em relação à Ação 2994, os fatores críticos ainda são em relação a alimentação e transporte dos alunos, pois em alguns *Campi* são empresas que prestam esses serviços. A gestão desses contratos traz dificuldades para as unidades do interior no momento da prorrogação do contrato devido à dificuldade em fazer a cotação de preços e, no caso da contratação de empresas para fornecer alimentação, é comum haver licitações desertas ou fracassadas. Todavia, o fator positivo para o alcance das metas foi o monitoramento da execução da ação nos *Campi* por parte do Departamento de Políticas de Assistência Estudantil da Reitoria (DPAE).

Quanto a Ação 20RG, os créditos da Expansão e Reestruturação para o alcance da meta ainda não tinham destinação específica no início do exercício de 2017, isso porque durante a elaboração da proposta orçamentária o cenário para os recursos de investimentos para a Rede Federal se mostrava instável, não sendo possível mensurar efetivamente um valor adequado aos Institutos Federais. Tal situação forçou o IFRR manter o valor da ação Expansão e Reestruturação que seria aprovado somente na Reitoria e posteriormente faria sua aplicação nas unidades. Embora o IFRR tivesse propostas para o comprometimento do crédito, não era possível prevê seu valor exato, tornando assim, inviável estabelecer as prioridades de gasto.

Além disso, o valor de R\$ 2.926.829,00 (dois milhões, novecentos e vinte e seis mil, oitocentos e vinte e nove reais) é ínfimo para atender a Reitoria e seus *Campi*. Porém o fator que mais prejudicou o alcance da meta foi o corte significativo de 31,50% (trinta e um vírgula cinquenta por cento), contudo na ação 20RG – Expansão Matriz.

Para contrapor os fatores intervenientes no desempenho orçamentário, o IFRR buscou avaliar a sustentabilidade financeira. Haja vista o significado social da continuação dos compromissos assumidos pelas unidades gestoras, foi dado o andamento com a contratação dos serviços essenciais ao funcionamento da Instituição de forma que as atividades não parassem, buscando o alcance satisfatório de sua missão, bem como adotando critérios objetivos e sociais na expansão e na reestruturação das unidades.

Objetivando amenizar o efeito do contingenciamento na execução orçamentária por meio de monitoramento vinculado ao planejamento estratégico, cada valor alocado por ação tem sido objeto de acompanhamento e, caso não haja saldo de créditos suficiente, remanejado para outra ação.

Em virtude da Portaria MP n.º 67 e da crise econômica vivenciada pelo País, que vem causando impactos negativos à Administração Pública federal, o IFRR teve a necessidade de reajustar alguns contratos administrativos, objetivando honrá-los financeiramente, como por exemplo o de serviços de vigilância, de mão de obra de apoio e manutenção predial, de motorista e de limpeza e conservação. Alguns contratos tiveram que ser reduzidos em mais de 25% (vinte e cinco por cento), visando à continuação da prestação dos serviços.

2.3.3 Obrigações Assumidas sem o Respectivo Crédito Autorizado no Orçamento

Em cumprimento às legislações, o IFRR não assumiu obrigações sem o respectivo crédito orçamentário.

2.3.4 Restos a Pagar Inscritos em Exercícios Anteriores

A seguir será demonstrado o montante de Restos a Pagar (RP) inscritos em exercícios anteriores, vigentes em 2017, além dos respectivos valores cancelados e pagos no decorrer do exercício e o saldo apurado no dia 31/12/2017, que está dividido em duas partes: Restos a Pagar Processados e Restos a Pagar não Processados, que contêm basicamente a mesma estrutura de informação.

Quadro 35 – Restos a Pagar Inscritos em Exercícios Anteriores Valores em R\$ 1,00

Restos a Pagar Processados					
Ano de Inscrição	Montante em 1º de janeiro de 2017 (a)	Pagos (b)	Cancelados (c)	Saldo a pagar 31/12/2017 (d) = (a-b-c)	
2016	341.474,08	328.294,12	11.198,58	1.981,38	
2015	105.542,91	98.645,28	-	6.897,63	
2014	160.055,43	128.567,93	-	31.487,50	
2013	31.467,50	-	-	31.467,50	
2011	161.892,01	161.892,01	-	0,00	
Totais	800.431,93	717.399,34	11.198,58	71.834,01	
Restos a Pagar Não Processados					
Ano de Inscrição	Montante em 1º de janeiro de 2017 (e)	Liquidados (f)	Pagos (g)	Cancelados (h)	Saldo a pagar 31/12/2017 (i) = (e-g-h)
2016	15.976.354,95	11.239.404,77	11.187.539,22	839.306,51	3.949.509,22
2015	4.084.284,65	907.385,81	907.385,81	809.807,56	2.367.091,28
2014	1.641.730,14	1.049.730,42	1.049.730,42	411.160,37	180.839,35
2013	1.208.946,55	-	-	976.970,95	231.975,60
2011	122.531,39	-	-	-	122.531,39
Totais	23.033.847,68	13.196.521,00	13.144.655,45	3.037.245,39	6.851.946,84

Fonte: Tesouro Gerencial 2017

2.3.4.1 Análise Crítica

Quanto à gestão dos Restos a Pagar do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima no exercício de 2017, o Departamento de Contabilidade e Finanças (DCF) solicitou informações aos demandantes de serviços ou bens a respeito da situação de cada despesa empenhada para proceder a liquidação ou cancelamento da mesma conforme Decreto nº 7.654, de 23 de dezembro de 2011. Essa ação proporcionou o pagamento de 57,07% (cinquenta e sete vírgula zero sete por cento) e o cancelamento de 13,19% (treze vírgula dezenove por cento) do montante inscrito e/ou reinscrito de Restos a Pagar Não Processados no exercício de 2017. O DCF orientou também as unidades quanto a análise de empenhos com o objetivo de diminuir a inscrição em RP.

Quanto à execução de Restos a Pagar no exercício de 2017, podemos discorrer que:

- Os RP Não Processados Reinscritos, referente ao exercício de 2011, estão amparados conforme Decreto nº 7.654, de 23 de dezembro de 2011, art. 1º, § 3º, II, c;
- Os RP Não Processados Reinscritos, referente ao exercício de 2013, estão amparados conforme Decreto nº 7.654, de 23 de dezembro de 2011, art. 1º, § 3º, II, c e do total reinscrito 80,81% (oitenta vírgula oitenta e um por cento) foi cancelado, restando 19,19% (dezenove vírgula dezenove por cento) para análise;
- Os RP Não Processados Reinscritos, referente ao exercício de 2014, estão amparados conforme Decreto nº 7.654, de 23 de dezembro de 2011, art. 1º, § 3º, II, c e do total reinscrito 25,04% (vinte e cinco vírgula zero quatro por cento) foi cancelado e 63,94% (sessenta e três vírgula noventa e quatro por cento) foi pago;
- Os RP Não Processados Reinscritos, referente ao exercício de 2015, estão amparados por conta da vigência, conforme Decreto nº 7.654, de 23 de dezembro de 2011, art. 1º, § 2º, até 30/06/2017 e amparados pelo art. 1º, § 3º, II, c. Do total reinscrito 19,83% (dezenove vírgula oitenta e três por cento) foi cancelado e 22,22% (vinte e dois vírgula vinte e dois por cento) foi pago.
- Os RP Não Processados Inscritos, referente ao exercício de 2016, estão amparados por conta da vigência, conforme Decreto nº 7.654, de 23 de dezembro de 2011, art. 1º, § 2º. Do total inscrito em 2017, 5,25% (cinco vírgula vinte e cinco por cento) foi cancelado e 70,03% (setenta vírgula zero três por cento) foi pago.

O saldo a pagar em 31 de dezembro de 2017 referente aos exercícios de 2015, 2014 e 2013 de Restos Pagar Processados referem-se, por unidade administrativa a:

- *Campus* Boa Vista: empenhos do Pronatec e obrigação liquidada de um fornecedor pendentes. Aguardando resposta da Coordenação Financeira do Pronatec e Coordenação de Finanças quanto à veracidade da obrigação;
- *Campus* Boa Vista Zona Oeste: pendência quanto à montagem dos bens adquiridos entregues e que será realizada no exercício de 2018;
- *Campus* Amajari: pendência quanto ao recolhimento de um DARF e ao pagamento de auxílio financeiro a aluno;
- Reitoria: pendência referente a diárias, no entanto, a mesma não é devida. Portanto realizada a baixa em 2018.

2.3.5 Execução Descentralizada com Transferência de Recursos

2.3.5.1 Visão gerencial dos Instrumentos de Transferência e dos Montantes Transferidos

O quadro abaixo contempla a quantidade de instrumentos por modalidade de transferência e os respectivos valores repassados nos últimos três exercícios.

Quadro 36 – Resumo dos Instrumentos Celebrados e dos Montantes Transferidos nos Últimos Três Exercícios

Unidade concedente ou Contratante: 158152						
Nome:	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima					
Modalidade	Quantidade de Instrumentos Celebrados			Montantes Repassados no Exercício (em R\$ 1,00)		
	2017	2016	2015	2017	2016	2015
Convênio	-	1	-	306.000,00	253.000,00	-
Contrato de Repasse	-	-	-	-	-	-
Termo de Execução Descentralizada	-	1	1	438.889,75	190.000,00	26.000,00
Totais	-	2	1	744.889,75	443.000,00	26.000,00

Fonte: Relatório de Gestão 2016, Processo 23231.000364.2015-66, Processo 23231.000140.2016-35 e Processo 23231.000505.2015-41

2.3.5.2 Visão gerencial da prestação de contas dos recursos pelos recebedores

Quadro 37 – Resumo da Prestação de Contas sobre Transferências Concedidas pela UJ nas Modalidades de Convênio, Contratos de Repasse e Instrumentos Congêneres

Unidade Concedente: 158152					
Nome: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima					
Exercício da Prestação das Contas	Quantitativos e Montante Repassados		Instrumentos (Quantidade e Montante Repassado)		
			Convênios	Contratos de Repasse	Termo de Execução Descentralizada
Exercício do Relatório de Gestão	Contas Prestadas	Quantidade	-	-	01
		Montante Repassado	-	-	26.000,00
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	01	-	01
		Montante Repassado	306.000,00	-	438.889,75
Exercícios Anteriores	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	-	-	-
		Montante Repassado	-	-	-

Fonte: Relatório de Gestão 2016, Processo 23231.000364.2015-66, Processo 23231.000140.2016-35 e Processo 23231.000505.2015-41

2.3.5.3 Visão Gerencial da Análise das Contas Prestadas

Quadro 38 – Situação da análise das contas prestadas no exercício

Unidade Concedente: 158152				
Nome: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima.				
Contas apresentadas ao repassador no exercício de referência do relatório de gestão		Instrumentos		
		Convênios	Contratos de repasse	Termo de Execução Descentralizada
Contas analisadas	Quantidade aprovada	-	-	01
	Quantidade reprovada	-	-	-
	Quantidade de TCE instauradas	-	-	-
	Montante repassado (R\$)	-	-	-
Contas NÃO analisadas	Quantidade	-	-	-
	Montante repassado (R\$)	-	-	-

Fonte: Proex e Processo nº 23231.000505.2015-41 – elaborado pela Proad

Quadro 39 – Perfil dos Atrasos na Análise das Contas Prestadas por Recebedores de Recursos

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima.					
Instrumentos da transferência	Quantidade de Dias de Atraso na Análise das Contas				
	Até 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	De 91 a 120 dias	Mais de 120 dias
Convênios	-	-	-	-	-
Contratos de Repasse	-	-	-	-	-
Termo de Execução Descentralizada	-	-	-	-	649

Fonte: Proex e Processo 23231.000505.2015-41 – elaborado pela Proad

2.3.5.4 Análise Crítica

Conforme o processo nº. 23231.000364.2015-66, o convênio foi firmado com a Conveniente UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA JÚLIO DE MESQUITA FILHO, CNPJ nº. 48.031.918/0001-24, em 11 de novembro de 2016 e publicado no DOU no dia 14 de novembro de 2016, seção 3, página 53. O objeto do convênio é a Execução de Programa de Curso de Pós-Graduação *Stricto Sensu* Mestrado Profissional em Engenharia de Produção para atender as necessidades de formação dos servidores Professores/Docentes do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (EBTT) efetivos e ativos e, Técnicos-Administrativos em Educação (TAE) efetivos, estáveis e ativos do quadro do IFRR, cuja meta foi disponibilizar 20 (vinte) vagas aos servidores do IFRR. A vigência deste convênio é de 11 de novembro de 2016 a 12 de novembro de 2018. Todas as etapas de formação do mestrado em Engenharia de Produção propostas pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Unesp) estão sendo executadas em conformidade com o Plano de Trabalho aprovado no Portal dos Convênios (Siconv).

Em 26 de setembro de 2017 os mestrandos participaram do Seminário do Mestrado Profissional em Engenharia de Produção, que teve por finalidade apresentar os projetos de pesquisa desenvolvidos pelos mestrandos do curso aos gestores e demais servidores do IFRR e para que estes tivessem maior conhecimento sobre os estudos que estão sendo realizados, bem como compreenderem como estes podem colaborar com a missão institucional. Em 2017 houve a finalização das disciplinas obrigatórias do curso, ficando para o próximo ano (2018) o Exame de Qualificação, o desenvolvimento da pesquisa e a defesa da Dissertação.

As dificuldades encontradas no decorrer de 2017 foram referentes aos entraves de manuseio no Siconv, algo que por vezes torna lento o processo de aprovação das etapas de formação no sistema, todavia, tanto a Proad quanto a Propesq têm se empenhado na compreensão do Siconv e na resolução dos problemas gerados no e pelo sistema.

Embora o resultado final do Convênio firmado com a Unesp ser mensurado ao término da execução do mestrado em Engenharia de Produção, até o momento alguns setores administrativos, por meio dos mestrandos do referido curso, já vêm utilizando novos mecanismos de gerenciamento de processos que são frutos das disciplinas já cursadas. Além disso, a Unesp tem disponibilizado à comunidade acadêmica do IFRR e Comunidade Geral momentos de aprendizado por meio dos docentes do referido mestrado, ofertando palestras com temas ligados a engenharia de produção por meio do “Diálogos Acadêmicos”, além de proporcionar momentos de conversa

diretamente com servidores do setor de gestão de pessoas do IFRR com a temática “A Gestão de Competências na Gestão de Pessoas”.

Consoante ao processo nº. 23231.000140.2016-35, foi celebrado Termo de Cooperação com a UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO para promover a qualificação e capacitação de 30 (trinta) docentes ou técnicos do IFRR em Programa de Curso de Pós-Graduação *Stricto Sensu* Mestrado em Educação Agrícola. O termo foi celebrado em 13 de maio de 2016 e publicado em 17 de maio de 2016, tendo como vigência de 13 de maio de 2016 a 13 de junho de 2018.

No mês de abril de 2017 foi realizada a primeira etapa do Módulo II das semanas de formação que teve como eixo tecnológico: revisão, atualização e construção do saber e fazer profissional; formação profissional por competências; aprender a aprender profissional. As 2ª e 3ª semanas de formação ocorreram no período de 25 de maio a 03 de junho 2017. Entre os meses de julho até dezembro de 2017 os mestrandos realizaram os estágios pedagógicos e a apresentação dos relatórios ocorreu no período de 11 a 15 de dezembro de 2017, em Boa Vista-RR. Com o objetivo de investir na preparação dos trabalhos produzidos pelos mestrandos, a coordenação do Programa de Pós-graduação em Educação Agrícola (PPGEA) promoveu uma oficina conduzida pelo professor Bruno Bahia que ocorreu nos dias 15 e 16 de novembro, em Boa Vista-RR. As defesas das dissertações estão previstas para ocorrerem em junho de 2018.

As dificuldades apresentadas em 2017 em relação ao Termo de Cooperação com a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) foram os cumprimentos dos prazos estabelecidos no Termo de Cooperação, no que se refere ao pagamento das parcelas das etapas do mestrado para a própria UFRRJ. Somente será possível descrever resultados concretos após a finalização do curso, que ocorrerá em 2018.

No caso do Termo de Cooperação com o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO) e pelas informações constantes nos quadros acima, podemos observar que continuou pendente até a metade do ano o Termo de Cooperação 01/2015, com o objetivo de fazer parte de uma estratégia da expansão da Rede Federal de Educação, tendo em vista a organização e a realização dos Jogos das Instituições Federais de Educação da Região Norte/2015.

O referido crédito visava garantir a contratação dos serviços necessários para a realização dos Jogos dos Institutos Federais – etapa Norte (Jifens), conforme o Processo n.º 23231.000505.2015-41. Como medidas adotadas para sanear as transferências na situação de

prestação de contas inadimplente, a Reitoria do IFRR tomou as seguintes providências com o intuito de regularizar essa situação:

Envio de ofícios ao Senhor UBERLANDO TIBURTINO LEITE, reitor do IFRO, solicitando a prestação de contas do Termo de Cooperação n.º 01/2015.

A resposta do IFRO foi enviada ao IFRR no dia 08 de junho de 2017, por meio do Ofício n.º 430/2017 Reitoria – CGAB/REIT-IFRO, onde constava como anexo a cópia da relação das ordens bancárias, cópia das notas fiscais devidamente atestadas e cópia da nota de empenho 2015NE800440. Com essas documentações enviadas ao IFRR, foi constituída nova comissão para analisar a prestação de contas referente ao termo de cooperação através da Portaria n.º 1114/GR, de 04 de julho de 2017.

O presidente da comissão, o Senhor **PAULO HENRIQUE DE LIMA REINBOLD**, responsável em analisar a prestação de contas referente ao termo de cooperação TC n.º 01/2015, após análise dos documentos contidos, fez um despacho APROVANDO a referida prestação de contas. Essas informações podem ser consultadas no Processo Administrativo n.º 23231.000505.2015-41.

2.3.5.5 Informações sobre a Estrutura de Pessoal para Análise das Prestações de Contas

O IFRR não dispõe de uma estrutura específica para o tratamento, a análise e o posicionamento sobre as contas prestadas pelos recebedores dos recursos descentralizados, visto que o número de descentralizações realizadas pela Instituição é considerado baixo. Tomando por base os quadros anteriores, pode-se observar que o Instituto pactuou, no exercício de 2016, somente dois instrumentos de transferência de recursos, um convênio e um termo de cooperação, ambos na qualidade de concedente.

Embora não tenha uma equipe específica, o IFRR adota todas as medidas para analisar, adequadamente e de forma tempestiva, as contas enviadas pelos convenentes. Toma-se como procedimentos a nomeação de uma comissão para análise da prestação de contas, podendo ser composta pelos seguintes integrantes: servidor da Coordenação de Orçamento, para analisar a legalidade dos atos de execução orçamentária e financeira dos créditos descentralizados; servidores da Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação Tecnológica e da Diretoria de Pesquisa e Pós-Graduação, responsáveis pela análise do cumprimento do objeto e dos objetivos pactuados caso seja realizado pela PROPESQ ou por servidores da Pró-Reitoria de Extensão e da Diretoria de

Extensão, responsáveis pela análise do cumprimento do objeto e dos objetivos pactuados caso seja realizado pela PROEX.

Os grandes entraves encontrados dizem respeito ao não cumprimento por parte dos convenientes do envio tempestivo dos relatórios e dos documentos comprobatórios para a comissão de prestação de contas do concedente, o que acarreta atrasos significativos nos trabalhos, conforme vistos nos quadros anteriores. Todavia, o IFRR adota todas as medidas legais para forçar o cumprimento dos prazos pelos conventes. Caso não obtenha êxito, resta-lhe somente a tomada de contas especiais aberta pela autoridade máxima do IFRR. Porém, ainda não há caso de tomadas de contas especiais no âmbito do IFRR.

Quanto ao acompanhamento da execução do Termo de Cooperação com a UFRRJ foi designado uma professora Doutora do *Campus* Boa Vista como fiscal para acompanhar a realização das etapas de execução pedagógica do curso.

Em relação ao controle de execução do mestrado em engenharia de produção, o IFRR designou como fiscal a Diretora de Políticas de Pesquisa e Pós-graduação da Reitoria para o acompanhamento das ações realizadas pela Unesp. É de sua responsabilidade também o acompanhamento do cronograma pré-estabelecido de execução administrativo e pedagógica do curso realizado. Esse acompanhamento é realizado através de sistema do Siconv.

2.3.6 Informações sobre a Realização das Receitas

Quadro 40 – Receitas Realizadas no Exercício 2017

RECEITA REALIZADA			ARRECAÇÃO (R\$)		AH%
DESCRIÇÃO DA RECEITA		FONTE	2017	2016	
ALUGUEL	13100111	250026437	16.673,60	20.085,00	-16,98
SERVIÇOS ADM.	16100111	250026437	45,00	260,00	-82,69
TAXA INSCRIÇÃO VESTIBULAR	16100211	250026437	120.120,00	124.990,00	-3,90
MORA/MULTA TAXA INSC VEST.	16100212	250026437	-	1,25	-100,00
OUTROS SERVIÇOS	16909911	250026437	22,00	261,89	-91,60
MULTAS/JUROS PREV. CONTRATO	19100911	250026437	8.667,31	-	-
RECUP. DESP. EXERC. ANTERIOR	19220611	250026437	-	55,00	-100,00
RECUP. DESP. EXERC. ANTERIOR	19220611	100000000	39.262,09	222.365,23	-82,34
IND. E RESTITUIÇÃO AO ERÁRIO	19229911	100000000	142.885,16	122.881,85	16,28
RESSARCIMENTO LIG. TELEFÔNICAS	19239911	100000000	149,22	-	-
TOTAL FONTE 02500264387 - Vinculadas			145.527,91	145.653,14	-0,09
TOTAL FONTE 0100000000 - Ordinárias			182.296,47	345.247,08	-47,20
TOTAL GERAL			327.824,38	490.900,22	-33,22

Fonte: Balanço Financeiro/Balanço Orçamentário/SIAFI OPERACIONAL 2017

As Receitas Orçamentárias (receitas próprias) no exercício de 2017 totalizaram o valor de R\$ 327.824,38 (trezentos e vinte e sete mil, oitocentos e vinte e quatro reais e trinta e oito centavos)

de Receita Realizada, que corresponde a 0,19% (zero vírgula dezenove por cento) do total dos ingressos em 2017, sendo que a sua previsão inicial foi de R\$ 349.185,00 (trezentos e quarenta e nove mil, cento e oitenta e cinco reais), sofrendo portanto uma frustração de -R\$ 21.360,62 (vinte e um mil, trezentos e sessenta reais e sessenta e dois centavos negativos).

No processo da arrecadação de receitas próprias foram registradas:

1 – Ordinárias: totalizando o valor de R\$ 182.296,47 (cento e oitenta e dois mil, duzentos e noventa e seis reais e quarenta e sete centavos), referente a receitas com restituições e indenizações ao erário.

2 – Vinculadas: totalizando o valor de R\$ 145.527,91 (cento e quarenta e cinco mil, quinhentos e vinte e sete reais e noventa e um centavos), referente a receitas com alugueis, serviços administrativos, taxas de inscrições de vestibular e outras receitas correntes.

A variação negativa que impactou a arrecadação das receitas próprias da Instituição se deve a Receita com Alugueis diminuindo a arrecadação em -16,98% (dezesseis vírgula noventa e oito por cento negativos) e a Receita com Taxa de Inscrição Vestibular que diminuiu em -3,90% (três vírgula nove por cento negativos) em relação ao exercício 2016.

O Quadro Demonstrativo das Receitas Realizadas em 2017 apresenta a arrecadação individualizada por natureza da receita e fonte de recursos.

Ressalta-se que no exercício de 2016 não foram consideradas as receitas ordinárias, sendo apresentadas neste relatório para que a comparação destas receitas entre um exercício e outro fosse evidenciada. A coluna referente a Análise Horizontal (AH) evidencia o percentual de variação entre os exercícios de 2016 e 2017.

2.3.7 Informações sobre a Execução das Despesas

2.3.7.1 Despesas Totais por Modalidade de Contratação

Quadro 41 – Despesas por Modalidade de Contratação

Unidade Orçamentária: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima					Código UO: 26437		UGO: 158152	
Modalidade de Contratação	Despesa Executada				Despesa Paga			
	2017	%	2016	%	2017	%	2016	%
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	14.769.691,78	11,51	18.369.082,59	16,59	6.603.705,18	5,54	5.741.787,98	5,92
a) Convite	-		1.007,79		-		1.007,79	
b) Tomada de Preços	-		-		-		-	
c) Concorrência	-		97.116,21		-		-	
d) Pregão	13.105.720,70		15.653.499,00		6.603.705,18		5.740.780,19	
e) Concurso	-		-		-		-	
f) Consulta	-		-		-		-	
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas	1.663.971,08		2.617.459,59		-		-	
2. Contratações Diretas (h+i)	3.569.068,97	2,78	3.608.429,61	3,26	2.663.945,35	2,24	2.565.442,65	2,65
h) Dispensa	1.944.432,72		2.006.067,07		1.409.988,93		1.432.867,27	
i) Inexigibilidade	1.624.636,25		1.602.362,54		1.253.956,42		1.132.575,38	
3. Regime de Execução Especial	9.832,35	0,01	11.634,59	0,01	9.832,35	0,01	11.634,59	0,01
j) Suprimento de Fundos	9.832,35		11.634,59		9.832,35		11.634,59	
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	109.911.852,09	85,70	88.729.981,72	80,14	109.827.904,68	92,21	88.683.586,24	91,42
k) Pagamento em Folha	109.470.742,57		88.001.929,99		109.387.465,15		87.963.406,06	
l) Diárias	441.109,52		728.051,73		440.439,53		720.180,18	
5. Total das Despesas Acima (1+2+3+4)	128.260.445,19		110.719.128,51		119.108.387,56		97.002.451,46	
6. Total das Despesas da UPC	128.260.445,19	100	110.719.128,51	100	119.108.387,56	100	97.002.451,46	100

Fonte: Tesouro Gerencial / Relatório de Gestão 2016

Quadro 42 – Despesas por Modalidade de Contratação Uasg: 158152

Unidade Orçamentária: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima					Código UO: 26437		UG: 158152	
Modalidade de Contratação	Despesa Executada				Despesa Paga			
	2017	%	2016	%	2017	%	2016	%
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	1.781.584,88	1,58	4.752.425,05	5,04	1.002.322,46	0,90	1.050.350,46	1,36
a) Convite	-		-		-		-	
b) Tomada de Preços	-		-		-		-	
c) Concorrência	-		-		-		-	
d) Pregão	1.781.584,88		2.134.965,46		1.002.322,46		1.050.350,46	
e) Concurso	-		-		-		-	
f) Consulta	-		-		-		-	
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas	-		2.617.459,59		-		-	
2. Contratações Diretas (h+i)	1.163.964,52	1,03	1.166.225,66	1,24	894.493,33	0,80	782.078,67	1,02
h) Dispensa	604.169,06		545.789,05		479.380,40		415.773,00	
i) Inexigibilidade	559.795,46		620.436,61		415.112,93		366.305,67	
3. Regime de Execução Especial	3.531,23	0,01	4.235,23	0,01	3.531,23	0,01	4.235,23	0,01
j) Suprimento de Fundos	3.531,23		4.235,23		3.531,23		4.235,23	
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	109.683.812,45	97,38	88.285.489,66	93,71	109.600.535,03	98,29	75.071.067,55	97,61
k) Pagamento em Folha	109.470.742,57		87.989.190,88		109.387.465,15		74.775.115,73	
l) Diárias	213.069,88		296.298,78		213.069,88		295.951,82	
5. Total das Despesas Acima (1+2+3+4)	112.632.893,08		94.208.375,60		111.500.882,05		76.907.731,91	
6. Total das Despesas da UPC	112.632.893,08	100	94.208.375,60	100	111.500.882,05	100	76.907.731,91	100

Fonte: Tesouro Gerencial / Relatório de Gestão 2016

Quadro 43 – Despesas por Modalidade de Contratação Uasg: 158350

Unidade Orçamentária: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima					Código UO: 26437		UG: 158350	
Modalidade de Contratação	Despesa Executada				Despesa Paga			
	2017	%	2016	%	2017	%	2016	%
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	6.388.997,05	85,66	4.886.164,99	82,09	2.929.157,88	77,28	2.386.684,99	72,95
a) Convite	-		1.007,79		-		1.007,79	
b) Tomada de Preços	-		-		-		-	
c) Concorrência	-		-		-		-	
d) Pregão	5.347.706,90		4.885.157,20		2.929.157,88		2.385.677,20	
e) Concurso	-		-		-		-	
f) Consulta	-		-		-		-	
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas	1.041.290,15		-		-		-	
2. Contratações Diretas (h+i)	1.002.626,87	13,44	864.650,42	14,52	793.659,96	20,94	685.184,89	20,94
h) Dispensa	23.253,89		50.158,77		19.413,89		46.658,77	
i) Inexigibilidade	979.372,98		814.491,65		774.246,07		638.526,12	
3. Regime de Execução Especial	-		4.282,15	0,07	-		4.282,15	0,13
j) Suprimento de Fundos	-		4.282,15		-		4.282,15	
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	67.274,08	0,90	197.433,87	3,32	67.274,08	1,78	195.572,75	5,98
k) Pagamento em Folha	-		12.739,11		-		12.739,11	
l) Diárias	67.274,08		184.694,76		67.274,08		182.833,64	
5. Total das Despesas Acima (1+2+3+4)	7.458.898,00		5.952.531,43		3.790.091,92		3.271.724,78	
6. Total das Despesas da UPC	7.458.898,00	100	5.952.531,43	100	3.790.091,92	100	3.271.724,78	100

Fonte: Tesouro Gerencial / Relatório de Gestão 2016

Quadro 44 – Despesas por Modalidade de Contratação Uasg: 158351

Unidade Orçamentária: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima					Código UO: 26437		UG: 158351	
Modalidade de Contratação	Despesa Executada				Despesa Paga			
	2017	%	2016	%	2017	%	2016	%
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	1.633.952,54	58,33	5.346.264,73	82,69	617.384,48	41,20	1.035.731,17	57,89
a) Convite	-		-		-		-	
b) Tomada de Preços	-		-		-		-	
c) Concorrência	-		-		-		-	
d) Pregão	1.633.952,54		5.346.264,73		617.384,48		1.035.731,17	
e) Concurso	-		-		-		-	
f) Consulta	-		-		-		-	
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas	-		-		-		-	
2. Contratações Diretas (h+i)	1.074.370,00	38,35	974.474,06	15,07	788.126,51	52,59	608.626,47	34,02
h) Dispensa	1.028.269,15		944.789,47		755.706,05		579.641,88	
i) Inexigibilidade	46.100,85		29.684,59		32.420,46		28.984,59	
3. Regime de Execução Especial	6.301,12	0,22	1.831,50	0,03	6.301,12	0,42	1.831,50	0,10
j) Suprimento de Fundos	6.301,12		1.831,50		6.301,12		1.831,50	
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	86.716,30	3,10	142.844,55	2,21	86.716,30	5,79	142.844,55	7,99
k) Pagamento em Folha	-		-		-		-	
l) Diárias	86.716,30		142.844,55		86.716,30		142.844,55	
5. Total das Despesas Acima (1+2+3+4)	2.801.339,96		6.465.414,84		1.498.528,41		1.789.033,69	
6. Total das Despesas da UPC	2.801.339,96	100	6.465.414,84	100	1.498.528,41	100	1.789.033,69	100

Fonte: Tesouro Gerencial / Relatório de Gestão 2016

Quadro 45 – Despesas por Modalidade de Contratação Uasg: 158510

Unidade Orçamentária: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima					Código UO: 26437		UG: 158510	
Modalidade de Contratação	Despesa Executada				Despesa Paga			
	2017	%	2016	%	2017	%	2016	%
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	3.391.826,00	91,28	1.904.060,80	75,51	1.542.845,56	87,21	878.474,56	62,78
a) Convite	-		-		-		-	
b) Tomada de Preços	-		-		-		-	
c) Concorrência	-		-		-		-	
d) Pregão	2.769.145,07		1.904.060,80		1.542.845,56		878.474,56	
e) Concurso	-		-		-		-	
f) Consulta	-		-		-		-	
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas	622.680,93		-		-		-	
2. Contratações Diretas (h+i)	259.459,46	6,98	531.875,23	21,09	162.212,79	9,17	439.655,09	31,42
h) Dispensa	238.678,12		451.923,23		144.621,45		380.378,19	
i) Inexigibilidade	20.781,34		79.952,00		17.591,34		59.276,90	
3. Regime de Execução Especial	-		785,71	0,03			785,71	0,06
j) Suprimento de Fundos	-		785,71				785,71	
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	64.661,05	1,74	85.000,00	3,37	63.991,06	3,62	80.336,53	5,74
k) Pagamento em Folha	-		-		-		-	
l) Diárias	64.661,05		85.000,00		63.991,06		80.336,53	
5. Total das Despesas Acima (1+2+3+4)	3.715.946,51		2.521.721,74		1.769.049,41		1.399.251,89	
6. Total das Despesas da UPC	3.715.946,51	100	2.521.721,74	100	1.769.049,41	100	1.399.251,89	100

Fonte: Tesouro Gerencial / Relatório de Gestão 2016

Quadro 46 – Despesas por Modalidade de Contratação Uasg: 158352

Unidade Orçamentária: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima					Código UO: 26437		UG: 158352	
Modalidade de Contratação	Despesa Executada				Despesa Paga			
	2017	%	2016	%	2017	%	2016	%
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	1.573.331,31	95,27	1.480.167,02	94,21	511.994,80	86,78	390.546,80	84,87
a) Convite	-		-		-		-	
b) Tomada de Preços	-		-		-		-	
c) Concorrência	-		97.116,21		-		-	
d) Pregão	1.573.331,31		1.383.050,81		511.994,80		390.546,80	
e) Concurso	-		-		-		-	
f) Consulta	-		-		-		-	
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas	-		-		-		-	
2. Contratações Diretas (h+i)	68.648,12	4,16	71.204,24	4,53	68.648,12	11,63	49.897,53	10,84
h) Dispensa	50.062,50		13.406,55		50.062,50		10.415,43	
i) Inexigibilidade	18.585,62		57.797,69		18.585,62		39.482,10	
3. Regime de Execução Especial	-		500,00	0,03	-		500,00	0,11
j) Suprimento de Fundos	-		500,00		-		500,00	
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	9.388,21	0,57	19.213,64	1,23	9.388,21	1,59	19.213,64	4,18
k) Pagamento em Folha	-		-		-		-	
l) Diárias	9.388,21		19.213,64		9.388,21		19.213,64	
5. Total das Despesas Acima (1+2+3+4)	1.651.367,64		1.571.084,90		590.031,13		460.157,97	
6. Total das Despesas da UPC	1.651.367,64	100	1.571.084,90	100	590.031,13	100	460.157,97	100

Fonte: Tesouro Gerencial / Relatório de Gestão 2016

2.3.7.2 Despesas por Grupo e Elemento de Despesa

Quadro 47 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa

Unidade Executora: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima								
DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP Não Processados		Valores Pagos	
1. Despesas de Pessoal	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016
Vencimentos e vantagens fixas – pessoal civil	68.148.736,46	59.735.879,41	68.148.736,46	59.735.879,41	-	-	68.148.736,46	59.735.879,41
Obrigações patronais intraorçamentárias	14.661.049,00	11.564.345,93	14.605.447,07	11.564.345,93	55.601,93	-	14.605.447,07	11.564.345,93
Aposent. rpps, reser .remuner. E refor. militar	10.537.183,54	7.246.262,84	10.537.183,54	7.246.262,84	-	-	10.537.183,54	7.246.262,84
Demais elementos do grupo	9.478.555,03	3.083.391,33	9.458.501,76	3.045.877,46	20.053,27	37.513,87	9.458.501,76	3.045.877,46
3. Outras Despesas Correntes	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016
Locação de mão de obra	7.957.834,63	7.028.119,68	5.469.842,03	4.472.107,20	2.487.992,60	2.556.012,48	5.362.715,23	4.148.598,52
Auxílio-Alimentação	3.628.657,32	3.576.085,64	3.628.657,32	3.576.085,64	-	-	3.628.657,32	3.576.085,64
Outros serviços de terceiros – PJ	3.829.984,87	3.547.806,56	2.886.962,40	2.417.729,09	943.022,47	1.130.077,47	2.774.901,90	2.412.930,84
Passagens e despesas com locomoção	2.403.181,72	2.625.587,69	2.019.434,17	1.764.683,08	383.747,55	860.904,61	1.870.570,27	1.764.683,08
Auxílio financeiro a estudantes	1.901.276,50	2.201.369,19	1.825.584,29	2.150.921,69	75.692,21	50.447,50	1.824.244,79	2.149.913,69
Material de consumo	1.428.719,01	1.442.518,16	500.641,33	543.717,12	928.077,68	898.801,04	496.200,91	540.374,93
Demais elementos do grupo	4.374.794,41	5.348.007,23	4.287.024,48	5.065.314,06	87.769,93	282.693,17	4.275.368,59	5.063.967,10
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP Não Processados		Valores Pagos	
4. Investimentos	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016
Equipamentos e Material Permanente	2.574.842,52	7.696.052,89	110.521,59	450.096,65	2.464.320,93	7.245.956,24	110.521,59	442.626,65
Obras e Instalações	1.919.790,08	2.892.077,60	-	-	1.919.790,08	2.892.077,60	-	-
Demais elementos do grupo	74.017,97	55.807,68	7.623,97	33.936,71	66.394,00	21.870,97	7.623,97	33.936,71

Fonte: Tesouro Gerencial / Relatório de Gestão 2016

Quadro 48 - Despesas por Grupo e Elemento de Despesa Uasg: 158152

Unidade Executora: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima							UG: 158152	
DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP Não Processados		Valores Pagos	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016
1. Despesas de Pessoal								
Vencimentos e vantagens fixas – pessoal civil	68.148.736,46	59.735.879,41	68.148.736,46	59.735.879,41	-	-	68.148.736,46	59.735.879,41
Obrigações patronais intraorçamentárias	14.661.049,00	11.564.345,93	14.605.447,07	11.564.345,93	55.601,93	-	14.605.447,07	11.564.345,93
Aposent. rpps, reser .remuner. E refor. militar	10.537.183,54	7.246.262,84	10.537.183,54	7.246.262,84			10.537.183,54	7.246.262,84
Demais elementos do grupo	9.478.555,03	3.083.391,33	9.458.501,76	3.045.877,46	20.053,27	37.513,87	9.458.501,76	3.045.877,46
3. Outras Despesas Correntes								
Auxílio-alimentação	3.628.657,32	3.576.085,64	3.628.657,32	3.576.085,64	-	-	3.628.657,32	3.576.085,64
Indenizações e restituições	1.360.953,69	1.280.733,64	1.353.331,47	1.279.723,58	7.622,22	1.010,06	1.351.676,41	1.279.723,58
Locação de mão de obra	1.011.194,02	1.100.142,12	708.397,90	806.864,23	302.796,12	293.277,89	641.343,76	778.687,21
Auxílio-transporte	899.894,25	792.716,33	899.894,25	792.716,33	-	-	899.894,25	792.716,33
Outros serviços de terceiro – PJ	1.042.537,48	770.993,70	775.177,15	588.407,79	267.360,33	182.585,91	767.907,53	587.865,72
Material de consumo	595.904,15	477.286,57	301.020,26	119.232,18	294.883,89	358.054,39	296.579,84	115.889,99
Demais elementos do grupo	2.044.208,57	3.144.128,94	1.979.761,29	2.510.890,01	64.447,28	633.238,93	1.954.624,39	2.509.243,05
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016
4. Investimentos								
Equipamentos e material permanente	115.809,60	1.932.334,93	27.900,00	129.052,60	87.909,60	1.803.282,33	27.900,00	129.052,60
Outros serviços de terceiro – PJ	74.017,97	-	7.623,97	-	66.394,00	-	7.623,97	-

Fonte: Tesouro Gerencial / Relatório de Gestão 2016

Quadro 49 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa Uasg: 158350

Unidade Executora: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima								UG: 158350	
DESPESAS CORRENTES									
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP Não Processados		Valores Pagos		
3. Outras Despesas Correntes	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016	
Locação de mão de obra	3.719.133,66	3.012.714,15	2.492.132,74	2.120.551,46	1.227.000,92	892.162,69	2.492.132,74	1.825.219,80	
Outros serviços de terceiros – PJ	1.392.386,52	1.465.400,34	1.087.717,19	1.005.708,90	304.669,33	459.691,44	1.064.380,68	1.001.452,72	
Auxílio financeiro a estudantes	719.571,50	953.051,54	683.790,30	944.750,54	35.781,20	8.301,00	683.552,80	944.750,54	
Demais elementos do grupo	750.126,01	560.966,65	354.360,26	544.645,38	395.765,75	273.122,19	314.591,41	544.645,38	
DESPESAS DE CAPITAL									
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos		
4. Investimentos	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016	
Equipamentos e material permanente	688.860,54	614.764,14	14.579,70	14.510,00	674.280,84	600.254,14	14.579,70	7.040,00	
Demais elementos do grupo	1.041.290,15	177.501,80	-	-	1.041.290,15	177.501,80	-	-	

Fonte: Tesouro Gerencial / Relatório de Gestão 2016

Quadro 50 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa Uasg: 158351

Unidade Executora: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima								UG: 158351	
DESPESAS CORRENTES									
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP Não Processados		Valores Pagos		
3. Outras Despesas Correntes	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016	
Locação de mão de obra	1.563.733,24	1.317.143,36	1.065.900,03	664.616,23	497.833,21	652.527,13	1.065.900,03	664.616,23	
Passagens e despesas com locomoção	1.303.555,26	1.281.894,87	1.017.055,44	995.632,39	286.499,82	286.262,48	992.783,93	995.632,39	
Auxílio financeiro a estudantes	739.013,00	704.009,64	703.225,00	664.258,64	35.788,00	39.751,00	703.225,00	664.258,64	
Demais elementos do grupo	884.344,87	1.283.373,16	582.999,27	753.062,13	301.345,60	530.311,03	582.999,27	753.062,13	
DESPESAS DE CAPITAL									
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP Não Processados		Valores Pagos		
4. Investimentos	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016	
Equipamentos e material permanente	556.121,80	3.724.938,17	-	74.335,05	556.121,80	3.650.603,12	-	74.335,05	

Fonte: Tesouro Gerencial / Relatório de Gestão 2016

Quadro 51 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa Uasg: 158510

Unidade Executora: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima								UG: 158510	
DESPESAS CORRENTES									
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP Não Processados		Valores Pagos		
	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016	
3. Outras Despesas Correntes									
Locação de mão de obra	973.880,15	1.138.643,04	682.997,19	550.156,03	290.882,96	588.487,01	666.002,35	550.156,03	
Outros serviços de terceiros – PJ	878.549,77	667.821,03	679.549,41	459.796,38	199.000,36	208.024,65	608.727,45	459.796,38	
Passagens e despesas com locomoção	646.924,81	324.538,70	550.328,48	202.738,72	96.596,33	121.799,98	486.336,94	202.738,72	
Demais elementos do grupo	399.736,37	528.319,08	304.359,86	461.631,66	95.376,51	66.687,42	300.910,53	460.923,66	
DESPESAS DE CAPITAL									
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP Não Processados		Valores Pagos		
	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016	
4. Investimentos									
Equipamentos e material permanente	602.749,15	592.369,00	68.041,89	232.199,00	534.707,26	360.170,00	68.041,89	232.199,00	
Obras e Instalações	622.680,93	-	-	-	622.680,93	-	-	-	

Fonte: Tesouro Gerencial / Relatório de Gestão 2016

Quadro 52 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa Uasg: 158352

Unidade Executora: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima								UG: 158352	
DESPESAS CORRENTES									
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP Não Processados		Valores Pagos		
	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016	
3. Outras Despesas Correntes									
Locação de mão de obra	689.893,56	459.477,01	520.414,17	329.919,25	169.479,39	129.557,76	497.336,35	329.919,25	
Auxílio financeiro a estudantes	180.759,00	191.772,01	180.459,00	190.295,01	300,00	1.477,00	180.459,00	190.295,01	
Demais elementos do grupo	99.491,26	192.143,95	66.618,04	139.537,64	32.873,22	52.606,31	52.637,03	139.537,64	
DESPESAS DE CAPITAL									
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP Não Processados		Valores Pagos		
	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016	
4. Investimentos									
Equipamentos e material permanente	611.301,43	831.646,65	-	-	611.301,43	831.646,65	-	-	
Obras e Instalações	255.819,00	97.116,21	-	-	255.819,00	97.116,21	-	-	

Fonte: Tesouro Gerencial / Relatório de Gestão 2016

2.3.7.3 Análise Crítica

Os quadros acima demonstram a execução sob duas perspectivas: por grupo e elemento de despesa e por modalidade de licitação ou contratação, sendo considerado todas as unidades gestoras executoras do IFRR, nesse caso a Reitoria e os *Campi* (*Campus* Boa Vista, *Campus* Novo Paraíso, *Campus* Amajari e *Campus* Boa Vista Zona Oeste). Vale destacar que no caso do *Campus* Avançado Bonfim, como não é considerado uma unidade gestora, a execução de sua despesa está sendo realizada pela Reitoria e pelo *Campus* Boa Vista, que possuiu alguns contratos em vigência durante o exercício de 2017.

O quadro “Despesas por Modalidade de Contratação” contempla duas colunas com informações sobre a Despesa Executada e a Despesa Paga. Despesa Executada, neste caso, representa “o total das despesas empenhadas no exercício, considerando as liquidadas pagas e a pagar e as que foram inscritas em Restos a Pagar não Processados”.

O quadro “Despesas por Grupo e Elemento de Despesas” demonstra a execução da despesa de acordo com a classificação nos grupos e nos elementos de despesa. Demonstra ainda a evolução das rubricas ao longo do tempo sobre o exercício de referência do Relatório de Gestão e sobre o exercício imediatamente anterior.

O total de despesas executadas por modalidade de licitação no exercício 2017 representa 11,51% (onze vírgula cinquenta e um por cento) do total das despesas, reduzindo em 5,08% (cinco vírgula zero oito por cento), em relação ao exercício de 2016. Analisando verticalmente os fatores responsáveis por esta redução foi a ausência de licitações na modalidade convite e concorrência em 2017, além da redução no pregão eletrônico e no regime diferencial de contratações públicas. Verifica-se ainda que a despesa com pagamento de pessoal continuou crescendo, mas desta vez de forma tímida, aproximadamente 5,56% (cinco vírgula cinquenta e seis por cento) em comparação a 2016.

Fazendo uma análise horizontal, verifica-se que houve um aumento de 13,67% (treze vírgula sessenta e sete por cento) de despesa executada de 2016 para 2017. A modalidade de contratação que mais contribuiu para esse aumento foi a de pagamentos de pessoal, que cresceu em torno de 24,39% (vinte e quatro vírgula trinta e nove por cento) em 2017 comparado a 2016. Apesar do crescimento do gasto com pessoal em 2017, o quadro mostra que despesa com diárias sofreu uma redução considerável de aproximadamente 39,41% (trinta e nove vírgula quarenta e um por cento) em relação a 2016.

Dentro das modalidades de contratação, depois de despesa com pessoal, o pregão foi mais utilizado pelo Instituto Federal de Roraima para as aquisições de bens e serviços realizados em 2017. Essa modalidade respondeu por R\$ 13.105.720,70 (treze milhões, cento e cinco mil, setecentos e vinte reais e setenta centavos) de um total de R\$ 18.348.593,10 (dezoito milhões trezentos e quarenta e oito mil, quinhentos e noventa e três reais e dez centavos) de compras no exercício.

Em relação as contratações diretas também houve uma pequena redução de 0,48% (zero vírgula quarenta e oito por cento) em comparação a 2016. O mesmo ocorreu no caso do regime de execução especial suprimento de fundos que teve uma leve redução na sua execução em 2017.

Destaca-se ainda que a execução das despesas relacionadas à modalidade de licitação pregão teve uma redução de 19,44% (dezenove vírgula quarenta e quatro por cento) entre 2016 a 2017, em análise horizontal. As despesas foram concentradas basicamente, em sua maioria, em dois grandes grupos: manutenção e funcionamento da Instituição, no que tange à locação de mão de obra, transporte escolar de alunos e outros serviços de terceiros pessoas jurídicas, e aquisição de equipamentos e material permanente.

Abordando a execução da despesa, no exercício de 2017, e analisando cada unidade, verifica-se que somente os *Campi* Boa Vista e Amajari apresentaram despesa na modalidade Regime Diferenciado de Contratação Pública (RDC), que foi a reforma elétrica e o muro do entorno do *Campus* Amajari, totalizando um valor de R\$ 1.663.971,08 (um milhão, seiscentos e sessenta e três mil, novecentos e setenta e um reais e oito centavos). Em 2016, o dispêndio foi maior em virtude das obras do *Campus* Avançado Bonfim o qual foi realizado pela UG da Reitoria no montante de R\$ 2.617.459,59 (dois milhões, seiscentos e dezessete mil, quatrocentos e cinquenta e nove reais e cinquenta e nove centavos).

Em relação às contratações diretas, também houve uma pequena redução de 1,09% (um vírgula zero nove por cento) em comparação a 2016, já no caso do regime de execução especial suprimento de fundos teve uma redução de 15,49% (quinze vírgula quarenta e nove por cento), em relação a 2016. Todas as contratações diretas, dispensa e inexigibilidade foram realizadas conforme prevê a legislação de licitações, a Lei 8.666/93.

Podemos citar dois principais fatores responsáveis por essas reduções: primeiro, a imposição do MEC para a redução em despesas de custeio, que afetou principalmente os serviços continuados, levando algumas unidades a suprimir os contratos desses serviços; segundo, o fato de algumas licitações não terem sido finalizadas em tempo hábil para empenho.

Em relação às despesas pagas, considerando o universo de UGs do IFRR, teve a seguinte execução:

- 2016 foram pagos 87,61% (oitenta e sete vírgula sessenta e um por cento) do montante empenhado;
- 2017 foram pagos 92,86% (noventa e dois vírgula oitenta e seis por cento) do montante empenhado, tendo assim um aumento de 5,25% (cinco vírgula vinte e cinco por cento) referente ao ano anterior.

Fazendo uma análise vertical no tocante ao pagamento por modalidade de licitação, em 2016 foram pagos 5,92% (cinco vírgula noventa e dois por cento), mantendo-se estável em 2017 que foram pagos 5,54% (cinco vírgula cinquenta e quatro por cento) do montante empenhado, tendo assim uma redução de 0,38% (zero vírgula trinta e oito por cento) referente ao ano anterior. No caso das contratações diretas, em 2017 foram pagos 2,24% (dois vírgula vinte e quatro por cento) dos empenhos, ou seja, 0,41% (zero vírgula quarenta e um por cento) a menos quando comparado ao exercício anterior.

Nesse contexto, convém fazer um esclarecimento que devido a contratações para a construção do prédio do *Campus* Avançado Bonfim e do seu respectivo muro terem ocorrido apenas em novembro de 2016, o montante empenhado foi inscrito em Restos a Pagar. Quanto ao muro do entorno do *Campus* Amajari e a Reforma Elétrica do *Campus* Boa Vista, a licitação (RDC) foram finalizadas somente no final do ano de 2017, sendo os empenhos lançados em Restos a pagar, não sendo possível sua liquidação e pagamento nesse exercício.

Em relação ao pagamento de pessoal, benefícios, auxílios, indenizações e restituições a servidores ativos e inativos do IFRR, eles só ocorrem na unidade gestora Reitoria. Além disso, o Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos (Siape) possui somente uma unidade pagadora, a Reitoria, conforme determina o art. 9.º da Lei 11.892, de 29 de dezembro de 2012.

Por fim, quando comparamos os valores pagos em relação aos liquidados, o órgão realizou um percentual de 92,86% (noventa e dois vírgula oitenta e seis por cento) em 2017 e 87,61% (oitenta e sete vírgula sessenta e um por cento) em 2016.

2.3.8 Suprimentos de Fundos, Contas Bancárias Tipo B e Cartões e Pagamento do Governo Federal

Quadro 53 – Concessão de Suprimento de Fundos

Exercício Financeiro	Unidade Gestora (UG) do Siafi		Meio de Concessão				Valor do maior limite individual concedido
			Conta Tipo B		Cartão de Pagamento do Governo Federal		
	Código	Nome ou Sigla	Quantidade	Valor Total	Quantidade	Valor Total	
2017	158152	IFRR/Reitoria	-	-	2	5.000,00	2.000,00
	158351	IFRR/CNP	-	-	8	7.274,73	1.600,00
2016	158152	IFRR/Reitoria	-	-	3	6.400,00	2.000,00
	158350	IFRR/CBVC	-	-	3	6.900,00	2.000,00
	158351	IFRR/CNP	-	-	2	6.464,50	2.000,00

Fonte: Siafi 2017/2016

Quadro 54 – Utilização de Suprimento de Fundos

Exercício	Unidade Gestora (UG) do Siafi		Conta Tipo B		Cartão de Pagamento do Governo Federal			
					Saque		Fatura	
	Código	Nome ou Sigla	Quantidade	Valor Total	Quantidade	Valor dos Saques (a)	Valor das Faturas (b)	
2017	158152	IFRR/Reitoria	-	-	2	-	3.531,23	3.531,23
	158351	IFRR/CNP	-	-	8	-	6.301,12	6.301,12
2016	158152	IFRR/Reitoria	-	-	3	-	4.235,23	4.235,23
	158350	IFRR/CBV	-	-	3	-	4.282,15	4.282,15
	158351	IFRR/CNP	-	-	2	-	1.831,50	1.831,50

Fonte: Siafi 2017/2016

Quadro 55 – Classificação dos Gastos com Suprimento de Fundos no exercício de referência

Unidade Gestora (UG) do Siafi		Classificação do Objeto Gasto		
Código	Nome ou Sigla	Elemento de Despesa	Subitem da Despesa	Total
158152	IFRR/Reitoria	339030	01	1.557,50
			24	1.973,73
158351	IFRR/CNP	339030	03	4,00
			06	169,10
			07	1.148,13
			15	673,36
			19	332,67
			25	853,37
			31	998,46
			39	52,50
			41	799,42
			339039	17
		19	50,00	

Fonte: Proad

2.3.8.1 Análise Crítica

A concessão de suprimentos de fundos pelo IFRR objetiva o atendimento de despesas que, pela sua excepcionalidade, não possam se subordinar ao processo normal de aplicação. Nesse contexto, o uso de suprimentos de fundos é utilizado para atender a despesas eventuais ou de pequeno vulto.

Os processos de suprimento de fundos na unidade Reitoria foram realizados com o objetivo de atender à aquisição de combustível e de serviços de borracharia em viagens oficiais, para o transporte de servidores que realizaram o processo seletivo do curso de mestrado na cidade de Manaus/AM, pelo período de 06 a 10 de abril de 2017, e também a utilização para despesas de pequeno vulto com o intuito de adquirir materiais para a manutenção do prédio da Reitoria, tais como pequenas manutenções elétricas e hidráulicas.

Os processos de suprimento de fundos na unidade *Campus* Novo Paraíso foram realizados com o objetivo de: conserto de motores; aquisição de alimentos para aula de agroindústria; aquisição de alimentos para animais e de material de consumo para o Departamento Técnico (DETEC); aquisição de peças para o conserto de motosserras necessárias para a construção de estufas, utilizadas nas aulas práticas do IFRR; aquisição de material de consumo para formação de exposição de pintura para a semana de consciência negra; aquisição de materiais para a III Amostra de Ensino e Encontro Pedagógico; e, atender a aquisição de combustível e borracharia em viagens oficiais, no deslocamento de alunos dos *Campi* para a realização de visitas técnicas no Estado do Amazonas.

Ressaltamos que a realização das visitas técnicas às empresas, eventos e propriedades rurais, relacionados aos cursos do IFRR e aos programas pedagógicos, constituem-se em uma importante etapa do processo ensino-aprendizagem, propiciando ao aluno um contato com o mercado de trabalho, com novas tecnologias e também uma integração entre a escola, empresa e comunidade.

Destacamos ainda que a utilização de suprimento de fundos pelo IFRR é realizada apenas por meio do Cartão de pagamento do Governo Federal (CPGF), na modalidade Fatura. Não é permitido o uso de contas do tipo “B” nem a modalidade de saque por essa Unidade.

O acompanhamento das despesas e da prestação de contas dos suprimentos de fundos é feito pelos próprios *campi* e pela Reitoria, com documentação comprobatória anexada ao processo. Já o serviço de pagamento e prestação de contas no Siafi é realizado pela equipe de contabilidade da Reitoria e dos *campi*, conforme a origem do gasto.

Esse tipo de despesa está em conformidade com os arts. 1.º e 2.º do Decreto n.º 5.355, de 25 de janeiro de 2005, alterado pelo Decreto n.º 6.370, de 1.º de fevereiro de 2008.

2.4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DE INDICADORES DE DESEMPENHO

Quadro 56 – Indicadores de Desempenho do IFRR

Ensino						
Denominação	Índice de Referência 2013	Índice Previsto PDI (2018)	Índice Observado 2016	Índice Observado 2017	Periodicidade	Fórmula de Cálculo
Percentual de vagas equivalentes em cursos técnicos	--	--	74,58%	72,1%	Anual	(Ingressante Acumulado Equivalente Técnico/Ingressante Acumulado Equivalente) *100
Percentual de vagas equivalentes em cursos de formação de professores, inclusive licenciatura	--	--	26,78%	14,8%	Anual	(Ingressante Acumulado Equivalente Formação Docente/Ingressante Acumulado Equivalente) *100
Extensão						
Denominação	Índice de Referência 2013	Índice Previsto PDI (2018)	Índice Observado 2016	Índice Observado 2017	Periodicidade	Fórmula de Cálculo
Grau de envolvimento dos docentes com a extensão	37,8%	50,0%	50,48%	43,69%	Anual	(N.º de docentes coordenadores de ações de extensão/N.º de docentes em exercício) * 100
Grau de envolvimento dos estudantes com a extensão	3,12%	60%	17,45%	12,37%	Anual	(N.º de estudantes envolvidos em ações de extensão/N.º de estudantes matriculados) * 100
Grau de crescimento das ações de extensão	108,69%	90%	47,8%	5,68%	Anual	[(N.º de ações ocorridas no exercício em avaliação/N.º de ações ocorridas no exercício anterior)-1]*100
Taxa de crescimento das bolsas de extensão para estudantes	214,7%	60%	69,56%	-55,77%	Anual	[(N.º de estudantes do exercício em avaliação/N.º de estudantes do exercício anterior)-1]*100
Taxa de crescimento do público beneficiado com ações de extensão	57,3%	80%	-23,38%	7,41%%	Anual	[(N.º de pessoas atendidas no IF Comunidade no exercício em avaliação/N.º de pessoas atendidas no exercício anterior)-1]* 100
Taxa de crescimento dos cursos FIC	--	50%	--	-57,14%	Anual	[(N.º de cursos ofertados no exercício em avaliação/N.º de cursos ofertados no exercício anterior)-1]* 100
Acompanhamento de egressos	--	25%	28,5%	64,86%	Anual	(N.º de egressos inseridos no mercado de trabalho/Nº de concluintes) * 100
Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação Tecnológica						
Denominação	Índice de Referência 2013	Índice Previsto PDI (2018)	Índice Observado 2016	Índice Observado 2017	Periodicidade	Fórmula de Cálculo
Nº de cursos de pós-graduação <i>lato sensu</i>	04	06	01	05	Anual	N.º de cursos de pós-graduação <i>lato sensu</i> ofertados no exercício em avaliação
Nº de cursos de pós-graduação <i>stricto sensu</i> .	02	03	02	02	Anual	Nº de cursos de pós-graduação <i>stricto sensu</i> ofertados no exercício

						em avaliação
Nº de Bolsas de Iniciação Científica e Tecnológica oriundas dos órgãos de fomento.	--	09	--	--	Anual	N.º de Bolsas de Iniciação Científica e Tecnológica oriundas dos órgãos de fomento no exercício em avaliação
Nº de projetos de pesquisa cadastrados na Instituição	138	200	131	135	Anual	N.º de projetos de pesquisa cadastrados na instituição no exercício em avaliação
Periódicos institucionais	01	02	01	02	Anual	Periódicos institucionais no exercício em avaliação
Iniciativa empreendedora	--	04	--	01	Anual	Iniciativa empreendedora no exercício em avaliação
Valor total de recursos destinados às Bolsas de Iniciação Científica e Tecnológica e de Pós-Graduação custeadas com recursos da Instituição	277.101,00	340.000,00	243.615,00	108.000,00	Anual	Valor total de recursos destinados às Bolsas de Iniciação Científica e Tecnológica e de Pós-Graduação custeadas com recursos da Instituição no exercício em avaliação
Valor total de recursos da Instituição destinados a bolsas de qualificação para servidores	323.475,50	800.000,00	398.000,00	274.750,00	Anual	Valor total de recursos da Instituição destinados a bolsas de qualificação para servidores no exercício em avaliação
Valor total de recursos da Instituição destinados a grupos de pesquisa e/ou a projetos de pesquisa	100.000,00	300.000,00	662.206,00	235.000,00	Anual	Valor total de recursos da Instituição destinados a grupos de pesquisa e/ou a projetos de pesquisa no exercício em avaliação
Valor total de recursos externos captados para pesquisa	33.000,00	200.000,00	72.214,50	0,00	Anual	Valor total de recursos externos captados para pesquisa no exercício em avaliação
N.º de artigos publicados em periódicos qualificados pelo Sistema Qualis da Capes	30	127	07	47	Anual	N.º de artigos publicados em periódicos qualificados pelo Sistema Qualis da Capes no exercício em avaliação
N.º de trabalhos completos publicados em anais de eventos com ISBN	33	67	14	14	Anual	N.º de trabalhos completos publicados em anais de eventos com ISBN no exercício em avaliação
N.º de resumos publicados em anais de eventos com ISBN	34	69	34	165	Anual	N.º de resumos publicados em anais de eventos com ISBN no exercício em avaliação
N.º de livros com ISBN publicados por servidores da Instituição	03	08	02	02	Anual	N.º de livros com ISBN publicados por servidores da instituição no exercício em avaliação
N.º de capítulos de livro com ISBN publicados por servidores da instituição	04	10	14	07	Anual	N.º de capítulos de livro com ISBN publicados por servidores da instituição no exercício em avaliação
N.º de Registros de Propriedade Intelectual	--	15	--	01	Anual	N.º de Registros de Propriedade Intelectual no exercício em avaliação
Gestão de Pessoas						
Denominação	Índice de Referência 2013	Índice Previsto PDI (2018)	Índice Observado 2016	Índice Observado 2017	Periodicidade	Fórmula de Cálculo
Índice de afastamentos para qualificação	2,30%	5,0%	1,47%	9,26%	Anual	N.º de afastamentos para qualificação/N.º total de servidores *100
Índice de qualificação	14,94%	30%	31,75%	18,83%	Anual	N.º de servidores em qualificação/N.º total de servidores * 100
Índice de capacitação	62,75%	100%	41,65%	28,25%	Anual	N.º de capacitações realizadas/Total de servidores * 100
Índice de acidente de trabalho e doenças ocupacionais	0%	0%	3,10%	0,29%	Anual	(N.º de acidentes de trabalho + N.º de doenças ocupacionais)/N.º total de servidores * 100

Índice de avaliação de desempenho	46,89%	50%	51,40%	47,08%	Anual	N.º de avaliações realizadas/N.º total de servidores * 100
Índice de disciplina	9,65%	0%	0,14%	0,15%	Anual	N.º de PADs e sindicâncias instaurados no ano/N.º total de servidores * 100
Índice de rotatividade	2,87%	0%	2,36%	1,05%	Anual	N.º de desligamentos por vacâncias, exonerações e demissões/N.º total de servidores * 100
Educação a Distância						
Denominação	Índice de Referência 2013	Índice Previsto PDI (2018)	Índice Observado 2016	Índice Observado 2017	Periodicidade	Fórmula de Cálculo
Relação de candidato/vaga	1,04	2,29	0%	1,33%	Anual	Total de candidatos/Total de vagas
Taxa de crescimento do número de matrículas em cursos a distância	26%	50%	-100%	-	Anual	(Número de matrículas em cursos a distância no ano atual/Número de matrículas em cursos a distância no ano anterior)/Número de matrículas em cursos a distância no ano anterior)*100
Assistência Estudantil						
Denominação	Índice de Referência 2013	Índice Previsto PDI (2018)	Índice Observado 2016	Índice Observado 2017	Periodicidade	Fórmula de Cálculo
Indicador Institucional da Assistência Estudantil	75%	95%	95,86%	97,64%	Anual	Estudantes que receberam auxílio com a matrícula ativa/Estudantes contemplados em edital)*100
Transparência e Eficiência na Administração Pública						
Denominação	Índice de Referência 2013	Índice Previsto PDI (2018)	Índice Observado 2016	Índice Observado 2017	Periodicidade	Fórmula de Cálculo
Grau de atendimento das recomendações da Auditoria Interna	--	100%	40%	45,45%	Anual	Recomendações atendidas x 100/Recomendações emitidas
Percentual de realização de auditorias com relação ao previsto no PAINT	--	100%	33,33%	50%	Anual	Quantidade de ações realizadas x 100/Total de ações previstas
Taxa de aprovação dos processos apreciados pelo Conselho Superior	--	100%	71,1%	125,58%	Anual	Quantidade de resoluções do Consup x 100/Quantidade de processos enviados para a apreciação do Consup
Tecnologia da Informação						
Denominação	Índice de Referência 2013	Índice Previsto PDI (2018)	Índice Observado 2016	Índice Observado 2017	Periodicidade	Fórmula de Cálculo
N.º de PCs por quantidade de servidores	--	1 PC/servidor	1 PC/servidor	1 PC/servidor	Anual	NPC/NS/PCs: estação de trabalho para uso geral; servidores: servidores efetivos lotados na Reitoria.
Serviços disponíveis na rede/Host	--	1 PC/servidor	1 PC/servidor	1 PC/servidor	Anual	SD/Host - Serviços: página web, serviços de diretórios, sistemas <i>on-line</i> , acesso à internet, etc; Host: equipamento com arquitetura própria para serviços de rede.

N.º de atendimentos encerrados/Mês	--	85%	43,76%	80,6%	Anual	NA/Mês (%) – Atendimentos: serviços de suporte efetivamente resolvidos.
N.º de Switchs/PC	--	1 sw/10 PCs	1 sw/12 PCs	1 sw/13 PCs	Anual	Nsw/PC – Switchs: concentrador; PC: estação de trabalho para uso geral.
Administração						
Denominação	Índice de Referência 2013	Índice Previsto PDI (2018)	Índice Observado 2016	Índice Observado 2017	Periodicidade	Fórmula de Cálculo
N.º de ações de disseminação de práticas socioambientais responsáveis adotadas	01	03	02	01	Anual	Número de ações implementadas
Percentual de processos abertos referentes ao Plano Diretor	--	100%	100%	0%	Anual	(N.º de processos abertos/N.º de processos previstos) x 100
Percentual de planos concluídos (quantidade de projetos básicos elaborados)	--	100%	16,67%	37,50%	Anual	N.º de pacotes de trabalho concluídos/N.º de pacotes de trabalho planejados) x 100
Percentual de ordens de serviço emitidas	--	100%	66,67%	33,33%	Anual	(N.º de ordens de serviço emitidas/N.º de pacotes de trabalho concluídos) x 100
Quantidades de termos de recebimentos provisórios emitidos.	--	100%	100%	0%	Anual	(N.º de recebimentos provisórios emitidos/N.º de ordens de serviço emitidas) x 100
Desvio de custo da obra	--	--	4,97%	--	Anual	(Custo real – custo orçado/custo orçado) x 100
Desvio de prazo da obra	--	--	33%	--	Anual	(Prazo real – prazo previsto/prazo previsto) x 100
Desvio dos prazos das etapas da obra	--	--	--	--	Anual	(Prazo real da etapa – prazo previsto da etapa/prazo previsto da etapa) x 100
Planejamento e Desenvolvimento Institucional						
Denominação	Índice de Referência 2013	Índice Previsto PDI (2018)	Índice Observado 2016	Índice Observado 2017	Periodicidade	Fórmula de Cálculo
Implantação do Sistema Unificado de Administração Pública – Suap	--	100%	75%	90%	Anual	Percentual de implantação e uso do sistema
Proporção de objetivos estratégicos alcançados	--	100%	--	--	--	Nº de objetivos estratégicos alcançados/Total de objetivos estratégicos
Políticas Inclusivas						
Denominação	Índice de Referência 2013	Índice Previsto PDI (2018)	Índice Observado 2016	Índice Observado 2017	Periodicidade	Fórmula de Cálculo
Proporção de matrículas de PNEEs	11	22	10	15,78%	Anual	(Total de matrículas de PNEEs/Total de matrícula geral do IFRR) x 100
Proporção de PNEEs que concluem o curso	07	14	--	23,33%	Anual	(Total de PNEEs matriculados/Total de PNEEs concluintes) x 100

Fonte: PDI

2.4.1 Análise Crítica dos Indicadores de Desempenho por Dimensão

I – Ensino

Quadro 57 – Percentual de Vagas Equivalentes em Cursos Técnicos

Indicador	Boa Vista	Novo Paraíso	Amajari	Boa Vista Zona Oeste	Avançado Bonfim	TOTAL
Percentual de vagas equivalentes em cursos técnicos por <i>campus</i> .	57,7%	100%	83,8%	96,2%	100%	72,1%

Fonte: PNP

Por meio desse indicador pode-se constatar o percentual dos alunos ingressantes nos cursos técnicos e, assim, avaliar o atendimento à Lei 11.892/2008 e ao Termo de Acordo e Metas.

O percentual de vagas equivalentes em cursos técnicos de todos os *campi* do IFRR, em 2017, foi de 72,1% (setenta e dois vírgula um por cento). Isso demonstra que a Instituição vem cumprindo o disposto na legislação e no Termo de Acordo e Metas, no que se refere a oferta de cursos técnicos. Vários fatores contribuíram para o atendimento a esse indicador: a localização do IFRR na Região Norte do País, em um dos estados mais novos da federação; a interiorização das ofertas educacionais em nível técnico, com a implantação de *Campi* em municípios localizados em regiões geográficas distantes da Capital, com arranjos produtivos locais favoráveis à oferta de cursos voltados para o desenvolvimento regional; a atualização dos projetos pedagógicos de cursos (PPC) dos cursos técnicos; a oferta inicial, pelos *Campi* em implantação, de cursos técnicos e oferta posterior de cursos superiores.

Quadro 58 - Percentual de Vagas Equivalentes em Cursos de Formação de Professores e de Proeja

Indicador	Resultado
Percentual de vagas equivalentes em cursos de formação de professores	14,8%
Percentual de vagas equivalentes em cursos de Proeja	2,0%

Fonte: PNP

Por meio dos indicadores constatados no quadro acima é possível verificar o percentual de vagas destinadas aos cursos de Formação de Professores, aos programas especiais de formação pedagógica, com vistas à formação de professores para a educação básica, assim como àqueles destinados ao Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica,

na Modalidade de Jovens e Adultos (Proeja) e, dessa forma, avaliar o atendimento à Lei 11.892/2008 e ao Termo de Acordo e Metas.

Ambos os indicadores ainda não são atendidos plenamente em virtude das dificuldades que o público envolvido enfrenta para estudar, a saber: estrutura familiar, condições de trabalho e até mesmo questões que envolvem o currículo dos cursos (carga horária, falta de articulação entre os componentes curriculares).

Cabe salientar que os *Campi* estão analisando o contexto e as demandas a fim de ofertar vagas para cursos relacionados, principalmente, ao Proeja.

II – Extensão

Quadro 59 – Grau de Envolvimento dos Docentes com a Extensão

<i>Campus</i>	Docentes em 2017	Docentes envolvidos com ativ. de extensão em 2017	% de docentes com atividades de extensão em 2017
CBV	167	78	46,71%
CNP	60	23	38,33%
CAM	42	16	38,09%
CBVZO	30	10	33,33%
CAB	10	08	80%
TOTAL	309	135	43,69%

Fonte: Direx/CBV e Codex (CNP/CAM/CAB/CBVZO), consolidado pela Proex

Para se calcular este indicador foi levado em consideração apenas os docentes que possuem atividades nos *Campi*, excluindo aqueles que estão com lotação exclusiva na Reitoria. Analisando este indicador, observa-se que em alguns *campi* houve um aumento no envolvimento dos docentes com a extensão, porém o percentual projetado para este ano era de 50,93% (cinquenta vírgula noventa e três por cento) e o alcançado pelo foi de 43,69% (quarenta e três vírgula sessenta e nove por cento).

Para o *Campus* Amajari o principal motivo que o levou a apresentar um grau de envolvimento do corpo docente tão abaixo do apresentado no ano anterior foi um acúmulo de atividades e carga horária de ensino. Para alguns docentes, essa diminuição do envolvimento com as atividades de extensão, está relacionada com a carga horária destinada ao ensino (lecionar e orientação de alunos) tomando grande parte do horário normal de trabalho.

O *Campus* Avançado Bonfim demonstrou que houve uma participação nas ações de extensão bastante significativa, o que proporcionou um aumento no percentual deste indicador. O mesmo aconteceu com o *Campus* Boa Vista, onde muitos docentes estão contribuindo para levar o

IFRR à comunidade externa, por meio de atividades de extensão. O quadro acima demonstra que há um quantitativo relevante de docentes que contribuem na disseminação do conhecimento via extensão, no entanto, mesmo com esse quantitativo ainda falta mais propagação acerca do papel da extensão para crescimento profissional do aluno, bem como na disseminação de saberes perante a sociedade.

No *Campus* Boa Vista Zona Oeste o envolvimento de 33,33% (trinta e três vírgula trinta e três por cento) dos docentes CBVZO nos projetos Pbaex e em outras atividades de extensão representam um percentual significativo, tendo em vista a realidade em que o *Campus* se encontra, devido a adaptação oriunda das mudanças de seu local de atuação de atividades e o quadro de servidores ainda não estar completo, o que leva aos já atuantes a necessidade de ajustes e conciliação entre várias atividades, entre elas a coordenação, a realização de projetos integradores, orientação de estágio dentre outras.

Por fim, no *Campus* Novo Paraíso, houve a participação de 38,33% (trinta e oito vírgula trinta e três por cento) de seus professores em atividades de extensão em 2017. Este resultado foi menor que o apresentado em 2016, em que 65% (sessenta e cinco por cento) dos professores envolveram-se com atividades de extensão.

Quadro 60 – Grau de Envolvimento dos Estudantes com a Extensão

<i>Campus</i>	Alunos em 2017			Alunos com Atividades de Extensão em 2017			% de Alunos com Atividades de Extensão em 2017		
	Técnico	Superior	Total	Técnico	Superior	Total	Técnico	Superior	Total
CBV	1.388	1.257	2.645	95	452	547	6,84%	35,96%	20,68%
CNP	427	-	427	21	-	21	4,92%	-	4,92%
CAM	656	64	720	136	23	159	20,73%	35,94%	22,08%
CBVZO	511	-	511	08	-	08	1,56%	-	1,56%
CAB	174	-	174	70	-	70	40,23	-	40,23%
TOTAL	3.156	1.321	4.477	330	475	805	10,45%	35,96%	17,98%

Fonte: PNP, Direx/CBV e Codex (CNP/CAM/CAB/CBVZO), consolidado pela Proex

Ao Analisar este indicador, observou-se que o *Campus* Avançado Bonfim conseguiu atingir o percentual projetado para o ano de 2017. Porém o percentual projetado para o IFRR este ano era de 42,37% (quarenta e dois vírgula trinta e sete por cento) e o alcançado foi de apenas 17,98% (dezessete vírgula noventa e oito por cento).

O *Campus* Amajari realizou 14 (quatorze) projetos de extensão com bolsa pelo programa Pbaex e contempou 14 (quatorze) bolsistas, envolvendo ainda 15 (quinze) discentes voluntários no programa. Além disso, foram desenvolvidos 05 (cinco) projetos sem bolsa. Em 2017, os discentes puderam participar de palestras, cursos e oficinas oferecidas nos eventos organizados pela

Coordenação de extensão do *Campus*, tais como: Semana do meio ambiente, IF comunidade, encontro do egresso, dentre outras.

Para o *Campus* Avançado Bonfim, os alunos participam das atividades de acordo com as relações apresentadas, sendo que os alunos dos cursos presenciais participaram pelo menos em uma atividade realizada pela extensão, porém houve pouca participação dos alunos da Educação a Distância.

Com relação ao *Campus* Boa Vista, o Quadro 60 ratifica a necessidade de um trabalho expressivo acerca do que é extensão e de sua importância para a comunidade acadêmica e a sociedade em geral. Ao considerarmos os alunos matriculados no ensino superior, percebemos que o quantitativo daqueles envolvido com a extensão é bem significativo, no entanto, o mesmo não ocorre quando analisamos apenas os de cursos técnicos. Portanto, o maior desafio para o *Campus* é efetivar um processo contínuo de comunicação e superar as expectativas através de ações de extensão que estejam voltadas para a promoção dos valores democráticos de igualdade de direitos, de respeito à pessoa e da prática profissional ética, claramente coadunado com a missão institucional, resultando em cursos/eventos que envolva a comunidade geral.

O *Campus* Boa Vista Zona Oeste considera positivo o seu resultado do número de discentes que executaram os projetos, tendo em vista a dificuldade logística para a execução das atividades, devido a distância entre os executores e o público alvo, a comunidade do Conjunto Cidadão. Esse distanciamento se deu pela mudança do local de atuação do *Campus*, que saiu da Escola Estadual Elza Breves de Carvalho para o *Campus* Boa Vista. Outros fatores que influenciaram foi a necessidade de muitos terem que conciliar sua vida profissional com a estudantil, no caso dos discentes do subsequente que já atuam no mercado de trabalho; e as aulas do integrado ocorrerem pela manhã e tarde.

Por fim, no *Campus* Novo Paraíso aproximadamente 4,92% (quatro vírgula noventa e dois por cento) de seus alunos se envolveram com atividades de extensão. Este resultado foi inferior ao observado em 2016 (14,5%). Tal fato pode ser devido à redução no número de bolsas disponibilizadas em 2017.

Quadro 61 – Grau de Crescimento das Ações de Extensão

<i>Campus</i>	Ações de Extensão nos exercícios de				% do Crescimento em 2017/2016
	2014	2015	2016	2017	
CBV	62	84	96	120	25%
CNP	16	18	32	25	-21,87%
CAM	20	33	38	22	-42,10%
CAB	-	02	07	09	28,57%
CBVZO	02	01	03	10	233,33%
TOTAL	82	119	176	186	5,68%

Fonte: Direx/CBV e Codex (CNP/CAM/CAB/CBVZO), consolidado pela Proex

Ao Analisar este indicador, observou-se que o *campus* Boa Vista Zona Oeste conseguiu atingir o percentual projetado para o ano de 2017. Porém o percentual projetado para o IFRR no exercício de 2017 foi de 71,69% (setenta e um vírgula sessenta e nove por cento) e o realizado foi de apenas 5,68% (cinco vírgula sessenta e oito por cento).

No *Campus* Amajari foram realizadas 22 (vinte e duas) ações de extensão, sendo 14 (quatorze) projetos PBAEX, 05 (cinco) projetos de extensão sem bolsa e 03 (três) eventos: Encontro do egresso, IF comunidade e Semana do meio ambiente). No entanto, esse número foi aproximadamente 42% (quarenta e dois por cento) menor que os apresentados em 2016. Essa redução deve-se a dois fatores: primeiro algumas ações de outras coordenações (cursos, oficinas e eventos) deixaram de ser cadastradas na coordenação de extensão (CODEX) e, segundo, a redução dos números de projetos de extensão sem bolsas.

O *Campus* Avançado Bonfim apresentou um aumento de 28,57% (vinte e oito vírgula cinquenta e sete por cento) de suas ações de extensão. Pelo fato de ser um *campus* em implantação e com um número pequeno de servidores, foi dada prioridade em algumas ações como: IF Comunidade e desenvolvimento de projetos junto à comunidade com bolsa.

No *Campus* Boa Vista, como se observa no quadro acima, de 2015 para 2016 houve um crescimento significativo de ações de extensão. O mesmo ocorreu em relação a 2016/2017 em que houve um aumento de 25% (vinte e cinco por cento). Mesmo com este crescimento significativo, ainda é notório que há falha no processo de divulgação, ou seja, há a necessidade de realizar uma massiva disseminação do papel e importância das ações de extensão. Mas, neste ano, tivemos alguns obstáculos, pois muitos docentes e técnicos demonstraram interesse em propor ações, porém pela sobrecarga de carga horária muitos profissionais desistiram. Assim, mesmo com os obstáculos pode-se afirmar que as ações continuam contribuindo com processo educacional e profissional da sociedade geral.

No *Campus* Boa Vista Zona Oeste o aumento do índice das ações de extensão em relação ao ano anterior se deu pela realização de 02 (duas) edições do IF Comunidade, pelo desenvolvimento de 02 (dois) FICs além dos cursos livres de curta duração, apresentando carga horária entre 20 e 80 horas que atenderam tanto o público externo como interno. Assim o *Campus* pôde contribuir, ainda mais, para o desenvolvimento da comunidade em que atua.

E para o *Campus* Novo Paraíso, a redução no número de ações de extensão pode ser devido à redução no número de bolsas disponibilizadas no PBAEX em 2017.

Quadro 62 – Taxa de Crescimento de Bolsas de Extensão para Estudantes

<i>Campus</i>	2014	2015	2016	2017	% do crescimento em 2017/2016
CBV	58	51	72	25	-65,28%
CNP	-	-	48	18	-62,50%
CAM	30	34	26	14	-46,15%
CAB	-	-	-	04	400%
CBVZO	-	07	10	08	-20%
TOTAL	88	92	156	69	-55,77%

Fonte: Direx/CBV e Codex (CNP/CAM/CAB/CBVZO), consolidado pela Proex

Ao observar o PDI da Instituição verifica-se que o percentual projetado para este índice foi de 59,25% (cinquenta e nove vírgula vinte e cinco por cento), no entanto, o resultado alcançado foi de -55,76% (cinquenta e cinco vírgula setenta e seis por cento negativo). Esse resultado se justifica pela diminuição da oferta de bolsas de extensão para os estudantes no exercício de 2017, que é consequência do corte orçamentário sofrido pelo IFRR.

Além da justificativa apontada acima, o *Campus* Amajari apresentou como fato motivador para redução do indicador em seu *Campus* o fato de que, após o ano de 2016, deixou de serem oferecidas duas bolsas para cada projeto aprovado no PBAEX.

O *Campus* Boa Vista encaminhou 46 (quarenta e seis) projetos para concorrer ao PBAEX 2017, destes apenas 25 (vinte e cinco) projetos foram contemplados para serem desenvolvidos com bolsa em 2017. Dos contemplados, por motivos diversos, 01(um) dos projetos foi cancelado pela própria bolsista, sendo executado e concluído apenas 24 (vinte e quatro). Este incentivo da ajuda financeira é bem significativo, no entanto, com a redução do número de bolsistas alguns projetos ficaram com seu trabalho sobrecarregado, pois houve conflito com outras atividades de aula e de trabalho e, acrescente ainda o fato de que os gastos na execução passaram a ficar com apenas um extensionista. Porém, mesmo com as dificuldades, os alunos desenvolveram os projetos de maneira

significativa, pois quando encontravam barreiras, os bolsistas buscavam auxílio na Diretoria de Extensão do *Campus* (DIREX) e, em muitos casos, com parcerias externas.

Já no *Campus* Boa Vista Zona Oeste, dos 14 (quatorze) projetos apresentados apenas 08 (oito) foram contemplados, e destes. Neste ano houve uma alteração com relação aos anos anteriores, pois foi contemplado apenas 01 (um) bolsista por projeto aprovado.

O *Campus* Novo Paraíso apresentou que o resultado obtido está relacionado à redução do orçamento do IFRR em 2017.

No *Campus* Avançado Bonfim os alunos que participaram obtiveram um crescimento pessoal, pois cada apresentação realizada por eles nos eventos da Extensão e do IFRR, os mesmos se mostravam mais disciplinados, responsáveis e confiantes em repassar o conhecimento.

Quadro 63 – Público Participante nas Ações de Extensão do If Comunidade

<i>Campus</i>	2014	2015	2016	2017	% dos Participantes de 2017 em Relação a 2016
CBV	1137	498	375	613	63,46%
CNP	-	-	200	77	-61,5%
CAM	560	600	367	171	-53,40%
CAB	-	-	-	85	850%
CBVZO	391	450	244	328	34,42%
TOTAL	2.088	1.548	1.186	1.274	7,41%

Fonte: Direx/CBV e Codex (CNP/CAM/CAB/CBVZO), consolidado pela Proex

O Percentual projetado para este ano foi de 72,25% (setenta e dois vírgula vinte e cinco por cento), no entanto, o resultado alcançado foi de apenas 7,41 (sete vírgula quarenta e um por cento). A diminuição no atendimento à comunidade externa com ações de extensão, em 2017, se justifica, principalmente, em virtude do corte orçamentário nesse exercício.

Para o *Campus* Amajari o projeto VIII IF COMUNIDADE promoveu uma maior interação dos servidores e discentes em atividades extracurriculares, além de promover a integração das atividades de ensino, pesquisa e extensão com a comunidade Amajariense, pois contou com a participação de um número considerável de participantes além dos próprios estudantes.

Em 2017, o *Campus* Avançado Bonfim, realizou seu primeiro IF Comunidade. Apesar da grande divulgação e envio de convites à comunidade, houve a participação de um público ainda muito tímido. Nos próximos anos se espera ampliar essa participação a fim de superar as expectativas e de divulgar as ações que esse *Campus* oferece.

Para o *Campus* Boa Vista o IF Comunidade é uma das principais ações de extensão do IFRR, a edição de 2017 superou as expectativas, pois ousou em levar o evento ao Pátio Roraima

Shopping, com o tema Universo Tecnológico IFRR. O evento reuniu 613 (seiscentos e treze) visitantes nos estandes, porém nos dois dias tivemos um grande número de pessoas circulando nos momentos das apresentações culturais, brincadeiras e exposições. Nesses dias foi apresentado à comunidade o universo prático do Instituto, através de seus cursos em diferentes níveis e modalidades, articulando o ensino, a pesquisa e a extensão.

O principal objetivo do evento foi divulgar a interligação entre esses eixos, com foco no universo tecnológico, pois esse tema ilustra perfeitamente a realidade que cerca a sociedade em que o científico e o tecnológico se aproximam de forma intrínseca. Portanto, o IF Comunidade se apresenta como uma ação irradiadora das potencialidades do *Campus*, disseminando as possibilidades de atendimento à comunidade, bem como a identificação de demandas para a atuação na sociedade roraimense. O significativo de tudo foi ter o envolvimento de técnicos, alunos, docentes, egressos, voluntários e gestores. É notória a importância do IF Comunidade como uma oportunidade de divulgar e socializar os projetos da área do ensino, pesquisa e extensão, compartilhando os conhecimentos produzidos no âmbito institucional.

O *Campus* Boa Vista Zona Oeste realizou duas edições do IF Comunidade, contando com 150 (cento e cinquenta) participantes na primeira edição e 178 (cento e setenta e oito) na segunda. Foi um aumento significativo na participação da comunidade nos eventos propostos pelo *Campus* e isso se deu pela amplitude na divulgação do evento além da atratividade das atividades desenvolvidas. Durante os eventos foram aplicadas avaliações junto ao público participante para colher informações sobre os seguintes pontos: como soube do evento, organização, local, data, atividades propostas, avaliação geral do evento e pontos positivos/negativos/sugestões.

Para o *Campus* Novo Paraíso o número de participantes no IF Comunidade em 2017 representou apenas 38,5% (trinta e oito vírgula cinco por cento) do público do ano anterior, ou seja, houve uma queda de 61,5% (sessenta e um vírgula cinco por cento) dos participantes. Tal fato pode ser devido ao evento ter sido realizado nas dependências da escola, que encontra-se distante das sedes dos municípios da região sul do Estado. Apesar de ter sido disponibilizado ônibus para transportar os produtores de todas as localidades, o número de participantes foi relativamente baixo quando comparado com 2016.

Quadro 64 - Taxa de Crescimento dos Cursos Fic

<i>Campus</i>	CURSOS FIC EM 2015			CURSOS FIC EM 2016			CURSOS FIC EM 2017			% DE CURSOS FIC OFERTADOS EM 2017		
	LOA	PRONATEC	TOTAL	LOA	PRONATEC	TOTAL	LOA	PRONATEC	TOTAL	LOA	PRONATEC	TOTAL
CBV	01	04	05	-	-	-	01	-	01	100%	-	100%
CNP	-	-	-	01	-	01	-	-	-	- 100%	-	- 100%
CAM	-	06	06	04	-	04	-	-	-	- 400%	-	- 400%
CAB	-	-	-	02	-	02	-	-	-	- 200%	-	- 200%
CBVZO	-	-	-	-	-	-	02	-	02	200%	-	200%
TOTAL	01	10	11	07	-	07	03	-	03	- 57,14%	-	- 57,14%

Fonte: Direx/CBV e Codex (CNP/CAM/CAB/CBVZO), consolidado pela Proex

Ao analisar este indicador, notou-se a que há necessidade de fomentar e divulgar a importância da oferta de cursos FIC para a comunidade, onde o percentual projetado para o IFRR este ano foi de 41,25% (quarenta e um vírgula vinte e cinco por cento) e resultado alcançado foi de - 57,14% (cinquenta e sete vírgula quatorze por cento).

O *Campus* Amajari não ofertou nenhum curso na modalidade FIC, tendo em vista que os docentes encontravam-se com carga horária excessiva e por estarem participando de diversas atividades. No *Campus* Avançado Bonfim os planos de cursos do CURSO FIC não foram aprovados em tempo hábil para execução, pois os mesmos estão aguardando o processo de seleção para dar início às atividades e atender as demandas da região. No *Campus* Novo Paraíso apesar de ter havido reuniões para discutir possíveis planos de curso, em 2017 nenhum curso FIC foi ofertado. Um plano de curso proposto pelo Núcleo de Estudo, Pesquisa, Extensão em Agroecologia (Nepeagro) foi apreciado pela PROEX e está em fase de adequação.

Para o *Campus* Boa Vista houve apenas um curso FIC subsidiado pela LOA e nenhum pelo PRONATEC. O *Campus* desenvolveu o Curso Eletricista Instalador Predial de Baixa Tensão que foi planejado por meio de uma parceria entre o Instituto Sócio ambiental (ISA), Conselho Indígena de Roraima (CIR) e IFRR/*Campus* Boa Vista, para ser desenvolvido junto aos indígenas da Região Raposa/Serra do Sol. O curso transcorreu de maneira significativa, pois teve 100% (cem por cento) de frequência e aproveitamento. Da primeira até a terceira etapa, as aulas ocorreram no IFRR/*Campus* Boa Vista, a quarta e última etapa, composta por aula prática na Comunidade Surumu, ocorreu com prorrogação de datas devido à estação chuvosa. Entretanto, mesmo com

aproximadamente dois meses sem aulas, em outubro concluiu-se a última etapa, na qual se concretizou com a formatura de 23 (vinte e três) alunos.

O *Campus* Boa Vista Zona Oeste promoveu os cursos FIC's Assistente de Vendas e Inglês Básico I. Foram realizados nos meses de setembro a novembro, no primeiro momento nas dependências da Escola Estadual Professora Elza Breves e posteriormente no *Campus* Boa Vista. No curso Assistente de Vendas, dos 23 (vinte e três) alunos matriculados, 12 (doze) concluíram e no de Inglês Básico I dos 20 (vinte) alunos matriculados, 18 (dezoito) concluíram o curso.

Quadro 65 - Acompanhamento de Egressos

<i>Campus</i>	CONCLUINTES EM 2016			EGRESSOS INSERIDOS NO MERCADO DE TRABALHO EM 2017			% DE EGRESSOS INSERIDOS NO MERCADO DE TRABALHO EM 2017		
	Técnico	Superior	Total	Técnico	Superior	Total	Técnico	Superior	Total
CBV	108	240	348	98	177	275	90,74%	73,75%	79,02%
CNP	54	-	54	15	-	15	27,77%	-	27,78%
CAM	61	-	61	18	-	18	29,51%	-	29,50%
CAB	22	-	22	-	-	-	-	-	-
CBVZO	33	-	33	28	-	28	84,85%	-	84,84%
TOTAL	278	240	518	159	177	336	57,19%	73,75%	64,86%

Fonte: Direx/CBV e Codex (CNP/CAM/CAB/CBVZO), consolidado pela Proex

A análise do indicador demonstra que houve um aumento na inserção dos alunos concluintes no mercado de trabalho, porém entendemos que ainda há a necessidade de um maior acompanhamento por parte dos *Campi*. O percentual projetado para o IFRR este ano foi de 85% (oitenta e cinco por cento) e o alcançado foi de 64,86% (sessenta e quatro vírgula oitenta e seis por cento).

No *Campus* Amajari dos 61 (sessenta e um) concluintes de 2016, 18 (dezoito) ingressaram no mercado de trabalho. Este índice baixo é justificado por alguns dos formados não manterem contato com a Instituição, o que não nos permite precisar a inserção ou não de todos no mercado de trabalho. Porém é sabido que desses, alguns optaram por seguir direto com os estudos, cursando o ensino superior.

No *Campus* Avançado Bonfim não houve levantamento dos egressos das informações e acompanhamento anteriormente, será realizado um estudo para que possamos alimentar o sistema com as informações necessárias.

No *Campus* Boa Vista a única ação realizada para servir de parâmetro com relação aos egressos inseridos no mercado de trabalho foi o evento “Encontro de Egressos”, que teve como finalidade proporcionar a participação de estudantes e egressos em atividades que suscitem a troca

de experiências, além de contribuir para o levantamento de dados estatísticos relacionados a quem já se formou e está no mercado de trabalho.

O quantitativo exposto na tabela corresponde aos egressos que participaram do evento de Egressos. Cabe salientar que este conseguiu, mesmo que de forma singela, avaliar a oferta de cursos e as respectivas ementas e matrizes curriculares e sua qualidade em relação à adequação e às exigências das carreiras no mundo do trabalho atual, pois foi coletado dados significativos que irá nortear as futuras ações, permitindo mostrar a importância do planejamento e desenvolvimento de sistemas de acompanhamento de egressos como um dos mecanismos que possibilita ao IFRR/*Campus* Boa Vista a contínua melhoria do processo de ensino aprendizagem.

Para o I Encontro dos Egressos do *Campus* Boa Vista Zona Oeste obtivemos uma participação muito tímida, apesar diante da divulgação massiva por diversos meios de comunicação. Assim, a apuração de informações sobre a inserção destes no mercado de trabalho se deu por preenchimento de questionário e por ligações telefônicas para aqueles em que foi possível o acesso.

O *Campus* Novo Paraíso realizou o III Encontro de Egressos, no dia 08/12 (sexta-feira), e contou com a participação de aproximadamente 54 (cinquenta e quatro) egressos. O encontro permitiu um momento de descontração entre os ex-alunos e também serviu para que a Instituição coletasse dados sobre os mesmos. Dos participantes, 27,8% (vinte e sete vírgula oito) afirmaram estar inseridos no mercado de trabalho. Este número é preocupante diante do cenário atual do país, mas cabe ressaltar que daqueles que não estão empregados, grande parte está estudando, pois acreditam que a especialização poderá ajudá-los a serem inseridos no mercado de trabalho.

III – Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação Tecnológica

Quadro 66 – Indicadores de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação Tecnológica

Indicador	Cálculo														
		NPGLS	NPGSS	NBICT-OF					NPP	P	I	VBICTPG -Inst (R\$)	VBQ-Inst* (R\$)	VPP (R\$)	VEX (R\$)
				PIBIC	PIBITI	PIBIC EM	PIBIC AF	FAP							
Indicador início PDI 2013	4	2	-	-	-	-	-	138	1	-	277.101,00	323.475,50	100.000,00	33.000,00	
Indicador ao final do PDI 2018	6	3	3	3	3	1	-	200	2	4	340.000,00	800.000,00	300.000,00	200.000,00	
Exercício 2017	5	2	0	0	0	0	0	135	2	1	108.000,00	294.750,00	235.000,00	0,00	
Esforço Institucional	<p>NPGLS – Número de cursos de pós-graduação <i>lato sensu</i> NPGSS – Número de cursos de pós-graduação <i>stricto sensu</i> NBICT-OF – Número de bolsas de Iniciação Científica e Tecnológica oriundas de órgãos de fomento PIBIC – Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica PIBICEM – Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica para o Ensino Médio PIBITI – Programa Institucional de Bolsas de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação PIBIC AF – Programa Institucional de Iniciação Científica nas Ações Afirmativas FAP – Fundações de Amparo à Pesquisa NPP – Número de Projetos de Pesquisa cadastrados na instituição P – Possui periódicos institucionais? I – Possui iniciativa empreendedora? VBICTG-Inst – Valor total de recursos destinados às Bolsas de Iniciação Científica e Tecnológica e de pós-graduação custeadas com recursos da instituição *VBQ-Inst – Valor total de recursos da instituição destinados a Bolsas de Qualificação para servidores (dados fornecidos pelos setores de gestão de pessoas das unidades e pela Diretoria de Gestão de Pessoas da Reitoria) VPP – Valor total de recursos da instituição destinados a grupos de pesquisa e/ou a projetos de pesquisa VEX – Valor total de recursos externos captados para pesquisa</p>														

Fonte: Propesq

Na área de Pós-Graduação *Lato Sensu*, o IFRR ofertou um curso de especialização em “Planejamento e Gestão de Empreendimentos e Destinos Turísticos Sustentáveis”, com 35 (trinta e cinco) matrículas que finalizou no primeiro semestre de 2017. No decorrer do ano houve um trabalho intenso no que se refere a reestruturação de alguns planos de curso, além da elaboração e aprovação de novos cursos.

Em relação as novas ofertas de cursos de especialização, o *Campus* Boa Vista teve 31 (trinta e uma) matrículas efetuadas no mês de dezembro para o curso de Pós-graduação *Lato Sensu* em Educação Profissional Integrada à Educação Básica na modalidade de Educação de Jovens e Adultos, modalidade presencial, conforme a Resolução nº 320 – Conselho Superior, de 21/12/2017, tendo a aula inaugural ocorrida em 27 de dezembro de 2017.

Na modalidade a distância o CBV efetivou 420 (quatrocentas e vinte) matrículas em cursos de especialização, sendo 120 (cento e vinte) para o Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* para egressos do Ensino Superior em Letras Espanhol; 120 (cento e vinte) no curso de Especialização em Docência em Educação Física Escolar e 180 (cento e oitenta) no curso de Educação: Métodos e Técnicas de Ensino. Os cursos estavam sob a responsabilidade do Departamento de Educação a Distância (DEAD) do *Campus* e tendo a Dipesp como mediadora das questões relativas as orientações didático pedagógicas. Estes cursos terão continuidade em 2018 e foram ofertados pelo IFRR nos Polos de Boa Vista, Mucajaí, Normandia, Pacaraima e Rorainópolis.

Conforme os dados supramencionados, em 2017 houve oferta de 5 (cinco) cursos de Pós-graduação *Lato Sensu*, totalizando 486 (quatrocentos e oitenta e seis) matrículas efetivadas pelo *Campus* Boa Vista.

Ainda seguindo o mesmo indicador, o *Campus* Amajari (CAM) realizou algumas reuniões com a Universidade Federal de Roraima (UFRR) para ofertar um Curso *Lato Sensu* em Educação do Campo, tendo como proposta a realização de uma Cooperação Técnico Científica entre as duas instituições. As ações realizadas em 2017 foram o levantamento de demanda para posterior análise da oferta e algumas discussões acerca do perfil discente e do formato do curso, no entanto, não houve efetivação da ação.

O segundo indicador do Quadro 66 apresenta o quantitativo de cursos de Pós-graduação *Stricto Sensu* ofertados pelo IFRR. Neste sentido, a Instituição manteve os dois cursos que possui em parceria com a Universidade Estadual de Roraima (UERR) e com a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa – RR), “Mestrado em Educação” e “Curso de Mestrado

Acadêmico do Programa de Pós-Graduação em Agroecologia”, ofertando anualmente uma turma para cada curso por meio de editais específicos.

Ainda em relação ao indicador *Stricto Sensu*, a Propesq vem fazendo levantamento de possibilidades junto aos *Campi* para verificar possíveis áreas de atuação para submissão de uma proposta de Curso de mestrado à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e a continuidade deste estudo de viabilidade se dará no decorrer de 2018. Uma das áreas possíveis para oferta de um mestrado é das agrárias, tendo em vista o quantitativo de doutores e a maior produção científica estar também relacionada a esta área quando comparada com as demais. Além da produção científica e da titulação dos docentes, os *Campi* Amajari e Novo Paraíso contam com 03 (três) núcleos de pesquisa direcionados especialmente para a área de Ciências Agrárias, fato positivo para elaboração e submissão de uma proposta de curso de mestrado à Capes. Os três núcleos estão assim distribuídos:

- Núcleo de Estudo, Pesquisa, Extensão em Agroecologia (Nepeagro), com sede no *Campus* Novo Paraíso, é coordenado pelo professor Doutor Romildo Nicolau Alves e conta com uma equipe multidisciplinar que tem como objetivo apoiar os agricultores familiares e famílias gestoras de agroindústrias familiares em arranjos produtivos agroecológicos ou envolvidas com a produção orgânica. Em 2017 o Nepeagro realizou várias oficinas, palestras e cursos com a comunidade da região sul de Roraima, formando grupos de trabalho fortalecidos na cadeia agroecológica e da agricultura orgânica;
- Núcleo de Pesquisa Aplicada à Pesca e Aquicultura (NUPA Norte 06), com sede atualmente no *Campus* Amajari, é composto por uma equipe multidisciplinar, tem como objetivos: a) Promover e desenvolver a formação humana na área da pesca e aquicultura de Roraima, tendo como princípios a inclusão social, sustentabilidade ambiental, segurança e soberania alimentar, equidade e ética, reconhecimento e fortalecimento das culturas das comunidades tradicionais; b) Desenvolver pesquisas, de caráter interdisciplinar, que aprofundem o conhecimento sobre a biodiversidade dos ecossistemas aquáticos, sobre as atividades pesqueiras e aquícola de Roraima. c) Desenvolver projetos, programas e cursos de extensão para assessoramento técnico-científico e no desenvolvimento e transferência de tecnologias;
- Núcleo de Estudos em Agroecologia (NEAgro), com sede no Amajari e composto por equipe multidisciplinar com ênfase na área das Ciências Agrárias, foi

criado no ano de 2010 por meio da aprovação do Ministério da Educação com a parceria dos Ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e da Ciência e Tecnologia. A missão do NEAgro é de ampliar a produção científica relacionada a agroecologia e a sistemas orgânicos de produção e, concomitantemente, contribuir para a formação de professores e estudantes.

Outro estudo de viabilidade para oferta de curso *Stricto Sensu* tem sido o mestrado desenvolvido na e pela Rede Federal denominado “Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica” (PROFEPT), no entanto, o IFRR ainda não possui maturidade científica em termos de produção específica nesta área e que seja suficiente para atender as exigências da CAPES, no que se refere a candidatura do IFRR, para ser um dos pólos do referido mestrado. Sendo assim, em 2018 será realizado um trabalho massivo de sensibilização junto aos docentes da Instituição quanto a importância do direcionamento das pesquisas serem voltadas a esta área específica.

A partir do exposto acima a Propesq, juntamente com os *Campi*, vêm fazendo um trabalho de sensibilização com os docentes referente a importância da produção e divulgação científica em periódicos qualificados com o intuito de atendermos parte dos requisitos mínimos exigidos para a submissão da Avaliação de Propostas de Cursos Novos (APCN) à CAPES para a possibilidade de futura submissão, apreciação, aprovação e oferta de um novo curso de mestrado.

No que se refere aos indicadores da pesquisa aqui tratados como ações que buscam produzir, analisar, compreender e transformar conhecimentos, processos e métodos, estes têm sido os principais indutores de transformações ocorridos na Rede Federal e especificamente no IFRR nos últimos anos.

Na execução das políticas da pesquisa, primou-se pela importância que esta representa na concepção de educação dos IF's, que deve estar diretamente contida nas estratégias de transposição dos conhecimentos nos processos de ensino e aprendizagem. Entende-se que a pesquisa vinculada ao ensino, a partir de uma perspectiva interdisciplinar no sentido de compreender a totalidade das múltiplas determinações do real, é um dos pilares para a construção das estruturas do pensamento científico. A proposta da pesquisa aplicada orientada pelos Programas geridos pela Propesq é que os construtos científicos e/ou tecnológicos resultantes dos esforços da instituição venham a se incorporar ao real, ao social, ao cultural, aos arranjos produtivos com inovações, principalmente no contexto regional, na perspectiva de contribuir para o desenvolvimento local com equidade e sustentabilidade.

Em relação ao Quadro 66 vale esclarecer sobre algumas variações que aconteceram nos indicadores e sobre os que não demonstramos resultados:

Indicadores PIBITI; PIBICEM e PIBIC AF são programas disponibilizados pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) dos quais o IFRR não faz parte, tendo em vista que estes editais não foram disponibilizados pelo CNPq em 2017 para que as instituições pudessem submeter propostas a fim de pleitearem cotas de bolsas nos referidos programas. Ressalta-se que a tabela de indicadores é extensiva à rede e por isso há diferença de nomenclaturas entre unidades e/ou algumas ainda não adotam, ou não podem adotar, como, por exemplo, é o caso do IFRR com relação à FAP que não há no estado de Roraima.

Já, em relação ao indicador seguinte que trata do quantitativo de periódicos institucionais, o IFRR manteve o periódico “Revista Norte Científico” dando continuidade aos trabalhos de editoração, publicação eletrônica e divulgação do Volume 11, Ano 2016. Devido os atrasos nas avaliações dos artigos desta edição por parte dos revisores da revista o volume não foi publicado, estando ainda em fase de editoração. Sendo assim, somente em 2018 será possível atualizar as edições da revista, a partir da publicação do Volume 11 (Ano 2016) e do Volume 12 (2017). Também como periódico institucional passou-se a contabilizar para os indicadores da pesquisa a Publicação dos Anais do Forint do IFRR no Portal de Periódicos Científicos do IFRR, havendo a migração e publicação dos Anais dos II e IV Forint (2013 e 2015), bem como, a publicação dos resumos oriundos do mesmo evento referentes ao ano de 2017.

Ainda seguindo a ação de publicação, porém não contabilizada nos indicadores para 2017 do Quadro 66, mas de suma importância para o IFRR, a Propesq por meio da Coordenação de Editoração e Divulgação Científica organizou a publicação do primeiro e-book institucional com trabalhos oriundos de um Curso de Pós-graduação *Lato Sensu* ofertado pelo IFRR, que terá como objetivo dar publicidade e visibilidade aos resultados das pesquisas desenvolvidas por estudantes e professores do IFRR, como também contribuir para o fortalecimento da pós-graduação na Instituição e valorizar o trabalho desenvolvido por todos os envolvidos na execução do Curso de Pós-graduação *Lato Sensu* em Planejamento e Gestão de Empreendimentos e Destinos Turísticos Sustentáveis. Além disso, é importante destacar que esta ação impactará positivamente nos indicadores da pesquisa, pós-graduação e inovação tecnológica, especialmente naqueles referentes à produção científica institucional para o ano de 2018, tendo em vista que o e-book está em fase de Editoração por empresa especializada.

Para o indicador “Número de Projetos de Pesquisa cadastrados na Instituição” houve registro de 135 (cento e trinta e cinco) projetos de pesquisa, estando neste cômputo total o somatório das pesquisas oriundas dos programas institucionais, pesquisas dos cursos de pós-graduação tanto *Lato Sensu* ofertados à comunidade externa quanto as capacitações a nível de mestrado e doutorado realizadas pelos servidores do IFRR. Neste sentido, o maior desafio encontrado pelos setores de pesquisa e pós-graduação dos *Campi* tem sido sensibilizar os servidores e alunos a cadastrarem suas pesquisas nas unidades para que a Instituição possa ter um mapeamento real do que vem sendo desenvolvido academicamente na própria Instituição, em qual nível de ensino e em quais áreas de conhecimento estas pesquisas estão ocorrendo, possibilitando assim maiores investimentos em determinadas áreas de atuação em detrimento de outras consolidando a cada dia a identidade do IFRR no que se refere as áreas de verticalização e aquelas em que possui maior expertise.

Em relação ao indicador “Valor total de recursos destinados às Bolsas de Iniciação Científica, Tecnológica e de Pós-graduação custeadas com recursos da Instituição” no âmbito da pesquisa institucional, em 2017 foram ofertadas 30 (trinta) bolsas de iniciação científica provenientes do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica e Tecnológica (Pibict), totalizando um investimento financeiro de R\$ 108.000,00 (cento e oito mil reais). O valor investido em bolsas destinadas aos alunos do Ensino Técnico e do Superior representaram somente 31,76% (trinta e um vírgula setenta e seis por cento) da meta estipulada pelo PDI para 2018, valores estes que refletem o momento econômico vivido pelo país, não sendo diferente no cenário da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica. Ressalta-se aqui que para o Pibict, o quantitativo de recurso destinado às bolsas depende do planejamento orçamentário anual de cada unidade e disponibilidade financeira para efetivar a ação, fazendo com que cada *Campus* tenham quantidades diferentes de cotas de bolsas ofertadas no referido programa.

Além da expressiva redução nos recursos investidos para as bolsas de iniciação científica e tecnológica do IFRR, outras dificuldades apresentadas ao longo dos anos para o desenvolvimento de pesquisas tem sido a carência de infraestrutura para realização de atividades que requerem laboratórios e equipamentos, sobretudo aqueles com maior tecnologia, o que por vezes impacta negativamente a realização de algumas pesquisas e conseqüentemente o resultado e/ou produto final destas.

Neste sentido, tendo em vista o exposto supramencionado, uma das estratégias adotadas pela Propesq tem sido a oferta de alguns editais próprios de fomento à pesquisa, sejam por

intermédio de programas institucionais ou mesmo por editais específicos que possibilitem a aquisição de equipamentos, insumos e demais materias que atendam as demandas reais para execução de determinadas pesquisas, conforme descrito a seguir.

Para o indicador “ Valor total de recursos da Instituição destinados a Grupos de Pesquisa e/ou a Projetos de Pesquisa” o IFRR destinou R\$ 235.000,00 (duzentos e trinta e cinco mil reais) para investimento em projetos de pesquisa aplicada, tecnológica ou de inovação que estão sendo desenvolvidos por pesquisadores e seus grupos de pesquisa, assim distribuídos:

- Programa Institucional de Incentivo à Pesquisa Aplicada – Docente (Pipad): O Pipad destina-se exclusivamente aos docentes do quadro efetivo do IFRR e tem como objetivo central estimular e apoiar pesquisas científicas e ou tecnológicas a fim de gerar produtos e/ou processos inovadores, preferencialmente, com possibilidade de patenteamento. Em 2017 o edital selecionou 07 (sete) propostas para apoio financeiro à pesquisa, com recurso total de R\$ 70.000,00 (setenta mil reais). Os relatórios finais com os respectivos resultados serão enviados à Propesq em março 2018;
- Projetos de Pesquisa, Desenvolvimento Tecnológico e Inovação na Área de Energia Renovável: O Edital de Apoio a Projetos de Pesquisa, Desenvolvimento Tecnológico e Inovação na Área de Energia Renovável visa incentivar a criação de uma rede de produção de energias alternativas renováveis, que atualmente tem se apresentado como uma necessidade indiscutível para o desenvolvimento sustentável, superando barreiras e criando mecanismos de incentivo que contribuam para a utilização das fontes renováveis de energia de maneira diversificada e sustentável, além de valorizar as potencialidades regionais, o desenvolvimento tecnológico e possível geração de empregos. Em 2017 a Propesq disponibilizou apoio financeiro para execução de 03 (três) projetos de pesquisa com valor previsto por projeto de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), perfazendo o total de R\$ 90.000,00 (noventa mil reais);
- Fomento para o desenvolvimento de pesquisa aplicada e de inovação por meio de Grupos de Pesquisa (GP): teve como objetivo apoiar o fortalecimento e a consolidação dos GP do IFRR, por meio de fomento para o auxílio das atividades desenvolvidas por grupos de pesquisa cadastrados e certificados no Diretório dos Grupos de Pesquisa do CNPq buscando a promoção de publicação científica, desenvolvimento de produtos, processos e serviços tecnológicos. Neste edital foram disponibilizadas 03 (três) cotas de auxílio financeiro para desenvolvimento de projetos,

totalizando recurso de R\$ 75.000,00 (setenta e cinco mil reais), oriundos da matriz orçamentária da Inovação, sendo que estes terão sua finalização de execução em novembro de 2018 e como produto final cada Grupo de Pesquisa participante deverá apresentar ao término da pesquisa um Registro da Tecnologia gerada e submissão de um artigo para periódico qualificado, impactando assim tanto no indicador de produção científica quanto no número de Registros de Propriedade Intelectual.

Os recursos e editais supramencionados fomentaram a realização de 13 (treze) projetos de pesquisa aplicada e ou de geração de tecnologias. Os resultados/produtos finais das pesquisas realizadas vêm proporcionando o desenvolvimento e reconhecimento científico da Instituição, tanto em âmbito regional como nacional, bem como têm auxiliado na busca por soluções regionais, a exemplo dos projetos desenvolvidos na área de Eficiência Energética: Energias Renováveis, além de proporcionar a aquisição de materiais, equipamentos, insumos, dentre outros instrumentos necessários para a realização das pesquisas, e que posteriormente permanecerão na unidade em que o pesquisador está lotado possibilitando que outros servidores e ou alunos possam fazer uso destes materiais adquiridos com recurso próprio para pesquisa tanto para ações do ensino, da pesquisa e/ou da extensão.

O investimento de recursos que resultam na aquisição de equipamentos laboratoriais, demais insumos e, conseqüente, refinamento dos resultados provenientes da pesquisa desenvolvida por servidores e alunos do IFRR pode ser refletida nos indicadores de produção científica do IFRR que será descrito na sequência.

Os indicadores computados no ano de 2017, descritos no Quadro 67, mostram que foi possível alcançar uma produção expressiva de pesquisa no IFRR em determinados instrumentos de divulgação científica, mesmo com as dificuldades orçamentárias e de outras naturezas que foram enfrentadas ao longo do ano, como por exemplo, distanciamento geográfico dos centros mais desenvolvidos do país para realização de determinadas pesquisas, principalmente no que se refere à aquisição e cumprimento de prazos quanto ao envio de materiais/equipamentos, como também, carência de pesquisadores preparados para o manuseio destes equipamentos, dentre outras.

Cabe ressaltar aqui que todos os dados de produção científica foram extraídos do módulo pesquisa no Suap, dados estes provenientes dos Currículos *Lattes* dos servidores e que podem estar desatualizados contendo indicadores inferiores aos apresentados por falta de alimentação de informações na Plataforma *Lattes* do CNPq.

Quadro 67 - Indicador de Projetos e Produção em 2017

Unidade	NA	NTC	NR	NL	NC	NRPI
Amajari	3	1	41	0	0	0
Boa Vista	18	8	55	1	3	0
Novo Paraíso	17	0	48	1	2	1
Boa Vista Zona Oeste	4	1	13	0	1	0
Avançado Bonfim	2	4	3	0	0	0
Reitoria	3	4	3	0	1	0
Total IF	47	14	165	2	7	1

NA – Número de artigos publicados em periódicos qualificados pelo Sistema Qualis da Capes;

NTC – Número de trabalhos completos publicados em anais de eventos com ISBN;

NR – Número de resumos publicados em anais de eventos com ISBN;

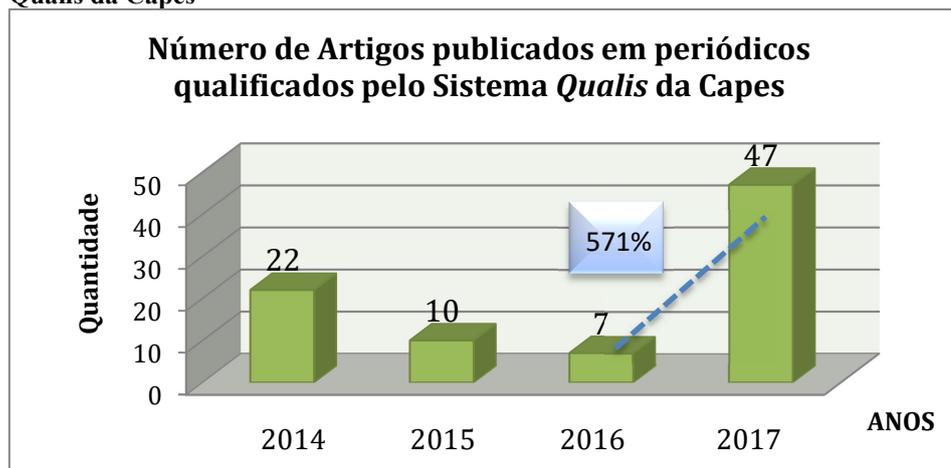
NL – Número de livros com ISBN publicados por servidores da Instituição;

NC – Número de capítulos de livros com ISBN publicados por servidores da Instituição;

NRPI – Número de registros de propriedade intelectual.

Fonte: Propesq

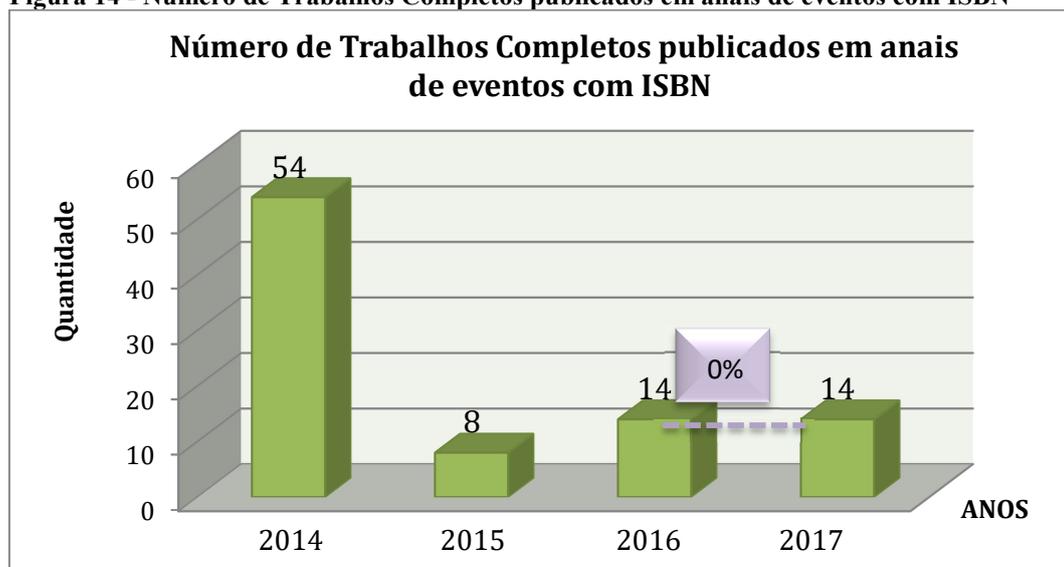
Em um comparativo de número de artigos publicados em periódicos qualificados pelo Sistema Qualis da CAPES entre o ano de 2016 e 2017, conforme demonstrado na figura 13, é possível observar um incremento de 571% (quinhentos e setenta e um por cento), o que representa que o IFRR, por meio de seus pesquisadores, têm produzido e publicado artigos de qualidade científica de grande relevância, impactando positivamente nos indicadores de produção científica, além de estar em consonância com o que preconiza o Termo de Acordos e Metas, como também o PDI.

Figura 13 - Número de artigos publicados em periódicos qualificados pelo Sistema Qualis da Capes

Fonte: Propesq

A figura abaixo representa o comparativo entre os anos de 2016 e 2017 na variável “número de trabalhos completos publicados em anais de eventos com ISBN”. Neste indicador não houve alteração quantitativa entre os anos de 2016 e 2017, fato este que pode ter sido proveniente dos cortes orçamentários e do contingenciamento apresentados no decorrer de 2017 por parte do MEC/SETEC, impossibilitando assim a participação dos servidores em eventos científicos de relevância em outros estados ou mesmo países.

Figura 14 - Número de Trabalhos Completos publicados em anais de eventos com ISBN

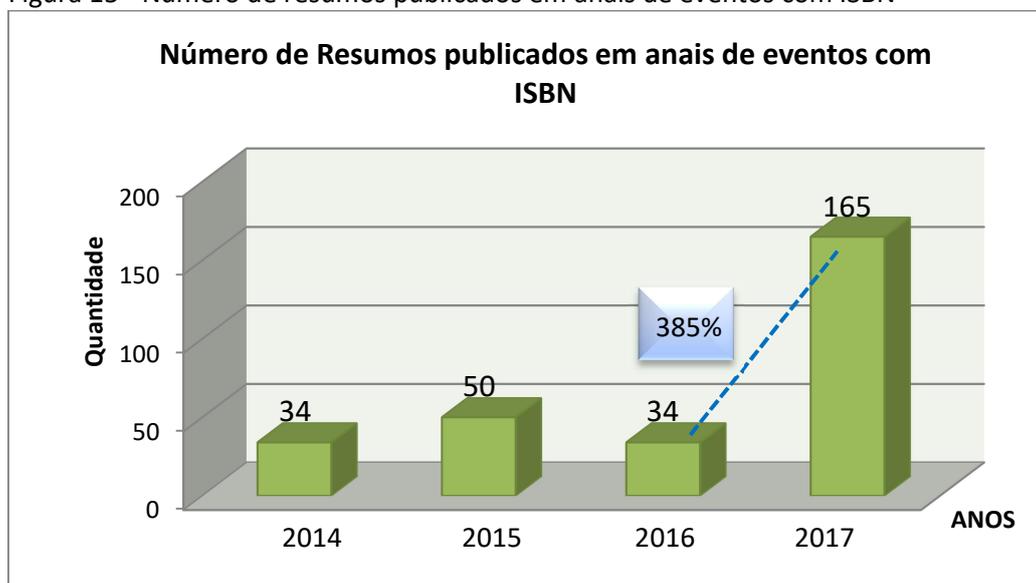


Fonte: Propeq

Assim como demonstrado na Figura 13, também foi expressivamente crescente o número de resumos publicados em anais de eventos com ISBN quando comparados os anos de 2016 e 2017, conforme demonstra a Figura 15, abaixo. Nesta variável houve acréscimo de 385% (trezentos e oitenta e cinco por cento) na divulgação de resumos, o que comprova que as ações de pesquisa nas unidades vêm impactando positivamente nos indicadores em questão.

Uma das questões que pode ter interferido positivamente quanto aos indicadores de produtividade no que se refere a publicação de resumos é que alguns eventos ocorrem na Instituição e em outras instituições de ensino e pesquisa do estado, possibilitando com isso maior participação de nossos servidores e alunos nesses eventos sem que haja grandes investimentos com deslocamentos, hospedagem e alimentação, podendo com isso dar maior visibilidade aos trabalhos de pesquisa realizados no estado. A exemplo desse fato podemos citar o Forint, maior evento científico do IFRR, que possui publicação de resumos em Anais, e a Semana Nacional de Ciência e Tecnologia, que organizada por um conjunto de instituições do Estado.

Figura 15 - Número de resumos publicados em anais de eventos com ISBN



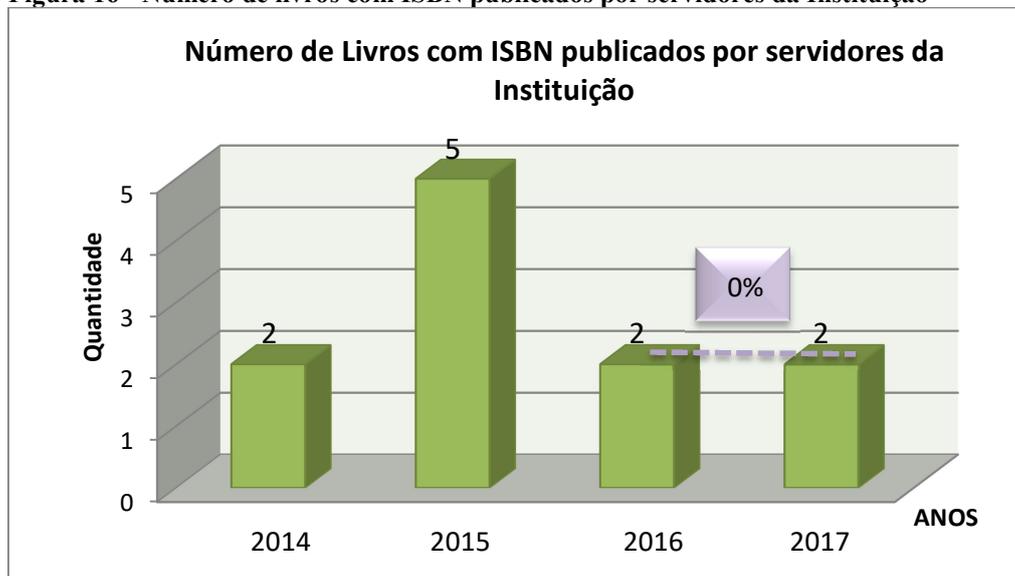
Fonte: Propesq

A exemplo de um dos fatores que vem impactando positivamente na ampliação da cultura de pesquisa e produção científica é a realização do Fórum de Integração: Ensino, Pesquisa, Extensão e Inovação Tecnológica, que acontece desde 2012, com periodicidade anual e participação de todas as unidades do IFRR, que se unem para realizar o evento. O evento vem motivando a interlocução entre diferentes atores sociais e instituições de ensino e de pesquisa, como também possibilita ser um espaço integrador de conhecimentos e saberes no qual permite a realização de discussões sobre educação profissional, científica e tecnológica, bem como, culmina no momento para divulgação dos resultados dos trabalhos de ensino, pesquisa, extensão e inovação tecnológica desenvolvidos nos diversos programas institucionais.

Ainda em relação ao Forint, em 2017, na sexta edição do evento, os trabalhos foram apresentados em forma de pôster pelos autores e logo após o evento foi efetivada a divulgação dos trabalhos realizados por meio da publicação do Anais com os resumos, fato este que pode ter impactado positivamente nos indicadores de produção científica no que se refere aos resumos publicados em 2017, uma vez que estes foram contabilizados neste indicador.

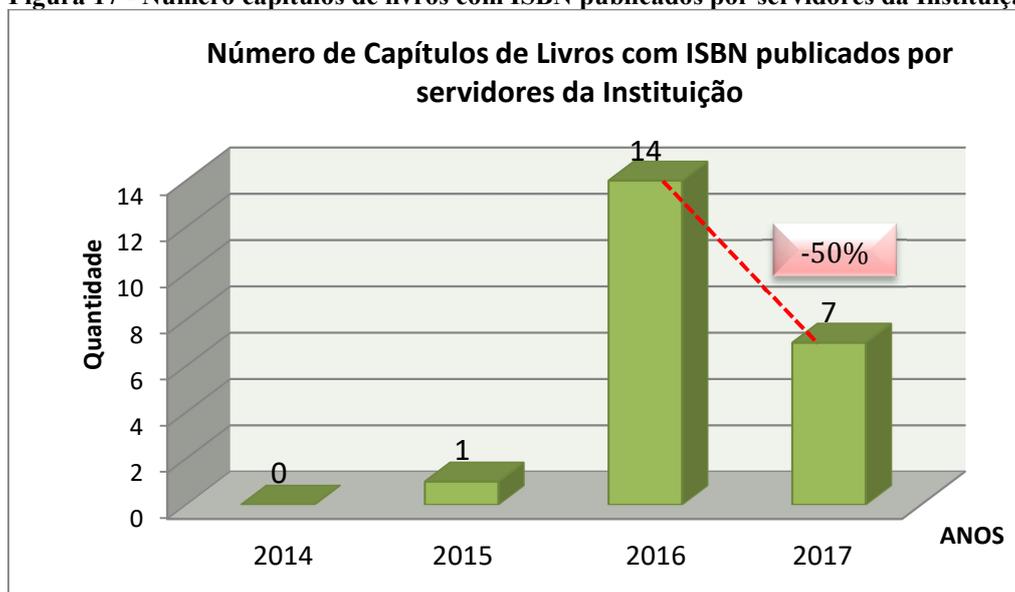
As Figuras 16 e 17 representam o comparativo entre 2016 e 2017 refere a divulgação científica no formato de livros completos e capítulos de livros, respectivamente.

Figura 16 - Número de livros com ISBN publicados por servidores da Instituição



Fonte: Propesq

Figura 17 - Número capítulos de livros com ISBN publicados por servidores da Instituição



Fonte: Propesq

Nos dois indicadores relacionados aos capítulos de livros não houveram resultados positivos no que se refere ao aumento da produção científica nesta variável, permanecendo o mesmo quantitativo de livros completos com ISBN publicados por servidores da Instituição entre os

anos de 2016 a 2017, enquanto que na produção de capítulos de livros houve uma redução de 50% (cinquenta por cento) no período mencionado.

Deve-se ainda levar em consideração que os indicadores de produção científica estão diretamente relacionados com a produção de nossos servidores e pelo que foi atualizado na Plataforma *Lattes*. Isso as vezes ocorre em função do não registro e ou a não atualização dos currículos dos servidores. Neste sentido, a cada ano a Propesq juntamente com os setores de pesquisa das unidades vêm sensibilizando os servidores para que realizem seus cadastros na Plataforma *Lattes*, alimentem as informações de produtividade científica e mantenham essas informações atualizadas, no entanto, o que se percebe ainda é uma falta de conscientização de uma parte dos servidores quanto a importância desta ação, seja para sua carreira profissional ou pela visibilidade enquanto pesquisador da Rede Federal, podendo impactar positivamente ou negativamente no planejamento, destinação e liberação de recursos designados à execução das ações de pesquisa do IFRR.

De forma geral, o Quadro 68 demonstra o percurso da produção científica no IFRR durante o período de vigência do PDI, enfatizando o comparativo entre o ano de 2016 e 2017, o que nos possibilitará realizar um diagnóstico futuro das principais causas de aumentos ou mesmo reduções expressivas na produção científica a fim de que possamos atuar diretamente nestas variáveis que compõem os indicadores em questão.

Quadro 68 - Indicador de Produção: Comparativo entre os anos 2013-2017

Indicadores de Projetos e Produção						
	2013	2014	2015	2016	2017	Aumento/Redução (2016/2017)
NA	30	22	10	07	47	571,43%
NTC	33	54	08	14	14	0
NR	34	34	50	34	165	385,29%
NL	03	02	05	02	02	0
NC	04	00	01	14	07	-50%
NRPI	00	00	00	00	01	100%

NA – Número de artigos publicados em periódicos qualificados pelo Sistema *Qualis* da Capes;
 NTC – Número de trabalhos completos publicados em anais de eventos com ISBN;
 NR – Número de resumos publicados em anais de eventos com ISBN;
 NL – Número de livros com ISBN publicados por servidores da Instituição;
 NC – Número de capítulos de livros com ISBN publicados por servidores da Instituição;
 NRPI – Número de Registros de Propriedade Intelectual.

Fonte: Propesq

Para o indicado “Número de Registros de Propriedade Intelectual” um marco histórico no IFRR em 2017 foi o primeiro depósito de patentes institucional junto ao Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI) de autoria do professor Doutor Braulio da Cruz, servidor do *Campus* Novo Paraíso sob o número de depósito de patente BR 20 2017 013939 0, de 27 de junho de 2017).

O Registro de Propriedade Intelectual acima mencionado trata de uma lenha ecológica composta de resina de breu e resíduos orgânicos fruto das pesquisas realizadas pelo pesquisador nos últimos dois anos, por meio de editais de Apoio a Projetos de Pesquisa, Desenvolvimento Tecnológico e Inovação na Área de Energia Renovável. A utilização desse tipo de lenha irá contribuir para reduzir os impactos ambientais causados pelos resíduos agrícolas ou madeireiros, muitas vezes descartados, transformando-os em produtos de alto valor econômico e ecologicamente corretos.

Com relação ao indicador “iniciativa empreendedora”, demonstrado no Quadro 66, em 2017 o *Campus* Boa Vista realizou a Ação Empreendedora: “Projeto Jovem Empreendedorismo Tecnológico” (JET-CBV) que foi desenvolvida dentro do curso técnico de informática e teve por objetivo trabalhar a educação empreendedora e a Aprendizagem Baseada em Problemas (PBL, sigla derivado do termo em inglês Problem Based Learning) através de ambientes de Educação, Ciência e Tecnologia. O projeto foi executado através de 02 (duas) ações, sendo a primeira denominada “Doutores da Informática”, que mobilizou em torno de 70 (setenta) alunos do 2º ano do curso técnico em informática, que apresentaram em formato de feira tecnológica soluções computacionais propondo soluções para Cidades Inteligentes. A segunda ação denominada “*Startups*”, trabalhou a visão empreendedora, liderança, ambiente de incertezas e trabalho em equipe com os demais jovens formandos do curso já mencionado, que propuseram novas soluções de mercado através do exercício de criação de novas empresas de base tecnológica. Ao todo foram envolvidos em torno de 210 (duzentos e dez) alunos que tiveram oportunidade de vivenciar novas práticas para a educação profissional.

Quanto ao indicador constante no Quadro 66 “Valor total de recursos da Instituição destinados a Bolsas de Qualificação para servidores”, apesar deste dado estar contido na planilha de informações dos indicadores da pesquisa, pós-graduação e inovação tecnológica, a ação referente a qualificação de servidores é de responsabilidade das Coordenações de Gestão de Pessoas das Unidades e da Diretoria de Gestão de Pessoas, os quais informaram que o valor destinado para a ação correspondente no ano de 2017 foi de R\$ 294.750,00 (duzentos e noventa e quatro mil e setecentos e cinquenta reais). Ressalta-se aqui que cabe a Propesq buscar parcerias em formato de

Termo de Cooperação Técnico Científica ou Convênio ou Contrato com Instituições brasileiras que possuam cursos *Stricto Sensu* reconhecidos pela Capes para oferta de mestrados e ou doutorados com o objetivo de qualificação dos servidores do IFRR.

Apesar de não se tratar de bolsas de qualificação para servidores, mas estar relacionado a qualificação profissional deste público, o IFRR em 2017 ofertou 02 (duas) turmas de mestrado para este fim, totalizando 50 (cinquenta) servidores em processo de qualificação assim distribuídos: 30 (trinta) servidores cursando Mestrado em Educação Agrícola por meio de Termo de Cooperação Técnico Científica com a UFRRJ e 20 (vinte) servidores cursando Mestrado em Engenharia de Produção por meio de Convênio com a Unesp.

Além das ações acima mencionadas, mas seguindo o indicador “bolsas de qualificação”, apesar de não estar contabilizado no Quadro 66, por não se tratar de recurso custeado pelo IFRR, no ano de 2017 a Capes disponibilizou 03 (três) cotas de auxílio moradia e 03 (três) cotas de bolsas de qualificação do Programa de formação doutoral docente (Prodoutoral).

O Prodoutoral tem como objetivo geral estimular a elaboração e a implementação de estratégias de melhoria do ensino, da pesquisa e da extensão das Instituições de origem, de modo a apoiar esforços institucionais para a capacitação e para o aprimoramento da qualificação dos seus docentes, visando à consolidação de grupos de pesquisa e à formação de programas de pós-graduação. É um programa que se caracteriza por favorecer a mobilidade dos bolsistas das instituições de origem para as de destino durante o tempo de duração da capacitação docente, bem como a dos professores orientadores, como forma de integração entre as instituições participantes.

O Programa Prodoutoral é realizado de forma compartilhada entre a CAPES e as instituições participantes por meio do planejamento, cujas bases são descritas no Plano Institucional de Formação de Quadros Docentes (Planfor), instrumento comum a todas as IFES de origem participantes, do qual o IFRR é parte integrante com 03 (três) cotas de bolsas e auxílio moradia que são coordenadas pela Propesq, cujo valor unitário mensal da bolsa qualificação é de R\$2.200,00 (dois mil e duzentos reais) e auxílio moradia de R\$1.100,00 (um mil e cem reais), totalizando um recurso pago pela Capes diretamente ao bolsista de R\$39.600,00 (trinta e nove mil e seiscentos reais) por aluno doutorando por ano cursado, podendo ter vigência de até 48 (quarenta e oito) meses.

Por fim, o último indicador contido no Quadro 66 que trata do valor total de recursos externos captados para pesquisa. No ano de 2017 o IFRR não foi contemplado com essa forma de recurso. A cada ano a Propesq juntamente com os *Campi* realizam um trabalho massivo de divulgação de Editais de fomento à pesquisa aos servidores da Instituição, porém neste ano não

houveram ações exitosas, seja pela não aprovação de algumas propostas ou mesmo por possível desinteresse por parte dos pesquisadores em captarem recursos oriundos de agências de fomento externas, que conforme relato de alguns pesquisadores doutores o momento de insegurança política e econômica que o país passou fez com que estes tivessem um “certo receio” em submeter propostas, estas serem aprovadas e o recurso não ser recebido conforme indicação de cronograma de desembolso constante em edital, o que comprometeria a execução das pesquisas e até mesmo a Instituição proponente.

Em suma, o IFRR vem demonstrando o cumprimento da nossa missão institucional que é de “Promover formação integral, articulando ensino, pesquisa e extensão, em consonância com os arranjos produtivos locais, sociais e culturais, contribuindo para o desenvolvimento sustentável” (PDI, p.17), sendo a pesquisa, a pós-graduação e a inovação as ferramentas utilizadas para continuarmos promovendo educação, ciência e tecnologia de qualidade no estado de Roraima e levando nossa marca institucional ao restante do país.

IV – Gestão de Pessoas

Quadro 69 – Evolução dos Indicadores de Gestão de Pessoas do IFRR

Indicadores	2014	2015	2016	2017
Índice de afastamentos para qualificação	3,01%	2,95%	1,47%	9,26%
Índice de qualificação	17,73%	11,95%	31,75%	18,83%
Índice de capacitação	49,46%	62,36%	41,65%	28,25%
Índice de acidente de trabalho e doenças ocupacionais	0,5%	0,32%	3,10%	0,29%
Índice de avaliação de desempenho	45,55%	59,08%	51,40%	47,08%
Índice de disciplina	4,6%	5,72%	0,14%	0,15%
Índice de rotatividade	4,78%	2,12%	2,36%	1,05%

Fonte: DGP/CCAD/CDS/CQVSS/Siape

Quanto ao índice de afastamentos para qualificação, esse indicador objetiva medir o percentual de servidores afastados das atividades laborais para se dedicarem unicamente à sua qualificação, cursos de pós-graduação em mestrado e doutorado. Em 2017 tivemos um total de 62 (sessenta e dois) servidores afastados, demonstrando um grande aumento em relação ao ano de 2016. O percentual subiu de 1,47% (um vírgula quarenta e sete por cento) em 2016 para 9,36% (nove vírgula trinta e seis por cento) em 2017. Isso se justifica devido o entendimento a respeito do afastamento integral para qualificação, que não considerava curtos período como sendo integral. Assim, a partir da aprovação da Resolução nº 398/2017/CONSUP, esse entendimento foi firmado. Os afastamentos são concedidos de forma a não prejudicar a prestação de serviços da Instituição e

com o objetivo de qualificar o servidor a fim de melhorar o Indicador Titulação do Corpo Docente e, conseqüentemente, a qualidade do ensino, bem como o melhor desenvolvimento dos profissionais da área meio. O indicador apresentado em 2017 superou o estabelecido como meta para atingirmos em 2018.

Quanto ao índice de qualificação, esse indicador tem como objetivo medir o número de servidores que se encontram em qualificação independente de afastamento. No exercício 2017 obtivemos um total de 126 (cento e vinte e seis) servidores em processo de qualificação, demonstrando uma diminuição em relação ao exercício de 2016. Isso se deve ao fato de alguns servidores já terem concluído o curso. Assim como ocorreu em 2016, o indicador apresentado em 2017 superou o estabelecido como meta para 2018.

Em relação ao índice de capacitação, informamos que em 2017 foram ofertadas 189 (cento e oitenta e nove) capacitações aos servidores. Ao analisarmos o percentual, verificamos que houve uma redução nesse quantitativo. Essa redução foi decorrente do contingenciamento de gastos do governo federal e da dificuldade da DGP em ofertar cursos internos aos servidores.

Quanto ao índice de acidente de trabalho e doenças ocupacionais, no ano de 2017 não foram registrados nenhum caso de acidente de trabalho, no entanto, houve 02 (dois) casos de doenças ocupacionais relacionadas ao local de trabalho, com Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados com a Saúde (CID) F, o que equivale a 0,29% (zero vírgula vinte e nove por cento) do número de servidores, número bem menor com relação ao exercício de 2016. Na DGP há a Coordenação de Qualidade de Vida e Seguridade Social (CQVSS), que tem como uma de suas competências realizar programas e projetos que promovam a saúde, que controlem os riscos ambientais e atendam às necessidades físicas dos servidores, elaborando políticas preventivas a fim de minimizar os acidentes de trabalho e doenças ocupacionais. Em 2017 foi aprovada a política de atenção a saúde e segurança do servidor do IFRR, no entanto, há dificuldades para sua implementação, principalmente na estruturação da equipe multiprofissional, que deve ser composta por variados profissionais.

Já em relação ao índice de avaliação de desempenho, verifica-se que em 2017 foram realizadas 315 (trezentas e quinze) avaliações de desempenho, conforme regulamenta o plano de carreira dos técnicos e docentes. O percentual demonstra uma diminuição no índice em virtude do aumento do número de servidores estáveis e da saída (vacância/exoneração) de alguns servidores em 2017. Essas avaliações tem por objetivo mensurar a qualidade do serviço executado pelos servidores docentes e técnico administrativos, assegurando progressão por mérito/desempenho

acadêmico ao servidor que atingir a média pré-estabelecida. Esse programa de avaliação de desempenho é uma ferramenta eficaz que motiva o servidor a executar o serviço de forma qualitativa à comunidade.

O índice de disciplina demonstra a ação da Instituição em relação aos casos de infração ao cumprimento de deveres do servidor público, conforme a Lei nº 8.112/90. Em 2017 foi instaurado somente 01 (um) processo para apuração dessas irregularidades, o que corresponde a 0,15% (zero vírgula quinze por cento) de servidores investigados em 2017. Porém, temos vários processos abertos em anos anteriores que continuaram sua tramitação em 2017. Com a implementação de ações que objetivam a aproximação da DGP com os servidores, como a DGP Itinerante e ações de integração promovidas pela CQVSS, os servidores encontram-se mais informados dos seus direitos e deveres, e isso de certa forma reduz o resultado desse indicador.

E por fim, em relação ao índice de rotatividade, esse índice objetiva demonstrar a relação entre admissões e possíveis desligamentos ocorridos na Instituição, tais como vacâncias, exonerações e demissões. No exercício de 2017 ocorreram 07 (sete) desligamentos, o que demonstra uma redução no índice de rotatividade de 2,36% (dois vírgula trinta e seis por cento) para 1,05% (um vírgula zero cinco por cento), justificado pelo ingresso de novos servidores e a promoção de capacitação aos servidores já existentes, buscando atender as demandas dos setores e o desenvolvimento das ações do instituto em favor da sociedade. Um dos principais motivos indicados para o desligamento do IFRR é a posse em outro cargo público inacumulável.

V – Educação a Distância

Quadro 70 – Indicadores da Educação a Distância

Indicadores	2014	2015	2016	2017
Relação Candidato/Vaga	1,55	1,73	0	1,33
Taxa de Crescimento do Número de Matrículas em Cursos a Distância	167,24%	-55%	-100%	-

Fonte: Dipead

O quadro a seguir demonstra os resultados quantitativos alcançados pela Ead que possibilitam realizar os cálculos de seus indicadores.

Quadro 71 – Dados para Cálculo dos Indicadores da EaD

Curso	Polo	Inscritos	Vagas	Matrículas
Licenciatura em Letras Espanhol	Boa Vista	105	105	86
	Rorainópolis			
Licenciatura em Matemática	Cantá	192	175	175

	Bonfim			
	Iracema			
	Normandia			
	São Luiz			
Licenciatura em Ciências Biológicas	Caracarái	186	140	140
	Mucajá			
	Normandia			
	São Luiz			
Pós-Graduação em Docência da Língua Espanhola	Boa Vista	107	120	120
	Pacaraima			
	Rorainópolis			
Pós-Graduação em Docência da Educação Física Escolar	Boa Vista	157	120	120
	Mucajá			
	Rorainópolis			
Pós-Graduação em Educação: Métodos e Técnicas de Ensino	Boa Vista	439	180	180
	Mucajá			
	Normandia			
	Pacaraima			
FIC em Auxiliar em Agropecuária	Rorainópolis	88	120	88
	Guariba			
	Araçá			
	Vila Brasil			
Total		1.274	960	909

Fonte: Dipead

Em 2017 não houve novas ofertas de vagas pelo programa descentralizado Rede E-Tec Brasil, no entanto, houve uma grande oferta de cursos descentralizados pelo Programa Universidade Aberta do Brasil (UAB), conforme demonstrado no quadro acima, por isso, não há como calcular a Taxa de Crescimento do Número de Matrículas em Cursos a Distância. Não foi possível atingir o volume de inscrições ocorridas em 2015 devido ao número reduzidos de pólos habilitados pela Capes, contudo se comparado ao ano anterior o crescimento foi bastante significativo uma vez que não houveram ofertas em 2016.

VI - Assistência Estudantil

Quadro 72 – Evolução do Indicador Institucional da Assistência Estudantil

Indicador	2014	2015	2016	2017
Indicador Institucional da Assistência Estudantil	89,47%	91,27%	95,86%	97,64%

Fonte: DPAE

O resultado alcançado do indicador em 2017 foi de 97,64% (noventa e sete vírgula sessenta e quatro por cento) de permanência e êxito de estudantes selecionados nos editais de

Assistência Estudantil, índice superior ao planejado no PDI, que era de 93,07% (noventa e três vírgula zero sete por cento) para o ano de 2017.

Dessa forma, se evidencia que a Política de Assistência Estudantil no âmbito do IFRR, ao nortear as ações de acesso, permanência e êxito dos estudantes, em suas cinco unidades de ensino, vem cumprindo com seu objetivo. Neste sentido, verifica-se que os auxílios concedidos estão proporcionando a elevação da escolaridade, contribuindo com a redução das desigualdades sociais e garantindo a permanência e a continuidade do curso pelo discente em situação de vulnerabilidade social atendidos pelo IFRR.

VII – Transparência e Eficiência na Administração Pública

Quadro 73 – Indicadores da Dimensão Transparência e Eficiência na Administração Pública

Indicadores	2014	2015	2016	2017
Grau de atendimento das recomendações da Auditoria Interna	37,21%	46,34%	40%	45,45%
Percentual de realização de auditorias com relação ao previsto no Paint	30%	33,33%	33,33%	50%
Taxa de aprovação dos processos apreciados pelo Conselho Superior	46,6%	74,6%	71,1%	125,58%

Fonte: Auditoria Interna e Gabinete da Reitoria

O primeiro indicador mede a quantidade de recomendações emitidas pela Auditoria Interna (Audin) e implementadas pelas unidades auditadas no Exercício de 2017. O segundo indicador avalia a quantidade de ações de controle previstas no Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna (Paint) e executadas em 2017.

A meta prevista de recomendações atendidas para o exercício de 2017 era de 82,24% (oitenta e dois vírgula vinte e quatro por cento), porém a mesma não foi alcançada, pois foram implementadas somente 45,45% (quarenta e cinco vírgula quarenta e cinco por cento) das recomendações emitidas em 2017. O atendimento das recomendações da Audin é de responsabilidade dos gestores dos setores auditados. Com o intuito de atingir a meta foi prevista a realização de reuniões com os gestores durante o monitoramento realizado em 2017, no entanto, em virtude da capacidade operacional da Audin não foi possível realizá-las.

Com relação ao segundo indicador, a Audin havia previsto uma meta de 83,33% (oitenta e três vírgula trinta e três por cento) de realização das auditorias planejadas no PAINT de 2017, mas

também em virtude da capacidade operacional da Audin, a mesma não foi atingida, pois foram executadas somente 04 (quatro) ações de controles em 2017. No PAINTE foram previstas a realização de 08 (oito) auditorias. Porém 03 (três) delas não foram realizadas e 01 (uma) não foi concluída no ano de 2017, desse modo, foram realizadas somente 50% (cinquenta por cento) das auditorias planejadas. Além da capacidade operacional reduzida, outro fator que contribuiu para o não atingimento da meta foi a realização de auditoria especial, requerida pela presidente do Conselho Superior.

Em 2017, foram encaminhados 43 (quarenta e três) processos ao Consup, e este emitiu 54 (cinquenta e quatro) resoluções, alcançando o resultado de 125,58% (cento e vinte e cinco vírgula cinquenta e oito por cento) para o indicador. Esclarecemos que esse resultado se deve ao fato de que algumas resoluções emitidas em 2017 se referem a processos enviados para apreciação em anos anteriores.

VIII – Tecnologia da Informação

A Dimensão Tecnologia da Informação do IFRR, definiu quatro indicadores de desempenhos no Plano de Desenvolvimento Institucional 2014-2018 no qual foram projetados até atingir o índice previsto em 2018, conforme o quadro abaixo.

Quadro 74 – Evolução dos Indicadores de Desempenho de Tecnologia da Informação

Indicador	2014	2015	2016	2017
N.º de PCs por quantidade de servidores	1 PC/servidor	1 PC/servidor	1 PC/servidor	1 PC/servidor
Serviços disponíveis na rede/Host	1 PC/servidor	1 PC/servidor	1 PC/servidor	1 PC/servidor
N.º de atendimentos encerrados/Mês	--	--	43,76%	80,6%
N.º de Switchs/PC	1 sw/30 PCs	1 sw/30 PCs	1sw/12 PCs	1sw/13 PCs

Fonte: DTI

A meta do indicador “Número de PCs por quantidade de servidor” para o final do PDI 2014-2018 era atingir 1 PC/servidor. No exercício de 2017 foi cumprida a meta em face do investimento na Reitoria e nos *Campi* quanto à aquisição de computadores para atendimento das atividades meio e fim da Instituição.

Por conseguinte, a meta do indicador “Serviços disponíveis na rede por host” também foi atingida no exercício de 2017, havendo a seguinte oferta de serviços: página web, serviços de diretórios, sistemas on-line, acesso à internet, entre outros.

Com relação ao indicador “Número de atendimentos encerrados por mês”, os atendimentos em 2017 foram realizados por meio do módulo de tecnologia da informação no Suap utilizando a ferramenta de indicadores da central de serviços. Na apuração do indicador, houve um total de 2.149 (dois mil, cento e quarenta e nove) chamados abertos nos *Campi* e na Reitoria. Com relação aos chamados atendidos houve 1.733 (um mil, setecentos e trinta e três). Perfaz-se o indicador de 80,6% (oitenta vírgula seis por cento) bem próximo da meta do PDI que é 85% (oitenta e cinco por cento).

Por fim, com relação ao indicador “Número de switches por PC”, no exercício de 2017 houve 198 (cento e noventa e oito) estações de trabalho e 15 (quinze) switches ativos, o que perfaz a proporção de 1 (um) switch para 13 (treze) PCs. Com relação ao ano de 2016, perfaz um incremento de 50 (cinquenta) estações de trabalhos e de 3 (três) switches ativos. Portanto, o indicador se aproxima da meta ao final do PDI que é 1 switch por 10 estações de trabalho.

IX – Administração

Número de ações de disseminação de práticas socioambientais responsáveis adotadas: até o final do PDI proposto para a vigência 2014-2018, está prevista a adoção de três programas ou ações de sustentabilidade na Instituição.

Em 2017, no que se refere as obras e serviços de engenharia, houve a adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens e na contratação de serviços e/ou obras.

Na aquisição de bens e serviços comuns, reserva-se um tópico com critérios de sustentabilidade ambiental, conforme determina a Lei n.º 7.746/2012, o Decreto n.º 5.940/2006, a Instrução Normativa n.º 01/2012/SLTI/MPOG e outras legislações correlatas, ao passo que, procurando a proposta mais vantajosa com práticas sustentáveis, não se incorreu na prática de limitar a competitividade com tais exigências.

Em licitações de obras se exige da contratada a execução da obra de acordo com a legislação e as normas pertinentes. Portanto, é preciso elaborar e implementar o Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil (PGRCC) na obra. Além disso, na elaboração dos projetos buscou-se incluir equipamentos mais eficientes, como por exemplo, a adoção de

iluminação de LED nos projetos elétricos e a aquisição de microgeração de energia fotovoltaica nas unidades.

Percentual de Processos Abertos Referentes ao Plano Diretor: esse indicador tem como objetivo monitorar a execução do Plano Diretor da instituição. A meta a ser alcançada é de 100% (cem por cento) dos projetos vislumbrados como necessidade pela Gestão do IFRR, Reitora e Diretores Gerais dos *Campi*.

A abertura de processos, e seu respectivo encaminhamento ao Departamento Técnico de Engenharia e Obras (Deteo) é de competência da Direção-Geral da unidade, ao qual, com base na oportunidade e na conveniência, darão início à tramitação.

A meta de processos a serem abertos em 2017 era de 04 (quatro) processos para o *Campus* Boa Vista. No entanto, com a redução do orçamento próprio para investimentos, a Instituição priorizou pela reforma e manutenção das instalações existentes, pequenas obras e serviços de engenharia e retomada de obras não concluídas, não sendo possível atingir a previsão para o exercício. Assim, não foram abertos os processos previstos e nem elaborados os planos de trabalhos conforme consta no Plano Diretor. Entretanto, foram abertos novos processos para atender as demandas da Instituição, conforme demonstrado abaixo:

- *Campus* Boa Vista: 2 processos;
- *Campus* Novo Paraíso: 1 processo;
- Reitoria: 1 processo.

Percentual de Planos Concluídos (quantidade de projetos básicos elaborados): esse indicador tem como objetivo apontar o cumprimento da execução do Plano Diretor da Instituição, com base nas definições postas pelo Instituto Brasileiro de Auditoria em Obras Públicas (Ibraop), no que diz respeito aos projetos básicos.

De acordo com a Orientação Técnica n.º 05/2006 do Ibraop, o projeto básico deve ser composto por um projeto de arquitetura, que compreende a planta de situação, de implantação com níveis, as plantas baixas e de cobertura, de cortes e elevações, além do projeto de terraplenagem, de fundações, de estrutura, de instalações hidráulicas, elétricas, telefônicas, de prevenção de incêndio, entre outros de instalações especiais. A meta a ser alcançada é de 100% (cem por cento) dos projetos vislumbrados como necessidade pela Gestão do IFRR, Reitora e Diretores Gerais dos *Campi*.

Como já mencionando anteriormente, não foram adotados os projetos básicos previstos no PDI para o exercício. Por sua vez, dos projetos planejados para serem concluídos em 2017, que totaliza a quantidade de 08 (oito) unidades, contabilizados os processos abertos neste exercício e em exercícios anteriores, foram concluídos 03 (três), que representa o percentual de 37,5% (trinta e sete vírgula cinco) dos projetos planejados.

Esse resultado foi consequência do número de servidores lotados no Deteo com habilitação para a elaboração dos projetos listados pelo Ibraop e a gama de atribuições em que os servidores estão envolvidos, uma vez que todos os servidores, além da elaboração dos projetos, são responsáveis por atividade de elaboração de relatórios, levantamentos, orçamentos e pela fiscalização de todas as unidades. Vale lembrar que, além dos processos novos, os servidores ainda estão trabalhando em projetos de exercícios anteriores que não foram concluídos.

Percentual de Ordens de Serviço Emitidas: assim como os dois primeiros, esse indicador tem como objetivo demonstrar como anda o cumprimento da execução do Plano Diretor do IFRR. Seu cálculo é baseado no coeficiente entre a quantidade de ordens de serviço emitidas e o número de pacotes de trabalho (projetos básicos) concluídos.

Com relação ao número de pacotes de trabalhos concluídos, em 2017 foi emitida apenas uma ordem de serviço, o que representa apenas 33,33% (trinta e três vírgula trinta e três por cento) do previsto. Esse percentual ocorreu por conta que os projetos só foram concluídos no último trimestre do ano e o processo licitatório não foi concluído, estando previsto o início para o exercício de 2018.

Quantidade de Termos de Recebimentos Provisórios Emitidos: esse indicador é baseado no coeficiente entre a quantidade de recebimentos provisórios e o número de ordens de serviço emitidas. O indicador atingiu o percentual máximo previsto. Isso se deu em razão da emissão do recebimento provisório de ordens de serviços referentes ao exercício 2015 que, por terem sua execução iniciada no fim do ano, só puderem ser recebidas em 2016.

Desvio de Custo da Obra: Não foi possível mensurar esse indicador, uma vez que os serviços iniciados no exercício só serão concluídos no exercício posterior. E não houve nenhuma conclusão de serviços planejados e concluídos no exercício. Além disso, as alterações necessárias nos contratos das obras e serviços de engenharia em andamento não ultrapassaram os limites

estabelecidos pela legislação.

Vale ressaltar que esse indicador se mostrou inviável para o acompanhamento, uma vez que, com base na sua fórmula de cálculo, não se tem orientações necessárias para mensurar e comparar os custos da obra que iniciam no exercício e só são concluídos em exercícios posteriores. Informa-se que será estudado, em exercícios futuros, a adoção de novas metodologias a fim de melhorar o acompanhamento do indicador.

Desvio de Prazo da Obra: esse indicador visa monitorar se as obras têm sido concluídas conforme o planejado pela administração. Seu cálculo é baseado no coeficiente entre o prazo real da obra e o planejado.

Para esse indicador não há índice de referência, uma vez que, pelos mesmos motivos apresentados no indicador anterior, se tornou difícil mensurar os prazos finais dos contratos em andamento.

Desvio dos Prazos das Etapas da Obra: esse indicador foi criado com o objetivo de monitorar o cumprimento do prazo de cada etapa das obras do IFRR. Isso permitiria tomar medidas mais imediatas, a fim de evitar grandes atrasos no final do empreendimento, notificando a contratada, caso o indicador apontasse que a empresa não deu início à etapa no período planejado.

No entanto, como os últimos dois indicadores, o acompanhamento desse indicador se mostrou inviável ao longo do tempo, uma vez que, para que fosse efetivo, a contratada deveria registrar no diário de obras a etapa que estava em andamento, exatamente como previsto no cronograma físico-financeiro.

Assim, é necessário uma revisão nos indicadores com a melhoria na metodologia da base de cálculo e mensuração dos dados. No entanto, como não foi possível realizar a revisão no exercício, tal medida será analisada no exercício de 2018.

X – Planejamento e Desenvolvimento Institucional

Implantação do Sistema Unificado de Administração Pública (Suap): a partir de 2014, o Suap começou a ser implantado na Instituição com o objetivo de promover uma maior eficiência no controle interno e na qualidade dos serviços prestados no IFRR pelos módulos Administração,

Tecnologia da Informação, Gestão de Pessoas, Ensino, Desenvolvimento Institucional, Extensão, Pesquisa e Assistência Estudantil.

Para o cálculo do indicador de implantação do Suap foi utilizado uma taxa percentual entre o que foi demandado pelo IFRR e a oferta que o sistema ofertava. Como o Suap estava em construção havia a possibilidade de expansão para poucos módulos. Portanto, o indicador foi calculado sobre a linha base fixa no período 2013/2014.

No período de 2015/2016, houve uma oferta maior do sistema para outros módulos, especificamente, os da atividade fim havendo a necessidade de sofisticar o indicador para uma média móvel aritmética que contemplasse a inclusão e utilização desses novos módulos.

Em 2017, o indicador de implantação do Suap totalizou o percentual de 90% (noventa por cento). Foram utilizados novos módulos na Extensão: Edital de bolsas – Pbaex e Administração: Processos, documentos eletrônicos, reserva de salas, estacionamento, expansão da central de serviços e frota de veículos.

Proporção de objetivos estratégicos alcançados: a ideia desse indicador é avaliar o alcance dos objetivos estratégicos no final da vigência do PDI ou nas revisões do plano, previstas pela instituição. No momento, não foi feita a avaliação do indicador. A avaliação será feita no fim do exercício de 2018.

XI – Políticas Inclusivas

Quadro 75 – Dados para Cálculos dos Indicadores de Políticas Inclusivas

Dados	CAB	CAM	CBV	CBVZO	CNP	TOTAL
Matrículas	-	-	27	04	02	33
Matrículas Trancadas	-	-	03	-	-	03
Concluintes	-	-	04	-	02	06
Formados	-	-	01	-	-	01

Fonte: CAM, CAB, CBV e CNP.

Ao realizarmos a análise do indicador observamos que a sua série histórica não apresentava o resultado real referente aos indicadores Proporção de Matrículas de PNEEs e Proporção de PNEEs que Concluem o Curso, conforme a fórmula especificada no Quadro 56, o que faz com que não seja possível realizar a análise do mesmo baseado em sua série histórica.

Em 2017, de um total de 33 (trinta e três) matrículas de PNEEs em todo o IFRR, 18,18% (dezoito vírgula dezoito por cento) concluíram o curso. No quadro abaixo podemos observar o

detalhamento dos concluintes e formandos por *Campus* no IFRR.

Quadro 76 – Dados dos concluintes e formandos referentes ao Indicadores de Políticas Inclusivas

	Especificação	CAB	CAM	CBV	CBVZO	CNP	TOTAL
Concluinte	Deficiência Física	-	-	02	-	-	02
	Deficiência Mental	-	-	01	-	-	01
	Deficiência Auditiva	-	-	01	-	01	02
	Deficiência Visual	-	-	-	-	01	01
Formando	Deficiências Múltiplas	-	-	01	-	-	01
TOTAL		-	-	05	-	02	07

Fonte: CAM, CAB, CBV E CNP.

2.4.2 Apresentação e Análise dos Indicadores de Desempenho Conforme Deliberação do Tribunal de Contas da União

Quadro 77 – Resultados dos Indicadores – Acórdão TCU n.º 2.267/2005

Indicadores		Fórmula de Cálculo	Exercícios				
			2017	2016	2015	2014	2013
Acadêmicos	Relação de Candidato por Vaga	Inscritos / Vagas para Ingressos	7,53	2,60	5,82	7,79	0,61
	Relação de Ingressos por Matrícula Atendida	(Ingressantes / Matrículas Atendidas) x 100	26,60%	30,20%	20,18%	22,04%	23,87%
	Relação de Concluintes por Matrícula Atendida	(Concluintes / Matrículas Atendidas) x 100	21,93%	6,98%	9,92%	5,05%	6,14%
	Eficiência Acadêmica de Concluintes	(Concluintes / Finalizados) x 100	43,4%	44,11%	40,60%	27,56%	73,04%
	Índice de Retenção do Fluxo Escolar	(Retidos / Matrículas Atendidas) x 100	14,8%	45,81%	54,95%	53,88%	46,61%
	Relação de Alunos por Docentes em Tempo Integral	(Matrículas Atendidas/Docentes) x 100	15,09	15,98	18,51	-	-
Administrativos	Gastos Correntes por Aluno	(Gastot* / Matrículas Atendidas) x 100	R\$ 26.614,82	R\$ 20.011,79	R\$ 15.324,82	R\$ 13.309,07	R\$ 8.997,38
	Gastos com Pessoal	(Gastos com Pessoal / Total de Gastos da Instituição) x 100	75,45%	71,29%	70,78%	59,92%	61,01%
	Gastos com outros Custeios	(Gasouc* / Totgas*) x 100	13,63%	18,97%	18,77%	21,84%	21,72%
	Gastos com Investimentos	(Gastos com Investimentos / Total de Gastos da Instituição) x 100	6,07%	7,51%	5,84%	13,47%	12,25%
Socioeconômico*	Número de Alunos Matriculados por Renda per Capita Familiar	-	-	-	-	-	
Gestão de Pessoas	Titulação do Corpo Docente	$[(G \times 1) + (A \times 2) + (E \times 3) + (M \times 4) + (D \times 5)] / (G + A + E + M + D)$	3,57	3,42	3,36	3,37	3,28

Fonte: Sistec, Siafi, Siape e Relatório de Gestão 2016

*As informações sobre este item estão descritas na análise dos resultados dos indicadores.

2.4.2.1 Análise dos Resultados dos Indicadores de Gestão – Acórdão TCU n.º 2.267/2005

Para a elaboração do relatório de prestação de contas anuais dos últimos quatro anos, a análise dos indicadores de desempenho eram realizadas tomando como base os dados informados pela Setec, que utilizava os dados do Sistec. Para a elaboração deste relatório, de ano base 2017, os dados da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, do qual este Instituto Federal faz parte, foram extraídos da Plataforma Nilo Peçanha (PNP), que se encontra no site <https://www.plataformanilopecanha.org>.

- Relação de Candidato por Vaga

Quadro 78 – Indicador de Candidato por Vaga por Campus

INDICADOR	Boa Vista	Novo Paraíso	Amajari	Boa Vista Zona Oeste	Avançado Bonfim	TOTAL
RCV	12,90	1,98	2,09	4,49	0,97	7,53

Fonte: PNP

O indicador Relação Candidatos por Vaga (RCV) calcula a relação entre o número de candidatos inscritos e o número de vagas ofertadas. Por meio desse indicador, torna-se possível dimensionar o nível de atratividade dos cursos ofertados pela Instituição nos seus cinco *Campi*. Com o índice de 7,53 (sete vírgula cinquenta e três), percebe-se que em 2017 aumentou a procura pelos cursos ofertados no IFRR em relação aos índices dos anos anteriores.

Esse crescimento tem relação com a ampliação da oferta de vagas em todos os *Campi* do IFRR e com o esforço institucional para o desenvolvimento de ações para efetivar as matrículas dos classificados nos diversos processos seletivos. Entre essas ações, podem ser destacadas as seguintes: visitas institucionais às comunidades das áreas de abrangência dos *Campi* para a divulgação do processo seletivo; ações de assistência estudantil; atividades do IF Comunidade, que tem por objetivo levar à comunidade a utilização de serviços oferecidos pelo IFRR, proporcionando a interação entre o IFRR e a comunidade e, conseqüentemente, um maior conhecimento da Instituição pelos cidadãos; ampliação da oferta regular de cursos superiores pelos *Campi* Amajari e Boa Vista; contratação de novos professores por meio de concurso público de áreas específicas; e ampliação e/ou implantação de ambientes didáticos para o desenvolvimento dos cursos.

- Relação de Ingressos por Matrícula Atendida

Quadro 79 – Indicador Ingresso/Aluno por Campus

INDICADOR	Boa Vista	Novo Paraíso	Amajari	Boa Vista Zona Oeste	Avançado Bonfim	TOTAL
RIM	20,79%	24,59%	36,25%	47,16%	19,54%	26,60%

Fonte: PNP

O indicador Relação de Ingressos por Matrícula Atendida (RIM) mede a capacidade de renovação do quadro discente e por meio dele é possível analisar a capacidade da oferta de vagas na Instituição, pois a taxa de ingresso indica a realidade do IFRR em números de alunos no exercício. Apesar de haver um decréscimo no número de alunos atendidos em relação ao ano anterior, o IFRR alcançou uma representatividade consistente na oferta de vagas.

- Relação de Concluintes por Matrícula Atendida

Quadro 80 – Indicador Concluintes por matrícula atendida por Campus

INDICADOR	Boa Vista	Novo Paraíso	Amajari	Boa Vista Zona Oeste	Avançado Bonfim	TOTAL
RCM	19,77%	35,36%	19,03%	28,96%	13,22%	21,93%

Fonte: PNP

O indicador Relação Concluintes por Matrícula Atendida (RCM) mede a capacidade de alcançar o êxito. Em relação à série histórica, percebe-se que houve uma grande melhoria no resultado desse indicador.

Ao investigar as causas, foi possível identificar que isso pode estar relacionado às ações da Pró-Reitoria de Ensino, que conhecedora das dificuldades, incluiu no Plano de Ação 2017 o monitoramento das metas/ações estabelecidas no Plano Institucional de Permanência e Êxito de Estudantes dos *Campi*; as ações específicas da Coordenação Técnico-Pedagógica; a lotação de um servidor na Proen para atuar juntamente com os setores de registro acadêmico dos *Campi*; a melhoria no atendimento aos estudantes por meio da Assistência Estudantil; e a inclusão dos cursos de graduação dos *Campi* Amajari e Boa Vista no Programa Bolsa Permanência.

- Eficiência Acadêmica de Concluintes

Quadro 81 – Indicador Eficiência Acadêmica de Concluintes por Campus

INDICADOR	Boa Vista	Novo Paraíso	Amajari	Boa Vista Zona Oeste	Avançado Bonfim	TOTAL
EAC	44,7%	70,3%	18,9%	47,7%	60,00%	43,4%

Fonte: PNP

O indicador Eficiência Acadêmica de Concluintes (EAC) mede a capacidade de alcançar êxito entre os alunos que finalizaram, permitindo verificar se a Instituição obteve uma relação eficiente entre o número de concluintes e o número de alunos ingressantes no período de análise. Em 2017 percebe-se um pequeno decréscimo do índice em relação ao exercício anterior.

O pequeno decréscimo foi motivado pelo índice negativo referente aos alunos da educação a distância. No entanto, alguns fatores foram importantes para manter a proximidade com o resultado do ano anterior, como: a melhoria da atuação dos coordenadores de cursos; a realização de encontros pedagógicos com os profissionais que integram as equipes pedagógicas dos *Campi*; as ações desenvolvidas pelos setores de assistência aos estudantes; o efetivo acompanhamento pedagógico realizado nos *Campi*; a realização dos conselhos de classe para tratar de assuntos específicos dos estudantes dos cursos técnicos; e a atuação dos Núcleos Docentes Estruturantes e Colegiados de Cursos para tratar especificamente da gestão do ensino superior nos *campi*.

- Índice de Retenção do Fluxo Escolar

Quadro 82 – Indicador Retenção do Fluxo Escolar por *Campus*

INDICADOR	Boa Vista	Novo Paraíso	Amajari	Boa Vista Zona Oeste	Avançado Bonfim	TOTAL
RFE	15,8%	0,0%	24,9%	0,9%	0,0%	14,8%

Fonte: PNP

O indicador Índice de Retenção do Fluxo Escolar (RFE) mede a relação de alunos que não concluem seus cursos no período previsto. Por meio desse indicador, é possível avaliar a taxa de retenção do fluxo escolar (reprovações e trancamentos) no exercício em relação à sua série histórica. Neste contexto, verifica-se que em 2017 ocorreu uma redução em relação ao ano anterior. Esse resultado está ligado internamente ao desenvolvimento das ações acerca do processo de ensino e aprendizagem. Assim, com a diminuição de 67,69% (sessenta e sete vírgula sessenta e nove por cento) do Índice RFE foi possível alcançar a meta prevista para 2017 que recomendava a diminuição do índice em 23,86% (vinte e três vírgula oitenta e seis por cento).

Para tanto, foram desenvolvidas ações de formação continuada das equipes técnico-pedagógicas, capacitação dos setores de apoio ao trabalho pedagógico, formalização de comissões responsáveis pelo acompanhamento sistemático de discentes, realização de treinamento de Usuário na Rede de Bibliotecas Pergamum, possibilitando um melhor atendimento aos usuários, execução do Programa Institucional de Práticas Pedagógicas Inovadoras (Inova) e do Programa Institucional de Bolsas de Monitoria, bem como Bolsa Permanência para o ensino superior.

- Relação de Alunos por Docentes em Tempo Integral

Quadro 83 – Dados para o cálculo do indicador Relação de Aluno por Docente em Tempo Integral

INDICADOR	Matrículas Equivalentes	Professor Equivalente	Resultado
RAD	4.362	289	15,09

Fonte: PNP

O indicador Relação de Alunos por Docentes em Tempo Integral (RAD) mede a capacidade de atendimento pela força de trabalho docente, possibilitando assim, avaliar o potencial da força de trabalho do corpo docente em relação à quantidade do número de alunos. A apresentação deste indicador se limitará ao resultado institucional, sem adentrar aos *Campi*, uma vez que a própria PNP, de onde os dados foram extraídos, procedeu da mesma forma, não disponibilizando os dados por unidade de ensino. Em 2017 o resultado do indicador foi de 15,09 (quinze vírgula zero nove), o mais baixo desde que o indicador começou a ser medido.

- Gastos Correntes por Aluno

Quadro 84 – Informações do Gasto Corrente por Aluno

Gastos Totais	R\$ 136.209.202,00
(-) Investimentos	R\$ 8.268.841,00
(-) Inversões Financeiras	R\$ 0,00
(-) Inativos e Pensionista	R\$ 11.843.863,00
Gastos Correntes	R\$ 116.096.498,00
Matrículas Equivalentes	4.362
Gastos Corrente por Matrícula	R\$ 26.614,82

Fonte: PNP

O indicador Gastos Correntes por Aluno (GCA) mede o custo médio de cada aluno da Instituição. A aferição é feita pela seguinte fórmula: $GCA = (GASTOT / Matrículas Atendidas) \times 100$, em que:

GASTOT = Gasto Total da Instituição, deduzindo os gastos com investimentos, inversões financeiras, precatórios (esse dado não consta na PNP), pessoal inativo e pensionistas e ação Apoio à Formação Profissional e Tecnológica;

Matrículas Atendidas = Todas as matrículas que estiveram em curso no período analisado.

O gasto corrente por aluno, em comparação com o período anterior, teve um aumento de 32,99% (trinta e dois vírgula noventa e nove por cento). Cabe esclarecer que os principais fatores que ensejaram esse aumento estão relacionadas com os recursos para manter o funcionamento do

IFRR, para o cumprimento de sua missão organizacional, por meio de despesas dos serviços continuados e da locação de mão de obra essenciais para a prestação dos serviços, considerando ainda que, a cada ano, os contratos vem sendo onerados em virtude do equilíbrio econômico e financeiro, com repactuações oriundas de alterações das convenções coletivas.

Outro ponto a destacar é a política de assistência ao estudante com suas demanda por despesas com auxílio transporte, auxílio-alimentação e apoio a eventos. Os *Campi* localizados na zona rural, por exemplo, apresentam o maior custo corrente devido ao atendimento de alunos em regime de alternância ou internato. Todavia, todas as ações, onerosas ou não, objetivam combater a evasão escolar, a retenção, o desligamento, as reprovações e principalmente fomentar a formação profissional de qualidade.

- Gastos com Pessoal

Quadro 85 – Informações para Cálculo do Gasto com Pessoal

Gastos com Pessoal	R\$ 102.776.577,00
Gastos Totais	R\$ 136.209.202,00
Percentual de Gastos com Pessoal	75,45%

Fonte: PNP

O indicador Gastos com Pessoal (GCP) mede os gastos com pessoal em relação aos gastos totais da Instituição com pessoal. Seu cálculo considera os gastos com servidores ativos, inativos, pensionistas e contribuições da União.

Seu cálculo considerou os gastos com servidores ativos, inativos, pensionistas, e contribuição da união, de suas autarquias e fundações, divididos pelos gastos totais de todas as fontes e grupos de despesa.

Fazendo um comparativo com o exercício anterior, o IFRR teve um acréscimo de 22,71% (vinte e dois vírgula setenta e um por cento) das despesas com pessoal, o que representou um aumento de R\$ 19.019.744,50 (dezenove milhões, dezenove mil, setecentos e quarenta e quatro reais e cinquenta centavos). Porém esse acréscimo, comparado com o percentual de gastos com pessoal ao gastos totais ocorrido no exercício anterior, teve um aumento de 4,16% (quatro vírgula dezesseis por cento).

Cabe esclarecer que esse indicador não pode ser analisado em nível de *Campus*, pois o pagamento de pessoal do IFRR só ocorre na unidade gestora Reitoria, e o Sistema Integrado de

Administração de Recursos Humanos (Siape) possui somente uma unidade pagadora centralizada na Reitoria, conforme determinação do art. 9.º da Lei 11.892, de 29 de dezembro de 2012.

- Gastos com Outros Custeios

Quadro 86 – Informações para Cálculo do Gastos com Outros Custeios

Gastos com Outros Custeios	R\$ 18.569.136,00
Gastos Totais	R\$ 136.209.202,00
Percentual de Gastos com Outros Custeios	13,6%

Fonte: PNP

O indicador Gastos com Outros Custeios (GOC) mede os gastos com outros custeios em relação aos gastos totais da Instituição. Calcula-se da seguinte forma: $GOC = (GASOUC/Gastos\ totais\ da\ Instituição) \times 100$, onde:

GASOUC = Total de gasto com custeios da Instituição, deduzindo gastos com benefícios (auxílio funeral/natalidade, médico e odontológico, pré-escolar e transporte) e Pasep.

Para esse indicador, o valor referente aos gastos considerou o total liquidado no exercício com empenhos emitidos em 2017 mais os restos a pagar não processados liquidados.

O percentual de gastos com outros custeios sofreu um decréscimo de 5,34% (cinco vírgula trinta e quatro) em relação a 2016. O principal motivo desse decréscimo de percentual dar-se pelo fato do contingenciamento do orçamento considerado um fator interveniente no desempenho orçamentário.

- Percentual de Gastos com Investimentos:

Quadro 87 – Informações para Cálculo do Gasto com Investimentos

Gastos com Investimentos	R\$ 8.268.841,00
Gastos Totais	R\$ 136.209.202,00
Percentual de Gastos com Investimento	6,1%

Fonte: PNP

O indicador Gastos com Investimentos (GCI) mede os gastos com investimentos em relação aos gastos totais da Instituição (execução de obras e aquisição de imóveis).

Para esse indicador, o valor referente aos gastos considerou o total liquidado no exercício com empenhos emitidos em 2017 mais os restos a pagar não processados pagos. Houve um pequeno decréscimo no percentual de gastos com investimentos em relação ao ano anterior. Comparando

com 2016, o valor destinado para despesa de capital caiu em 6,3% (seis vírgula três por cento), ou seja, R\$ 555.859,59 (Quinhentos e cinquenta e cinco mil, oitocentos e cinquenta e nove reais e cinquenta e nove centavos).

Esse decréscimo se dá em relação a diminuição do orçamento para investimento, bem como ao contingenciamento do orçamento no exercício de 2017 para essa ação. Destaca-se, nesse contexto, que o maior vulto de orçamento encontra-se nos RP's processados liquidados, devido ao lançamento de empenhos dessa natureza os quais serviram para a contratação de empresa para a construção do *Campus* Avançado Bonfim, incluindo o muro; a obra do *Campus* Boa Vista Zona Oeste; e a aquisição de máquinas e equipamentos para implementar o novo bloco do Almojarifado e Patrimônio do *Campus* Novo Paraíso, ambos RP's pagos em 2017.

- **Número de Alunos Matriculados por Renda per Capita Familiar**

Quadro 88 – Números de Alunos Matriculados por Renda per Capita Familiar

Renda Familiar <i>per Capita</i> - RFPC	Quantitativo de Alunos Matriculados por Renda <i>per Capita</i> Familiar					
	CAM	CAB	CBV	CBVZO	CNP	TOTAL
0 < RFPC* ≤ 0,5 SM**	05	11	503	255	35	809
0,5 < RFPC ≤ 1 SM	445	23	582	96	178	1.324
1 < RFPC ≤ 1,5 SM	19	14	364	25	40	462
1,5 < RFPC ≤ 2,5 SM	04	07	135	44	73	263
2,5 < RFPC ≤ 3,5 SM	-	03	60	05	05	73
RFPC > 3,5 SM	04	-	89	-	64	157
Não sabe/Não respondeu	243	116	912	86	32	1.389
Total	720	174	2.645	511	427	4.477

Fonte: PNP

Diante dos dados constantes no Quadro 88, coletados na PNP, referentes à renda per capita dos estudantes, obtivemos uma média percentual de 31,02% (trinta e um vírgula zero dois por cento) de alunos que não souberam informar e/ou não responderam sobre a situação econômica familiar no ato da matrícula, resultando de forma positiva na diminuição desse índice, quando comparando ao ano de 2016, em que o resultado obtido foi de 36% (trinta e seis por cento).

No universo do indicador socioeconômico, o IFRR, em relação ao quantitativo de alunos matriculados por renda per capita de até 1,5 SM (um salário mínimo e meio), mensurou um percentual de 57,96% (cinquenta e sete vírgula noventa e seis por cento), percentual comparado ao exercício de 2016, que atingiu um índice de 59,46% (cinquenta e nove vírgula quarenta e seis por cento). Obtivemos uma redução mínima no percentual de atendimento, mas cumprindo e

contribuindo para a minimização das desigualdades e, garantindo as condições de acesso, permanência e atuação de qualidade nas atividades educacional e profissional.

O Instituto Federal de Roraima, por meio do Departamento de Políticas de Assistência Estudantil, vem desenvolvendo ações do **PROGRAMA 2031 - AÇÃO 2994 - ASSISTÊNCIA AO ALUNO** de maneira integrada com os *Campi* como forma de melhorar o desempenho acadêmico, diminuir os índices de evasão e/ou retenção e garantir o acesso democrático e a permanência com a qualidade a todos os seus estudantes.

Neste sentido, a gestão da Política de Assistência Estudantil, realizada em conjunto com as Coordenações de Assistência ao Estudante (Caes) e Coordenação de Apoio ao Ensino e Aprendizagem (Codaea) das cinco unidades de ensino, vem assegurando aos estudantes condições de acesso, permanência e conclusão com êxito, ao ser executadaem suas diversas ações, em conformidade com as exigências legais do Decreto Nº 7.234/10, da Resolução nº 205, aprovada pelo Consup em 15 de maio de 2015, e de sua normatização via Portaria nº 753, do Gabinete da Reitoria de maio de 2015.

Outrossim, as ações do Exercício de 2017 foram planejadas e propostas em conformidade com Plano de Ação do Suap e do PDI 2014-2018, em que, para o cumprimento das metas e indicadores institucional¹, as Caes e a Codaea dos *Campi*, apresentaram ao DPAE projetos com ações de assistência estudantil, considerando as normas dispostas no EDITAL Nº 001/2016/DPAE. Isso significa que, para a concessão dos auxílios propostos nos projetos, os estudantes a serem contemplados deveriam estar em situação regular de matrícula e em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

Diante disso, os projetos de ações, propostos nas modalidades de auxílio alimentação, transporte, moradia/alojamento estudantil, apoio a participação estudantil em eventos e material escolar, foram submetidos a uma avaliação pelo DPAE, o que culmina com o objetivo estratégico proposto: *“Implementar e Disseminar a Política de Assistência Estudantil no âmbito do IFRR de acordo com a Regulamentação aprovada pelo Consup.”*²

O Plano Anual de Trabalho para o Exercício de 2017, apresentado pelos *Campi* para o desenvolvimento da Política de Assistência Estudantil e cumprimento das metas e indicadores institucional, configurou-se inicialmente com um valor de R\$ 3.782.620,00 (três milhões, setecentos e oitenta e dois mil, seiscentos e vinte reais). Sendo que, deste montante, para cada *Campus* foi

¹ Fonte PAT 2017: Meta: Atingir o percentual de 93,07% de permanência e êxito de estudantes selecionados nos Editais de Assistência Estudantil.pg.48.

² Fonte PAT 2017: pg.48

destinado um valor considerando suas particularidades de condições de acesso, vulnerabilidade social e ações de assistência estudantil executadas pelas unidades conforme especificado no quadro abaixo.

Quadro 89 – Orçamento Planejado Conforme o Programa 2031 – Ação 2994 – Assistência ao Aluno

ACÇÕES/DESPA	NATUR. DA DESP.	CBV	CNP	CAM	CBVZO	CAB	TOTAL
Apoio a Eventos Estudantis	339018	10.000,00	10.000,00	10.000,00	3.204,00	8.000,00	41.204,00
Auxílio-Alimentação	339018	-	600.000,00	-	104.796,00	34.970,00	739.766,00
Auxílio-Alimentação	339039	342.850,00	-	642.500,00	-	-	985.350,00
Auxílio-Transporte	339018	288.000,00	-	-	-	-	288.000,00
Auxílio-Transporte	339037 / 339033	-	1.208.841,00	402.459,00	-	-	1.611.300,00
Auxílio Material Escolar	339018	9.000,00	80.000,00	9.000,00	-	9.000,00	107.000,00
TOTAL GERAL		649.850,00	1.898.841,00	1.063.959,00	108.000,00	51.970,00	3.772.620,00

Fonte: PAT 2017, elaborado pelo DPAE

No entanto, a Lei Orçamentária Anual, aprovada e destinada ao IFRR para desenvolvimento da Política de Assistência Estudantil em 2017, ficou no valor de R\$ 3.772.650,00 (três milhões, setecentos e setenta e dois mil, seiscentos e cinquenta reais). Deste modo, o desempenho orçamentário referente ao exercício de 2017 do IFRR configurou-se conforme o quadro a seguir.

Quadro 90 – Orçamento Empenhado no Exercício Conforme o Programa 2031 – Ação 2994 – Assistência ao Aluno

PROGRAMA/AÇÃO	DOTAÇÃO EXERCÍCIO 2017	EMPENHADO	SALDO
2031 - 2994	R\$ 3.772.650,00	R\$ 3.751.942,84	R\$ 20.707,16

Fonte: DPAE

Considerando o planejamento previsto no Suap e ciente das responsabilidades institucionais quanto às possíveis situações decorrentes de remanejamento de créditos - do PTRES 108922 (Auxílio Financeiro) para o PTRES 108924 (demais despesas da Assistência Estudantil), o departamento viabilizou o remanejamento de recursos dentre as ações de assistência estudantil nos *Campi* e entre os *Campi*. Estes remanejamentos foram primordiais no percurso da execução

orçamentária e, com essas estratégias, conseguimos atingir o cumprimento de metas e os indicadores institucionais.

Podemos considerar quanto ao desempenho orçamentário disposto no quadro acima que, do planejado ao executado na dimensão da Política de Assistência Estudantil, o IFRR alcançou um índice de 99,45% (noventa e nove vírgula quarenta e cinco por cento) em sua execução orçamentária.

Os dados de quantitativos dos alunos foram obtidos a partir das informações filtradas do Sistec, Q-Acadêmico e do Serviço Social dos *Campi*, sendo este último, pelo repasse de informações sobre o número de benefícios concedidos em virtude das ações de assistência estudantil executadas sob sua responsabilidade. Foram encontradas as seguintes situações abaixo descritas, conforme repasse dos *Campi* quanto.

Quadro 91 – Benefícios Concedidos no IFRR por *Campus*

<i>Campus</i>	Quantitativo de alunos ano 2017	Número de benefícios concedidos no IFRR (alimentação/transporte/etc)	Número de evasão, desistência	Total de beneficiários com matrícula ativa do IFRR
Boa Vista	2.645	654	11	643
Novo Paraíso	427	385	13	372
Amajari	720	415	01	414
Boa Vista Zona Oeste	511	78	-	78
Avançado Bonfim	174	40	12	28
Total	4.477	1.572	37	1.535

Fonte: PNP e Serviço Social das Caes/Codaea

Percebe-se que, por meio do indicador de desempenho das ação de assistência estudantil, quanto ao número de benefícios concedidos por *Campi*, o IFRR conseguiu atingir um percentual de 35,11% (trinta e cinco vírgula onze por cento) de seu alunado com acesso e permanência, considerando as ações de assistência estudantil propostas e executadas no ano de 2017. Outrossim, quanto ao percentual de evasão no âmbito do IFRR obteve um índice de evasão 0,83% (zero vírgula oitenta e três por cento), demonstrando que a Política de Assistência Estudantil cumpriu com sua função de reduzir as desigualdades sociais e garantir a permanência e o êxito acadêmico. Outrossim, é mister ressaltar que a redução do índice de evasão não depende especificamente da transferência de recursos financeiros, mas perpassa também por envolvimento de todos em relação ao acompanhamento dos estudantes beneficiados, dos pais/responsáveis, melhorias nas ações, sensibilização da equipe multiprofissional e docentes frente às questões de conflitos familiares e de turma, que impactam negativamente no processo de ensino aprendizagem, bem como na permanência e o êxito dos estudantes.

- Titulação do Corpo Docente

O Indicador Titulação do Corpo Docente (TCD) mede o índice de atualização do corpo docente da Instituição, sejam eles docentes efetivo ou temporário (substitutos).

Quadro 92 – Memória de Cálculo do Indicador TCD

Indicador	Fórmula de Cálculo	Método de Aferição	Resultado
Índice de Titulação do Corpo Docente	$\frac{(G \times 1) + (A \times 2) + (E \times 3) + (M \times 4) + (D \times 5)}{G + A + E + M + D}$	$\frac{(24 \times 1) + (1 \times 2) + (98 \times 3) + (154 \times 4) + (36 \times 5)}{24 + 1 + 98 + 154 + 36}$	3,57

Fonte: Siape/ DGP

Quadro 93 – Dados para Cálculo do Indicador Titulação do Corpo Docente Efetivo

	Reitoria*	CBV	CNP	CAM	CBVZO	CAB	Total
Graduados	-	09	04	02	05	01	21
Aperfeiçoados	-	-	-	-	-	-	-
Especialistas	01	53	11	10	11	04	90
Mestres	02	74	33	21	12	05	147
Doutores	01	18	06	08	02	-	35
Total	04	154	54	41	30	10	293

Fonte: Siape/CCAD/DGP

* Em relação ao quantitativo de docentes na Reitoria, informamos que alguns servidores com ocorrência de afastamento se encontram com lotação registrada nessa unidade do IFRR.

Quadro 94 - Dados para Cálculo do Indicador Titulação do Corpo Docente Substituto

	Reitoria	CBV	CNP	CAM	CBVZO	CAB	Total
Graduados	-	01	02	-	-	-	03
Aperfeiçoados	-	01	-	-	-	-	01
Especialistas	-	07	01	-	-	-	08
Mestres	-	03	03	01	-	-	07
Doutores	-	01	-	-	-	-	01
Total	-	13	06	01	-	-	20

Fonte: Siape/CCAD/DGP

Esse indicador pode ser considerado como um fator que influencia diretamente o público-alvo (o discente) para a promoção da atividade finalística da Instituição, que é promover um ensino de qualidade. No entanto, antes de realizarmos a análise deste indicador, informamos que os dados apresentados nos Quadros 93 e 94 estão divergentes dos dados apresentados no *site* da Plataforma

Nilo Peçanha (PNP), pois o quantitativo total de docentes cadastrados na PNP possui um servidor efetivo a menos da quantidade real que o IFRR possuía ao final do exercício de 2017. A outra divergência se refere às lotações internas dos servidores entre as unidades deste Instituto.

No exercício de 2017 obtivemos um índice de 3,57 (três vírgula cinquenta e sete), o que consideramos um aumento significativo em relação ao exercício anterior, conforme dados acima. Em busca do índice ideal de 5,0 (cinco) a DGP tem procurado elaborar políticas para a qualificação dos docentes por meio de parcerias com outras instituições através de convênios e juntamente com a concessão de bolsas de auxílio à qualificação, para que o docente seja motivado a qualificar-se e, conseqüentemente, promover cada vez mais qualidade no ensino prestado, atrelado a ações de pesquisa e extensão.

2.5 informações sobre projetos e programas financiados com recursos externos

Não houve, neste exercício, ocorrências de projetos e programas financiados com recursos externos nem contratações de consultores para projetos de cooperação técnica com organismos internacionais.

3 GOVERNANÇA, GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS

3.1 DESCRIÇÃO DAS ESTRUTURAS DE GOVERNANÇA

A estrutura de governança do IFRR é composta pelos seguintes órgãos: Conselho Superior, Colégio de Dirigentes, Auditoria Interna, Fórum Interno de Gestão de Pessoas, Fórum Interno de Ensino, Fórum Interno de Extensão, Fórum de Administração e Planejamento, Fórum Interno de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação Tecnológica, Comitê Gestor de Tecnologia da Informação, Ouvidoria e Comissão Própria de Avaliação.

3.1.1 Colegiados

O Conselho Superior e o Colégio de Dirigentes foram criados pela Lei n.º 11.892/2008, que instituiu os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.

O Consup possui caráter consultivo e deliberativo e é o órgão máximo do IFRR. Compõem o colegiado: reitor, como presidente; representantes dos servidores docentes; representantes do corpo discente; representantes dos servidores técnico-administrativos; representantes dos alunos egressos; representantes da sociedade civil; representante do Ministério da Educação e diretores-gerais dos *Campus*.

O Conselho Superior reunir-se-á, ordinariamente, a cada dois meses, e, extraordinariamente, quando convocado por seu Presidente ou por 2/3 (dois terços) de seus membros.

Compete ao Consup: aprovar as diretrizes para atuação do Instituto Federal e zelar pela execução de sua política educacional; aprovar as normas e coordenar o processo de consulta à comunidade escolar para escolha do Reitor do Instituto Federal e dos Diretores-Gerais dos *Campus*, em consonância com o estabelecido nos arts. 12 e 13 da Lei n.º. 11.892/2008 e pelo Decreto n.º. 6986/2009; aprovar os planos de desenvolvimento institucional e de ação e apreciar a proposta orçamentária anual; aprovar o projeto político-pedagógico, a organização didática, regimentos internos, normas disciplinares e os Calendários Escolares das Unidades de Ensino que integram a estrutura do IFRR; aprovar normas relativas à acreditação e à certificação de competências profissionais, nos termos da legislação vigente; autorizar o Reitor a conferir títulos de mérito acadêmico; apreciar as contas do exercício financeiro e o relatório de gestão anual, emitindo parecer conclusivo sobre a propriedade e regularidade dos registros; deliberar sobre taxas, emolumentos e contribuições por prestação de serviços em geral a serem cobrados pelo Instituto Federal; autorizar a criação, alteração curricular e extinção de cursos no âmbito do Instituto Federal, bem como o

registro de diplomas; aprovar a estrutura administrativa e o regimento geral do Instituto Federal, observados os parâmetros definidos pelo Governo Federal e legislação específica; apreciar e votar os pedidos do reitor, de autorização para afastamento do país; Elaborar e aprovar o seu próprio Regimento Interno.

O Coldi é o órgão de apoio ao processo decisório da Reitoria. Tem apenas caráter consultivo e possui a seguinte composição: o reitor, como presidente; os pró-reitores e os diretores-gerais dos *Campus*.

O Coldi reunir-se-á, ordinariamente, uma vez por mês e, extraordinariamente, quando convocado por seu Presidente ou por 2/3 (dois terços) de seus membros, com antecedência mínima de 48 horas.

Compete ao Colégio de Dirigentes: apreciar e emitir parecer sobre a distribuição interna de recursos orçamentários e financeiros; apreciar e emitir parecer sobre normas para celebração de acordos, convênios e contratos, bem como para elaboração de cartas de intenção ou de documentos equivalentes; apresentar à Reitoria proposta de criação e alteração de funções e órgãos administrativos da estrutura organizacional do IFRR; aprovar, por delegação do Conselho Superior, o calendário de referência anual; apreciar e emitir parecer sobre normas de aperfeiçoamento da gestão; apreciar e emitir parecer sobre outros assuntos de interesse da administração do IFRR a ele submetido.

3.1.2 Auditoria Interna

As ações de controle são realizadas nas unidades do IFRR e são planejadas e consignadas no Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna (Paint). A auditoria assessora gestores por meio de reserva técnica e acompanha os atos relativos ao cumprimento de determinações e recomendações do TCU, da CGU-RR e da própria Auditoria Interna. A base legal para a realização dos trabalhos são o Decreto n.º 3.591/2000 e a Instrução Normativa n.º 24/2015.

São competências da Auditoria Interna: acompanhar o cumprimento das metas do Plano Plurianual no âmbito da instituição, visando comprovar a conformidade de sua execução; assessorar os gestores da instituição no acompanhamento da execução dos programas de governo, visando comprovar o nível de execução das metas, o alcance dos objetivos e a adequação do gerenciamento; verificar a execução do orçamento da entidade, visando comprovar a conformidade da execução com os limites e destinações estabelecidas na legislação pertinente; verificar o desempenho da gestão da entidade, visando comprovar a legalidade e a legitimidade dos atos e examinar os resultados quanto à economicidade, à eficácia, à eficiência da gestão orçamentária, financeira,

patrimonial, de pessoal e dos demais sistemas administrativos operacionais; orientar subsidiariamente os dirigentes da instituição quanto aos princípios e às normas de controle interno, inclusive sobre a forma de prestar contas; examinar e emitir parecer prévio sobre a prestação de contas anual da instituição e tomadas de contas especiais; propor mecanismos para o exercício do controle social sobre as estrutura de governança da unidade ações de sua instituição, quando couber, bem como a adequação dos mecanismos de controle social em funcionamento no âmbito de sua organização; acompanhar a implementação das recomendações dos órgãos/unidades do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal e do TCU; comunicar, tempestivamente, à Secretaria Federal de Controle Interno, após dar ciência à autoridade máxima da instituição e esgotadas todas as medidas corretivas, do ponto de vista administrativo, sob pena de responsabilidade solidária, os fatos irregulares, que causaram prejuízo ao erário, para ressarcir à instituição; elaborar o Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna do exercício seguinte, bem como o Relatório Anual de Atividade da Auditoria Interna (Raint) e encaminhá-los ao órgão de controle interno a que estiver jurisdicionado, nos prazos estabelecidos na legislação pertinente, e testar a consistência dos atos de aposentadoria, pensão, admissão de pessoal.

3.1.3 Fóruns, Comitês e Comissão Própria de Avaliação

O Regimento Geral do IFRR rege os Fóruns Internos Institucionais e o Comitê Gestor de Tecnologia da Informação (CGTI).

O Fórum Interno de Ensino é o órgão colegiado consultivo que tem a finalidade de colaborar para o desenvolvimento das políticas e das ações do IFRR na área de ensino. O Fórum visa assessorar os gestores de ensino, contribuindo para a formulação e implementação das políticas públicas de ensino no âmbito do IFRR, a fim de acompanhar a evolução das políticas de ensino, propondo estratégias para sua execução e propor soluções para as questões educacionais e promover a troca de experiências entre os membros integrantes. É constituído pelo pró-reitor de Ensino; pelos diretores da Pró-Reitoria de Ensino; pelos diretores do Departamento de Ensino dos *Campus*; por representantes do setor pedagógico, da Coordenação de Assistência ao Estudante (CAES), da Coordenação de Registros Escolares (Cores), do Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais (Napne), da biblioteca e pelos Assistentes Sociais.

O Fórum Interno de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação Tecnológica (FIPPI) é um órgão de natureza consultiva para assessoramento do Reitor, Pró-Reitores e Diretores-Gerais dos *Campus* do IFRR, sendo um espaço de interlocução entre todos os gestores que atuam nesta área, tendo como objetivo acompanhar, assessorar e propor políticas de pesquisa, pós-graduação e inovação

tecnológica no âmbito do IFRR, como também tem a finalidade de discutir e direcionar ações para possíveis soluções às questões inerentes ao fomento da pesquisa e inovação tecnológica institucional, além da implementação e acompanhamento das atividades relativas à Pós-graduação. O FIPPI é coordenado pela Propesq e tem a participação dos dirigentes da pesquisa, da pós-graduação e da inovação tecnológica dos *Campus*.

O Fórum Interno de Extensão (FIEEX) é o órgão de natureza consultiva e tem a seguinte constituição: titular da Pró-Reitoria de Extensão, que o presidirá; titular da Diretoria de Extensão e Articulação (DEA); titulares das Diretorias ou Coordenações de Extensão dos *Campus* e representantes das coordenações subordinadas à Pró-Reitoria de Extensão e às Diretorias de Extensão dos *Campus*.

O FIEEX tem o objetivo de reunir todos os setores de extensão dos *campi* do IFRR, para propor ações de extensão que deverá ser desenvolvidas ao longo do ano.

As atribuições do FIEEX são: propor medidas e providências visando à melhoria das ações de extensão; analisar a proposta das ações de extensão e suas alterações; apreciar e dirimir dúvidas sobre as ações de extensão parciais e finais; recomendar sobre os critérios para formalização de convênios de parcerias de cooperação técnico-científica, cultural e de estágio curricular; propor orientação no fluxo dos procedimentos das ações de extensão; recomendar sobre qualquer assunto de ordem extensionista que lhe seja submetido pela Proex ou pelas diretorias/coordenações de extensão dos *campi*; e elaborar os editais de seleção da extensão, quando solicitado.

O Fórum de Administração e Planejamento é o órgão colegiado consultivo que tem a finalidade de colaborar para o desenvolvimento das políticas e ações do IFRR na área de planejamento e administração. O Fórum atua de forma preventiva e corretiva para minimizar os riscos e problemas durante a execução da gestão, tendo também como objetivo colocar em discussão os assuntos mais relevantes quanto a execução da gestão, atuando de forma a estabelecer fluxos de processos, esclarecer e exemplificar normas, repassar informações referentes ao quadro nacional e a adequação quanto aos atos normativos estabelecidos pelo Governo Federal. São tratados assuntos jurídicos, financeiros, orçamentários e administrativos de forma em geral, junto aos Diretores de Administração dos *Campus* do IFRR e à Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional (Prodin) a qual está responsável pelo planejamento do IFRR.

O Fórum Interno de Gestão de Pessoas (Figepe) tem natureza consultiva e atua no acompanhamento e implementação das políticas públicas de gestão de pessoas, bem como na elaboração de normativos, regulamentos, fluxos, manuais, procedimentos, assim como no compartilhamento e esclarecimento de dúvidas relacionadas a legislação de pessoal. Atua também

na promoção da integração com as Coordenações de Gestão de Pessoas dos *Campus*, garantindo aos coordenadores apoio, segurança nas informações e nos procedimentos realizados. Além disso, assessora a Reitora, Pró-Reitores e Diretores-Gerais dos *Campus* do IFRR nos assuntos relacionados a sua área de atuação. É constituído pelo diretor de Gestão de Pessoas da Reitoria, que o presidirá; pelos coordenadores da Diretoria de Gestão de Pessoas (DGP) e pelos coordenadores de Gestão de Pessoas dos *Campus*.

O Comitê Gestor de Tecnologia da Informação (CGTI) é a instância autônoma que possui natureza consultiva e deliberativa. É responsável pelo alinhamento e pela regulação das ações de TI ao disposto no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e no Planejamento Estratégico de Tecnologia da informação (PETI).

Compete ao Comitê Gestor de Tecnologia da Informação: promover o alinhamento das ações de TI às diretrizes estratégicas do IFRR, em conformidade com o PDI e o Plano de Desenvolvimento da Tecnologia da Informação (PDTI) vigentes, visando ao cumprimento das metas estabelecidas; promover e apoiar a priorização de projetos de tecnologia da informação a serem atendidos, para dar suporte às necessidades estratégias de planejamento do IFRR; identificar e implementar oportunidades de melhorias para que a instituição possa se adaptar rapidamente a mudanças de circunstâncias tecnológicas ou de gestão e a novas demandas operacionais; definir critérios para a utilização dos recursos de TI, bem como de projetos não contemplados no PDTI, mas de relevância para o cumprimento das metas estabelecidas para o IFRR; elaborar e atualizar, dentro de períodos definidos ou conforme demanda justificável, o Plano Diretor de TI do IFRR.

A Comissão Própria de Avaliação (CPA) é exigência da Lei n.º 10.861/2004, que instituiu o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes) e se fundamenta na necessidade de promover a melhoria da qualidade da educação, a orientação da expansão da sua oferta, o aumento permanente da sua eficácia institucional, da sua efetividade acadêmica e social e, especialmente, do aprofundamento dos seus compromissos e responsabilidades sociais.

A CPA tem atuação autônoma e amparo legal em relação aos conselhos e demais órgãos colegiados existentes nesta Instituição, de modo que suas atividades consiste em autoavaliar, com base eixos representativos do Sinaes (Planejamento e Avaliação Institucional, Desenvolvimento Institucional, Políticas Acadêmicas, Políticas de Gestão e Infraestrutura), e diagnosticar, com o peso da anuência dos segmentos da Instituição, os possíveis pontos fracos, medianos e fortes que a constitui, e, a partir dessa pesquisa, focalizar os trabalhos, por intermédio dos gestores, com vistas a uma educação de excelência.

São competências da CPA: elaborar e executar o projeto de auto-avaliação do IFRR; conduzir o processo de auto-avaliação da Instituição e encaminhar parecer para tomadas de decisões; sistematizar e analisar as informações do processo de auto-avaliação do IFRR; implementar ações visando à sensibilização da comunidade do IFRR para o processo de avaliação institucional; fomentar a produção e socialização do conhecimento na área de avaliação; disseminar, permanentemente, informações sobre avaliação; avaliar as dinâmicas, procedimentos e mecanismos internos de avaliação já existentes na instituição para subsidiar os novos procedimentos; acompanhar, permanentemente, o Plano de Desenvolvimento Institucional e o Projeto Pedagógico da instituição; e, informar suas atividades ao Conselho Superior, mediante a apresentação de relatórios, pareceres e recomendações.

3.1.4 Ouvidoria

A Ouvidoria do IFRR é um órgão de assessoramento que atende o disposto no Art. 37, §3º, inciso I, da Constituição Federal. A coordenação técnica das atividades da Ouvidoria é realizada pela Ouvidoria-Geral da União, conforme disposto no Decreto n.º 8.910/2016.

Compete à Ouvidoria do IFRR: receber e encaminhar às instâncias competentes as manifestações e as reivindicações das comunidades interna e externa do IFRR; coordenar e supervisionar os trabalhos das Ouvidorias dos *Campus*; informar ao solicitante o encaminhamento adotado em relação a sua solicitação; organizar os mecanismos e canais de acesso dos interessados à Ouvidoria, fazendo uma relação informal e acolhedora; orientar os servidores docentes e não docentes, os alunos e os membros da comunidade externa sobre a melhor forma de encaminhar suas reivindicações, instruí-las, além de acompanhar sua tramitação; contribuir para a resolução de problemas administrativos ou acadêmicos oferecendo alternativas e informações sobre a legislação e as normas internas vigentes; facilitar a tramitação de processos e procedimentos relativos a situações jurídico-administrativas em que não existir ou for insuficiente a atuação dos outros controles administrativos internos ou externos, ou quando se retardem por embaraços processuais; receber críticas, queixas e sugestões sobre procedimentos e práticas inadequadas ou irregulares, atuando no sentido de levar os envolvidos a aperfeiçoá-los e corrigi-los, pela busca dialogada de consenso; encaminhar, direta ou indiretamente, via divulgação de análises e teses, para estudo da administração, propostas de reformulação de normas e de mudanças de procedimentos que lhe pareçam a causa de problemas para cuja solução tenha sido chamada a contribuir; acompanhar a tramitação dos processos de pertinência da Ouvidoria, dando ciência aos interessados acerca das providências tomadas; manter em rigoroso sigilo o nome dos envolvidos, salvo nos casos em que

sua identificação, nos órgãos do IFRR, seja indispensável para a solução do problema e atendimento do interessado, com sua aquiescência; e manter registro, classificação e/ou sistematização das ocorrências, incidentes e soluções de problemas trazidos a sua consideração.

Os atendimentos das manifestações recebidas são realizados por meio dos acessos disponibilizados pela Ouvidoria, tais como o site, sistemas (e-OUV e e-SIC), e-mail, telefone e presencial.

3.2 ATUAÇÃO DA UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA

No Exercício de 2017 a Auditoria Interna do IFRR executou as ações conforme itens a seguir:

a) Indicação do estatuto ou normas que regulam a atuação da auditoria interna.

A atuação da Auditoria Interna do IFRR está regulada pelo Regimento Geral disponível no endereço eletrônico <http://www.ifrr.edu.br/acessoainformacao/arquivos/regimento-geral>.

b) Demonstração dos elementos que caracterizam a independência e objetividade da unidade de auditoria interna:

Conforme Art. 28 do Regimento Geral a Auditoria Interna deve ter o livre acesso a informações, dependências e instalações, bem como a títulos, documentos e valores. Ademais, a Auditoria Interna é vinculada ao Conselho Superior da instituição de acordo com o §3º, Art. 15 do Decreto nº 3.591/2000.

c) Estratégia de atuação em relação à unidade central e às unidades ou subunidades descentralizadas:

Está previsto no parágrafo único do Art. 16 do Regimento Geral do IFRR que a estrutura da Auditoria Interna é composta pela Auditoria Interna Geral e pelas Auditorias Internas dos Campus. Contudo, atualmente a instituição possui somente a Auditoria Interna localizada na Reitoria, a qual realiza ações de controle em todas as unidades gestoras em conformidade com o resultado da respectiva Matriz de Risco do Paint.

d) Demonstração de como a área de auditoria interna está estruturada, de como é feita a escolha do titular, qual o posicionamento da unidade de auditoria na estrutura da unidade:

A Auditoria Interna do IFRR é composta por duas servidoras, sendo que uma delas é a titular do setor. A titular foi indicada pelo Reitor do Exercício de 2010. O nome da titular foi apreciado e aprovado pelo Conselho Superior, bem como submetido e aprovado pela Controladoria-Geral da União de acordo com o §5º, Art. 15 do Decreto nº 3.591/2000.

Conforme Art. 19 do Regimento Geral do IFRR, a Auditoria Interna é vinculada ao Conselho Superior, órgão máximo da instituição.

e) Informações sobre como se certifica de que a alta gerência toma conhecimento das recomendações feitas pela auditoria interna:

Os Relatórios de Auditoria Interna são encaminhados à presidente do Conselho Superior, que também é Reitora do IFRR. Ela toma conhecimento das constatações e das recomendações emitidas.

f) Descrição da sistemática de comunicação à alta gerência, ao conselho de administração e ao comitê de auditoria, quando houver, sobre riscos considerados elevados decorrentes da não implementação das recomendações da auditoria interna pela alta gerência:

Todos os riscos identificados durante os trabalhos da Auditoria Interna são comunicados à presidente do Conselho Superior, por meio do envio dos Relatórios de Auditoria Interna.

Por meio do monitoramento previsto no Art. 17 da Instrução Normativa nº 24/2015 as recomendações não implementadas são apresentadas ao colegiado do Conselho Superior do IFRR.

g) Eventuais adequações na estrutura organizacional da unidade de auditoria, inclusive reposicionamento na estrutura da entidade:

No Exercício de 2017 não houve adequação na estrutura organizacional da Auditoria Interna, tampouco reposicionamento na estrutura do IFRR.

3.2.1 Sobreposição de Carga Horária – Pronatec

Em atendimento ao subitem 9.3 do Acórdão 1006/2016 – TCU – Plenário, a auditoria no Pronatec foi incluído no Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna do Exercício de 2017.

Por meio desta ação de controle, foi possível evidenciar sobreposição de horários de dezoito servidores do IFRR que atuaram no Pronatec no primeiro semestre de 2016. Também foram

constatadas inconsistências dos horários informados por três servidores que prestaram serviços ao programa.

As causas identificadas para a ocorrência dos fatos relatados foi a deficiência e a fragilidade do controle de frequência.

Por esta razão, conforme consignado no Relatório de Auditoria Interna nº 3/2017, foram emitidas as seguintes recomendações:

- Recomendação 1: Apurar a sobreposição indevida dos servidores relacionados no item 4.1 do Relatório de Auditoria Interna nº 3/2017.
- Recomendação 2: Implementar controle de frequência que vise evitar a recorrência da sobreposição de horários dos servidores do IFRR que atuam no Pronatec.
- Recomendação 3: Consignar nas Fichas de Ponto o efetivo horário prestado ao Pronatec.
- Recomendação 4: Realizar apuração de responsabilidade e, se for o caso, providenciar o ressarcimento do valor devido.

Os Processos nº 23231.000314.2017-41 e 23231.000315.2017-95 foram abertos para apuração de responsabilidade.

3.3 ATIVIDADES DE CORREIÇÃO E PAURAÇÃO DE ILÍCITOS ADMINISTRATIVOS

No Exercício de 2017, na Reitoria foi aberto um processo para apuração de responsabilidade de servidor em descumprimento a determinação de chefia imediata, bem como foram reinstaurados processos para análise de acumulação ilegal de cargos, que ainda estão em fase de apuração.

Nas demais unidades do IFRR não houve necessidade de apurar ilícitos cometidos por servidores.

Com relação ao registro de informações de processos administrativos disciplinares, no Exercício de 2017 o colegiado do Conselho Superior aprovou a Política de Uso do Sistema de Gestão de Processos Administrativos Disciplinares (CGU/PAD). De acordo com o Art. 5º da Resolução nº 313/CONSELHO SUPERIOR, de 8 de novembro de 2017:

Para fins de registro das informações no Sistema CGU-PAD, o Usuário Cadastrador deverá ser:

- I- A comissão Processante, para registro dos atos descritos nos incisos I a VI do art. 3º desta política.
- II- A autoridade instauradora, ou pessoa por esta autorizada, para registro dos atos descritos nos incisos VII a XI do art. 3º desta Política.

A Diretoria de Gestão de Pessoas (DGP) não está realizando o efetivo acompanhamento e monitoramento de todos os processos administrativos pertinentes no CGU-PAD, desse modo, o registro das informações no sistema ainda não está ocorrendo no prazo estabelecido no Art. 1º, §3º

da Portaria CGU nº 1.043, de 24 de julho de 2007, sendo necessário capacitar os usuários do sistema.

3.4 GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS

Em 2015, o IFRR implantou o Sistema Unificado de Administração Pública (Suap), de forma a integrar o planejamento e o orçamento, além de aprimorar o controle da execução das ações para cumprimento de objetivos. Porém, cada área estratégica busca utilizar mecanismos próprios para identificar, evitar e corrigir falhas e irregularidades. Portanto, esses mecanismos são desenvolvidos por área estratégica: ensino, pesquisa e extensão – área fim; desenvolvimento institucional, administração e gestão de pessoas – área meio. Essas áreas atuam de forma sistêmica e estabelecem estratégias para a execução das ações nos *campi*.

Nesse sentido, os controles internos administrativos são estabelecidos por áreas e auxiliam no cumprimento dos objetivos do IFRR, porém necessitam de sistematização para identificar riscos que possam comprometer o alcance de objetivos. Ainda não há um sistema de avaliação de riscos específicos nem uma matriz de risco para identificar, evitar e corrigir falhas e irregularidades de forma tempestiva.

Por meio da Portaria nº 654/GR, de 20 de abril, foi formada uma comissão responsável pela elaboração da Política de Controle Interno, Gestão de Riscos e Governanças do IFRR. Com a conclusão dos trabalhos da comissão foi aberto o Processo Administrativo nº 23231.000321.2017-42 para envio ao Consup do trabalho realizado para aprovação pelo conselho. No entanto, ainda não houve a apreciação dos autos e, por isso, não há um sistema de avaliação de riscos específicos, nem uma matriz de risco para identificar, evitar e corrigir falhas e irregularidades de forma tempestiva.

Após a aprovação da Política de Controle Interno, Gestão de Riscos e Governanças do IFRR, o próximo passo é a criação de um comitê dentro da Instituição que seja responsável pela gestão dos riscos e dos controles internos, assim como da elaboração do Plano de Gerenciamento de Riscos, com previsão para o exercício de 2018.

Enquanto isso, a gestão de riscos e do controle interno no IFRR é realizada exclusivamente pelos responsáveis pelas áreas estratégicas.

4 ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO

4.1 GESTÃO DE PESSOAS

Esta sessão tem por finalidade informar sobre a estrutura de pessoal do Instituto Federal de Roraima, tanto de forma quantitativa como de forma qualitativa, possibilitando a avaliação de sua suficiência para o cumprimento da missão institucional.

4.1.1 Estrutura de Pessoal da Unidade

O quadro 91 objetiva a demonstração da distribuição da força de trabalho do IFRR, confrontando a lotação autorizada com a efetiva e evidenciando os servidores entrantes e os egressos do exercício, os servidores de carreira, os de contratos temporários e aqueles sem vínculo com a administração.

Quadro 95 – Força de Trabalho do IFRR em 2017

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	714	670	27	8
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	714	670	27	8
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	713	669	27	7
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	0	0	0	0
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	0	0	0	0
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	1*	1*	0	1
2. Servidores com Contratos Temporários	20	20	13	15
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	5**	5**	1	1
4. Total de Servidores (1+2+3)	739	695	41	24

Fonte: DGP/CCAD/SIAPE

Obs:

* Trata-se das servidoras cedidas pela Eletrobrás.

** Trata-se dos servidores Valdenir Silveira Lopes (Siape:707120), Daniel Oliveira Nóbrega (Siape:1251940), Arnobio Gustavo Queiroz de Magalhaes (Siape:6706036), Reginaldo de Lima Pereira (Siape: 4109760) e Maristela Bortolon de Matos (Siape: 6705817).

Observa-se que a força de trabalho do IFRR, é composta por servidores de duas carreiras distintas, com atividades específicas, a saber: Professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (Docentes) e Técnico Administrativo em Educação (TAE). Atualmente o quantitativo de servidores do IFRR é regulamentada pelos Decretos n.º 7.311/2010 e 7.312/2010, os quais dispõe sobre os quantitativos de lotação dos cargos integrantes do Plano de Carreira dos Cargos Técnicos

Administrativos em Educação e sobre o Banco de Professor-Equivalente (BPEq) de educação básica, técnica e tecnológica dos Institutos Federais vinculados ao Ministério da Educação.

A carreira docente (área fim) é regida pela Lei nº 12.772/2012 e abrange todos os professores que atuam na instituição, no ensino básico, técnico e superior; e a carreira TAE (área meio) é regida pela Lei nº 11.091/2005, sendo composta por diversos cargos distribuídos por nível de escolaridade, sendo classificados como: A, B, C, D e E, nos níveis fundamental incompleto, fundamental completo, ensino médio e superior, respectivamente.

Quadro 96 – Distribuição da Lotação Efetiva

Tipologias dos Cargos	Lotação Efetiva	
	Área Meio	Área Fim
1. Servidores de Carreira (1.1)	377	293
1.1. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	337	293
1.1.2. Servidores de carreira vinculada ao órgão	376	293
1.1.3. Servidores de carreira em exercício descentralizado	0	0
1.1.4. Servidores de carreira em exercício provisório	0	0
1.1.5. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	1*	0
2. Servidores com Contratos Temporários	0	20
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	2**	3***
4. Total de Servidores (1+2+3)	379	316

Fonte: DGP/Siape

Obs:

* Trata-se das servidoras cedidas pela da Eletrobrás.

** Se refere aos servidores Valdenir Silveira Lopes (Siape:707120) e Daniel Oliveira Nóbrega (Siape:1251940)

*** Se refere aos professores Arnóbio Gustavo Queiroz de Magalhaes (Siape:6706036), Reginaldo de Lima Pereira (Siape: 4109760) e Maristela Bortolon de Matos (Siape: 6705817).

No quadro 92 observa-se que do total de servidores da instituição 54,10% estão lotados na área meio e 45,46% estão lotado na área fim. Em relação ao quantitativo de servidores da carreira de Técnicos Administrativos em Educação (área meio), verifica-se que o quantitativo ainda não é suficiente para atendimento das necessidades, frente ao processo de consolidação e estruturação das unidades da instituição.

Do mesmo modo, a instituição considera que o quantitativo de servidores da carreira de Professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (área fim), até o final de 2017, atende parcialmente suas necessidades. Considerando, dentre outros fatores, a dinâmica interna das unidades e o planejamento institucional, observa-se que será necessário um aumento no quantitativo de docentes, até o início de 2019, avançando para próximo do limite de vagas estabelecidos pelo MEC.

No entanto, destacamos que apenas 3, 74% (três virgula setenta e quatro por cento) do total da mão-de-obra do IFRR é composta por vínculos não-efetivos. Nesse sentido, importa destacar que a quase totalidade dos servidores sem vínculo efetivo com o IFRR refere-se a contratos

temporários de professores substitutos, contratados conforme disposição na Lei 8.745/1993 e nas hipóteses elencadas no Decreto n.º 7.485/2011, para suprir os afastamentos de professores efetivos, garantindo assim a continuidade da atividade fim desta Instituição. O percentual máximo de contratação de docentes do quadro temporário é de 20% (vinte por cento) do total de professores efetivos da instituição. Atualmente, não existe a possibilidade de contratação temporária para suprir eventuais afastamentos de técnicos administrativos, o que representa fator crítico para a instituição no caso de afastamentos, licenças e outras condições que impliquem na redução temporária da força de trabalho dessa categoria, fator que pode trazer prejuízo à instituição enquanto perdurarem determinadas ausências desses profissionais.

Quadro 97 – Detalhamento da Estrutura de Cargos em Comissão e Funções Gratificadas da UPC

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão	47	47	11	13
1.1. Cargos Natureza Especial	0	0	0	0
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	47	47	11	13
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	43	43	1	1
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	0	0	0
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	1	1	0	0
1.2.4. Sem Vínculo	0	0	0	0
1.2.5. Aposentados	3	3	2	1
2. Funções Gratificadas	157	137	65	68
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	137	137	0	0
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	0	0	0
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas	1	1	0	0
3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)	204	184	76	81

Fonte: DGP/Siape

4.1.2 Demonstrativo das Despesas com Pessoal

Ainda sobre a força de trabalho do IFRR, verificamos que esta passou por uma renovação significativa, conforme o quadro abaixo.

Quadro 98 – Demonstrativo das Despesas com Pessoal

Tipologias/ Exercícios		Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis					Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total	
			Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários				Demais Despesas Variáveis
Membros de poder e agentes políticos											
Exercícios	2016	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	2015	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Servidores de carreira vinculados ao órgão da unidade											
Exercícios	2017	36.560.822,91	3.703.712,94	7.653.413,25	21.317.071,83	5.358.026,26	820.109,26	558.232,88	215.511,71	166.453,73	76.353.354,77
	2016	32.083.164,26*	3.402.763,71	7.067.133,76	19.216.892,35	5.136.640,45	897.310,52	566.030,79	589.322,83	174.332,31	69.133.590,98
Servidores de carreira SEM VÍNCULO com o órgão da unidade											
Exercícios	2017	0	45.204,84	3.767,07	1.267,86	273,81	0	0	0	0	50.513,58
	2016	0	216.170,93	18.937,28	6.355,98	12.120,00	0	1.597,40	225,95	0	255.407,54
Servidores SEM VÍNCULO com a administração pública (exceto temporários)											
Exercícios	2016	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	2015	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Servidores cedidos com ônus											
Exercícios	2017	238.404,21	0	37.680,27	69.440,11	30.104,54	11.512,23	2.764,86	0	20.859,48	410.765,70
	2016	207.885,15	0	24.314,35	97.615,49	21.290,00	24.471,40	3.035,71	0	28.989,99	407.602,09
Servidores com contrato temporário											
Exercícios	2017	793.735,81	0	69.964,15	61.068,98	162.178,28	0	0	0	0	1.086.947,22
	2016	959.331,50	0	94.704,97	61.995,10	171.948,42	0	0	0	0	1.287.979,99

Fonte: DGP/CPAG/SIAPE

* O valor referente ao campo vencimentos e vantagens fixas do ano 2016 foi corrigido, pois após análise foi observado que foi utilizado para cálculo o item aposentados do DDP e que o mesmo não pertence à descrição do campo mencionado anteriormente. Com isso, o valor total com a somatória de todos os campos foi novamente somado e corrigido.

Em relação ao quadro de despesas com pessoal verificamos que houve um aumento em relação ao exercício 2016. Pode-se afirmar que esse aumento se deu em virtude do ingresso de novos servidores da carreira vinculados ao órgão e também um aumento no valor do vencimento básico dos servidores, considerando a concessão de progressões, adicionais e incentivos. Quanto aos servidores de carreira sem vínculo com o órgão obtivemos o aumento de mais um servidor no exercício de funções e cargos de direção sem vínculo com a instituição, em relação a 2016.

Já em relação as despesas com servidores cedidos com ônus, houve um pequeno aumento da despesa em decorrência, possivelmente, do aumento no valor do vencimento básico dos servidores, considerando a concessão de progressões, adicionais e incentivos, em relação a 2016. Quanto aos servidores com contrato temporário verifica-se uma redução no número de contratações, implicando numa redução de gastos dessa natureza.

4.1.3 Gestão de Riscos Relacionados a Pessoal

A instituição ainda não aplica formalmente a ferramenta gerencial da gestão de riscos. No entanto, em 2017 foi elaborada a política de gestão de riscos do IFRR, mas a mesma aguarda aprovação do Conselho Superior. Na área de gestão de pessoas, poderíamos listar como possível risco, o grande número de servidores que respondem à processo administrativo disciplinar em decorrências de acúmulos de cargos públicos, o que pode acarretar demissão de servidores, ocasionando assim uma descontinuidade na prestação de serviço à sociedade, até que se consiga repor essa força de trabalho. A Diretoria de Gestão de Pessoas tem orientado aos servidores sobre quais condições é possível o acúmulo de cargos públicos sem incorrer em ilegalidade. Também foi designada uma comissão, ainda trabalhando, para atender recomendação do TCU quanto a elaboração de Manual de regime disciplinar sobre acúmulo de cargos, bem como reformular a declaração utilizada na instituição para esta finalidade.

4.1.4 Contratação de Pessoal de Apoio e de Estagiários

4.1.4.1 Contratação de Mão de Obra para Atividades não Abrangidas pelo Plano de Cargos (Regular)

Os quadros a seguir compreendem os contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra firmados pelo IFRR e em vigência no exercício de 2017.

Quadro 99 – Contratos de Prestação de Serviços não Abrangidos pelo Plano de Cargos do IFRR na Reitoria

Unidade Contratante						
Nome: Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Roraima - Reitoria						
UG: 158152 CNPJ: 10.839.508/0001-31						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
2016	Limpeza e conservação	02.043.066/0001-94	17/08/16	17/08/18	Ensino Fundamental	P
2016	Vigilância Armada	15.615.817/0002-22	21/03/16	21/03/18	Ensino médio	P
2014	Motorista	02.043.066/0001-94	18/02/14	18/02/18	Ensino médio	P

Fonte: Gestão de Contratos da Reitoria/ Dirad – Diretoria de Administração IFRR

Quadro 100 - Contratos de Prestação de Serviços não Abrangidos pelo Plano de Cargos do IFRR no Campus Boa Vista

Unidade Contratante						
Nome: IFRR – CAMPUS BOA VISTA						
UG: 158350 CNPJ: 10.839.508/0002-12						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
2014	Vigilância Armada e Desarmada Campus Boa Vista e CAB	17.428.731/0171-00	07/12/2017	07/12/2018	Ensino Médio Completo	P
2014	Mão de obra Motorista Campus Boa Vista e CAB	02.043.066/0001-94	14/08/2017	14/08/2018	Ensino Médio Completo	P
2017	Limpeza e Conservação Campus Boa Vista	05.672.841/0001-69	02/01/2018	02/01/2019	Ensino Fundamental Incompleto	A
2017	Contratação de Mão de Obra de APOIO ADMINISTRATIVO e de MANUTENÇÃO PREDIAL	02.043.066/0001-94	04/04/2017	04/04/2018	Ensino Médio Completo E Técnico Completo	A

Fonte: DAPLAN/CBV

Quadro 101 - Contratos de Prestação de Serviços não Abrangidos pelo Plano de Cargos do IFRR no Campus Novo Paraíso

Unidade Contratante						
Nome: IFRR – CAMPUS NOVO PARAISO						
UG: 158351 CNPJ: 10.839.508/0003-01						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
2014	Prestação de serviços terceirizado de condução de veículos oficiais (motoristas)	02.043.066/0001-94	24/08/2014	23/08/2018	Ens. Fundamental Completo	P
2017	Prestação de serviços terceirizados para fornecimento de mão de obra de apoio administrativo e de manutenção predial.	02.043.066/0001-94	27/04/2017	26/04/2018	Ensino Médio Completo	A
2016	Limpeza, Higienização e Conservação Predial.	34.807.537/0001-80	14.10.2016	03/07/2017	Ensino Fundamental	E
2017	Limpeza, Higienização e Conservação Predial.	17.698.037/0001-59	02/08/2017	01/08/2018	Ensino Fundamental	A
2016	Vigilância Patrimonial Armada	15.615.817/0002-22	18/10/2016	17/04/2017	Ensino Médio	E
2017	Vigilância Patrimonial Armada	17.428.731/0171-00	06/07/2017	05/07/2018	Ensino Médio	A

Fonte: DAP/CNP

Quadro 102 – Contratos de Prestação de Serviços não Abrangidos pelo Plano de Cargos do IFRR no Campus Amajari

Unidade Contratante						
Nome: IFRR – CAMPUS AMAJARI						
UG: 158510 CNPJ: 10.839.508/0004-84						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
2017	Apoio Administrativo e Manutenção Predial	10.176.265/0001-07	01/02/2017	01/02/2019	Nível médio	A
2017	Contratação de pessoa jurídica especializada na prestação dos serviços de Vigilância Armada, nos períodos diurno e noturno.	02.043.066/0001-94	05/06/2016	05/12/2017	Nível médio	E
2016	Contratação de pessoa jurídica especializada na prestação dos serviços de limpeza, conservação e higienização.	05.672.841/0001-69	02/06/2016	02/06/2018	Nível médio	P
2016	Serviços Terceirizados de condução de veículos oficiais (Motorista).	02.043.066/0001-94	22/08/2016	22/08/2018		
2017	Manutenção de centrais	17.845.194/0001-29	12/01/2017	12/01/2018	Nível médio	A

Fonte: DAP/CAM

Quadro 103 - Contratos de Prestação de Serviços não Abrangidos pelo Plano de Cargos do IFRR no *Campus* Boa Vista Zona Oeste

Unidade Contratante						
Nome: IFRR - <i>CAMPUS</i> BOA VISTA ZONA OESTE						
UG: 158352 CNPJ: 10.839.508/0005-65						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
2014	Serviços Terceirizados de condução de veículos oficiais (Motorista).	02.043.066/0001-94	15/09/14	15/09/17	Ensino médio completo	E
2016	Contratação de pessoa jurídica especializada na prestação dos serviços de Vigilância Armada, nos períodos diurno e noturno.	15.615.817/0002-22	07/03/16	07/03/17	Ensino médio completo	P
2016	Contratação de pessoa jurídica especializada na prestação dos serviços de limpeza, conservação e higienização.	02.043.066/0001-94	01/12/16	03/08/17	Ensino fundamental	E
2017	Serviços Terceirizados de condução de veículos oficiais (Motorista).	02.043.066/0001-94	04/09/17	04/09/18	Ensino fundamental	A

Fonte: DAP – *Campus* Boa Vista Zona Oeste.

Sit.: Situação do contrato, que pode ser: Ativo Normal (A), Ativo Prorrogado (P) ou Encerrado (E).

4.1.4.2 Contratação de Estagiários

Durante o exercício de 2017, não houve contratação de estagiários nos moldes da Orientação Normativa n.º 2, de 24 de junho de 2016, da Secretaria de Gestão de Pessoas e Relações do Trabalho do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

4.1.5 Contratação de Consultores com Base em Projetos de Cooperação Técnica com Organismos Internacionais

Durante o exercício 2017, não houve contratação de consultores com base em projetos de cooperação técnica com organismos internacionais.

4.2 GESTÃO DO PATRIMÔNIO E INFRAESTRUTURA

Essa seção visa evidenciar a forma como o IFRR gerencia sua frota de veículos automotores, suas obras e os bens imóveis sob sua responsabilidade, tanto de propriedade da União quanto os locados de terceiros.

4.2.1 Gestão da Frota de Veículos

4.2.1.1 Legislação que Regula a Constituição e a Forma de Utilização da Frota de Veículos

A frota de veículos do IFRR é regulada pela Instrução Normativa n.º 03/2008, de 15 maio de 2008, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), que dispõe sobre a classificação, a utilização, a especificação, a identificação, a aquisição e a alienação de veículos oficiais e dá outras providências.

Para a utilização dos veículos oficiais no IFRR, é seguida a Resolução n.º 075 do Conselho Superior, de 13 de abril de 2012, que regula as atividades de transporte no âmbito do IFRR. Os condutores dos veículos são profissionais habilitados contratados para esse fim ou, em caso de necessidade, servidores que possuem portaria específica de autorização dada pela unidade onde estão lotados. Esses têm seu deslocamento registrado por meio de requisição, cujo objetivo é ter um controle mais eficiente da frota. A Resolução n.º 075 do Conselho Superior dispõe ainda sobre os procedimentos para a aquisição de novos veículos e apresenta a fundamentação para o leilão de veículos do IFRR.

No Instituto Federal de Roraima, a Assessoria de Mobilidade e Frota é o setor responsável pelo controle e gestão dos veículos. O controle é realizado por meio de formulários específicos, nos

quais se registram os gastos com combustível, manutenção e conservação (lavagem). O planejamento de viagens é agendado no formulário de requisição de transporte. Em cada *campus*, há um setor responsável pela frota de veículos.

4.2.1.2 Importância e Impacto da Frota de Veículos sobre as Atividades do IFRR

O acompanhamento das atividades que envolvem os veículos, motoristas e dados sobre as viagens, através dos Km rodados e o planejamento das rotas ajudam a reduzir custos, melhorar o nível de serviço de atendimento, aprimorar o planejamento e criar novas ações.

Além disso, o planejamento e o monitoramento fornecem todas as informações importantes para que o gestor possa ter uma base sólida e assertiva sobre suas operações, de forma a facilitar e auxiliar no processo de tomada de decisão, definição de estratégias, otimização de processos, implementação de melhorias e análise dos resultados. Sem os serviços prestados pelo setor logístico, as ações fim não poderiam ser prestadas eficientemente.

A importância da frota de veículos se torna ainda mais latente quando nos voltamos para os *campi* que estão localizados nos interiores do estado de Roraima (Amajari, Bonfim, Caracará e Novo Paraíso), pois grande parte de suas atividades, tanto pedagógico como administrativa, estão ligadas a capital, necessitando de transporte para atender esta demanda institucional. Enfatizamos ainda, o fato de que esses *campi* atendem a mais de um município (como exemplo, o *Campus* Amajari atende os municípios de Pacaraima, Uiramutã, entre outros), o que demanda muita logística.

Na área pedagógica observa-se que os professores e os técnicos conseguem articular aula práticas em outros municípios, fazendo visitas técnicas e levando alunos para participarem de palestras, reuniões e outras atividades, bem como atender aos diversos polos dos cursos de Ensino à Distância, tudo isso com o auxílio da frota da Instituição. Algumas atividades, dependendo da quantidade de pessoas a serem deslocadas ou serviço a serem realizados, necessitam de veículos específicos tais como: ônibus, micro-ônibus, van ou caminhão baú.

Na área administrativa os veículos também são de fundamental importância, pois os mesmos são constantemente utilizados para transladar servidores para participarem de reuniões ou demais eventos quer sejam realizados na capital ou nos municípios do estado de Roraima, podendo ocorrer inclusive em outros estados da federação, por vezes prestando colaboração a outros Institutos.

4.2.1.3 Quantidade de Veículos em Uso ou na Responsabilidade da UPC

A tabela a seguir apresentará a média anual de quilômetros rodados por grupo e por unidade.

Quadro 104 – Média de Km Rodado

REITORIA					
MARCA MODELO	ANO FAB.	ANO MOD.	PLACA	GRUPO	MÉDIA ANUAL/KM
MMC/PAJARO HD	2010	2010	NAX 2772	II	3.670
FORD/FIESTA SEDAN/1.6 FLEX	2009	2010	NAV 0409	IV/A	
FORD/FIESTA SEDAN/1.6 FLEX	2009	2010	NAV 0419		
FORD RANGER XL 13P	2010	2011	NAO 7403	IV/B-1	13,030
NISSAN FRONTIER	2013	2014	NAX 7539		
MMC/L200 TRITON GL S D	2014	2015	NAX 3604		
MMC/L200 TRITON GL S D	2014	2015	NAY 6708		
MMC/L200 TRITON GL S D	2014	2015	NAY 6788		
MMC/L200 TRITON GL S D	2014	2015	NAY 6878		
MERCEDES-BENZ CAMINHÃO ATEGO 1725	2011	2011	JDX 0056	IV/B-2	1.173
CAMPUS AMAJARI					
MARCA MODELO	ANO - FAB.	ANO - MOD.	PLACA	GRUPO	MÉDIA ANUAL/KM
IMP/GM D-20 CUSTOM S	1995	1995	NAJ3638	IV/B-1	23.233
I/FORD RANGER XL 13P	2008	2008	HJW6149		
I/FORD RANGER XL 13P	2008	2008	HJW6151		
NISSAN/FRONTIER S 4X4	2013	2014	NAP 3086		
MMC/L200 TRITON GLS D	2014	2015	NAX3564		
MMC/L200 TRITON GLS D	2014	2015	NAX 3584		
MMC/L200 TRITON GLS D	2014	2015	NAZ4038		
MMC/L200 TRITON GLS D	2014	2015	NAZ4048		
CAMINHÃO AGRALE/8700	2013	2013	NAS3628	IV/B-2	10.514
VAN MINIBUS	2013	2014	HUH2339	IV/D	12.076
MICRO ÔNIBUS MARCOPOLO/VOLARE WB ESC	2013	2013	NAQ 6293		
MICRO ÔNIBUS AGRALE/COMIL PIA O	2009	2009	NAW 7966		
MÁQUINAS AGRÍCOLAS	ANO - FAB.	ANO - MOD.	TOMBA-MENTO	GRUPO	HORAS TRABALHADAS
TRATOR AGRALE BX 6150 CH	2013	2013	4098	IV/F	337,25
TRATOR AGRALEBX 6150 CH	2013	2013	4100		
TRATOR MASSEY FERGUSON MF 250	2013	2013	4102		
TRATOR AGRALE 4100 HSE	2013	2013	4099		
TRATOR MUTICULTIVADOS YANMAR14CV 2400RPM MOD.TC14S	2013	2013	003879		
CAMPUS BOA VISTA					
MARCA MODELO	ANO FAB.	ANO MOD.	PLACA	GRUPO	MÉDIA ANUAL/KM
FORD/FIESTA SEDAN 1.6 FLEX	2009	2010	NAV 0449	IV/A	3.093
VW/GOL 1000	1995	1995	NAJ 1035		
MMC/L200 SPORT 4X4 GLS	2006	2007	NAR 3381	IV/B-1	57,464
I/FORD/RANGER XL 13P	2008	2009	HJW 6152		

CAMPUS BOA VISTA					
MARCA MODELO	ANO FAB.	ANO MOD.	PLACA	GRUPO	MÉDIA ANUAL/KM
MMC/L200 TRITON GLS D	2014	2015	NAX 0997		
MMC/L200 TRITON GLS D	2014	2015	NAX 1017		
FORD/CARGO 816 S	2012	2013	NAN 1082	IV/B-2	12,905
FIAT/DUCATO MINIBUS	2011	2012	HMW 8918		
MARCOPOLO/VOLARE A8ON	2001	2001	NAL 8903		
VW/MPOLO VIAGGIO GVR	1997	1998	NAJ 2741	IV-D	30,486
VW/COMIL VERSATILE I	2010	2010	NAM 8807		
VOLVO/MASCA ROMA ON	2014	2015	NAO 4902		
CAMPUS BOA VISTA ZONA OESTE					
MARCA MODELO	ANO FAB.	ANO MOD.	PLACA	GRUPO	MÉDIA ANUAL/KM
MMC /L200 /TRITON GLS D	2014	2015	NAX 3574	IV/B-1	7.500
CAMPUS AVANÇADO BONFIM					
MARCA MODELO	ANO FAB.	ANO MOD.	PLACA	GRUPO	MÉDIA ANUAL/KM
MMC /L200 /TRITON GLS D	2014	2015	NAX 3594	IV/B-1	29.887
FORD RANGER XL 13P	2008	2009	HJW 6148		
FIAT/UNO MILLE SX	1996	1997	NAJ 4047	IV/A	6.712
CAMPUS NOVO PARAÍSO					
MARCA MODELO	ANO FAB.	ANO MOD.	PLACA	GRUPO	MÉDIA ANUAL/KM
Ford Ranger XL 13P	2008	2009	HJW 6154		
Nisan/FRONTIER S 4X4	2013	2014	NAP 3096		
MMC/L 200 Triton GLS D	2014	2015	NAZ 3988	IV/B-1	26.583,6
MMC/L 200 Triton GLS D	2014	2015	NAZ 0927		
MMC/L 200 Esport 4X4 GLS	2006	2007	NAR 3391		
Toyota Bandeirante	1993	1993	JFO 7914	IV/A	2.158
Agrale/ 8500 TCA	2009	2009	NAX 2857	IV/ B-2	6.584
Honda/CG 125 TITAN	1995	1995	NAJ 0717	IV/ E-1	-
Agrale/Comil PIA O	2009	2009	NAW 7976		
Ônibus	2014	2015	NÃO 4912	IV/ D	41.727,50

Fonte: Assessoria de Mobilidade e Frota, Coordenação de Transporte – CAM, Coordenação de Transporte do CBV, Coordenação de Transporte e Manutenção – IFRR/CBVZO, Departamento de Administração e Planejamento Bonfim e Coordenação de Transporte – CNP

A seguir é descrito, no quadro abaixo, a idade média por grupo nas unidades de ensino do IFRR.

Quadro 105 – Idade Média da Frota em Anos

REITORIA					
MARCA MODELO	ANO FAB.	ANO MOD.	PLACA	GRUPO	IDADE MÉDIA
FORD/FIESTA SEDAN/1.6 FLEX	2009	2010	NAV 0409	IV/A	8,66
FORD/FIESTA SEDAN/1.6 FLEX	2009	2010	NAV 0419		
MMC/PAJARO HD	2010	2010	NAX 2772		
FORD RANGER XL 13P	2008	2009	HJW 6148	IV/B-1	4,83
FORD RANGER XL 13P	2010	2011	NAO 7403		
NISSAN FRONTIER	2013	2014	NAX 7539		
MMC/L200 TRITON GL S D	2014	2015	NAX 3604		
MMC/L200 TRITON GL S D	2014	2015	NAY 6708		
MMC/L200 TRITON GL S D	2014	2015	NAY 6788		
MMC/L200 TRITON GL S D	2014	2015	NAY 6878		
MERCEDES-BENZ CAMINHÃO ATEGO 1725	2011	2011	JDX 0056	IV/B-2	07
CAMPUS AMAJARI					
MARCA MODELO	ANO FAB.	ANO MOD.	PLACA	GRUPO	IDADE MÉDIA
IMP/GM D-20 CUSTOM S	1995	1995	NAJ3638	IV/B-1	7,5
I/FORD RANGER XL 13P	2008	2008	HJW6149		
I/FORD RANGER XL 13P	2008	2008	HJW6151		
NISSAN/FRONTIER S 4X4	2013	2014	NAP 3086		
MMC/L200 TRITON GLS D	2014	2015	NAX3564		
MMC/L200 TRITON GLS D	2014	2015	NAX 3584		
MMC/L200 TRITON GLS D	2014	2015	NAZ4038		
MMC/L200 TRITON GLS D	2014	2015	NAZ4048		
CAMINHÃO AGRALE/8700	2013	2013	NAS3628	IV/B-2	05
VAN MINIBUS	2013	2014	HUH2339	IV/D	6,3
MICRO ÔNIBUS MARCOPOLO/VOLARE WB ESC	2013	2013	NAQ 6293		
MICRO ÔNIBUS AGRALE/COMIL PIA O	2009	2009	NAW 7966		
MÁQUINAS AGRÍCOLAS	ANO FAB.	ANO MOD.	TOMBAMENTO	GRUPO	IDADE MÉDIA
TRATOR AGRALE BX 6150 CH	2013	2013	4098	IV/F	05
TRATOR AGRALE BX 6150 CH	2013	2013	4100		
TRATOR MASSEY FERGUSON MF 250	2013	2013	4102		
TRATOR AGRALE 4100 HSE	2013	2013	4099		
TRATOR MUTICULTIVADOS YANMAR14CV 2400RPM MOD.TC14S	2013	2013	003879		
CAMPUS BOA VISTA					
MARCA MODELO	ANO FAB.	ANO MOD.	PLACA	GRUPO	IDADE MÉDIA
FORD/FIESTA SEDAN 1.6 FLEX	2009	2010	NAV 0449	IV/A	15
VW/GOL 1000	1995	1995	NAJ 1035		

CAMPUS BOA VISTA					
MARCA MODELO	ANO FAB.	ANO MOD.	PLACA	GRUPO	IDADE MÉDIA
MMC/L200 SPORT 4X4 GLS	2006	2007	NAR 3381	IV/B-1	6,5
I/FORD/RANGER XL 13P	2008	2009	HJW 6152		
MMC/L200 TRITON GLS D	2014	2015	NAX 0997		
MMC/L200 TRITON GLS D	2014	2015	NAX 1017		
FORD/CARGO 816 S	2012	2013	NAN 1082	IV/B-2	5
FIAT/DUCATO MINIBUS	2011	2012	HMW 8918	IV-D	10,4
MARCOPOLO/VOLARE A8 ON	2001	2001	NAL 8903		
VW/MPOLO VIAGGIO GVR	1997	1998	NAJ 2741		
VW/COMIL VERSATILE I	2010	2010	NAM 8807		
VOLVO/MASCA ROMA ON	2014	2015	NAO 4902		
CAMPUS BOA VISTA ZONA OESTE					
MARCA MODELO	ANO FAB.	ANO MOD.	PLACA	GRUPO	IDADE MÉDIA
MMC /L200 /TRITON GLS D	2014	2015	NAX 3574	IV/B-1	4
CAMPUS AVANÇADO BONFIM					
MARCA MODELO	ANO FAB.	ANO MOD.	PLACA	GRUPO	IDADE MÉDIA
MMC /L200 /TRITON GLS D	2014	2015	NAX 3594	IV/B-1	7
FORD RANGER XL 13P	2008	2009	HJW 6148		
FIAT/UNO MILLE SX	1996	1997	NAJ 4047	IV/A	21
CAMPUS NOVO PARAÍSO					
MARCA MODELO	ANO FAB.	ANO MOD.	PLACA	GRUPO	IDADE MÉDIA
Ford Ranger XL 13P	2008	2009	HJW 6154	IV/B-1	07
Nisan/FRONTIER S 4X4	2013	2014	NAP 3096		
MMC/L 200 Triton GLS D	2014	2015	NAZ 3988		
MMC/L 200 Triton GLS D	2014	2015	NAZ 0927		
MMC/L 200 Sport 4X4 GLS	2006	2007	NAR 3391	IV/A	25
Toyota Bandeirante	1993	1993	JFO 7914		
Agrale/ 8500 TCA-Caminhão	2009	2009	NAX 2857	IV/ B-2	9
Honda/CG 125 TITAN	1995	1995	NAJ 0717	IV/ E-1	23
Agrale/Comil PIA Micro-ônibus	2009	2009	NAW 7976	IV/ D	6,5
Ônibus	2014	2015	NÃO 4912		

Fonte: Assessoria de Mobilidade e Frota, Coordenação de Transporte – CAM, Coordenação de Transporte do CBV, Coordenação de Transporte e Manutenção – IFRR/CBVZO, Departamento de Administração e Planejamento Bonfim e Coordenação de Transporte – CNP

O quadro a seguir detalha os custos associados à manutenção da frota de veículos no exercício de 2017 pelo IFRR.

Quadro 106 – Despesas com Manutenção da Frota em R\$

Despesas com Manutenção	Unidade						Total
	Reitoria	Campus Amajari	Campus Boa Vista	Campus Boa Vista Zona Oeste	Campus Novo Paraíso	Campus Avançado Bonfim	
Óleo Diesel	35.491,79	108.725,77	54.059,01	18.564,68	131.076,43	22.244,74	370.162,42
Gasolina	3.280,41	432,30	3.877,26	-	609,91	1.088,04	9.287,92
Arla		-	1.956,00		635,00		2.591,00
Manutenção	4.186,73	-	12.022,60	-	4.283,00	3058,99	23.551,32
Filtros e lubrificantes	12.559,84	7.445,00	12.383,93	1.066,82	15.778,18	342,42	49.576,19
Serviços/oficina	29.561,28	20.000,00	5.720,06	206,00	76.564,24	3865,75	135.917,33
Licenciamento e seguro obrigatório	1.665,19	1.633,29	2.240,59	137,61	796,84	0,00	6.473,52
Total	86.745,24	138.236,36	92.259,45	19.975,11	229.743,60	30.599,94	597.559,70

Fonte: Assessoria de Mobilidade e Frota e Coordenações de Transporte dos *Campi*

4.2.1.4 Plano de Substituição da Frota

O IFRR elabora o plano de substituição anual da frota de acordo com o Plano Anual de Aquisição de Veículos - PAAV, que contém as especificações contidas no Plano de Sistema de Serviços Gerais (SISG) obedecendo às normas do Serviço Público Federal, onde se especifica a marca, tipo, modelo, combustível, grupo ao qual o veículo pertence como também às quantidades e os valores estimados dos mesmos.

4.2.1.5 Razões de Escolha da Aquisição em Detrimento da Locação

Podemos dizer que a política da Instituição ainda é a aquisição direta dos veículos pelo fato de facilitar e proporcionar um melhor planejamento estratégico, controle e gerenciamento da frota e maior autonomia. Além disso, o custo da contratação é superior à aquisição de veículos próprios, uma vez que os serviços são diários e constantes, tanto nos *campi* como na Reitoria.

4.2.2 Política de Destinação de Veículos Inservíveis ou Fora de Uso e Informações Gerenciais sobre Veículos nessas Condições

Atendendo as recomendações constantes da Instrução Normativa nº 03, de 15 de maio de 2008, no seu anexo VIII - Termo de Vistoria, e no que estabelece a Resolução nº 075/2012 - Conselho Superior, os procedimentos de levantamento da frota de veículos utilizados pela

Instituição é realizado anualmente, com o objetivo de verificar o estado físico e mecânico para se detectar o custo operacional dos veículos, visando identificar as condições dos mesmos, cuja manutenção esteja sendo onerosa ou cujo rendimento for precário, em virtude de uso prolongado, desgaste prematuro ou obsolescimento e que não seja economicamente vantajosa sua utilização na Instituição.

Após, realizado esse levantamento, não foi detectado veículos em condições inservíveis ou fora de uso.

4.2.3 Gestão do Patrimônio Imobiliário da União

O IFRR possui 6 (seis) imóveis distribuídos no Estado de Roraima: 1 (uma) Reitoria, 3 (três) *campi* em pleno funcionamento (Boa Vista, Amajari e Novo Paraíso), 1 (um) *campus* em fase de construção (Boa Vista Zona Oeste) e mais 1 (um) *campus* avançado em fase de construção (no Município do Bonfim).

Quadro 107 – Distribuição Geográfica dos Bens Imóveis da União

Localização Geográfica		Quantidade de Imóveis de Propriedade da União sob a Responsabilidade do IFRR	
		EXERCÍCIO 2016	EXERCÍCIO 2015
BRASIL	UF: Roraima	6	6
	Boa vista	3	3
	Amajari	1	1
	Caracaraí	1	1
	Bonfim	1	1
Subtotal/Brasil		6	6
EXTERIOR	País:	-	-
	cidade 1	-	-
Subtotal/Exterior		0	0
Total (Brasil + Exterior)		6	6

Fonte: Deteo

4.2.3.1 Informações sobre a Infraestrutura Física

O quadro acima sistematiza a distribuição espacial de bens imóveis de uso especial de propriedade da União sob a responsabilidade do IFRR, de modo a permitir a identificação do quantitativo de imóveis no final dos exercícios 2017, contemplando a localização geográfica dos bens.

O registro e a atualização dos dados dos imóveis do IFRR no Sistema SPIUnet, da Superintendência do Patrimônio da União (SPU), atualmente se encontram pendentes em decorrência da alteração dos servidores responsáveis para realizar tais serviço. No entanto, após

solicitações junto a SPU para realização do cadastro dos novos servidores da área de engenharia de forma que pudessem proceder à atualização das informações sobre os imóveis e as benfeitorias, os servidores só foram devidamente cadastrados em outubro de 2017, situação em que realizaram, até o final do exercício 2017, avaliações de alguns imóveis (CBV e CAM) para posterior cadastro/atualização no sistema SPIUnet.

Dos imóveis utilizados pelo IFRR, 03 (três) estão registrados no SPIUnet, mas devem ser atualizados após o elaboração do Relatório de Avaliação, os demais necessitam ainda ser cadastrados, mas aguardam o levantamento das documentações e o Relatório de Avaliação, o que deverá ocorrer no exercício de 2018.

Havia uma previsão de criação de uma comissão multicampi, permanente ou não, para realizar os cadastros e/ou atualização dos imóveis no SPIUnet, periodicamente, na perspectiva de que cada campus pudesse realizar a respectiva atualização no sistema, após a realização dos Relatórios de Avaliação dos imóveis pelo Departamento de Obras. Mas a metodologia não foi possível de ser realizada, o que provavelmente resolveria alguns problemas na gestão dos imóveis no âmbito do Sistema de Registros dos Imóveis de Uso especial da União. No entanto, a realização dessa demanda deverá ocorrer no exercício posterior.

Informa-se ainda, que existem imóveis não regularizados perante ao Cartório de Registro de Imóveis, estando apenas com Termo de Doação, pendente de Escritura Pública e outros documentos para averbação na matrícula do imóvel. O IFRR tem feito esforços para promover a regularização dos imóveis sob a sua responsabilidade e propriedade. Destaca-se que foi adquirido o domínio junto ao Incra do terreno sede do Campus Novo Paraíso.

O terreno onde está situado o Campus Amajari ainda se encontra pendente quanto à lavratura da escritura pública e, como consequência, ao registro no Cartório de Registro de Imóveis, para que então seja plenamente regularizado no SPIUnet.

Ante o exposto, não há como fixar uma data para a regularização no SPIUnet, pois a instituição depende de outros órgãos.

4.2.3.2 Riscos Relacionados à Gestão dos Imóveis e aos Controles para Mitigá-los

A gestão de imóveis é realizada, de forma descentralizada, pelos *campi* do IFRR, mais especificamente pelas Diretorias/DAPs/CAPs, com a participação do Departamento Técnico de Engenharia.

Os imóveis utilizados por um determinado *campus* são de sua responsabilidade, devendo este cuidar do inventário, da documentação cartorial, dos contratos de cessão e da contratação de

locação de imóvel. É importante destacar a colaboração do controle interno da instituição, que realiza auditorias, nos *campi* e na Reitoria, referentes à gestão de imóveis, considerando a realidade administrativa do IFRR.

4.2.3.3 Patrimônio de Propriedade da União de Uso da Entidade

Quadro 108 - Imóveis de Propriedade da União sob a Responsabilidade do IFRR

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício		
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado (R\$)	Com Reformas*(R\$)	Com Manutenção**(R\$)	
158152	01.00377.500-0	Cessão	Imóvel em fase de construção, porém paralisado por questões contratuais e subjudice	226.534,37	29/01/2015 Valida ate: 29/01/2017	256.350,75	-	23.325,20	
158350	0301 00172.500-6	Cessão	Bom e em adequações durante o exercício	3.299.418,49	29/01/2015 Valida ate: 29/01/2017	28.487.344,79	-	194.763,88	
158510	Não possui cadastro no SPU	Cessão	Novo	Não possui cadastro no SPU	-	-	-	24.198,35	
158351	Não possui cadastro no SPU	Cessão	Bom e em adequações durante o exercício	Não possui cadastro no SPU	-	-	-	4.096,00	
158352	0301 00379.500-1	Cessão	Imóvel em fase de conclusão	250.000,00	29/01/2015 Valida ate: 29/01/2017	1.004.000,00	-	4.544,50	
<i>Campus Avançado Bonfim</i>	Não possui cadastro no SPU	Cessão	Imóvel em fase de implantação	Não possui cadastro no SPU	-	-	-	-	
Total								-	250.927,93

Fonte: Tesouro Gerencial 2016

4.2.4 Cessão de Espaço Físico e Imóveis a Órgãos e Entidades Públicas ou Privadas

Quadro 109 - Cessão de Espaço Físico em Imóvel da União na Responsabilidade do IFRR

<i>Campus Boa Vista</i>		
Caracterização do Imóvel Objeto de Cessão	RIP	-
	Endereço	Av.Glaycon de Paiva, nº 2496 – Pricumã – Boa Vista/RR
Identificação do Cessionário	CNPJ	12.867.880/0001-87
	Nome ou Razão Social	V. DA CONCEIÇÃO SOUSA - ME
	Atividade ou Ramo de Atuação	Comércio Varejista - fotocópias
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Processo licitatório por meio do Pregão Eletrônico
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Serviços de reprografia
	Prazo da Cessão	12 meses
	Caracterização do Espaço Cedido	Sala de reprografia: 42,62m ²
	Valores e Benefícios recebidos pela UG Cedente	Reprografia – R\$ 700,00 (mensal) / R\$ 8.400,00 (anual);
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	Valor pago mediante GRU, mediante o código de receita "alugueis"(28900).
	Formas de Utilização dos Recursos recebidos	Os recursos provenientes destas concessões se alocam na fonte 0250 - Recursos Próprios Não-Financeiro do Tesouro Nacional e, geralmente são utilizados para pagamento de encargos de curso/concurso de Processo Seletivo e Vestibular.
Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	Não há rateio de gastos na cessão do imóvel.	
Caracterização do Imóvel Objeto de Cessão	RIP	-
	Endereço	Av.Glaycon de Paiva, nº 2496 – Pricumã – Boa Vista/RR
Identificação do Cessionário	CNPJ	08.980.162/0001-45
	Nome ou Razão Social	BUENO & CIA LTDA – EPP
	Atividade ou Ramo de Atuação	Fornecimento de alimentos preparados
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Processo licitatório por meio do Pregão Eletrônico
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Lanchonete e Restaurante
	Prazo da Cessão	12 meses
	Caracterização do Espaço Cedido	Restaurante/Lanchonete: 404m ²
	Valores e Benefícios recebidos pela UG Cedente	Restaurante – R\$ 300,00 (mensal) / R\$ 3.600,00 (anual);
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	Valor pago mediante GRU, mediante o código de receita "alugueis"(28900).
	Formas de Utilização dos Recursos recebidos	Os recursos provenientes destas concessões se alocam na fonte 0250 - Recursos Próprios Não-Financeiro do Tesouro Nacional e, geralmente são utilizados para pagamento de encargos de curso/concurso de Processo Seletivo e Vestibular.
Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	Não há rateio de gastos.	

Campus Amajari		
Caracterização do Imóvel Objeto de Cessão	RIP	-
	Endereço	Rod. Antonino Menezes da Silva, vicinal que liga a Balsa de Aparecida à Vila Brasil Km 03 Amajari - RR / CEP 69343-000
Identificação do Cessionário	CNPJ	09.556.950/0001-71
	Nome ou Razão Social	M. O. B. DE ANDRADE MOURA - EPP
	Atividade ou Ramo de Atuação	Restaurante e similares
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Processo licitatório por meio do Pregão Eletrônico
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Lanchonete e Restaurante
	Prazo da Cessão	08 (oito) meses;
	Caracterização do Espaço Cedido	Restaurante/Lanchonete:
	Valores e Benefícios recebidos pela UG Cedente	Restaurante – R\$ 300,00 (mensal) / R\$ 2.400,00 (oito meses);
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	Valor pago mediante GRU, mediante o código de receita "alugueis"(28900).
	Formas de Utilização dos Recursos recebidos	Os recursos provenientes destas concessões se alocam na fonte 0250 - Recursos Próprios Não-Financeiro do Tesouro Nacional e, geralmente são utilizados para pagamento de encargos de curso/concurso de Processo Seletivo e Vestibular.
Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	Não há rateio de gastos.	
Caracterização do Imóvel Objeto de Cessão	RIP	-
	Endereço	Rod. Antonino Menezes da Silva, vicinal que liga a Balsa de Aparecida à Vila Brasil Km 03 Amajari - RR / CEP 69343-000
Identificação do Cessionário	CNPJ	23.166.854/0001-48
	Nome ou Razão Social	NORTE TECH CONSULTORIA E SELEÇÕES EIRELI - ME
	Atividade ou Ramo de Atuação	Serviço de alimentação para eventos
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Dispensa
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Lanchonete e Restaurante
	Prazo da Cessão	02 (dois) meses
	Caracterização do Espaço Cedido	Restaurante/Lanchonete:
	Valores e Benefícios recebidos pela UG Cedente	02 (dois) meses;
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	Valor pago mediante GRU, mediante o código de receita "alugueis"(28900).
	Formas de Utilização dos Recursos recebidos	Os recursos provenientes destas concessões se alocam na fonte 0250 - Recursos Próprios Não-Financeiro do Tesouro Nacional e, geralmente são utilizados para pagamento de encargos de curso/concurso de Processo Seletivo e Vestibular.
Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	Não há rateio de gastos.	
Campus Novo Paraíso		
Caracterização do Imóvel Objeto de Cessão	RIP	-
	Endereço	Rodovia BR 174, KM 512, Vila Novo Paraíso, Caracaraí – RR.
Identificação do Cessionário	CNPJ	07.174.906/0001-97
	Nome ou Razão Social	S.C Nunes – ME
	Atividade ou Ramo de Atuação	Comércio varejista de mercado em geral, com predominância de produtos alimentícios – minimercados, mercearias e armazéns.

Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Concorrência
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Lanchonete e Restaurante
	Prazo da Cessão	12 meses
	Caracterização do Espaço Cedido	O espaço cedido possui uma área aproximadamente de 616 m ² (seiscentos e dezesseis metros quadrados) dividido em cozinha, lavatório de louça, 03 (três) banheiros, salão principal, hal de serviço, 03 (três) sala de apoio, cozinha, cantina, despensa, depósito de material de limpeza, depósito de gás.
	Valores e Benefícios recebidos pela UG Cedente	R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais).
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	Valor pago mediante GRU, mediante o código de receita "alugueis"(28802-0).
	Formas de Utilização dos Recursos recebidos	Receita não utilizada no exercício 2017.
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	Não há rateio de gastos na cessão do imóvel.
Caracterização do Imóvel Objeto de Cessão	RIP	-
	Endereço	Rodovia BR 174, KM 512, Vila Novo Paraíso, Caracará – RR.
Identificação do Cessionário	CNPJ	19.037.427/0001-92
	Nome ou Razão Social	Betacom Comércio e Serviços LTDA - ME
	Atividade ou Ramo de Atuação	Comércio Varejista
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Concorrência
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Serviço de Reprografia
	Prazo da Cessão	12 meses
	Caracterização do Espaço Cedido	O espaço cedido é uma sala uma área aproximadamente de 10,00 M ²
	Valores e Benefícios recebidos pela UG Cedente	R\$ 100,00 (duzentos e cinquenta reais).
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	Valor pago mediante GRU, mediante o código de receita "alugueis"(28802-0).
	Formas de Utilização dos Recursos recebidos	Receita não utilizada no exercício 2017.
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	Não há rateio de gastos na cessão do imóvel.

Fonte: Diretoria e Departamentos de Administração e Planejamento dos *Campi*

4.2.5 Informações sobre Imóveis Locados de Terceiros

Quadro 110 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		Quantidade de Imóveis Locados de Terceiros dela UJ	
		Exercício 2016	Exercício 2017
BRASIL	UF - Roraima	1	1
	Município: BOA VISTA	1	1
	Subtotal Brasil	1	1
EXTERIOR	-	0	0
Subtotal Exterior		0	0
Total (Brasil + Exterior)		1	1

Com o crescimento da Rede Federal a cargo do Ministério da Educação – MEC, ocorreu o acréscimo no número de servidores, após a realização de concurso público em 2014. Com o

impacto desse crescimento, e por não haver imóvel público disponível na Secretaria do Patrimônio da União – SPU, o IFRR se viu obrigado a locar um espaço maior, que acomodasse os novos servidores.

Em dezembro de 2013, foi locado um prédio, localizado na Rua Fernão Dias Paes Leme, nº 11 – Calungá, pelo valor mensal de R\$ 30.000,00 (trinta mil) mensal, porém em março de 2015 este foi reajustado para R\$ 31.102,47 (trinta e um mil, cento e dois reais e quarenta e sete centavos) em janeiro de 2016 reajustado para R\$34.832,01 (trinta e quatro mil, trezentos e oitenta e dois reais e um centavo), conforme quarto termo aditivo, sendo que no ano de 2017 não sofreu reajuste no valor da locação.

4.2.6 Informações sobre as Principais Obras e Serviços de Engenharia Relacionados à Atividade-Fim

As principais obras e serviços de engenharia relacionadas à atividade-fim do IFRR em 2017 foram:

1. Construção da 1ª Etapa do *Campus* Boa Vista Zona Oeste, , com as seguintes características:

- a) Área: 6.400 m² ;
- b) Ambientes: 10 laboratórios, 12 salas de aula, bloco administrativo, subestação ;
- c) Valor Atualizado: R\$ 12.500.993,12;
- d) Situação: Foram executados o percentual de 88,58% da obra, no entanto, o contrato expirou em 08/12/2017 e os serviços não foram totalmente concluídos.

2. Construção do *Campus* Avançado do Bonfim

- a) Área: 939 m² ;
- b) Ambientes: laboratório de informática, 2 salas de aula, ambiente administrativo, sala dos professores, biblioteca, área de convivência, 1 cantina ;
- c) Valor : R\$ 1.892.423,20;
- d) Situação: Obra foi iniciada em 18/09/2017 e foi executado o percentual de 15,75% em 2017.

3. Construção do Muro do *Campus* Amajari

- a) Perímetro: 1.109m ;
- b) Construção de muro e gradil no entorno do campus Avançado Bonfim;
- c) Valor : R\$ 1.892.423,20;
- d) Situação: Executado o percentual de aproximadamente 74% em 2017.

4. 1º Etapa da Reforma Elétrica do *Campus Boa Vista*

a) Reforma das instalações elétricas externas do CBV, com troca dos alimentadores prediais, reparos e trocas de caixas de passagens e eletrodutos, reforma na subestação.

b) Valor orçado R\$ 1.163.526,79 ;

c) Situação: Obra licitada em 2017 com previsão para início dos serviços em 2018.

5. Construção do Muro e Cerca do Amajari

a) Construção do muro frontal e cerca no perímetro do terreno do Campus Amajari.

b) Valor orçado R\$ 732.583,90 ;

c) Situação: Obra licitada em 2017 com previsão para início dos serviços em 2018.

4.3 GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

4.3.1 Informações sobre Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI)

O PDTI foi elaborado pelo Comitê Gestor de Tecnologia da Informação (CGTI) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima e aprovado pelo Conselho Superior do IFRR (CONSUP) por meio da resolução 303 de 24 de agosto de 2017. É o principal instrumento de planejamento, comunicação e gestão de recursos e processos de Tecnologia da Informação e Comunicação. Busca atender aos objetivos estratégicos institucionais do IFRR, alicerçados no PDI.

O documento foi estruturado com base nas orientações do Guia de Elaboração de PDTI do SISP – Versão 2.0. O SISP é um sistema pertencente ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) que organiza o planejamento, a coordenação, a organização, a operação, o controle e a supervisão dos recursos de Tecnologia da Informação dos órgãos e das entidades da Administração Pública Federal Direta, Autárquica e Fundacional.

A equipe de elaboração do PDTI adotou a metodologia de levantamento de necessidades nos diversos setores do IFRR e análise dos documentos administrativos da instituição. A análise do Plano Anual de Trabalho (PAT) dos diversos setores fundamentou a base das demandas de TI existente. Com esse levantamento inicial, a equipe atuou nos setores abordando os temas mais relevantes para a elaboração de um planejamento de TI, que são: equipamentos, serviços, governança, sistemas e informações.

Finalmente, o Plano contempla, resumidamente, as seguintes áreas de atuação na Instituição: Princípios, diretrizes e organização da TI, resultados do PDTI anterior, referencial

estratégico de TI, alinhamento com a estratégia da organização, Inventário das necessidades, Plano de Metas e de Ações, Plano de Gestão de Pessoas, Estimativa de necessidade de investimento e de custeio, Plano de Gestão de Riscos, Processo de revisão do PDTI e fatores críticos para implantação do PDTI.

O quadro 108 aborda a consonância entre os objetivos estratégicos de TI e os objetivos estratégicos institucionais do IFRR, elencados no PDI 2014-2018, deixando explícita a importância do Planejamento de TI para o alcance da visão institucional.

Quadro 111 – Alinhamento do PDTI com o PDI

Objetivos Institucionais do PDI		Alinhamento estratégico de TI com os objetivos Estratégicos institucionais											
		Aprimorar a comunicação com o usuário	Melhorar a qualidade dos produtos e serviços de TI	Prover soluções tecnológicas em TI para a Instituição	Melhorar a interação com os campi e outras instituições.	Facilitar o acesso às informações	Aprimorar a Gestão de TI	Otimizar os fluxos de trabalho	Garantir a estrutura funcional de TI	Aprimorar a Gestão de Riscos de TI	Garantir a infraestrutura de TI	Promover o desenvolvimento da equipe de TI.	Otimizar Recursos Orçamentários de TI
Sociedade	Desenvolver atividades institucionais de acordo com os objetivos do desenvolvimento sustentável.			●									
	Consolidar as estruturas de governança.	●					●			●			
	Criar condições para atender às demandas das pessoas com necessidades específicas.	●		●		●					●		
	Desenvolver atividades de extensão em articulação com o mundo do trabalho e os arranjos produtivos, sociais e culturais.	●			●	●							
Processos Internos	Difundir e implementar ações para a consecução dos objetivos expressos no mapa estratégico.						●	●		●			
	Assegurar aos estudantes condições de permanência e conclusão com êxito.	●	●			●							
	Incentivar o desenvolvimento da pesquisa, pós-graduação e inovação tecnológica.	●	●	●		●					●		
	Garantir a oferta regular de cursos na modalidade a distância.	●	●	●		●							
Orçamento e finanças	Fortalecer continuamente a qualidade do ensino.	●	●	●		●							
	Manter os serviços direcionados ao funcionamento da instituição.		●	●							●		●
Tecnologia e infraestrutura	Melhorar a qualidade da infraestrutura de telecomunicações.	●	●	●	●			●	●		●	●	
	Consolidar a expansão e a reestruturação do IFRR para promover a qualidade dos serviços prestados.	●	●	●	●				●		●		
	Implementar / consolidar o sistema integrado de gestão institucional.	●	●				●						
Pessoas	Promover ações voltadas para a qualidade de vida no trabalho, capacitação e qualificação.		●					●				●	

Fonte: PDTI 2017/2018.

4.3.2 Informações sobre o Comitê Gestor de Tecnologia da Informação (CGTI)

O CGTI foi reconstituído no último quadrimestre de 2016 por meio da portaria 2058/GR de 18 de novembro de 2016. O CGTI é composto por representantes das Pró-reitorias, Diretorias Sistêmicas e dos Campi do IFRR com mandato de 02(dois) anos.

No exercício de 2017, houve a realização de 02(duas) reuniões ordinárias tendo como pauta principal, o PDTI 2017/2018 e o regimento Geral do Comitê. A portaria nº 19 de 29 de maio de 2017, trouxe no art. 5º a composição do Comitê Gestor de Tecnologia da Informação para os órgãos e entidades do SISP:

Art. 5º - Os órgãos e entidades do Sisp deverão manter um Comitê composto pelos representantes da alta administração, presidido pela autoridade máxima ou suplente formalmente indicado da secretaria executiva ou da unidade equivalente do órgão ou da entidade, que será apoiado pelo gestor de TIC.

Neste sentido, o IFRR terá que reconfigurar a partir de 2018 a composição do CGTI. Para tanto já efetuou ainda em 2017 a atualização do regimento geral encaminhado ao CONSUP, atendendo, assim, a portaria 19 da Secretaria de Tecnologia da Informação.

4.3.3 Plano de Capacitação de TI

Os treinamentos, cursos de qualificação e capacitação realizados em 2017 pela Diretoria de Tecnologia da Informação da Reitoria e Coordenações de Tecnologia da Informação dos campi foram:

- 1 - Monitoramento de Redes com o Zabbix;
- 2 - Curso de fiscalização de contratos
- 3 - Curso de virtualização de servidores
- 4 - Mestrado Profissional em Engenharia de Produção da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho;
- 3 – Gerência de rede de computadores – Rede Nacional de Pesquisa
- 4- Segurança e redes sem fio – Rede Nacional de Pesquisa

4.3.4 Força de Trabalho de TI

A força de trabalho de TI no IFRR em 2017 foi constituída de 25 servidores efetivos, conforme quadro 03. Sendo: 10 analistas, 13 técnicos e 02 outros cargos como assistente em administração e economista. Dos dez analistas, dois desempenham funções de pesquisador institucional e coordenador de tecnologia e suporte da Diretoria de Educação a Distância. A Instituição não dispõe de serviços terceirizados, estagiários, bem como, de pessoal cedido de outros órgãos.

Quadro 112 – Quantidade de servidores de TI do IFRR

Unidade	Cargos			Total
	Analista de TI	Técnico de TI	Outros	
Reitoria	06	01	01	08
Campus Boa Vista	02	05	01	08
Campus Novo Paraíso	-	02	-	02
Campus Amajari	01	01	-	02
Campus Boa Vista Zona Oeste	01	03	-	04
Campus Avançado do Bonfim	-	01	-	01
Total	10	13	02	25

Fonte: Suap/IFRR.

4.3.5 Gerenciamento de Serviços de TI no IFRR

O gerenciamento dos serviços de TI ofertados no IFRR, é operacionalizado pelo Sistema Unificado de Administração Pública (SUAP) por meio do link: https://suap.ifrr.edu.br/centralservicos/selecionar_servico_abertura/tecnologia-da-informacao/. Dentro da central de serviços de TI, o usuário pode solicitar suporte para comunicações, equipamentos, redes e internet, segurança da informação, sistemas e aplicativos.

4.3.6 Metas de TI no exercício de 2017

Quadro 113 – Metas de TI

Descrição	Interligar 50% das unidades do IFRR por meio de uma Rede Virtual Privada
Ações	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Fomentar a conectividade entre os campi do interior e a Reitoria; ✓ Treinamento em solução de segurança; ✓ Participação em três fóruns de TI da Rede Federal
Percentual de cumprimento da meta	70%
Recurso previsto	0,00
Recurso utilizado (remanejado de outras ações)	R\$13.610,80
Análise crítica	A meta está sendo trabalhada através de estudos de viabilidade técnica para implantação de rede virtual privada (VPN) única para todas as unidades e testes com as respectivas tecnologias a serem utilizadas.
Descrição	Realizar 03 Fóruns de TI no exercício
Ações	✓ Realizar 03 Fóruns de TI no exercício
Percentual de cumprimento da meta	33,0%
Recurso previsto	R\$0,00
Recurso utilizado	R\$0,00
Análise crítica	A despeito da realização do fórum interno de TI, temas relevantes e de maior urgência têm sido tratados em visitas dos Coordenadores de TI à Reitoria ou por web conferência o que proporciona maior economicidade e contenção de

	despesas com diárias pagas aos integrantes do fórum residentes no interior do Estado.
--	---

Descrição	Fomentar a mobilidade e acesso dos usuários à rede do IFRR
Ações	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Aquisição de equipamentos wifi ✓ Elaboração e acompanhamento do Plano Diretor de TI – PDTI; ✓ Elaboração do Plano Estratégico de Tecnologia da Informação (PETI)
Percentual de cumprimento da meta	67,0%
Recurso previsto	R\$20.000,00
Recurso utilizado	0,00
Análise crítica	As aquisições dos equipamentos <i>wifi</i> para a Reitoria segue seu trâmite na Diretoria de Administração para cumprimento da ação. Quanto à ação de elaboração do PETI, a DTI ainda não foi informada pelo Conselho Superior sobre a aprovação do Plano.
Descrição	Manter 80% de atendimentos encerrados por mês
Ações	Nesta meta, estão inseridos todos os atendimentos realizados pela Diretoria de TI na Reitoria e pelas Coordenações de TI nos campi. Desde o ano de 2016, os atendimentos de TI são realizados pela central de serviços disponibilizada no SUAP. No resultado acumulado de janeiro até dezembro 2017, foram abertos 725 chamados na Reitoria e foram atendidos 557 perfazendo um índice de atendimento de 76,8%.
Percentual de cumprimento da meta	76,8%
Recurso previsto	R\$0,00
Recurso utilizado	R\$0,00
Análise crítica	Destaca-se nesta meta o atendimento às demandas da Reitoria nas aquisições de insumos originais (cartuchos de toner) para impressora a laser da Reitoria por meio do processo 23231.000425.2016-76 e da contratação de serviços de manutenção de equipamentos de informática (impressoras e multifuncionais) para atender às demandas de todas as unidades do IFRR por meio do processo 23231.000207.2017-12. Houve também a abertura do processo 23231.000406.2017-21 para aquisição de impressoras e scanners com o intuito de atender o Processo Eletrônico Nacional e demais demandas da Reitoria e Campus Boa Vista.
Descrição	Fomentar a mobilidade e acesso dos usuários à rede do IFRR
Ações	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Aquisição de equipamentos <i>wifi</i> ✓ Elaboração e acompanhamento do Plano Diretor de TI – PDTI; ✓ Elaboração do Plano Estratégico de Tecnologia da Informação (PETI)
Percentual de cumprimento da meta	67,0%
Recurso previsto	R\$20.000,00
Recurso utilizado	R\$0,00
Análise crítica	As aquisições dos equipamentos <i>wifi</i> para a Reitoria segue seu trâmite na Diretoria de Administração para cumprimento da ação. Quanto à ação de elaboração do PETI, a DTI ainda não foi informada pelo Conselho Superior sobre a aprovação do Plano.
Descrição	Manter acesso redundante à internet para 50% das unidades do IFRR
Ações	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Buscar melhores ofertas de serviços de links corporativos
Percentual de cumprimento da meta	50%
Recurso previsto	R\$0,00
Recurso utilizado	R\$0,00
Análise crítica	Abertura do processo 23231.000491.2017-27 para a Contratação de serviço de link dedicado de internet, conforme especificações do Pedido de Bens e Serviços (PBS0) N° 004/2017-DTI.

Descrição	Manter a média de um PC por usuário ativo
Ações	✓ Renovar o parque de computadores usados nos ambientes administrativos e pedagógicos
Percentual de cumprimento da meta	0,0%
Recurso previsto	R\$10.000,00
Recurso utilizado	R\$0,00
Análise crítica	Recurso orçado insuficiente para a conclusão da ação. No entanto, foi remanejado para atender outras ações.
Descrição	Manter e otimizar a utilização do SUAP
Ações	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Divulgação dos módulos do SUAP entre os usuários; ✓ Participação na conferência Python Brasil; ✓ Participação no encontro do SUAP IFRN
Percentual de cumprimento da meta	33,3%
Recurso previsto	R\$7.796,40
Recurso utilizado	R\$0,00
Análise crítica	<p>A cada novo módulo, ações de divulgação para os respectivos setores relacionados são realizadas. Estes setores que são responsáveis pela operacionalização do módulo, realizarão a devida divulgação para os demais usuários. Novos módulos entraram em operação no último quadrimestre: assistência estudantil (CNP), acompanhamento pedagógico (CBVZO); Contratos e Pesquisa (Reitoria);</p> <p>Pelo valor insuficiente para custeio da conferência Python Brasil, o recurso foi remanejado para complemento em outra ação.</p> <p>O Encontro nacional do SUAP no IFRN foi cancelado por restrição financeira. No entanto, este recurso está sendo remanejado para o atendimento de outras ações, como o FORTI.</p>

4.3.1 Principais Sistemas de Informações

O IFRR utiliza várias soluções de sistemas de informação, sendo que os principais são:

a) Sistema de gerenciamento de informações acadêmicas – responsáveis pelas informações dos alunos, turmas, cursos, professores, frequência, notas, etc. hoje são usados uma solução proprietária chamada Q-Acadêmico que pertence à empresa Qualidata, com sede em Vitória-ES, mediante contrato de manutenção e suporte do sistema.

b) Sistemas de apoio pedagógico – responsáveis por complementar, simular ou dar suporte ao professor em sala de aula ou laboratório, de acordo com a natureza da área em estudo. Normalmente são softwares do tipo “especialistas”, que podem ter licenças proprietárias ou livres, sejam elas pagas ou gratuitas. Geralmente, possuem alguma modalidade de licença especial para fomento à educação, às vezes identificadas como licenças “acadêmicas”, sejam elas mediante convênios com outros órgãos, como o próprio MEC, ou diretamente com o IFRR.

c) Sistema de suporte à administração – responsável pelas informações relacionadas às diferentes atividades administrativas realizadas no IFRR, tais como gestão de pessoas, protocolo,

patrimônio, planejamento, assistência estudantil, etc. Hoje é usado o SUAP, desenvolvido no IFRN e adaptado para nosso instituto, que ainda continua em desenvolvimento, mediante acordo de cooperação técnica entre os Institutos da rede federal.

d) Sistema de gerenciamento de conteúdo na Web – responsável pelas informações voltadas para o público interno e externo do IFRR, disponibilizadas através de página eletrônica na internet (sítio institucional), onde são divulgadas notícias, arquivos, serviços, eventos, processos seletivos, vestibulares, concursos, organização institucional, etc.

No tocante à independência tecnológica, diversas variáveis são levadas em consideração para se avaliar a viabilidade da transferência da tecnologia, sua manutenção, suporte e contínuo desenvolvimento, para o quadro de servidores de TI do IFRR. Um exemplo positivo é a avaliação que está sendo realizado um módulo voltado para gerenciamento de informações acadêmicas, que foi desenvolvido para o SUAP, software usado atualmente apenas como apoio administrativo. Esse módulo do SUAP foi desenvolvido pelo próprio IFRN.

Aqui no IFRR foi selecionado o Campus Amajari, para realizar uma prova de conceito, alimentando os dados de cursos, turmas, professores, alunos, matrizes e componentes curriculares. Tudo que fosse necessário para gerir os dados acadêmicos. O resultado dessa prova de conceito se mostrou muito positiva, o que fez o IFRR estabelecer uma comissão que avaliasse a possibilidade de estender o uso dessa ferramenta a todos os outros Campi, inclusive podendo substituir o atual sistema de gerenciamento acadêmico, que é pago. A comissão ainda está trabalhando nessa análise.

4.4 GESTÃO AMBIENTAL E SUSTENTABILIDADE

Conforme determinação da IN 10/2012 - MPOG, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima – IFRR, instituiu Comissão Gestora do Plano de Gestão de Logística Sustentável – CPLS, em 25/01/2016, através da Portaria nº 99/GR, com atribuições de elaborar, monitorar, avaliar e revisar o Plano de Gestão de Logística Sustentável do IFRR e atuar como Comissão Gestora da Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P), com as atribuições de sensibilizar os gestores, demais servidores e alunos sobre a importância da implantação do programa, realizar o diagnóstico da instituição, realizar o planejamento das ações, apoiar a implantação das ações, promover o monitoramento das ações e de seus resultados, propor padrões, procedimentos, ações e programas visando à sustentabilidade do IFRR, observadas as legislações federais, estaduais e municipais pertinentes.

O IFRR desenvolve algumas atividades pontuais e esporádicas no que se refere à separação de resíduos recicláveis. Em diversas vezes, a instituição acionou a Cooperativa de Catadores para recolhimento de papéis provenientes da utilização dos diversos setores e de grandes quantidades de papelão provenientes das últimas aquisições de mobiliário.

A instituição instaurou Comissão para confecção do Plano de Logística Sustentável (PLS) e Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P) em 25 de janeiro de 2016. Comissão esta que trabalhou até 10 de outubro do mesmo ano, data que venceu a última portaria, não sendo retomados os trabalhos devido à problemas de saúde na família do servidor responsável pela Comissão.

Durante esse período os membros fizeram uma busca das atividades de caráter sustentável já realizado na instituição, entrevistando membros de Comissões anteriores responsáveis por essa problemática, bem como consultando outras instituições. Nestas, buscou-se informações acerca dos métodos de planejamento, confecção, execução e controle dos instrumentos de implantação de práticas sustentáveis, bem como dificuldades encontradas e soluções adotadas.

A Comissão realizou, durante esse período, diversas reuniões, inclusive com a atual reitora, para discutir as melhores formas de confeccionar e implementar um instrumento capaz de atender as necessidades legais, institucionais e sociais no que tange às práticas de Sustentabilidade e suas implicações.

Em 2017 foi retomada a Comissão, porém com outros membros, face à impossibilidade de alguns membros de permanecerem. A comissão foi atrás de parceiros para a coleta seletiva, reuniões com as equipes de Tecnologia da Informação e de Comunicação Social do IFRR para melhor divulgar os trabalhos de elaboração do PLS. No decorrer do ano, também houve mudança na presidência da Comissão, bem como saídas de alguns componente, o que comprometeu os trabalhos. Portanto, a comissão se encontra em fase de estudos e adequações para conclusão do Plano de Gestão e Logística Sustentável.

4.4.1 Adoção de Critérios de Sustentabilidade Ambiental na Aquisição de Bens e na Contratação de Serviços ou Obras

Atualmente são finalidades do procedimento licitatório, consoante a Lei Geral de Licitações 8.666/94: princípio da isonomia (igualdade, imparcialidade), seleção da proposta mais vantajosa e promoção do desenvolvimento nacional sustentável, conforme Lei nº 12.349, de 15/12/2010, alterou o art. 3º da Lei nº 8.666/93, introduzindo o desenvolvimento nacional sustentável como objetivo das contratações públicas.

Levando em consideração que as Compras Governamentais se apresentam como um importante veículo influenciador de mercado, a contratação sustentável não pode mais ser considerada como exceção, ainda que sua implantação esteja ocorrendo de maneira gradativa, a realização da licitação sustentável não mais é considerada medida excepcional.

4.4.1.1 Nas Compras para Aquisição e Serviços Comuns:

Em todos os editais de licitação reserva-se um tópico com critérios de sustentabilidade ambiental, de acordo com o tipo do objeto, em conformidade com o decreto 7.746/2012, Decreto nº 9.178, Decreto nº 5940/2006, Instrução Normativa 01/2012/SLTI/MPOG e mais recentemente o Guia Nacional de Licitações Sustentáveis lançado pela AGU com o objetivo de uniformizar o entendimento no aspecto socioambiental em matéria de licitações, bem como, declaração de qualidade ambiental e sustentabilidade socioambiental fornecidas pelos participantes do Certame. Ao passo que procurando a proposta mais vantajosa com práticas sustentáveis não incorramos em limitar a competitividade com tais exigências.

4.4.1.2 Em Licitações de Obras, Exige-se da Contratada:

No que diz respeito aos contratos firmados para tais serviços é exigido em edital que o fornecedor desenvolva suas atividades obedecendo aos critérios de sustentabilidade 1, conforme dispõe a Instrução Normativa nº. 01/2012/SLTI/MPOG, e em consonância com Legislação específica e normas pertinentes.

Assim, deverão observar o Decreto 48.138, de 8 de outubro de 2003, Resolução CONAMA nº 20, Decreto nº 5.940, IN/MARE nº 6 (coleta seletiva), Normas Brasileiras –NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos, Resolução CONAMA nº 257, Atender ao disposto na RESOLUÇÃO CONAMA nº 307 em que estabelecer diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil, disciplinando as ações necessárias de forma a minimizar os impactos ambientais no que couber ao objeto licitado, deverá, por meio da apresentação do RGRCC, comprovar a implementação do PGRCC-Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil - PGRCC na obra, dentre outros.

5 RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

O IFRR mantém diversos canais de relacionamento com a sociedade, tendo a Ouvidoria como principal elo entre a comunidade interna, comunidade externa e instâncias administrativas e pedagógicas desta instituição. A Ouvidoria atua no recebimento, registro, análise, encaminhamento, sintetização e resposta das manifestações, bem como no acompanhamento até a solução final, servindo ainda como mediador e conciliador, atendendo ao disposto na Instrução Normativa n.º 1 da Ouvidoria-Geral da União da Controladoria-Geral da União, de 05 de novembro de 2014.

No exercício de 2017 as manifestações foram respondidas de forma satisfatória pelas diversas instâncias administrativas e pedagógicas do IFRR, tendo a maioria sido atendida dentro do prazo estipulado.

Para conhecimento, as demandas recebidas pela Ouvidoria são analisadas e encaminhadas inicialmente ao setor relacionado para sua manifestação ou informações, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, podendo ser prorrogado por igual período. A resposta apresentada pelo setor responsável é analisada e enviada para conhecimento do demandante. Caso haja discordância ou questionamentos à resposta, a Ouvidoria avalia a necessidade de nova manifestação do setor ou outro procedimento cabível, podendo ainda optar pelo encaminhamento da demanda ao Gabinete da Reitoria para conhecimento e devidas providências.

Na análise da resposta do setor, a Ouvidoria pode também solicitar novas informações ou complementação daquelas já apresentadas, bem como a mediação dos gestores/coordenadores no encaminhamento de solução à demanda. A Ouvidoria também sugere alternativas de soluções dos problemas apresentados e/ou aprimoramento dos serviços oferecidos.

Por meio da Ouvidoria o IFRR tem buscado mostrar ao cidadão que a partir de sua participação ativa no controle social sobre a administração, ele poderá contribuir para o aprimoramento do serviço prestado por esta instituição, de modo a garantir o cumprimento da missão institucional e propiciar uma gestão participativa e transparente.

5.1 CANAIS DE ACESSO AO CIDADÃO

Para garantir o diálogo com a sociedade na realização de solicitações, reclamações, denúncias, sugestões, informações e elogios, a Ouvidoria utiliza como meios de comunicação:

1. Sistema de Ouvidoria do Poder Executivo Federal (e-OUV) (<https://sistema.ouvidorias.gov.br/publico/Manifestacao/RegistrarManifestacao.aspx>);
2. Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão (e-SIC) (<https://esic.cgu.gov.br/sistema/site/index.html>);
3. Correio Eletrônico (ouvidoria@ifrr.edu.br);
4. Portal Institucional (<http://www.ifrr.edu.br/ouvidoria>);
5. Telefone Institucional (95) 3624-1702 e
6. Atendimento presencial de segunda à sexta-feira, de 7h às 19h, na Reitoria do IFRR.

5.1.1 Sistema de Ouvidoria do Poder Executivo Federal (e-OUV)

O e-OUV é um sistema de ouvidorias online desenvolvido pelo Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União para recebimento, análise e resposta das manifestações de ouvidoria.

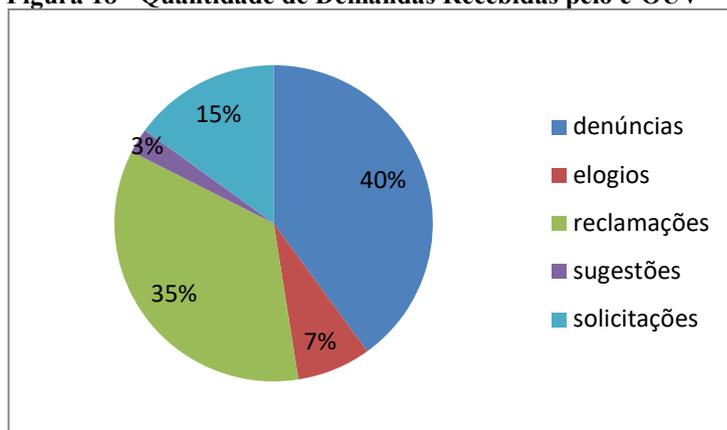
As principais características do e-OUV são:

- recebimento de denúncias, reclamações, sugestões, solicitações e elogios;
- encaminhamento de manifestações entre ouvidorias;
- controle de prazos;
- recursos para elaboração de relatórios.

Para registrar uma manifestação, o cidadão deverá acessar o link: <https://sistema.ouvidorias.gov.br/publico/Manifestacao/RegistrarManifestacao.aspx> que também está disponível no sítio do IFRR, em Ouvidoria (<http://www.ifrr.edu.br/ouvidoria>).

No exercício de 2017, tivemos um total de 40 demandas recebidas pelo e-OUV, distribuídas em denúncias, elogios, reclamações, solicitações e sugestões, como pode ser observado na figura abaixo.

Figura 18 - Quantidade de Demandas Recebidas pelo e-OUV



Fonte: Ouvidoria/IFRR

5.1.2 Sistema Eletrônico de Serviço de Informação ao Cidadão (e-SIC)

O Sistema Eletrônico de Serviço de Informação ao Cidadão (e-SIC) refere-se a um sistema informatizado oriundo do funcionamento do Serviço de Informação ao Cidadão (SIC) que trata da Lei de Acesso à Informação para atender a pedidos de informação a respeito dos diversos assuntos inerentes à Instituição.

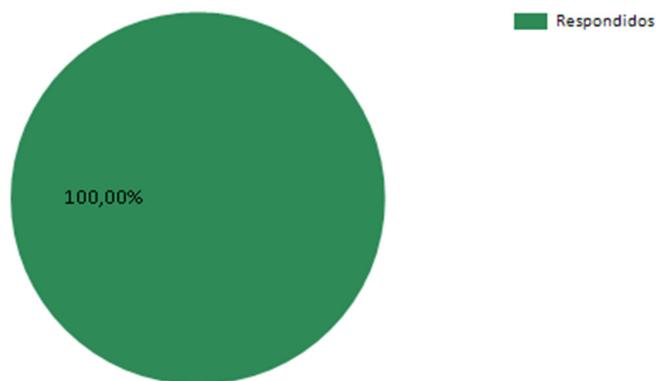
Para solicitar informação, os cidadãos podem cadastrar seu pedido no e-SIC, sistema responsável pelo recebimento e gerenciamento das demandas, <http://www.ifrr.edu.br/acessoainformacao>, preencher os formulários disponíveis no site do IFRR <http://www.ifrr.edu.br/acessoainformacao/e-sic> que são enviados eletronicamente para o e-mail sic@ifrr.edu.br.

O e-SIC tem se mostrado um canal efetivo de comunicação com a sociedade, incentivando servidores e gestores do IFRR a promoverem, nos seus setores, a cultura da transparência, organizando melhor os dados e os processos relacionados às suas atividades na Instituição, os quais podem ser solicitados através desse serviço ou por meio de outros canais.

De acordo com relatório emitido pelo e-SIC, no exercício 2017 houve um total de 92 (noventa e dois) pedidos, com tempo médio de resposta de 5,02 dias (inferior ao prazo previsto na Lei de Acesso à Informação – LAI, que é de 20 dias corridos). Portanto, nenhum pedido foi prorrogado e nenhum foi respondido fora do prazo, demonstrando eficiência e compromisso do IFRR para com a sociedade, no sentido de dar transparência e celeridade às suas ações. Não houve nenhuma negativa de acesso e 100% dos solicitantes era pessoa física.

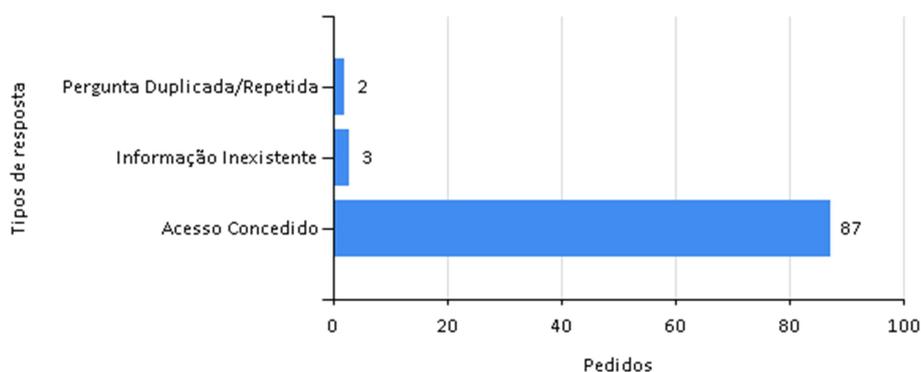
Na sequência apresentam-se alguns gráficos e quadros que detalham resumidamente um pouco das características das solicitações de informações recebidas entre 01/01/2017 a 31/12/2017.

Figura 19 – Atendimento aos pedidos de acesso à informação



Fonte: e-SIC

Figura 20 – Pedidos por tipo de resposta



Fonte: e-SIC

Quadro 114 - Características dos pedidos de acesso à informação

Características dos pedidos de acesso à informação	
Total de perguntas	178
Total de solicitantes	77
Maior número de pedidos feitos por um solicitante	4
Perguntas por pedido	1,93
Solicitantes com um único pedido	68

Fonte: e-SIC

Quadro 115 – Principais temas das solicitações

Temas das solicitações (Top 10)		
Categoria e assunto	Quantidade	% de Pedidos
Educação - Educação profissional e tecnológica	71	77,17%
Educação - Profissionais da educação	13	14,13%
Educação - Gestão escolar	3	3,26%
Educação - Parâmetros e diretrizes curriculares nacionais	1	1,09%
Educação - Legislação educacional	1	1,09%
Educação - Assistência ao estudante	1	1,09%
Defesa e Segurança - Segurança pública	1	1,09%
Ciência, Informação e Comunicação - Ciência e Tecnologia	1	1,09%

Fonte: e-SIC

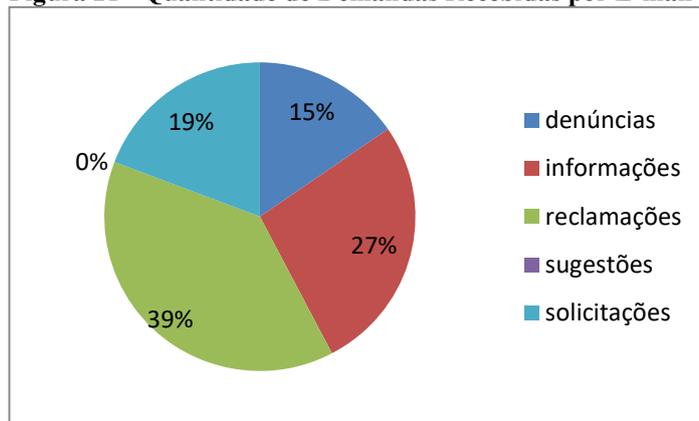
5.1.3 Correio Eletrônico

O endereço eletrônico da Ouvidoria do IFRR é um canal de atendimento ao cidadão criado para receber manifestações de diversas classificações, fortalecendo assim mais um elo entre o IFRR e a sociedade.

Para registrar uma manifestação, o cidadão deverá enviar sua mensagem para o e-mail: ouvidoria@ifrr.edu.br.

No exercício de 2017 tivemos um total de 26 (vinte e seis) demandas recebidas através do correio eletrônico, distribuídas em denúncias, informações, reclamações, sugestões e solicitações, como pode ser observado na figura abaixo.

Figura 21 - Quantidade de Demandas Recebidas por E-mail



Fonte: Ouvidoria/IFRR

5.1.4 Portal Institucional

O portal institucional do IFRR disponibiliza acesso às páginas da Reitoria, dos *Campi*, notícias diárias das ações do IFRR, acesso às informações sobre os principais programas e projetos institucionais, serviços à comunidade interna e externa e aos sistemas acadêmicos e administrativos. A página de cada *Campus* apresenta conteúdos relativos a atos e documentos institucionais, cursos ofertados, editais, eventos, notícias, dentre outros relacionados ao dia a dia do *Campus*.

Nessa vertente, no link: <http://www.ifrr.edu.br/ouvidoria> estão todas as informações sobre o funcionamento da Ouvidoria do IFRR, formas de manifestação e demais dados significativos.

Ainda na página da Ouvidoria, ao clicar na descrição: Acesso à Informação, o cidadão será direcionado a um arsenal de dados referentes à Lei de Acesso à Informação e todas as informações sobre o IFRR, como, missão, ações e programas, auditorias, receitas e despesas, servidores, licitações, etc.

5.1.5 Telefone Institucional e Atendimento Presencial

Outras forma de relacionamento com a sociedade é por meio de contato telefônico ou presencial. O IFRR disponibiliza no portal institucional um número de telefone o qual a comunidade interna e externa podem fazer uso para esclarecimento de dúvidas, registro de reclamações e realização de solicitações em geral, assim como fornece o endereço da instituição para manifestações presenciais.

O endereço e número ficam visíveis na barra inferior da página inicial do site institucional www.ifrr.edu.br, em sua página principal e nas páginas de cada *Campus* do IFRR.

A maioria dos contatos se faz em razão de dúvidas do público externo sobre processos seletivos e números de telefones de outros setores e *Campi* da instituição, como também previsões de oferta de cursos, abertura de processos seletivos e concursos públicos, por isso não foram registrados, entretanto, todos os manifestantes foram orientados a registrar suas demandas nos canais de atendimento e-OUV e e-SIC.

5.2 CARTA DE SERVIÇOS AO CIDADÃO

A implantação da Carta de Serviços ao Cidadão pelos órgãos e entidades públicas implica em processo de transformação institucional, respeitando o princípio de que as instituições públicas devem atuar em conformidade com o interesse da sociedade e com os padrões de desempenho por ela estabelecidos.

A decisão de implantar a Carta de Serviços ao Cidadão induz o órgão ou entidade pública a uma mudança de atitude na maneira de operar seus processos institucionais, especialmente, o processo de atendimento, na medida em que passa a contar com o olhar exigente.

O IFRR designou comissão para a elaboração da referida carta, que empenhou-se arduamente na criação de um documento consistente e importante para a manutenção do diálogo com o público, no entanto, estamos conscientes de que não conseguimos envolver todas as dimensões e os segmentos da instituição, mas, de fato, evoluímos e superamos todas as dificuldades operacionais.

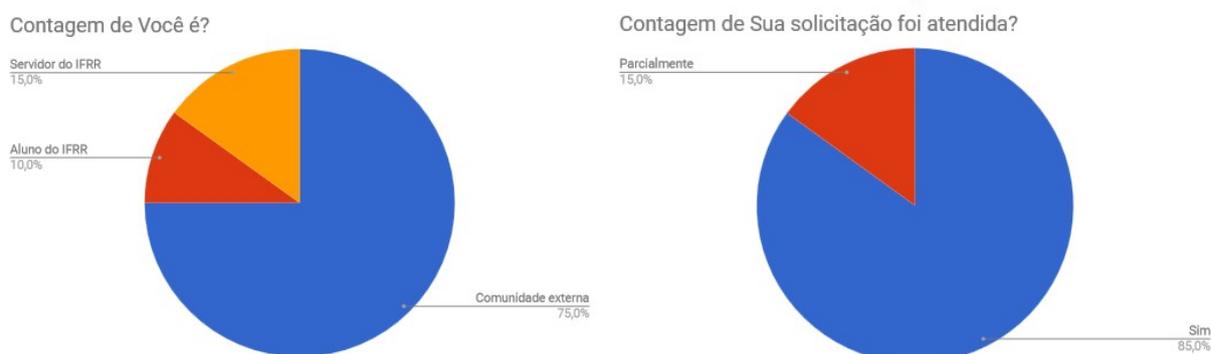
A carta foi aprovada pela Resolução n.º 269-Conselho Superior, de 6/7/2016 e encontra-se publicada no portal institucional sendo diretamente acessada através do link: <http://www.ifrr.edu.br/acessoainformacao/Carta.pdf>.

5.3 AFERIÇÃO DO GRAU DE SATISFAÇÃO DOS CIDADÃOS-USUÁRIOS

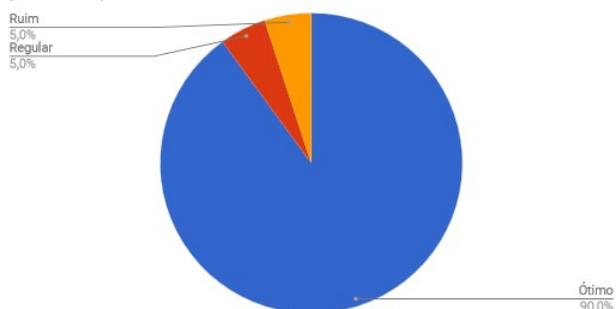
No exercício de 2017 a Ouvidoria realizou uma pesquisa de satisfação, em atendimento ao Art. 12 do Decreto n.º 6.932, de 11 de agosto de 2009, por meio de formulário próprio utilizando a ferramenta Google Formulários, possibilitando, assim, o acompanhamento do desempenho do setor e seus servidores.

Recebemos 20 manifestações entre discentes, docentes e comunidade externa, das quais 14 vieram oriundas da comunidade externa; 2 vieram de alunos do IFRR; e 3 vieram de servidores do IFRR. Os resultados da pesquisa podem ser observados na Figura 22.

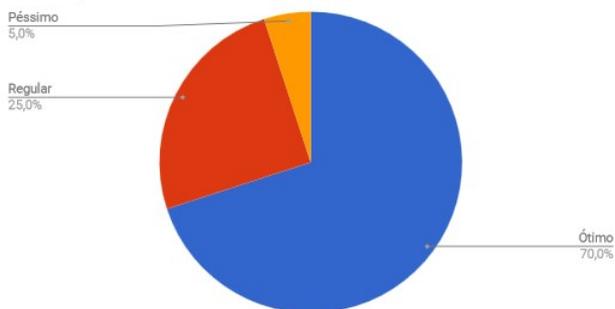
Figura 22 – Gráficos dos resultados da pesquisa de satisfação realizada pelo IFRR



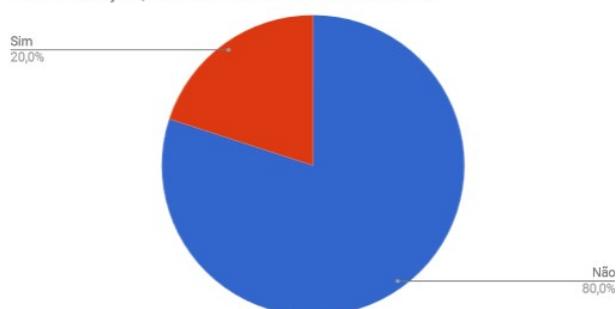
Contagem de Na sua opinião, qual a qualidade do atendimento prestado pela Ouvidoria do IFRR?



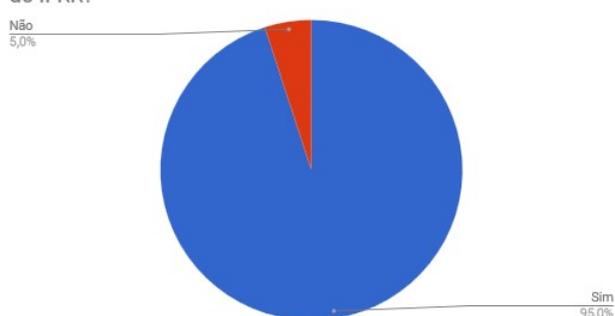
Contagem de Como você avalia o tempo de resposta à sua solicitação?



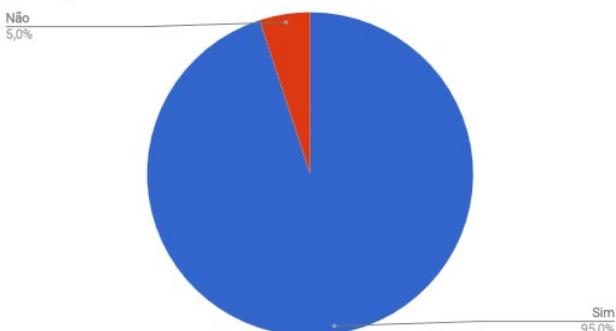
Contagem de Você procurou o Campus ou setor envolvido na manifestação, antes de recorrer à Ouvidoria?



Contagem de Você utilizaria novamente o serviço da Ouvidoria do IFRR?



Contagem de Você indicaria o serviço da Ouvidoria do IFRR?



Fonte: Ouvidoria/IFRR

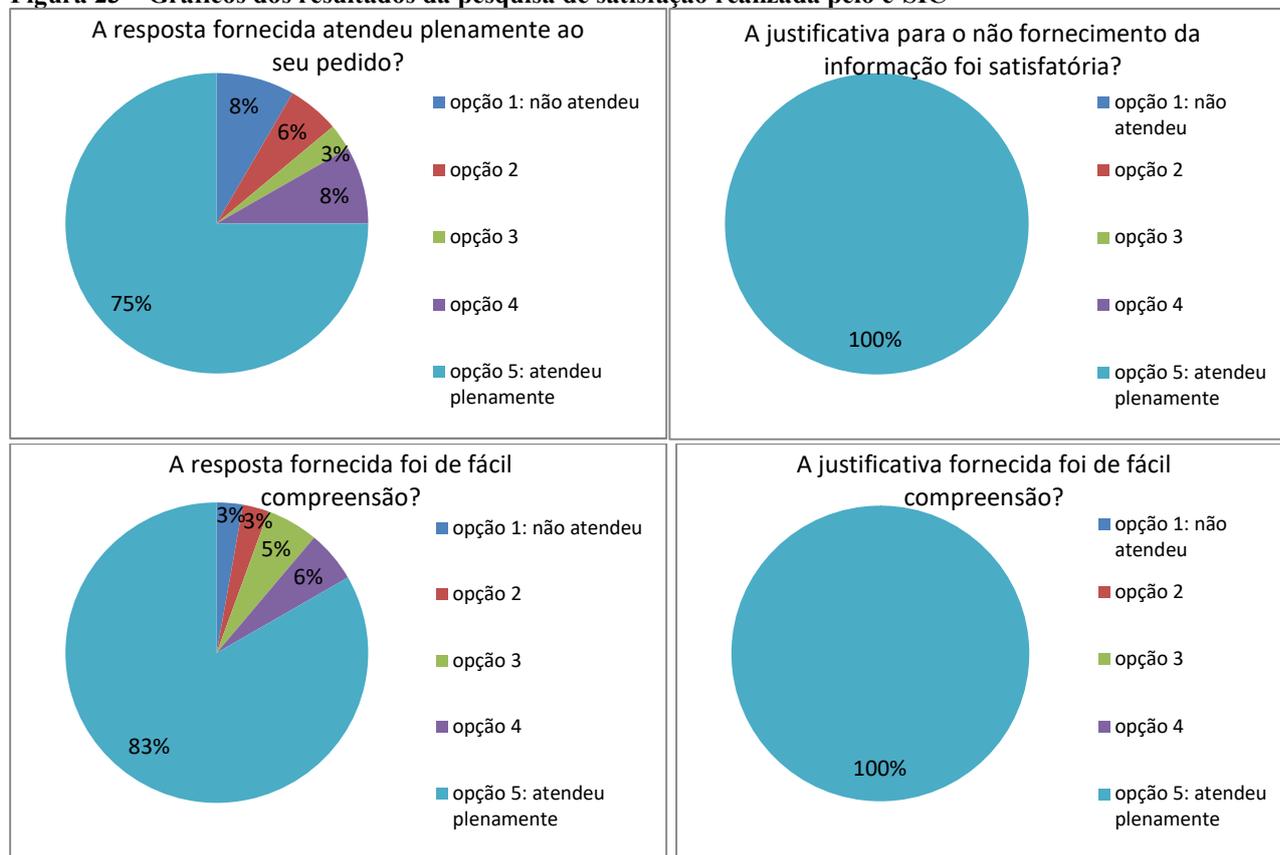
A partir dos resultados obtidos nessa pesquisa de satisfação, conseguimos diagnosticar os problemas no atendimento das demandas e trabalhar nas melhorias, aprimorando os serviços prestados. Todavia, foi possível observar que estamos executando um bom trabalho, quando 95% dos respondentes utilizaria novamente nossos serviços, assim como os indicaria a outras pessoas.

Ainda no que diz respeito à pesquisa de satisfação, o e-SIC também possui em sua estrutura ferramenta de pesquisa de satisfação sobre o atendimento recebido pelo usuário do sistema. Das 92 duas pessoas que utilizaram o sistema em 2017, conforme item 5.1.2 deste

relatório, apenas 38 participaram da pesquisa. Dentre essas solicitações uma informação solicitada era inexistente e uma era solicitação repetida, as demais, todas tiveram o acesso concedido.

Com base no relatório dessa pesquisa de satisfação gerado pelo sistema, elaboramos os gráficos abaixo para melhor ilustrar o resultado da pesquisa.

Figura 23 – Gráficos dos resultados da pesquisa de satisfação realizada pelo e-SIC



Fonte: e-SIC/IFRR

5.4 MECANISMOS DE TRANSPARÊNCIA DAS INFORMAÇÕES RELEVANTES SOBRE A ATUAÇÃO DA UNIDADE

Atendendo ao que determina a Lei de Acesso à Informação nº 12.527/2011, os cidadãos interessados em informações sobre a atuação da Instituição podem acessar a aba “Acesso à Informação”, no menu esquerdo do portal do IFRR, endereço: <http://www.ifrr.edu.br/acessoainformacao>. Esta seção do sítio institucional é subdividida em subseções.

Na primeira subseção, “Institucional”, é possível acessar a estrutura organizacional do IFRR <http://www.ifrr.edu.br/acessoainformacao/institucional>, o Organograma, as Competências, as Bases Jurídicas, Quem é Quem, Horário de Atendimento, Agenda do Reitor.

Em “Ações e Programas”, <http://www.ifrr.edu.br/acessoainformacao/acoes-e-programas>, há relatórios sobre a atuação administrativa da instituição e estão divididas em cinco dimensões: Ensino, Pesquisa, Pós-graduação e Inovação Tecnológica, Extensão, Desenvolvimento Institucional, Administração.

Na subseção, “Participação Social”, é possível acessar a ouvidoria, Audiências e Consultas Públicas, os Conselhos e Órgãos Colegiados, Conferências e Outras Ações.

No tópico “Auditorias”, <http://www.ifrr.edu.br/acessoainformacao/auditorias>, o cidadão tem acesso aos Relatórios de Gestão, as informações referentes aos resultados de inspeções, auditorias, prestação e tomadas de conta realizadas no IFRR.

Na subseção “Receitas e Despesas”, <http://www.ifrr.edu.br/acessoainformacao/receitas-e-despesas>, há o encaminhamento para as páginas do Portal da Transparência onde são acessadas informações sobre execução orçamentária, despesas com diárias e passagens, orçamentos anuais, relatórios da execução orçamentária, previsão e arrecadação de receita pública no âmbito do IFRR.

Em “Licitações e Contratos” <http://www.ifrr.edu.br/acessoainformacao/licitacoes-e-contratos>, são divulgadas as licitações realizadas pelo IFRR, desde pregões eletrônicos, concorrências, chamadas públicas, tomadas de preço e lista de terceirizados da Reitoria, legislação específica.

Em “Servidores”, <http://www.ifrr.edu.br/acessoainformacao/servidores>, o cidadão pode acessar a lista de servidores, assim como todas as informações sobre eles disponibilizadas no Portal da Transparência, Editais de concursos públicos para ingresso no IFRR.

Em “Perguntas frequentes”, <http://www.ifrr.edu.br/acessoainformacao/perguntas-frequentes>, há a relação das perguntas mais frequentemente recebidas através dos canais de contato com a Instituição, assim como as respostas para cada uma delas.

O tópico “Informações Classificadas” <http://www.ifrr.edu.br/acessoainformacao/informacoes-classificadas>, é o espaço reservado para a divulgação das informações do Ministério da Educação classificadas ou desclassificadas nos graus de sigilo definidos no art. 24 da Lei nº 12.527/2011, em cumprimento ao disposto nos incisos I e II, do Art.45, do Decreto nº 7.724/2012. No IFRR até o momento, as informações são consideradas públicas.

O item “Serviço de Acesso ao Cidadão” <http://www.ifrr.edu.br/acessoainformacao/e-sic>, direciona para o arquivo completo da Lei e para uma apresentação que esclarece as principais dúvidas sobre a Lei. Já o item “Serviço de Informação ao Cidadão”, esclarece sobre o funcionamento do Serviço no IFRR, trazendo os nomes dos servidores responsáveis, o horário de atendimento e as formas de contato, o endereço de acesso ao setor responsável, telefone e e-mail, formulários para solicitação de informação e o endereço eletrônico para solicitação online.

Um tópico “Formulários” também traz em separado os arquivos necessários para realizar a solicitação de informação, interpor recurso e realizar reclamação, tanto para pessoas físicas quanto jurídicas.

Em “Convênios e Transferências”, <http://www.ifrr.edu.br/acessoainformacao/convenios-e-transferencias>, o cidadão pode ter acesso às informações sobre os repasses e transferências de recursos financeiros efetuados pelo IFRR.

5.5 MEDIDAS PARA GARANTIR A ACESSIBILIDADE AOS PRODUTOS, SERVIÇOS E INSTALAÇÕES

Com o objetivo de garantir a acessibilidade no IFRR aos produtos, aos serviços e às instalações, foram adotadas as seguintes medidas na instituição:

- Revisão do Regimento Interno do Comitê de Políticas Inclusivas, devidamente aprovado pelo Consup por meio da RESOLUÇÃO N.º 182/CONSELHO SUPERIOR, de 26 de dezembro de 2014;
- Monitoramento de alunos com Necessidades Educacionais Específicas (NEEs) nos *Campi* do Instituto;
- Contratação de tradutor e intérprete de Libras para atender alunos surdos dos cursos técnicos e superiores dos campi do IFRR;
- Oferta de Curso de Formação Inicial e Continuada (FIC) de Educação Profissional e Tecnológica Inclusiva pelo *Campus* Novo Paraíso;
- Cumprimento do Decreto n.º 5.626, de 22 de dezembro de 2005, mais especificamente de seu artigo 3.º, que inclui a Libras como disciplina curricular obrigatória nos cursos de formação de professores para o exercício do magistério, em nível médio e superior, e nos cursos de Fonoaudiologia, de Instituições de ensino,

públicas e privadas, do sistema federal de ensino e dos sistemas de ensino dos estados, do Distrito Federal e dos municípios;

- Promoção, pelo *Campus* Boa Vista, do Festival Fitness, no dia 20 de setembro, com o objetivo de mobilizar a sociedade interna e externa para a defesa das escolas bilíngues para surdos;
- Comemoração ao dia nacional de LIBRAS, o qual oportunizou aos estudantes conhecimento aprofundado sobre a legislação que ampara a educação de surdos no Brasil e seus direitos no âmbito da sociedade, além disso, sensibilizou sobre o respeito e inclusão das pessoas com necessidades especiais e a representatividade em eventos de LIBRAS por servidores do IFRR e contribuiu para demonstrar os trabalhos e ações desenvolvidos dentro da Instituição e Elaboração do Plano de Curso FIC- LIBRAS;
- Atuação do Núcleo de Inclusão (NI), o qual é composto por uma equipe interdisciplinar, instituída pela Portaria n.º 448, de 17 de julho de 2014.
- Atuação do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas que tem a finalidade de implementar as Leis n.ºs 10.639/03 e 11.645/08, pautadas na construção da cidadania por meio da valorização da identidade étnico-racial, principalmente, de negros, afrodescendentes e indígenas.
- Realização do Dia Alusivo de Luta das Pessoas com Deficiência (NAPNE) – DAPE, com palestra sobre Distrofia Muscular de Duchenne;
- Realização do I Seminário Pedagógico numa perspectiva Inclusiva (NAPNE) – DAPE, com Amostra de Educação Inclusiva, em parceria com a Secretaria Municipal de Educação e o Instituto Federal de Roraima/NAPNE;
- Realização de Oficina de Orientação pedagógica na perspectiva inclusiva (NAPNE) – DAPE, voltada para os aspectos gerais sobre inclusão educacional e barreiras a serem superadas e a experiência em sala de aula com alunos com surdez e alunos com deficiência física;
- Encontro Pedagógico – DAPE - com a realização de oficinas voltadas para a Elaboração de sala virtual, Treinamento em Bases de Dados / Fontes de Pesquisa, Elaboração de Salas Virtuais no Ambiente Virtual de Aprendizagem e Libras – Comunicar para Incluir;

- Organização do acervo bibliográfico, disponibilização da classificação das obras por assunto, disseminação do acervo disponível online, magnetização dos livros novos e restaurados;
- Disseminação de informações das novas aquisições nos acervos bibliográficos – BIBLIOTECA, feita por meio da divulgação da Rede Pergamum, visando à melhoria no processo de conhecimento/informação dos usuários acerca das novas aquisições;
- Realização de treinamento de Usuário na Rede de Bibliotecas Pergamum – Biblioteca - pesquisa em Bases de Dados / Fontes de Pesquisa, periódicos da CAPES e demais serviços oferecidos pela biblioteca;
- Organização da Sala de Pesquisa Virtual – Manutenção e aquisição de equipamentos – BIBLIOTECA, visando Melhoria do ensino e aprendizagem dos usuários, por meio da pesquisa e oportunizando acessibilidade para usuários que não possuem equipamentos eletrônicos;
- Mudança de layout da biblioteca com a adequação do mobiliário quanto a sua disposição, a fim de promover o bem estar dos usuários e servidores que utilizam o espaço para pesquisa e trabalho, do espaço físico e distinção visual no que diz respeito à circulação entre as estantes, acesso a área de estudo em grupo, acesso às cabines de pesquisa e estudo individualizado e acesso aos serviços de orientação dos usuários;
- Produção e divulgação de materiais informativos diversos e periódicos sobre as políticas editoriais, com a atualização da página da PROEN no site institucional, onde foi inserido a legislação educacional e Articulação com DTI e Ascom da Reitoria para criação de link na página institucional para divulgação das ações do PIBID-IFRR;
- Fomento de ações de apoio aos alunos – NEABI, com a consolidação do NEABI enquanto locus de construção de uma consciência/cultura de cidadania, primando pelo respeito ao indivíduo e aos coletivos das minorias, como indígenas, pretos e população LGBTT;
- Na ação referente ao CINE NEABI, divulgação dos direitos das minorias, indígenas, pretos, população LGBT, bem como a construção de uma cultura de respeito e paz entre as pessoas de nossa sociedade;
- Realização da IV Semana da Negritude do IFRR – NEABI objetivando apresentar a importância da cultura Afro na construção dos valores e da cultura em

Roraima, na Região Norte e no Brasil e valorização das raízes culturais de cunho Afro e a influência no cotidiano das vidas de todos os brasileiros. Também foi realizada a Mostra de Capoeira pelo Grupo Raízes do Brasil, com palestra e envolvimento de estudantes e servidores do *Campus Boa Vista*;

- Na I Semana Indígena do IFRR – NEABI – CBV foi realizada a “Mostra de Cultura Indígena: Intercâmbio de Saberes entre os Indígenas e os Estudantes e Servidores do *Campus Boa Vista/IFRR*”. Apresentaram artesanato, panelas de barro, dança indígena, mostra de Itinerante de Fotografias de Indígenas de Roraima, em parceria com a Secretaria de Bem estar Social do Estado de Roraima;

- Dia Internacional da Língua Gestual - 25/02;

- Entrevista na rádio do *Campus* explicando sobre a Síndrome de Down e exibição posterior nos televisores do CAM;

- Dia Mundial da conscientização sobre o Autismo no CAM: Confeção de painel sobre o Autismo, como também, disponibilização de uma cabine no corredor do *Campus* onde os interessados poderiam assistir a um vídeo que explorava o “ver e ouvir do autista”. A ação também contou com a distribuição de panfletos sobre a temática;

- Apresentação de duas músicas em Libras na programação em alusão ao dia do índio no CAM;

- Seminário de Inclusão e Diversidade, que promoveu os seguintes grupos de trabalhos: 1) Bullying: você é alvo, espectador ou autor?, 2) Educação para a diversidade: vencendo estereótipos e 3) Práticas Inclusivas na Escola: desafios e perspectivas, realizado no CAM;

- Curso de Libras Básico I, com carga horária de 40 horas, realizado no CAM;

- Palestra, realizada no CAM, sobre a identidade indígena em alusão ao Dia Internacional da mulher indígena;

- Realização, no CAM, de palestras e colóquios abordando temas relacionados à sexualidade, diversidade e respeito à diferença;

- Realização no CAM de evento/ação (semana da Consciência Negra, Feira de Artes Indígenas e/ou Fórum Intermunicipal de Inclusão) – Semana da consciência negra, I Seminário de Educação do Campo; I Feira Intercultural. Proporcionou a toda a comunidade escolar reflexão acerca das diferenças étnicas, raciais e de inclusão,

favorecendo respeito às diferenças e às culturas. Além da reflexão sobre a importância da construção e fortalecimento da educação do campo;

- Instituição do Comitê Gestor de Políticas para a Educação Escolar Indígena do IFRR.

6 DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

Esse tópico visa demonstrar o desempenho financeiro do Instituto Federal de Roraima no exercício de 2017, de maneira a proporcionar aos leitores deste relatório melhor compreensão sobre a posição patrimonial e financeira, bem como o resultado e o desempenho financeiro da Instituição.

6.1 DESEMPENHO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO

A gestão financeira do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima foi executada dentro dos limites previstos pela programação orçamentária e financeira, conforme a Lei nº 13.414, 10 de janeiro de 2017, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício de 2017. Com base no Balanço Financeiro, apresentado no item 6.4 - Demonstrações Contábeis exigidas pela Lei 4.320/64, o total dos ingressos e dispêndios, no exercício de 2017, foi de R\$ 169.987.431,94 (cento e sessenta e nove milhões, novecentos e oitenta e sete mil, quatrocentos e trinta e um reais e noventa e quatro centavos).

a) Dos Ingressos Financeiros

Os ingressos financeiros são provenientes da geração de recursos próprios, transferências financeiras recebidas do Ministério da Educação resultantes da execução orçamentária e também independente desta, do saldo dos empenhos inscritos em restos a pagar, que representam os recebimentos extraorçamentários e o saldo da conta caixa e equivalentes de caixa registrado no final do exercício de 2016. Segue abaixo composição dos ingressos financeiros para atender despesas com o funcionamento do órgão e manutenção do ensino, pesquisa e extensão:

- **Receitas Orçamentárias (receitas próprias):** o total de receitas realizadas foi de R\$ 327.824,38 (trezentos e vinte e sete mil, oitocentos e vinte e quatro reais e trinta e oito centavos), que corresponde a 0,19% (zero vírgula dezenove por cento) do total dos ingressos em 2017, sendo que a sua previsão inicial foi de R\$ 349.185,00 (trezentos e quarenta e nove mil, cento e oitenta e cinco reais), sofreu uma frustração de -R\$ 21.360,62 (vinte e um mil, trezentos e sessenta reais e sessenta e dois centavos negativos). No processo da arrecadação de receitas próprias foram registradas as:

- Ordinárias no total de R\$ 182.296,47 (cento e oitenta e dois mil, duzentos e noventa e seis reais e quarenta e sete centavos), referente a receitas com restituições e indenizações ao erário.

- Vinculadas no total de R\$ 145.527,91 (cento e quarenta e cinco mil, quinhentos e vinte e sete reais e noventa e um centavos), referente a receitas com alugueis, serviços administrativos, taxas de inscrições de vestibular e outras receitas correntes.

- Transferências financeiras recebidas: R\$ 158.432.100,04 (cento e cinquenta e oito milhões, quatrocentos e trinta e dois mil, cem reais e quatro centavos) que corresponde ao percentual de 93,20% (noventa três vírgula vinte por cento) do total de ingressos financeiros e são referente a repasses recebidos do MEC. E foram distribuídos da seguinte forma:

- Resultantes da Execução Orçamentária no total de recursos recebidos entre repasses e sub-repasses foi de R\$ 134.044.499,77 (cento e trinta e quatro milhões, quarenta e quatro mil, quatrocentos e noventa e nove reais, e setenta e sete centavos); e

- Independentes da execução orçamentária o total de transferências recebidas para pagamento de restos a pagar foi de R\$ 23.481.037,24 (vinte e três milhões, quatrocentos e oitenta e um mil, trinta e sete reais e vinte e quatro centavos).

- Recebimentos extraorçamentários: R\$ 9.851.813,87 (nove milhões, oitocentos e cinquenta e um mil, oitocentos e treze reais e oitenta e sete centavos) que representa 5,79% (cinco vírgula setenta e nove por cento) do total dos ingressos, estes são relacionadas às contas de RP processados e não processados, depósitos restituíveis e valores vinculado e outros recebimentos extraorçamentários.

- Saldo do exercício anterior: R\$ 1.375.693,65 (um milhão, trezentos e setenta e cinco mil, seiscentos e noventa e três reais e sessenta e cinco centavos) refere-se ao valor registrado no final do exercício de 2016 na conta caixa e equivalentes de caixa.

b) Dos Dispêndios Financeiros

Os dispêndios financeiros são relacionados ao conjunto de despesas empenhadas e pagas no exercício de 2017, além do registro dos pagamentos das despesas extraorçamentários referente a restos a pagar processados e não processados, depósitos restituíveis e o saldo do caixa para o exercício seguinte. A composição dos dispêndios foi realizada como segue abaixo:

- Despesas Orçamentárias – R\$ 132.918.623,06 (cento e trinta e dois milhões, novecentos e dezoito mil, seiscentos e vinte e três reais e seis centavos) que corresponde a pessoal e encargos sociais e demais despesas correntes e de capital e representa 78,19% (setenta e oito vírgula dezenove por cento) do total empenhado no exercício; e deste total foram pagos R\$ 123.100.674,40 (cento e vinte e três milhões, cem mil, seiscentos e setenta e quatro reais e quarenta centavos), que representa 92,61% (noventa e dois vírgula sessenta e um por cento) do total empenhado.

- Transferências Financeiras Concedidas: R\$ 21.871.759,26 (vinte e um milhões, oitocentos e setenta e um mil, setecentos e cinquenta e nove reais e vinte e seis centavos) e representa 12,86% (doze vírgula oitenta e seis por cento) do total dos dispêndios, que correspondem a transferências:

Resultantes da execução orçamentária

- Repasses concedidos para a UFRRJ no valor de R\$ 198.889,75 (cento e noventa e oito mil, oitocentos e oitenta e nove reais e setenta e cinco centavos); e

- Sub-repasses concedidos aos *Campi* Boa Vista, Novo Paraíso, Boa Vista Zona Oeste e Amajari que totalizaram R\$ 10.816.224,16 (dez milhões, oitocentos e dezesseis mil, duzentos e vinte e quatro reais e dezesseis centavos);

Independentes da execução orçamentária

- Transferências concedidas para pagamento de restos a pagar foi de R\$ 10.674.348,88 (dez milhões, seiscentos e setenta e quatro mil, trezentos e quarenta e oito reais e oitenta e oito centavos); e

- Movimento de saldos patrimoniais com registro de R\$ 182.296,47 (cento e oitenta e dois mil, duzentos e noventa e seis reais e quarenta e sete centavos), referente aos recolhimentos realizados com indenizações e restituições ao erário.

- Despesas Extraorçamentárias: R\$ 13.895.334,02 (treze milhões, oitocentos e noventa e cinco mil, trezentos e trinta e quatro reais e dois centavos), representa 8,17% (oito vírgula dezessete por cento) do total dos dispêndios e são relacionadas aos pagamentos realizados dos restos a pagar processados de R\$ 717.399,34 (setecentos e dezessete mil, trezentos e noventa e nove reais e trinta e quatro centavos), restos a pagar não processados de R\$ 13.144.655,45 (treze milhões, cento e quarenta e quatro mil, seiscentos e cinquenta e cinco reais e quarenta e cinco centavos) e depósitos restituíveis de R\$ 33.279,23 (trinta e três mil, duzentos e setenta e nove reais e vinte e três centavos).

- Saldo para o exercício seguinte - R\$ 1.301.715,60 (um milhão, trezentos e um mil, setecentos e quinze reais e sessenta centavos), refere-se ao valor registrado na conta caixa e equivalentes de caixa para o exercício seguinte.

Com base nos relatórios contábeis podemos concluir que a execução financeira teve um desempenho positivo no exercício de 2017. As transferências financeiras recebidas e os recebimentos extraorçamentários corresponderam a 98,99% (noventa e oito vírgula noventa e nove por cento) do total dos ingressos de recursos financeiros. E foi realizado o pagamento de aproximadamente 92,61% (noventa e dois vírgula sessenta e um por cento) do total das despesas empenhadas no exercício e de 99,04% (noventa e nove vírgula zero quatro por cento) do total de restos a pagar inscrito que foram executados em 2017.

Quanto à rotina dos recebimentos de recursos financeiros, em 2017 apresentamos uma ressalva em relação aos recursos vinculados a créditos provenientes de emendas parlamentares que geralmente levavam de 90 a 120 dias para serem liberados após a liquidação dos compromissos, o que causou um grande transtorno para a Instituição, pois não conseguíamos honrar os nossos compromissos dentro do prazo legal. Além disso, houve a dificuldade no processo de solicitação do

recurso e ao acesso às informações referentes aos atrasos das liberações. Em relação aos demais repasses de recursos financeiros não houve nenhum contratempo, pois os recursos eram liberados quinzenalmente, conforme o percentual de despesas liquidadas no período, seguindo a ordem cronológica de entrada na Instituição para efeitos de critério de pagamento.

6.2 TRATAMENTO CONTÁBIL DA DEPRECIÇÃO, DA AMORTIZAÇÃO E DA EXAUSTÃO DE ITENS DO PATRIMÔNIO E AVALIAÇÃO E MENSURAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS

O IFRR vem atendendo a NBC T 16.9 e a NBC T 16.10 e suas alterações conforme determinação do Conselho Federal de Contabilidade e a Portaria Nº 184/08 do Ministério da fazenda.

As tabelas de vida útil econômica do ativo e o valor residual foram definidos e padronizados pela Coordenação-Geral de Contabilidade e Custos Da União devido à necessidade de padronização de critérios dos órgãos da Administração Pública direta, autarquias e fundações públicas pertencentes ao Orçamento Fiscal e da Seguridade Social (OFSS) para geração de dados consistentes e comparáveis. Essa padronização viabilizou a divulgação nas notas explicativas do Balanço Geral da União dos critérios adotados para depreciação.

A metodologia utilizada está detalhada no Manual Siafi, na Macrofunção 020330 - DEPRECIÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO NA ADM. DIR. UNIÃO AUT. E FUNDAÇÕES, onde estabelece os prazos de vida útil e valores residuais a serem aplicados em cada conta contábil, utilizando-se o método das quotas constantes.

O registro da depreciação foi lançado no Siafi, no entanto, ainda está pendente o registro nos Controles Patrimoniais de cada unidade gestora subordinada, por pendência de inclusões do bens adquiridos a partir de 2010, pois como o Suap só foi disponibilizado a este Instituto no final do exercício de 2013 pelo Instituto Federal do Rio Grande Norte (IFRN), alguns bens foram cadastrados por lotes e em bens a classificar no *Campus* Boa Vista. O sistema gera um relatório do Órgão, que significa que, se em alguma das unidades existe inconsistência de registro, o relatório não é gerado. Esforços estão sendo envidados no Patrimônio do *Campus* Boa Vista para as correções desses registros para que possamos dar início ao registro de depreciação em sistema específico de patrimônio.

Quanto à avaliação e mensuração de ativos e passivos, os bens móveis da unidade jurisdicionada adquiridos antes do exercício de 2010 foram avaliados no exercício de 2012, por uma Comissão de Avaliação de Bens Móveis, nomeados por meio da Portaria Gab. Reitoria 1.321/2011 e atendeu ao item 16 da Macrofunção 020330 – Reavaliação, Redução a Valor Recuperável,

Deprec., Amort. e exaustão na Adm. Direta da União, Autarq. e Fundacional do Manual Siafi, utilizando-se como critério de avaliação o preço de mercado, e avaliando as contas:

Quadro 1 – Bens Móveis Avaliados no Exercício de 2012

Conta	Título
142.12.35.00	Equipamentos de Processamento de Dados
142.12.52.00	Veículos de Tração Mecânica
142.12.06.00	Aparelhos e Equipamentos de Comunicação

Fonte: Proad

De acordo com o resultado dos trabalhos da Comissão de Avaliação de Bens Móveis, como pode ser verificado no processo 23231.000017.2012-90, os bens foram reduzidos a valor recuperável e precisam ser atualizados nos Controles Patrimoniais para posteriormente realizar o registro no Siafi. Considerando que não existe o módulo de reavaliação não houve o registro destas avaliações patrimoniais realizadas no exercício de 2012. Com a descentralização das atividades de execução orçamentária, financeira e contábil por meio da Portaria nº 1527/2013 de 16/10/2013, cada *Campus* deve ser responsável pela observância das normas.

O impacto da utilização dos critérios contidos na NBC T 16.9 e NBC T 16.10 e suas alterações sobre o resultado apurado foi um decréscimo de 6,31% (seis vírgula trinta e um por cento) sobre o Imobilizado do exercício de 2017.

6.3 SISTEMÁTICA DE APURAÇÃO DE CUSTOS NO ÂMBITO DA UNIDADE

Quanto à utilização de Sistema de Informações de Custos, o IFRR ainda não implantou a sistemática de apuração dos custos por programas e unidades administrativas bem como dos bens e serviços resultantes da atuação da unidade prestadora de contas.

A Unidade Jurisdicionada integra o Poder Executivo, mas quanto à utilização do Sistema de Informações de Custos do Governo Federal (SIC) este é restrito aos servidores integrantes dos Comitês de Análise e Avaliação das Informações de Custos nos órgãos superiores da administração pública federal, ou indicados por unidades de gestão interna reconhecidas como órgãos setoriais do Sistema de Custos do Governo Federal.

Para uso do SIC o servidor deve estar devidamente cadastrado e habilitado junto à área de suporte ao sistema na Secretaria do Tesouro Nacional, em posse de senha pessoal e intransferível vinculada a seu CPF. Além disso, sugere-se que qualquer usuário do SIC seja suficientemente capacitado para o seu uso adequado, o que ainda não ocorreu a nível dos Institutos Federais.

6.4 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXIGIDAS PELA LEI 4.320/64 E NOTAS EXPLICATIVAS

De acordo com o art. 101 da Lei 4.320/64, os resultados gerais do exercício serão demonstrados no Balanço Orçamentário, no Balanço Financeiro, no Balanço Patrimonial e na Demonstração das Variações Patrimoniais, além de outros demonstrativos. As demonstrações contábeis do IFRR são realizadas por meio dos lançamentos registrados no Siafi Operacional ou Web. Em relação ao exercício de 2017, as demonstrações disponíveis no Siafi Web são as seguintes: Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro, Balanço Patrimonial e Demonstração dos Fluxos de Caixa, que serão anexadas ao Relatório de Gestão.

As informações adicionais que explicam uma situação específica inerente a cada demonstração foram apresentadas em notas explicativas no decorrer do exercício de 2017.

6.4.1 Balanço Orçamentário - Todos os Orçamentos



MINISTÉRIO DA FAZENDA

SECRETARIA DO TESOUREO NACIONAL

EXERCICIO 2017 PERIODO

EMISSAO 07/02/2018 PAGINA 1

TITULO BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS

SUBTITULO 26437 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DE RORAIMA - AUTARQUIA

ORGAO SUPERIOR 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2017	2016	ESPECIFICAÇÃO	2017	2016
Receitas Orçamentárias	327.824,38	490.900,22	Despesas Orçamentárias	132.918.623,06	118.043.311,83
Ordinárias	182.296,47	345.247,08	Ordinárias	44.859.994,96	30.132.596,76
Vinculadas	145.527,91	145.653,14	Vinculadas	88.058.628,10	87.910.715,07
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	145.527,91	145.653,14	Educação	85.212.721,99	81.787.219,28
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-	-	Seguridade Social (Exceto RGPS)		5.872.596,79
			Operação de Crédito	1.415.460,66	200.000,00
			Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	141.687,31	50.899,00
			Outros Recursos Vinculados a Fundos	1.288.758,14	
Transferências Financeiras Recebidas	158.432.100,04	137.337.633,59	Transferências Financeiras Concedidas	21.871.759,26	22.312.778,17
Resultantes da Execução Orçamentária	134.044.499,77	112.662.819,83	Resultantes da Execução Orçamentária	11.015.113,91	10.907.359,08
Repasse Recebido	123.228.275,61	101.943.546,01	Repasse Concedido	198.889,75	188.085,26
Sub-repasse Recebido	10.816.224,16	10.719.273,82	Sub-repasse Concedido	10.816.224,16	10.719.273,82
Independentes da Execução Orçamentária	24.387.600,27	24.674.813,76	Independentes da Execução Orçamentária	10.856.645,35	11.405.419,09
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	23.481.037,24	23.347.623,22	Transferências Concedidas para Pagamento de RP	10.674.348,88	11.060.172,01
Movimentação de Saldos Patrimoniais	906.563,03	1.327.190,54	Movimento de Saldos Patrimoniais	182.296,47	345.247,08
Aporte ao RPPS	-	-	Aporte ao RPPS	-	-
Aporte ao RGPS	-	-	Aporte ao RGPS	-	-
Recebimentos Extraorçamentários	9.851.813,87	16.533.636,76	Despesas Extraorçamentárias	13.895.334,02	14.093.951,82
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	385.487,01	341.474,08	Pagamento dos Restos a Pagar Processados	717.399,34	725.019,81
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	9.432.462,65	15.976.354,95	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	13.144.655,45	13.152.754,31
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	33.279,23	215.078,93	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	33.279,23	215.078,93
Outros Recebimentos Extraorçamentários	584,98	728,80	Outros Pagamentos Extraorçamentários	-	1.098,77
Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	584,98		Ordens Bancárias Sacadas - Cartão de Pagamento		751,00
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior		728,80	Demais Pagamentos		347,77
Saldo do Exercício Anterior	1.375.693,65	1.463.564,90	Saldo para o Exercício Seguinte	1.301.715,60	1.375.693,65
Caixa e Equivalentes de Caixa	1.375.693,65	1.463.564,90	Caixa e Equivalentes de Caixa	1.301.715,60	1.375.693,65
TOTAL	169.987.431,94	155.825.735,47	TOTAL	169.987.431,94	155.825.735,47



EXERCÍCIO 2017	PERÍODO Anual
EMISSÃO 07/02/2018	PÁGINA 1
VALORES EM UNIDADES DE R\$	

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	26437 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DE RORAIMA - AUTARQUIA
ORGAO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES	349.185,00	349.185,00	327.824,38	-21.360,62
Receitas Tributárias	-	-	-	-
Impostos	-	-	-	-
Taxas	-	-	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-	-	-
Receitas de Contribuições	-	-	-	-
Contribuições Sociais	-	-	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-	-	-
Cont. Entidades Privadas de Serviço Social Formação Profis.	25.526,00	25.526,00	16.673,60	-8.852,40
Receita Patrimonial	25.526,00	25.526,00	16.673,60	-8.852,40
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	-	-	-	-
Valores Mobiliários	-	-	-	-
Delegação de Serviços Públicos	-	-	-	-
Exploração de Recursos Naturais	-	-	-	-
Exploração do Patrimônio Intangível	-	-	-	-
Cessão de Direitos	-	-	-	-
Demais Receitas Patrimoniais	323.659,00	323.659,00	120.187,00	-203.472,00
Receita Agropecuária	323.659,00	323.659,00	120.165,00	-203.494,00
Receita Industrial	-	-	-	-
Receitas de Serviços	-	-	-	-
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	-	-	-	22,00
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	-	-	22,00	-
Serviços e Atividades Referentes à Saúde	-	-	-	190.963,78
Serviços e Atividades Financeiras	-	-	190.963,78	8.667,31
Outros Serviços	-	-	8.667,31	182.296,47
Transferências Correntes	-	-	182.296,47	-
Outras Receitas Correntes	-	-	-	-
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	-	-	-	-
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	-	-	-	-
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	-	-	-	-
Demais Receitas Correntes	-	-	-	-
RECEITAS DE CAPITAL	-	-	-	-
Operações de Crédito	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-	-
Alienação de Bens	-	-	-	-
Alienação de Bens Móveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Intangíveis	-	-	-	-
Amortização de Empréstimos	-	-	-	-
Transferências de Capital	-	-	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-



EXERCÍCIO 2017	PERÍODO Anual
EMISSÃO 07/02/2018	PÁGINA 2
VALORES EM UNIDADES DE R\$	

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	26437 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DE RORAIMA - AUTARQUIA
ORGAO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
Integralização do Capital Social	-	-	-	-
Resultado do Banco Central do Brasil	-	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Resgate de Títulos do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Demais Receitas de Capital	-	-	-	-
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	-
SUBTOTAL DE RECEITAS	349.185,00	349.185,00	327.824,38	-21.360,62
REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	349.185,00	349.185,00	327.824,38	-21.360,62
DEFICIT			132.590.798,68	132.590.798,68
TOTAL	349.185,00	349.185,00	132.918.623,06	132.569.438,06
DETALHAMENTO DOS AJUSTES NA PREVISÃO ATUALIZADA	-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Superávit Financeiro	-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Excesso de Arrecadação	-	-	-	-
Créditos Cancelados Líquidos	-	-	-	-
Créditos Adicionais Reabertos	-	-	-	-

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	110.233.862,00	131.437.892,00	128.349.972,49	123.368.014,85	122.982.527,84	3.087.919,51
Pessoal e Encargos Sociais	84.186.950,00	104.985.936,00	102.825.524,03	102.749.868,83	102.749.868,83	2.160.411,97
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	26.046.912,00	26.451.956,00	25.524.448,46	20.618.146,02	20.232.659,01	927.507,54
DESPESAS DE CAPITAL	19.485.853,00	15.253.024,00	4.568.650,57	118.145,56	118.145,56	10.684.373,43
Investimentos	19.485.853,00	15.253.024,00	4.568.650,57	118.145,56	118.145,56	10.684.373,43
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-	-	-	-	-
RESERVA DO RPPS	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS	129.719.715,00	146.690.916,00	132.918.623,06	123.486.160,41	123.100.673,40	13.772.292,94
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-



EXERCÍCIO 2017	PERÍODO Anual
EMISSÃO 07/02/2018	PÁGINA 3
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	26437 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DE RORAIMA - AUTARQUIA
ORGAO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	129.719.715,00	146.690.916,00	132.918.623,06	123.486.160,41	123.100.673,40	13.772.292,94
TOTAL	129.719.715,00	146.690.916,00	132.918.623,06	123.486.160,41	123.100.673,40	13.772.292,94

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	3.118.639,19	5.816.450,14	4.104.471,96	4.078.178,92	2.858.034,70	1.998.875,71
Pessoal e Encargos Sociais	-	37.513,87	26.708,40	26.708,40	10.805,47	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	3.118.639,19	5.778.936,27	4.077.763,56	4.051.470,52	2.847.229,23	1.998.875,71
DESPESAS DE CAPITAL	3.938.853,54	10.159.904,81	9.092.049,04	9.066.476,53	179.210,69	4.853.071,13
Investimentos	3.938.853,54	10.159.904,81	9.092.049,04	9.066.476,53	179.210,69	4.853.071,13
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL	7.057.492,73	15.976.354,95	13.196.521,00	13.144.655,45	3.037.245,39	6.851.946,84

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	66.387,52	500.631,56	490.245,46	11.198,58	65.575,04
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	66.387,52	500.631,56	490.245,46	11.198,58	65.575,04
DESPESAS DE CAPITAL	-	233.412,85	227.153,88	-	6.258,97
Investimentos	-	233.412,85	227.153,88	-	6.258,97
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
TOTAL	66.387,52	734.044,41	717.399,34	11.198,58	71.834,01



EXERCÍCIO 2017	PERÍODO Anual
EMISSÃO 07/02/2018	PÁGINA 2
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TÍTULO	BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	26437 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DE RORAIMA - AUTARQUIA
ORGAO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2017	2016	ESPECIFICAÇÃO	2017	2016
(-) Amortização Acumulada de Marcas, Direitos e Patentes Ind	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Marcas, Direitos e Pat.	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Direito de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável Direito de Uso de Imóveis	-	-			
Diferido	-	-			
TOTAL DO ATIVO	113.546.974,16	109.219.589,13	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	113.546.974,16	109.219.589,13

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2017	2016	ESPECIFICAÇÃO	2017	2016
ATIVO FINANCEIRO	1.301.715,60	1.375.693,65	PASSIVO FINANCEIRO	16.742.205,49	23.834.279,61
ATIVO PERMANENTE	112.245.258,56	107.843.895,48	PASSIVO PERMANENTE	2.580,00	2.580,00
			SALDO PATRIMONIAL	96.802.188,67	85.382.729,52

Quadro de Compensações

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2017	2016	ESPECIFICAÇÃO	2017	2016
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos			ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos		
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	11.986.769,10	11.275.104,17	SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	15.691.418,13	33.182.878,39
Execução dos Atos Potenciais Ativos	11.986.769,10	11.275.104,17	Execução dos Atos Potenciais Passivos	15.691.418,13	33.182.878,39
Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar	-	-	Garantias e Contragarantias Concedidas a Execut	-	-
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Cong	11.976.264,44	11.264.599,51	Obrigações Conveniadas e Outros Instrum Congên	772.024,99	1.276.914,74
Direitos Contratuais a Executar	10.504,66	10.504,66	Obrigações Contratuais a Executar	14.919.393,14	31.905.963,65
Outros Atos Potenciais Ativos a Executar	-	-	Outros Atos Potenciais Passivos a Executar	-	-
TOTAL	11.986.769,10	11.275.104,17	TOTAL	15.691.418,13	33.182.878,39

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERAVIT/DEFICIT FINANCEIRO
Recursos Ordinários	-1.225.201,07
Recursos Vinculados	-14.215.288,82
Educação	-12.364.964,82
Operação de Crédito	-1.415.460,66
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	879.164,80
Outros Recursos Vinculados a Fundos	-1.314.028,14
TOTAL	-15.440.489,89



EXERCICIO 2017	PERIODO Anual
EMISSAO 07/02/2018	PAGINA 1
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TITULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTITULO	26437 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DE RORAIMA - AUTARQUIA
ORGAO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

	2017	2016
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	9.337.797,92	8.729.359,34
INGRESSOS	158.793.203,65	138.044.341,54
Receitas Derivadas e Originárias	327.824,38	490.900,22
Receita Tributária	-	-
Receita de Contribuições	-	-
Receita Patrimonial	16.673,60	20.085,00
Receita Agropecuária	-	-
Receita Industrial	-	-
Receita de Serviços	120.187,00	125.513,14
Remuneração das Disponibilidades	-	-
Outras Receitas Derivadas e Originárias	190.963,78	345.302,08
Transferências Correntes Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências Correntes Recebidas	-	-
Outros Ingressos das Operações	158.465.379,27	137.553.441,32
Ingressos Extraorçamentários	33.279,23	215.078,93
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior	-	728,80
Transferências Financeiras Recebidas	158.432.100,04	137.337.633,59
DESEMBOLSOS	-149.455.405,73	-129.314.982,20
Pessoal e Demais Despesas	-112.541.487,80	-94.776.830,16
Legislativo	-	-
Judiciário	-	-
Essencial à Justiça	-	-
Administração	-	-
Defesa Nacional	-	-
Segurança Pública	-	-
Relações Exteriores	-	-
Assistência Social	-	-
Previdência Social	-11.843.863,31	-7.805.412,32
Saúde	-	-
Trabalho	-	-
Educação	-100.698.209,47	-86.947.866,84
Cultura	-	-
Direitos da Cidadania	-	-
Urbanismo	-	-
Habitação	-	-
Saneamento	-	-
Gestão Ambiental	-	-
Ciência e Tecnologia	-	-
Agricultura	-	-
Organização Agrária	-	-



EXERCÍCIO 2017	PERÍODO Anual
EMISSÃO 07/02/2018	PÁGINA 2
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	26437 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DE RORAIMA - AUTARQUIA
ORGAO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

	2017	2016
Indústria	-	-
Comércio e Serviços	-	-
Comunicações	-	-
Energia	-	-
Transporte	-	-
Desporto e Lazer	-	-22.800,00
Encargos Especiais	-	-
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	584,98	-751,00
Juros e Encargos da Dívida	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	-	-
Outros Encargos da Dívida	-	-
Transferências Concedidas	-15.008.879,44	-12.009.947,17
Intergovernamentais	-	-
A Estados e/ou Distrito Federal	-	-
A Municípios	-	-
Intragovernamentais	-14.996.940,56	-11.952.678,05
Outras Transferências Concedidas	-11.938,88	-57.269,12
Outros Desembolsos das Operações	-21.905.038,49	-22.528.204,87
Dispêndios Extraorçamentários	-33.279,23	-215.078,93
Transferências Financeiras Concedidas	-21.871.759,26	-22.312.778,17
Demais Pagamentos	-	-347,77
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-9.411.775,97	-8.817.230,59
INGRESSOS	-	-
Alienação de Bens	-	-
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Outros Ingressos de Investimentos	-	-
DESEMBOLSOS	-9.411.775,97	-8.817.230,59
Aquisição de Ativo Não Circulante	-9.404.152,00	-8.783.293,88
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-	-
Outros Desembolsos de Investimentos	-7.623,97	-33.936,71
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-	-
INGRESSOS	-	-
Operações de Crédito	-	-
Integralização do Capital Social de Empresas Estatais	-	-
Transferências de Capital Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências de Capital Recebidas	-	-
Outros Ingressos de Financiamento	-	-
DESEMBOLSOS	-	-
Amortização / Refinanciamento da Dívida	-	-

EXERCÍCIO
2017PERÍODO
AnualTÍTULO
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOSEMISSÃO
07/02/2018PÁGINA
3SUBTÍTULO
26437 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DE RORAIMA - AUTARQUIAÓRGÃO SUPERIOR
26000 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2017	2016
Outros Desembolsos de Financiamento	-	-
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	-73.978,05	-87.871,25
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	1.375.693,65	1.463.564,90
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	1.301.715,60	1.375.693,65



EXERCICIO 2017	PERIODO Anual
EMISSAO 07/02/2018	PAGINA 1
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TITULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTITULO	26437 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DE RORAIMA - AUTARQUIA
ORGAO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2017	2016
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	158.979.463,19	138.946.503,83
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		
Impostos	-	-
Taxas	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-
Contribuições		
Contribuições Sociais	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-
Contribuição de Iluminação Pública	-	-
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais	-	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	136.860,60	145.596,89
Venda de Mercadorias	-	-
Vendas de Produtos	-	-
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	136.860,60	145.596,89
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras		
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	-	-
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Obtidos	-	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	-	-
Aportes do Banco Central	-	-
Outras Variações Patr. Aumentativas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Recebidas	158.640.330,23	137.907.102,35
Transferências Intragovernamentais	158.432.100,04	137.337.633,59
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências das Instituições Privadas	-	-
Transferências das Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências de Consórcios Públicos	-	-
Transferências do Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada de Entes	-	-
Transferências de Pessoas Físicas	-	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas	208.230,19	569.468,76
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	11.308,58	548.501,26
Reavaliação de Ativos	-	-
Ganhos com Alienação	-	-
Ganhos com Incorporação de Ativos	-	-
Ganhos com Desincorporação de Passivos	11.308,58	548.501,26
Reversão de Redução ao Valor Recuperável	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	190.963,78	345.303,33
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar	-	-
Resultado Positivo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-



EXERCICIO 2017	PERIODO Anual
EMISSAO 07/02/2018	PAGINA 17 2
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TITULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTITULO	26437 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DE RORAIMA - AUTARQUIA
ORGAO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2017	2016
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	190.963,78	345.303,33
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	150.878.324,56	129.469.876,94
Pessoal e Encargos	97.853.691,76	78.846.144,37
Remuneração a Pessoal	75.802.700,36	60.076.579,57
Encargos Patronais	15.014.022,07	11.885.773,40
Benefícios a Pessoal	6.833.880,04	6.609.142,21
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	203.089,29	274.649,19
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	11.880.330,46	7.821.331,51
Aposentadorias e Reformas	11.189.048,15	7.267.680,80
Pensões	654.815,16	537.731,52
Benefícios de Prestação Continuada	-	-
Benefícios Eventuais	-	-
Políticas Públicas de Transferência de Renda	-	-
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	36.467,15	15.919,19
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	16.961.354,39	16.186.750,87
Uso de Material de Consumo	974.273,43	1.759.726,15
Serviços	14.102.887,74	12.944.084,26
Depreciação, Amortização e Exaustão	1.884.193,22	1.482.940,46
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	2.467,84	-
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	2.467,84	-
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Concedidos	-	-
Aportes ao Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Concedidas	22.063.210,22	23.287.597,90
Transferências Intragovernamentais	21.871.759,26	22.312.778,17
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências a Instituições Privadas	-	-
Transferências a Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências a Consórcios Públicos	-	-
Transferências ao Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada a Entes	-	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas	191.450,96	974.819,73
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	7.623,97	35.224,71
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	-	-
Perdas com Alienação	-	-
Perdas Involuntárias	-	-
Incorporação de Passivos	-	-
Desincorporação de Ativos	7.623,97	35.224,71



TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	--

SUBTÍTULO	26437 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DE RORAIMA - AUTARQUIA
-----------	--

ORGAO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
----------------	--------------------------------

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2017	2016
Tributárias	3.544,60	3.292,35
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	1.979,39	1.819,89
Contribuições	1.565,21	1.472,46
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados	-	-
Custo das Mercadorias Vendidas	-	-
Custos dos Produtos Vendidos	-	-
Custo dos Serviços Prestados	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	2.106.101,32	3.289.535,23
Premiações	420,00	-
Resultado Negativo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
Incentivos	2.101.209,76	3.266.964,77
Subvenções Econômicas	-	-
Participações e Contribuições	-	-
Constituição de Provisões	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	4.471,56	22.570,46
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	8.101.138,63	9.476.626,89

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS		
	2017	2016

7 CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE

7.1 TRATAMENTO DE DETERMINAÇÕES E RECOMENDAÇÕES DO TCU

A Auditoria Interna do IFRR é o setor responsável pelo monitoramento das recomendações emitidas pelo TCU e pelo órgão de controle interno. Para a realização dos trabalhos de monitoramento não é utilizado sistema informatizado, mas solicitações de auditoria e planilhas eletrônicas.

No exercício de 2017 o TCU emitiu duas recomendações para o IFRR, que ainda não foram atendidas, conforme se observa nos quadros a seguir.

Quadro 117- Deliberações do TCU que permanecem pendentes de cumprimento

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação Expedida	Data da Ciência
TC-031.642/2016-0	3955/2017 – TCU – 2ª Câmara	1.8.	Ofício 0338/2017-TCU/SECEX-RR, de 19/5/2017	29/5/2017
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima				
Descrição da determinação/recomendação				
1.8.1. realizar pesquisas periódicas, registrando-as para posterior consulta e controle, nos sistemas RAIS, Siape e nos portais de transparência do Governo do Estado de Roraima e dos municípios desse estado, avaliando se os servidores do instituto acumularam outros cargos públicos federais, estaduais ou municipais, com vistas a promover as medidas administrativas pertinentes, caso identificada acumulação ilegal de cargos				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
Em virtude da grande demanda de trabalho da gestão de pessoas, bem como o cumprimento de demandas da AGU, MPF, CGU, TCU, servidores e demandas rotineiras, não foi possível atender na íntegra a recomendação do TCU quanto ao monitoramento de acúmulo de cargos de servidores, realizando pesquisas anuais nos sistemas e portais indicados, fazendo os devidos registros em planilhas e adotando as devidas providências caso identifique irregularidades. Encontramos grande dificuldade de realizar o devido monitoramento, pois a recomendação pede que monitoremos em variados sistemas e portais, o que necessita de grande disponibilidade de tempo e pessoal, já que é necessário consultar CPF por CPF. Alguns <i>Campi</i> iniciaram algumas consultas, mas não conseguiram concluir. Apenas o <i>Campus</i> Boa Vista Zona Oeste conseguiu consultar todos os servidores no sistema da RAIS, conforme Ofício nº 0550/2017/DG-CBVZO. No entanto, considerando as dificuldades apresentadas, foi encaminhado ao Ministério do Trabalho o Ofício nº 981/2017/GR/IFRR, de 6/11/2017, onde solicitamos acesso a base de dados da RAIS e CAGED para que possamos fazer o cruzamento dos dados e assim conseguirmos atender a recomendação apresentada. O Ministério respondeu ao ofício, solicitando ao IFRR o preenchimento de alguns formulários para que possa efetuar o cadastro e liberar o acesso. Assim, estamos aguardando o acesso para darmos início ao monitoramento de acúmulo de cargos de servidores, fazendo os devidos registros em planilhas e adotando as devidas providências caso identifique irregularidades.				

Fonte: DGP/IFRR

Quadro 118 - Deliberações do TCU que permanecem pendentes de cumprimento

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação Expedida	Data da Ciência
TC-031.642/2016-0	3955/2017 – TCU – 2ª Câmara	1.8.	Ofício 0338/2017-TCU/SECEX-RR, de 19/5/2017	29/5/2017
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima				
Descrição da determinação/recomendação				
1.8.2. adotar as medidas administrativas e judiciais cabíveis para registro dos imóveis do <i>campus</i> Novo Paraíso, do <i>campus</i> Amajari e do <i>campus</i> avançado Bonfim, com vistas a realizar a inscrição de todos os imóveis no Sistema de Gerenciamento de Imóveis de Uso Especial da União (SPIUNET)				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
<p>Foram nomeados dois servidores deste Departamento para atender os serviços. No entanto, os servidores nomeados não possuíam experiências e conhecimento para realizar a inclusão das informações no SPIUnet, inclusive em contato com outros departamentos, não se identificou nenhum outro servidor disponível que pudesse orientar sobre os passos para atualização e cadastro no sistema, tendo em vista que o servidor anterior nomeado para tal serviço encontrava-se em afastamento.</p> <p>Buscou-se primeiramente realizar o cadastro dos servidores junto a SPU local e SPO/Brasília, para que eles tivessem acesso ao sistema e aos dados já cadastrados, bem como um breve treinamento para utilização do sistema. A conclusão dos cadastros só foi realizada no final do mês de setembro do ano de 2017, inclusive foi informado o acesso de apenas uma unidade gestora por cada servidor.</p> <p>Após cadastros dos servidores, realizou-se novamente visitas junto a SPU/Roraima para saber qual o procedimento a ser realizado na atualização de tais imóveis no sistema SPIUnet. Realizando, tão logo as orientações repassadas, o levantamento dos dados e documentos necessários.</p> <p>Entretanto, só após várias tentativas de inclusão dos imóveis, verificou junto a SPU/Brasília, que não havia como atualizar os dados no SPIUnet sem o cadastro no SIAFI, sendo realizado os cadastros no SIAFI somente em janeiro de 2018.</p> <p>Assim, tendo em vista que temos seis imóveis (unidades) nesta Instituição e dois servidores para atender as demandas, estão sendo realizados os cadastros e atualizações no SPIUnet gradativamente.</p> <p>A seguir está relacionada a situação do registro dos imóveis no SPIUnet:</p> <ol style="list-style-type: none"> A unidade do <i>Campus</i> Amajari (UG 158510) já cadastrada e atualizada no SPIUnet; A unidade do <i>Campus</i> Boa Vista (UG 158350) em processo de atualização no SPIUnet, com laudo de avaliação já concluído; Solicitação da troca da unidade do servidor responsável pelo cadastro do Amajari para unidade <i>Campus</i> Novo Paraíso (UG158351); Buscando a inclusão um novo servidor na unidade da Reitoria (UG 158152) para acelerar o processo de atualização; Após conclusão do <i>Campus</i> Boa Vista (UG 158350) troca para a unidade <i>Campus</i> Boa Vista Zona Oeste (158352). 				

Fonte: DETEO/IFRR

7.2 TRATAMENTO DE RECOMENDAÇÕES DO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO

No Exercício de 2017, o órgão de controle interno não emitiu recomendações para o IFRR. Contudo, por meio do Relatório Anual de Contas nº 201601466, referente à prestação de contas de 2015, o órgão de controle interno emitiu oito recomendações. Dentre essas recomendações, quatro permanecem pendentes de cumprimento.

7.3 MEDIDAS ADMINISTRATIVAS PARA APURAÇÃO DE RESPONSABILIDADES POR DANO AO ERÁRIO

No exercício de 2017 foram detectados cinco casos de danos que foram objeto de medidas internas administrativas no Campus Amajari, Campus Boa Vista e Campus Boa Vista Zona Oeste, e uma tomada de contas não instaurada no Campus Boa Vista.

Quadro 119 - Medidas adotadas para apuração e ressarcimento de danos ao Erário

Casos de dano objeto de medidas administrativas internas	Tomadas de Contas Especiais							
	Não instauradas			Instauradas				
	Dispensadas			Não remetidas ao TCU				
	Débito < R\$ 75.000	Prazo > 10 anos	Outros Casos*	Arquivamento			Não enviadas > 180 dias do exercício instauração*	Remetidas ao TCU
Recebimento Débito				Não Comprovação	Débito < R\$ 75.000			
05	01							

Fonte: : Direção-Geral do *Campus Amajari*, DAPLAN do *Campus Boa Vista* e Direção-Geral do *Campus Boa Vista Zona Oeste*.

Sobre os casos de danos, no *Campus Amajari* foram realizadas três ações administrativas para sanar e apurar responsabilidade de empresas contratadas. O Processo nº 23254.000173.2017-06 se refere à apuração de execução parcial e atraso de pagamento de funcionários, e os Processos nº 23254.000112.2017-31 e 23254.000068.2017-69 se referem à apuração de execução insatisfatória de contrato em virtude de má qualidade do serviço prestado.

No *Campus Boa Vista* foi instaurado o Processo n.º 23229.000101.2017-68 para apuração do desaparecimento dos itens adquiridos por meio do Processo nº 23229.000526.2015-13. De acordo com o apurado, o servidor que estava responsável pela Coordenação de Protocolo e Arquivo do *Campus*, na época, foi o responsável pelo recebimento da encomenda entregue pelos Correios, referente ao material encaminhado pela empresa no valor de R\$ 525,83, o qual foi extraviado. A apuração dos fatos foi realizada por meio de Termo Circunstanciado Administrativo, o qual foi concluído imputando-se a responsabilidade ao referido servidor, o qual está devolvendo ao erário o valor do material extraviado, por meio do pagamento de Guia de Recolhimento da União (GRU). A pedido do servidor, o valor foi parcelado em 10 vezes, sendo que a primeira parcela foi emitida no valor de R\$ 52,61.

No *Campus* Boa Vista Zona Oeste foi realizada abertura do Processo n° 23482.000089.2017-91 a fim de apurar possível responsabilidade da empresa de vigilância do *Campus* pela perda de materiais de instalação de centrais de ar-condicionado, cujo valor apurado foi de R\$ 1.780,00. No momento o processo encontra-se na Coordenação de Gestão de Contratos do *Campus* para finalização dos procedimentos necessários para aplicação do disposto nas cláusulas contratuais que possibilitem o ressarcimento do valor dos materiais pela empresa contratada.

Em relação à tomada de contas não instaurada, não houve restituição do valor de R\$ 35.960,97 referente ao Relatório n.º 201108748–2ª Parte. Após a nova gestão do *Campus* assumir os trabalhos em setembro de 2016, foi necessária uma nova análise dos autos do Processo n° 23229.000242.2011-95. A gestão anterior tinha o entendimento de que a empresa contratada havia executado serviços a mais do que os listados no projeto original e que, portanto, não teria a obrigação de devolver os R\$ 35.960,97, mas somente R\$ 6.219,33, considerando que os serviços executados a mais indicados pelo fiscal da obra há época e os alegados pela própria empresa totalizavam R\$ 29.741,64. Contudo, de acordo com a nova análise feita pela fiscalização, os serviços prestados a mais afirmados pela empresa totalizam somente R\$ 4.122,44, portanto, a empresa teria que devolver R\$ 31.838,53. Além disso, foi solicitada a realização de apuração de responsabilidade quanto a alegação da empresa acerca dos serviços que teriam sido executados fora do projeto original e que não haviam sido reconhecidos pela fiscalização. Frente a essa decisão, a empresa interpôs recurso que está sendo analisado pela autoridade máxima do IFRR.

Sobre a estrutura e os controles disponíveis para apuração e minimização de ocorrência de ilícitos administrativos, o IFRR realiza as seguintes ações nas suas unidades gestoras:

- verifica os atos administrativos, por meio das áreas estratégicas do ensino, pesquisa, extensão, administração, desenvolvimento institucional e gestão de pessoas, com o intuito de minimizar ilícitos;
- disponibiliza canais para que sejam feitas denúncias e exposição de irregularidades, como pode ser observado no item 5.1 deste relatório;
- monitora as atividades executadas seja por parte da fiscalização dos contratos, quanto dos setores envolvidos nos processos;
- adotada modelos de documentos e manuais fornecidos pela Advocacia Geral da União a fim de orientar a execução das atividades dos setores e dos fiscais de contrato;
- constitui comissão para a devida apuração por meio de processo

administrativo em caso de indício de irregularidade;

Outrossim, foi elaborada a Política de Controle Interno, Gestão de Riscos e Governança do IFRR, que está aguardando aprovação do Conselho Superior, a qual irá possibilitar melhor padronização dessas ações, e conseqüentemente maior eficácia.

7.4 DEMONSTRAÇÃO DA CONFORMIDADE DO CRONOGRAMA DE PAGAMENTO DAS OBRIGAÇÕES COM O DISPOSTO NO ART. 5.º DA LEI 8.666/1993

O Decreto nº 8.961, de 16 de janeiro de 2017 estabelece o cronograma mensal de desembolso (financeiro) para o exercício de 2017 no Poder Executivo. Esse valor limite é destinado ao custeio das despesas do próprio Ministério da Educação, seus órgãos e unidades orçamentárias, onde o IFRR é uma autarquia vinculada ao Ministério da Educação.

Sendo assim, para que o IFRR pudesse realizar os pagamentos de despesas liquidadas aguardava as liberações de recursos financeiros que eram liberadas pela Subsecretaria de Planejamento e Orçamento da SETEC/MEC quinzenalmente, com base na data de corte estabelecida pela Subsecretaria de Planejamento e Orçamento/SPO. As liberações de recursos financeiros para o exercício de 2017 foram realizadas integralmente para as ações com assistência estudantil e demais despesas discricionárias com o custeio da Instituição.

Em relação às despesas de capital, o valor do repasse foi realizado parcialmente e correspondia em média 50% a 75% do montante das despesas liquidadas e pagas com recurso destinado à manutenção e desenvolvimento do ensino. Já as despesas de capital, que foram liquidadas com recursos provenientes de créditos descentralizados e de emendar parlamentar, os pagamentos eram impossibilitados de serem realizadas de acordo com o cronograma financeiro, pois demoravam de três a quatro meses para serem liberados.

Por fim, destacamos que o total de despesas pagas em relação às liquidadas e restos a pagar em 2017 foi de aproximadamente 99,67% e os pagamentos foram realizados de acordo com os parâmetros do art. 5º determinados pela Lei 8.666/93.

7.5 INFORMAÇÕES SOBRE A REVISÃO DOS CONTRATOS VIGENTES FIRMADOS COM EMPRESAS BENEFICIADAS PELA DESONERAÇÃO DA FOLHA DE PAGAMENTO

Quanto as informações sobre as revisões dos contratos vigentes, apresentando demonstração das medidas adotadas para revisão dos contratos firmados com empresas beneficiadas pela

desoneração da folha de pagamento propiciada pelo art. 7º da lei 12.546/2011 e pelo art. 2º do decreto 7.828/2012, atentando para os efeitos retroativos às datas de início da desoneração, mencionadas na legislação.

Cabe destacar que o Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Roraima, no âmbito da Reitoria não fez nenhuma revisão de contrato de empresas que tenham sido beneficiadas com desoneração da folha de pagamento pelo Plano Brasil Maior por não haver.

Os *Campi* Amajari, Avançado do Bonfim, Boa Vista e Boa Vista Zona Oeste realizaram um levantamento, em que ficou constatado que nos contratos celebrados não houve empresas beneficiadas. Os contratos realizados após a vigência do benefício, foram revisados no momento da licitação, onde foi apresentado a proposta de preço.

7.6 INFORMAÇÕES SOBRE AÇÕES DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA

Quadro 120 - Despesas com Publicidade

Publicidade	Programa/Ação Orçamentária	Valores Empenhados	Valores Pagos
Institucional	-	-	-
Legal	12.363.2031.20RL.0014	R\$ 160.000,00	R\$ 114.136,38
Mercadológica	-	-	-
Utilidade Pública	-	-	-

Fonte: Siafi

As despesas com ações de publicidade e propaganda, conforme o Decreto n.º 6.555, de 8/9/2008, alterado pelo Decreto n.º 7379, de 1.º de dezembro de 2010, tais como revistas, folders, cartazes, banners, outdoors, entre outros, adquiridos/contratados pelo IFRR durante o exercício de 2017, não são consideradas de caráter publicitário por não atenderem aos requisitos da definição contida no inciso I, II, III e IV do art. 3.º da IN n.º 7/2014.

Assim, o IFRR apresentou somente despesas com publicidade legal, tais como: aviso de licitações, extratos de contratos, portarias, notificações, decisões, avisos e informações, tendo em vista atender às determinações legais.

Cabe esclarecer que os valores empenhados reflete a dois contratos/processos:

- contratação de serviços de publicação no DOU com a imprensa nacional e o IFRR, para o exercício de 2017, conforme processo: 23231.000021/2017-63 e
- contratação de empresa especializada na distribuição de publicação legal impressa e/ou eletrônica, empresa brasil de comunicações S.A. - EBC. exercício de 2017.

Ao analisá-los verifica-se que foi pago 71,34% do valor empenhado somando os dois contratos no exercício de 2017.

7.7 DEMONSTRAÇÃO DA CONFORMIDADE COM O DISPOSTO NO ART. 3.º DO DECRETO 5.626/2005

Serão relacionadas, no quadro abaixo, informações sobre o cumprimento da obrigatoriedade de oferecer a Língua Brasileira de Sinais (Libras)

como disciplina curricular obrigatória, em atendimento ao art. 3.º do Decreto 5.626/2005.

Quadro 121 – Demonstração de Cumprimento do art. 3.º do Decreto 5.626/2005 pelo IFRR

Cursos de Graduação que Devem Ofertar Libras como Disciplina Obrigatória	Cód. Curso (e-MEC)	Município	Atendimento ao art. 3.º do Decreto 5.626/2005	Publicação
Análise e Desenvolvimento de Sistema	91909	Boa Vista	O curso oferta a disciplina de Libras.	http://boavista.ifrr.edu.br/cursos
Aquicultura	1363992	Amajari	A disciplina é ofertada de forma optativa.	-
Ciências Biológicas	1151328	Boa Vista	O curso oferta a disciplina de Libras.	http://boavista.ifrr.edu.br/cursos/graduacao/licenciatura-em-ciencias-biologicas
Educação Física	85402	Boa Vista	O curso oferta a disciplina de Libras.	http://boavista.ifrr.edu.br/cursos
Gestão de Turismo	57722	Boa Vista	A disciplina é ofertada de forma optativa.	http://boavista.ifrr.edu.br/cursos/graduacao/Tecnologia-em-Gestao-de-Turismo
Gestão Hospitalar	91907	Boa Vista	O curso oferta a disciplina de Libras.	http://boavista.ifrr.edu.br/cursos/graduacao/tecnologia-em-gestao-hospitalar
Letras/Espanhol e Literatura Hispânica	111510	Boa Vista	O curso oferta a disciplina de Libras.	http://boavista.ifrr.edu.br/cursos/graduacao/Licenciatura-em-Letras-Espanhol-e-Literatura-Hispanica
Letras/Espanhol e Literatura Hispânica (a distância)	1175171	N/A	O curso oferta a disciplina de Libras.	-
Matemática	1152312	Boa Vista	O curso oferta a disciplina de Libras.	http://boavista.ifrr.edu.br/cursos/graduacao/licenciatura-em-matematica
Saneamento Ambiental	113557	Boa Vista	O curso oferta a disciplina de Libras.	http://boavista.ifrr.edu.br/cursos/graduacao/tecnologia-em-saneamento-ambiental

Fonte: Proen, e-MEC

A disciplina de Libras é ofertada de forma optativa aos discentes dos cursos superiores Tecnológico em Aquicultura e Gestão de Turismo, ou seja, o aluno não é obrigado a cursá-la. Nos demais cursos, a oferta da disciplina Libras é feita de forma regular. Segue quadro abaixo com o detalhamento da oferta de Libras por curso.

Quadro 122 – Detalhamento da Oferta da Disciplina Libras por Curso

Cursos de Graduação	Matriz	Modalidade de Oferta	Código da Disciplina no Registro Acadêmico	Nome Atribuído à Disciplina	Carga Horária	Período da Oferta
Análise e Desenvolvimento de Sistema Aquicultura	-	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-	-
Ciências Biológicas	2011	Presencial	LI	Libras	60	4.º período
	2015		CLCB.56	Libras	40	8.º período
	2007	Presencial	CSLPEF.060	Libras	40	7.º período
	2015		CSLPEF.060	Libras	40	7.º período
Educação Física 2ª Licenciatura – Parfor	2010	Presencial	2ºLEF.038	Libras	30	4.º período
Educação Física 1.ª Licenciatura – Parfor	2011	Presencial	Parfor.109	Alternativas de comunicação: Libras/Braille	50	7.º período
	2013					
Gestão de Turismo	-	-	-	-	-	-
Gestão Hospitalar	2015	Presencial	Libras	Libras	50	3.º Período
	2007	Presencial	LPLEL.048	Comunicação Inclusiva; Língua Brasileira de Sinais	80	8.º período
2010	LELH.059		Língua Brasileira de Sinais	60	8.º período	
2015	CLELH.30		Libras	60	4.º período	
Letras/Espanhol e Literatura Hispânica	2011	EaD	EAD.76	Língua Brasileira de Sinais	60	8.º período
Letras/Espanhol e Literatura Hispânica 2ª Licenciatura – Parfor	2010	Presencial	Parfor.55	Libras	40	2.º período
Letras-Espanhol e Literatura Hispânica 1ª Licenciatura – Parfor	2012	Presencial	LELH.059	Língua Brasileira de Sinais	60	8.º período
	2011	Presencial	LIB24	Libras	50	4.º período
	2015		CLM.24	Libras Básica	40	4.º período
Saneamento Ambiental	2010	Presencial	Libras	Língua Brasileira de Sinais	30	6.º período

Fonte: Proen